

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO

**RELACIONAMENTO ABUSIVO E VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER – O PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE:
POR UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

CUIABÁ-MT

2025

VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO

**RELACIONAMENTO ABUSIVO E VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER – O PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE:
POR UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos de Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Solange Maria de Barros.

Linha de pesquisa: Estudos Linguísticos.

**CUIABÁ-MT
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

N789r Nolasco, Viviane Silva de Oliveira.
Relacionamento abusivo e violência contra a mulher - o passado que se faz presente
[recurso eletrônico] : por uma análise crítica do discurso / Viviane Silva de Oliveira Nolasco. -
- Dados eletrônicos (1 arquivo : 238 f., il. color., pdf). -- 2025.

Orientador: Solange Maria Barros.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens,
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Cuiabá, 2025.
Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.
Inclui bibliografia.

1. Relacionamento abusivo. 2. Violência doméstica. 3. Patriarcalismo. 4. Análise Crítica
do Discurso. 5. Emancipação. I. Barros, Solange Maria, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: RELACIONAMENTO ABUSIVO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – O PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE: POR UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

AUTORA: DOUTORANDA VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA NOLASCIO

Tese defendida e aprovada em 8 de dezembro de 2025.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTORA SOLANGE MARIA DE BARROS (PRESIDENTE BANCA/ORIENTADORA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO - UFMT

2. DOUTOR ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS - UFR

3. DOUTOR MÁRCIO EVARISTO BELTRÃO (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO - UFMT

4. DOUTORA JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEDUC/MT

5. DOUTORA MÔNICA MARIA DOS SANTOS (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO - UFMT

6. DOUTOR DÂNIE MARCELO DE JESUS (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO - UFMT

7. DOUTORA KÁTIA APARECIDA DA SILVA NUNES MIRANDA (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEDUC/MT

Cuiabá-MT, 8 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Henrique Coutelo de Moraes, Usuário Externo**, em 10/12/2025, às 23:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Evaristo Beltrão, Usuário Externo**, em 11/12/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Maria dos Santos registrado(a) civilmente como Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Usuário Externo**, em 11/12/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MARIA DE BARROS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 12/12/2025, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA, Usuário Externo**, em 14/12/2025, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8718123** e o código CRC **33F2FA93**.

Dedico este trabalho

*primeiramente, a Deus,
pela oportunidade dada;*

*aos meus pais e irmãs,
pelo apoio de sempre,*

*ao meu esposo,
pela compreensão e apoio;*

*aos meus filhos,
pelo infinito amor;*

*a Íris, Violeta, Dália, Acácia e Açucena,
pelo ato de coragem em romper o ciclo
e se libertar da opressão e da violência
que lhes foram impostas.*

AGRADECIMENTOS

A educação pública me levou a lugares inimagináveis e hoje estou exatamente onde sempre quis estar. Ser doutora por uma Universidade Federal parecia um sonho distante. O caminho percorrido até aqui foi de luta, resistência, persistência e, acima de tudo, gratidão.

Primeiramente, agradeço a Deus, pela força, coragem e determinação; por me sustentar nos momentos de exaustão e me colocar de pé sempre que me vi vulnerável e impotente. O lugar em que me encontro hoje é a resposta do Seu amor incondicional por mim.

Aos meus pais, Altamiro e Rosineide, pelo amor, carinho, apoio e educação que sempre me ofereceram; por serem minha rede de apoio em todas as situações, pelas orações constantes que me sustentaram durante todo esse processo e pelo colo que será sempre meu abrigo.

Às minhas irmãs, Meiriele e Rosiele, pelas palavras de incentivo, afeto e companheirismo. Aos sobrinhos que me deram, que, mesmo sem perceber, foram combustível para minha jornada. Meu amor por vocês transcende o universo.

Ao meu esposo, Luciano, por compreender minhas ausências e respeitar minha decisão de continuar estudando. Sua parceria me conduziu até aqui.

Aos meus filhos, Hugo Henrique e Cauã Felipe, por entenderem a minha ausência durante todo o processo de escrita, pelos sorrisos, beijos, abraços e pelos “eu te amo” ditos nos momentos em que eu mais precisava. Cada luta travada até aqui também foi pensando em vocês.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Solange Maria de Barros, pela compreensão nos momentos em que estive ausente, devido a demandas familiares e profissionais, e pelas valiosas contribuições na construção desta tese. Agradeço, especialmente, por ter me acolhido mesmo sem nos conhecermos anteriormente. Sua orientação e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. É uma honra e um orgulho dizer que fui sua orientanda.

Ao Prof. Dr. Márcio Evaristo Beltrão, peça fundamental na realização deste sonho. Agradeço por me apresentar à Análise Crítica do Discurso e por me conduzir

desde o período de aluna especial até o processo seletivo do doutorado. Sou também grata pelas valiosas contribuições na qualificação.

Ao Prof. Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes, pelo zelo, comprometimento e pelas orientações precisas durante o exame de qualificação. Seu cuidado com os acadêmicos reflete o profissional de excelência que é.

À Prof^a. Dr^a. Jussivânia de Carvalho Vieira Batista Pereira, por todo o suporte oferecido antes, durante e depois da qualificação, pelo auxílio com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e por seu olhar minucioso quanto ao uso da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) no capítulo de análise.

À Prof^a. Dr^a. Mônica Maria dos Santos, cuja presença neste momento acadêmico tem um significado especial. Nossa relação iniciou em 2010, quando ingressei no curso de Letras e tive a honra de tê-la como orientadora de TCC. Sua participação foi decisiva também no meu ingresso no mestrado, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Poder contar novamente com sua presença no doutorado é motivo de grande alegria.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (Nepel), por me acolher e acreditar em meu potencial. Sou grata pelas experiências compartilhadas, pelas discussões, pelos eventos e pela convivência com pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

À amiga Nilsa Taumaturgo, por me acolher em sua casa durante minhas idas a Cuiabá e por estar presente, mesmo à distância, nos momentos de desânimo. Obrigada por dividir comigo angústias e alegrias, pelo apoio incondicional e pela preciosa amizade.

À Eliane Ricarte, amizade que o mestrado me proporcionou. Cursamos o doutorado simultaneamente, ainda que em programas distintos. Suas palavras de incentivo e conforto tiveram grande significado em minha trajetória.

Às participantes das entrevistas — Íris, Violeta, Dália, Acácia e Açucena —, minha profunda gratidão por compartilharem suas experiências, mesmo que dolorosas, em prol desta pesquisa. Esse gesto é um ato de coragem e também de

amor ao próximo, pois suas histórias podem inspirar outras mulheres em suas lutas e resistências.

À Universidade Federal de Mato Grosso, por tornar possível este sonho. Viva a universidade pública, gratuita e de qualidade!

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade, meu sincero agradecimento.

... e então ela encheu o peito de coragem
e voou:

foi pintar o céu de liberdade e mostrar ao
mundo as suas cores

uns dizem que ela sumiu outros dizem
que ela se encontrou

(Victor H. Machado)

RESUMO

Apesar de avanços legislativos, sobretudo com a promulgação da Lei 11.340 - Lei Maria da Penha, a violência doméstica permanece como um grave fenômeno social que afeta milhares de mulheres. A pesquisa do *Mapa Nacional da Violência de Gênero* aponta que os índices de violência doméstica têm aumentado gradativamente nos últimos anos no Brasil, colocando o país em quinta posição mundial em mortes violentas de mulheres. Nesse cenário alarmante, estruturas patriarcais e ideológicas seguem operando na sociedade, promovendo uma inversão de papéis entre vítimas e agressores, atribuindo às mulheres a responsabilidade pela permanência nos relacionamentos abusivos. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar os discursos de mulheres em situação de violência doméstica e relacionamentos abusivos, de modo a compreender os mecanismos ideológicos e hegemônicos que atravessam tais narrativas e as mantêm no ciclo da violência. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, alicerçada no arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 1989; 1992; 2003, 2003a; 2008; 2010; 2011; 2012; 2016), sob a categoria de análise interdiscursividade e representação de atores sociais (Van Leeuwen, 1997; 2008), do significado representacional do discurso. A filosofia emancipatória do Realismo Crítico (Bhaskar, 1975; 1978; 1986; 1989; 1998; 2002; Barros, 2015) e a Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1985; 1994; Halliday; Matthiessen, 2004) contribuem enquanto bases teórico-analíticas desse trabalho. Os dados que compõem a seção analítica foram gerados por intermédio de entrevistas semiestruturadas com mulheres sob medida protetiva, cadastradas no Programa Mulher Protegida, em Vilhena/RO. As análises evidenciam que as relações abusivas se sustentam no patriarcalismo institucional, o qual impõe às mulheres uma posição conjugal de submissão e inferioridade. De tal modo, a figura do agressor é apresentada discursivamente pelas participantes como narcisista, manipulador, caracterizado por uma personalidade dupla, atuando por meio de estratégias de controle e isolamento que geram sentimento de culpa e dependência das vítimas, dificultando a efetivação das denúncias, mesmo diante de múltiplas formas de violência: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. A dependência financeira e emocional, o medo, os filhos e os discursos sociais que reforçam a obrigatoriedade da constituição familiar como fator de aceitabilidade são apontados como elementos que naturalizam a violência e cooperam para a permanência no ciclo abusivo. Embora o panorama da violência doméstica seja alarmante, é fundamental que as vozes femininas não sejam silenciadas, tornando-se indispensáveis políticas públicas e legislações eficazes, que assegurem os direitos à igualdade de gênero e a uma vida verdadeiramente livre de violências, medo, estereótipos e julgamentos.

Palavras-chave: Relacionamento abusivo. Violência doméstica. Patriarcalismo. Análise Crítica do Discurso. Emancipação.

ABSTRACT

Despite legislative advances, especially with the enactment of Law 11.340 - the Maria da Penha Law, domestic violence remains a serious social phenomenon that affects thousands of women. Research from the *National Map of Gender Violence* indicates that domestic violence rates have gradually increased in recent years in Brazil, placing the country fifth in the world for violent deaths of women. In this alarming scenario, patriarchal and ideological structures continue to operate in society, promoting a role reversal between victims and aggressors, attributing to women the responsibility for remaining in abusive relationships. In this context, this research aimed to analyze the discourses of women in situations of domestic violence and abusive relationships, in order to understand the ideological and hegemonic mechanisms that run through such narratives and keep them in the cycle of violence. This is a qualitative research, based on the theoretical-methodological framework of Critical Discourse Analysis (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 1989; 1992; 2003, 2003a; 2008; 2010; 2011; 2012; 2016), under the analytical category of interdiscursivity and representation of social actors (Van Leeuwen, 1997; 2008), of the representational meaning of discourse. The emancipatory philosophy of Critical Realism (Bhaskar, 1975; 1978; 1986; 1989; 1998; 2002; Barros, 2015) and Systemic-Functional Linguistics (Halliday, 1985; 1994; Halliday; Matthiessen, 2004) contribute as theoretical-analytical foundations of this work. The data that make up the analytical section were generated through semi-structured interviews with women under protective orders, registered in the Protected Woman Program, in Vilhena/RO. The analyses show that abusive relationships are sustained by institutional patriarchalism, which imposes on women a marital position of submission and inferiority. Thus, the figure of the aggressor is discursively presented by the participants as narcissistic, manipulative, characterized by a dual personality, acting through strategies of control and isolation that generate feelings of guilt and dependence in the victims, making it difficult to file reports, even in the face of multiple forms of violence: physical, psychological, moral, sexual, and patrimonial. Financial and emotional dependence, fear, children, and social discourses that reinforce the obligation of family formation as a factor of acceptability are pointed out as elements that naturalize violence and contribute to the permanence in the abusive cycle. Although the panorama of domestic violence is alarming, it is fundamental that female voices are not silenced, making effective public policies and legislation indispensable, which ensure the rights to gender equality and a life truly free from violence, fear, stereotypes, and judgments.

Keywords: Abusive relationship. Domestic violence. Patriarchalism. Critical Discourse Analysis. Emancipation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo da violência doméstica	35
Figura 2 - Taxa de feminicídio/100 mil mulheres/UF (Brasil-2004)	46
Figura 3 - Mapa Nacional da Violência de Gênero no Brasil (2024)	50
Figura 4 - Brasil e as três UF com as maiores taxas em 2022: taxa de homicídios registrados de mulheres/100 mil habitantes (2012 a 2022)	51
Figura 5 - Modelo transformacional da atividade social	80
Figura 6 - Texto em contexto	85
Figura 7 - Processos do Sistema de Transitividade da LSF	88
Figura 8 - Estágios da pesquisa em ACD	100
Figura 9 - Símbolo do Programa <i>Mulher Protegida</i>	113
Figura 10 - Números em auxílios concedidos por municípios de Rondônia	114
Figura 11 - Categorização dos atores sociais (Van Leeuwen, 1997; 2008)	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses sobre violência doméstica.....	54
Quadro 2 - Relação entre modos de atuação, significados, sentidos e formas de discurso.....	65
Quadro 3 - Dimensões da ciência	76
Quadro 4 - Mecanismos, estruturas e eventos	78
Quadro 5 - As metafunções e seus desdobramentos.....	87
Quadro 6 - Correspondência entre metafunções (LSF) e significados (ACD)	91
Quadro 7 - Aspectos da pesquisa qualitativa	98
Quadro 8 - Estágios da pesquisa em ACD aplicados à tese	103
Quadro 9 - Participantes da pesquisa	111
Quadro 10 - Roteiro prévio da entrevista.....	118
Quadro 11 - Cronograma das entrevistas.....	120
Quadro 12 - Exemplo de análise: categoria interdiscursividade (Fairclough, 2003)	122
Quadro 13 - Exemplo de análise: categoria representação de atores sociais (Fairclough, 2003; Van Leeuwen, 1997).	124
Quadro 14 - Categorização dos excertos analisados	125
Quadro 15 - Análise dos níveis (discursivo, linguístico e social)	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crimes praticados contra mulheres em Rondônia e Mato Grosso (2022-2023)	53
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise do Discurso
ADC	Análise de Discurso Crítica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LESFEM	Laboratório de Estudos de Feminicídios
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
MFB	Monitor de Feminicídios no Brasil
NEPEL	Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMV	Observatório da Mulher contra a Violência
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDCP	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PPGEL	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem
RC	Realismo Crítico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 RELACIONAMENTO ABUSIVO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO: PRINCÍPIO E ATUALIDADE	25
1.1 CONSTITUIÇÃO DO PATRIARCALISMO: O PAPEL SOCIAL DA MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA	26
1.2 RELACIONAMENTO ABUSIVO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O FEMINICÍDIO NOSSO DE CADA DIA	30
1.2.1 Tipos de Violência Doméstica	37
1.3 LEI 11.340 – LEI MARIA DA PENHA: CONTEXTO HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO.....	40
1.4 PANORAMA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIOS NO BRASIL: DADOS E ESTATÍSTICAS.....	44
1.5 PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELAÇÕES ABUSIVAS NO BRASIL	54
2 APORTE TEÓRICO NORTEADOR: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO, LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E REALISMO CRÍTICO – INTER-RELAÇÕES TEÓRICAS	58
2.1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	59
2.1.1 Significados do discurso	63
2.1.1.1 Significado Acional	66
2.1.1.2 Significado Representacional	67
2.1.1.3 Significado Identificacional	70
2.2 REALISMO CRÍTICO	72
2.2.1 Realismo Transcendental	74
2.2.2 Naturalismo Crítico	78
2.2.3 Crítica Explanatória	81
2.3 LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL.....	83
2.3.1 Texto e Contexto	84
2.3.2 Metafunções da Linguagem	86
2.4 INTEGRAÇÃO ENTRE ACD, RC E LSF: FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE LINGÜÍSTICA, DISCURSIVA E SOCIAL DA PESQUISA	91
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	94
3.1 TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM - PESQUISA QUALITATIVA	94

3.2 PESQUISA EM ACD: ENQUADRE TEÓRICO-METODOLÓGICO	98
3.3 ASPECTOS ÉTICOS.....	103
3.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	105
3.4.1 Perfis pessoais e sociais das participantes da pesquisa	106
3.4.2 Programa Mulher Protegida	111
3.5 INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DOS DADOS	116
3.5.1 Entrevistas	117
3.6 ANÁLISES DOS DADOS E CATEGORIAS ANALÍTICAS.....	120
3.6.1 Análise dos Enunciados - Categorias Analíticas: Representação de Atores Sociais e Interdiscursividade	121
3.6.2 Constituição do <i>corpus</i>: transcrição, seleção e categorização dos excertos	125
4 REPRESENTAÇÕES DA PERMANÊNCIA EM RELAÇÕES ABUSIVAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA E INTERDISCURSIVA DOS DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS.....	128
4.1 A INTERDISCURSIVIDADE NOS RELATOS: VOZES SOCIAIS QUE PRODUZEM SENTIDO	129
4.1.1 Experiências indiretas com a violência.....	129
4.1.2 Discursos familiares e sociais sobre casamento como fator de aceitabilidade social	136
4.2 PERCEPÇÕES DAS MULHERES VÍTIMAS DURANTE A RELAÇÃO ABUSIVA.....	140
4.2.1 Controle e isolamento social como estratégia de limitação da autonomia	140
4.2.2 A representação da figura do agressor pela ótica das mulheres vítimas	145
4.2.3 Aceitação da violência e dificuldade na denúncia: entre justificativas, culpa e dependência	151
4.3 TIPOLOGIAS DA VIOLÊNCIA REPRESENTADAS PELAS ENTREVISTADAS.....	157
4.3.1 Violência psicológica e moral: intimidação e humilhação como controle	157
4.3.2 Violência sexual: a posse e a invasão ao corpo da mulher.....	162
4.3.3 Violência patrimonial: violação de bens como forma de dominação	168
4.3.4 Violência física: a concretização visível da violência	170

4.4 FATORES DISCURSIVOS E SOCIAIS QUE SUSTENTAM A PERMANÊNCIA NA RELAÇÃO	176
4.4.1 Dependência financeira: o discurso patriarcal e ideológico da mulher submissa e dependente.....	176
4.4.2 Dependência emocional: o perdão, o recomeço e a manutenção do ciclo da violência	179
4.4.3 Filhos e o discurso social da constituição familiar: isolamento, julgamento e ausência de rede de apoio.....	184
4.4.4 Medo: ameaças visíveis e invisíveis.....	189
4.5 RESSIGNIFICAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA E POSSIBILIDADES DE RUPTURA.....	191
4.5.1 A expectativa da liberdade em contradição ao medo e insegurança	197
4.5.2 Considerações sobre as participantes da pesquisa e caminhos para o enfrentamento da violência doméstica no pós-ruptura	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS.....	211
APÊNDICE A -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	223
ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	228
ANEXO 2 - LETRA DA MÚSICA ROSAS.....	235

INTRODUÇÃO

No ano de 2021, quando o Brasil e o mundo vivenciavam a pandemia da Covid-19¹ e perdurava o isolamento social², inscrevi-me como aluna especial em duas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL/UFMT). Uma das disciplinas cursadas foi “Análise Crítica do Discurso e Estudos Queer”, ministrada pelo Prof. Dr. Márcio Evaristo Beltrão, que foi o responsável por me apresentar, com maestria, essa corrente teórico-metodológica.

Fazendo uma linha do tempo, descobri que, mesmo antes de conhecer a Análise Crítica do Discurso (ACD), em minhas pesquisas anteriores já mantinha interesse em analisar discursos. Na graduação, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 2012, escrevi sobre as características psicológicas das personagens Capitu e Bentinho, da obra realista Dom Casmurro, de Machado de Assis. Na dissertação de mestrado, em 2019, analisei teses e dissertações com a temática da imigração haitiana para o Brasil de 2011 a 2018, utilizando a teoria da Análise do Discurso (AD), de Michel Foucault.

Essas experiências acadêmicas contribuíram para minha decisão em cursar a disciplina de ACD que, inclusive, foi um divisor de águas em minha trajetória enquanto pesquisadora. Concomitante à disciplina, também adentrei no Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (Nepel), grupo de pesquisa da Prof^a. Solange Maria Barros, minha orientadora, coordenado, à época, pelo Prof. Dr. Márcio Evaristo Beltrão. As pesquisas em curso dos integrantes do Nepel versavam sobre temáticas pautadas nas injustiças sociais promovidas pela linguagem, buscando a emancipação dos sujeitos em desvantagem social por meio do desvelamento de relações de poder e dominação. Assim, a possibilidade de pesquisar sobre grupos sociais oprimidos me proporcionou um olhar crítico e reflexivo.

Nesse sentido, os encontros semanais - tanto da disciplina quanto do grupo de pesquisa - abriram novos horizontes para a temática que eu pesquisaria em meu

¹ Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto desse novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, devido à ampla distribuição geográfica da doença no mundo. Em 5 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública. Disponível em: [Histórico da emergência internacional de COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde](#). Acesso em: 13/09/2025.

² Medidas de distanciamento físico para evitar a propagação do novo coronavírus (COVID-19).

doutorado. Socialmente, sempre fui uma mulher que busquei meu espaço e ecoei minha voz para que fosse ouvida. Isso não implica dizer que ser mulher, na atualidade, seja uma tarefa simples, uma vez que o patriarcalismo e a desigualdade de gênero continuam operando livremente em todos os lugares. Diariamente, temos que nos fazer ser ouvidas, validadas e respeitadas perante uma sociedade que insiste em nos colocar em uma posição de inferioridade, submissão e medo.

Prova disso são os índices alarmantes de violência doméstica. A 5ª edição da pesquisa *Visível e invisível: a vitimização de mulheres do Brasil* (FBSP/Datafolha, 2025) apontou que formas graves de violência, como espancamentos e tentativas de estrangulamento, atingiram recorde em 2025, com 7,8% das mulheres relatando ter sofrido essas agressões no último ano. Com isso, notícias de violência doméstica, relacionamentos abusivos e feminicídios são veiculadas cotidianamente em vários meios de comunicação. Ao acessar noticiários com essas temáticas e fazer a leitura de comentários sobre o fato anunciado, inquietaram-me os julgamentos direcionados às mulheres vítimas, atribuindo-lhes a culpa pelos crimes experienciados, já que escolheram permanecer em tais relações.

Para ilustrar minha inquietação, menciono o caso recente da empresária Juliana Garcia, de 35 anos, que, em 26 de julho de 2025, foi brutalmente agredida pelo namorado, Igor Eduardo Cabral, de 29 anos, ex-atleta de basquete. A tentativa de feminicídio aconteceu dentro de um elevador de um condomínio de Ponta Grossa – Natal/RN e durou 36 segundos, tempo suficiente para o agressor desferir 61 socos na face de Juliana, deixando-a com múltiplas fraturas. Atualmente, ele se encontra preso em uma cadeia pública do Rio Grande do Norte; Juliana precisou passar por uma cirurgia de reconstrução facial e está em processo de recuperação.

Recentemente, Juliana abriu uma caixinha de perguntas na rede social *Instagram*, para sanar dúvidas de seguidores. Uma das perguntas feitas por uma internauta acerca da tentativa de feminicídio sofrida por Juliana foi: “Amor, você já deveria saber como era o seu ex. Por que estava com ele então? Isso é que não entendo”. A resposta dada pela vítima para o questionamento explica: “Existe algo chamado ciclo de abuso, relacionamento com esse tipo de gente não é ruim o tempo todo. Se fosse, ninguém ficaria. Existem mulheres em vários níveis sociais que

permanecem nesse tipo de relação”.³ A fala de Juliana, marcada pela experiência da violência doméstica, do relacionamento abusivo e do vivenciado ciclo da violência, reforça os objetivos desta pesquisa.

Nessa direção, compreendo a violência doméstica como resultado de uma sociedade patriarcal, que concede ao homem a centralidade do poder, perpetuando práticas de opressão e ideologias de dominação em desfavor das mulheres. Foi por essa compreensão particular que cheguei a esta pesquisa de doutorado, na qual intento desmistificar os estereótipos sociais direcionados às mulheres vítimas de violência doméstica, na intenção de evidenciar os reais motivos pelos quais elas permanecem em relações abusivas e opressoras.

Diante das questões mencionadas e tendo em vista a preocupação com a permanência das agressões praticadas contra mulheres no Brasil e a inversão de papéis entre vítimas e agressores, urge a necessidade de buscar meios de erradicação desse problema social. Portanto, coerente com essas colocações, entendo que a ACD é um aparato teórico-metodológico que pode cooperar para superar tal injustiça social, uma vez que possibilita realizar análises discursivas de diversos tipos de textos e desvendar os efeitos de sentido presentes em cada discurso.

A seguir, detalho a metodologia adotada na pesquisa, os objetivos, as questões norteadoras e a estruturação dos capítulos desta tese.

No tocante ao problema de pesquisa, parto da hipótese de que a violência doméstica e os relacionamentos abusivos são sustentados por práticas sociais ideológicas e hegemônicas, enraizadas no sistema patriarcal e nas desigualdades de gênero historicamente constituídas, as quais submetem mulheres a relações opressoras, perpetuando o ciclo da violência, mantendo-as reféns dos abusos.

Diante da problemática apresentada, busco responder algumas questões que me instigam e orientam a realização da investigação aqui proposta:

1 - Quais diálogos interdiscursivos ocorrem nos enunciados de mulheres vítimas de violência doméstica e de relacionamentos abusivos?

2 - Como as mulheres vítimas de violência doméstica percebem a relação abusiva experienciada?

³ Disponível em: [Mulher que levou 61 socos explica por que não deixou o agressor](#). Acesso em: 14 set. 2025.

3 - Que tipos de violência foram representados, nomeados, mascarados nos discursos de mulheres vítimas de violência doméstica?

4 - Quais fatores discursivos e sociais foram apontados como motivos para a permanência nas relações opressoras apresentadas?

Formuladas as perguntas norteadoras, apresento o objetivo principal da tese: analisar, à luz da vertente teórico-metodológica da ACD, os discursos de mulheres em situação de violência doméstica e relacionamentos abusivos, de modo a compreender os mecanismos ideológicos e hegemônicos que atravessam tais narrativas e as mantêm no ciclo da violência.

Os objetivos específicos são:

1 - Identificar os discursos presentes nos enunciados das mulheres vítimas, evidenciando como tais vozes dialogam com a construção discursiva da violência.

2 - Avaliar as percepções manifestadas pelas mulheres acerca da relação abusiva, destacando os recursos discursivos e linguísticos escolhidos para representar a experiência vivida.

3 - Explicar as formas de violência representadas, nomeadas ou mascaradas nos discursos das mulheres participantes, considerando os mecanismos que cooperam para a visibilização ou ocultamento da violência.

4 - Apresentar os fatores evidenciados nas falas das mulheres entrevistadas como justificativa para a permanência nas relações abusivas, associando-os às ideologias de gênero e às estruturas sociais patriarcais.

Para responder às perguntas norteadoras e alcançar os objetivos delineados, adotei a abordagem da pesquisa qualitativa, que tem por objetivo compreender um fenômeno social, por meio de análises qualitativas da consciência dos sujeitos envolvidos, indo ao encontro do objetivo pretendido com a realização da pesquisa proposta.

Os dados foram gerados por intermédio de entrevistas semiestruturadas com mulheres sob medida protetiva, cadastradas no Programa *Mulher Protegida*, entre os meses de fevereiro a abril de 2025. Foram realizados e analisados três encontros, considerando que, em cada um deles, participaram mulheres diferentes. No que se refere à seleção dos excertos, considere os seguintes critérios: I) Recorrência discursiva, observada na repetição de temas nos relatos; II) Pertinência às categorias analíticas, com ênfase na categoria de *interdiscursividade*; III) Representação dos discursos sobre a violência doméstica como manifestação de fatores historicamente

constituídos; IV) Presença de fatores relacionados à permanência em relações abusivas. Assim, os discursos analisados se vinculam a uma prática discursiva produzida por dimensões de natureza social, histórica e ideológica.

Enquanto caminhos teórico-metodológicos, utilizo como base teórica a ACD, o Realismo Crítico (RC) e a LSF, salientando as inter-relações entre essas correntes teóricas. Da ACD, parto da ideia de que a linguagem é constituída de manifestações discursivas ideológicas, em que o analista crítico do discurso detém um olhar investigativo para as relações de poder expressas por meio da língua. No âmbito do RC, adoto a perspectiva de que o conhecimento científico deve operar no desvelamento de mecanismos causais, a fim de promover emancipação e transformação social. A LSF, por sua vez, fornece elementos para a análise das escolhas linguísticas que constroem os excertos selecionados, permitindo evidenciar como os recursos lexicais e gramaticais estruturam e significam as narrativas das mulheres.

Essa tríade teórico-metodológica fundamenta as análises enunciativas partindo da materialidade linguística para a construção de uma crítica social das práticas sociais que permeiam o ciclo da violência doméstica vivenciado rotineiramente por milhares de mulheres.

Em relação à estrutura, divido a tese em quatro capítulos, conforme descritos a seguir:

Capítulo 1 - traço a trajetória histórica da mulher na sociedade, discutindo como o patriarcalismo se constituiu e se solidificou socialmente e, na contemporaneidade, contribui para a mitigação dos direitos das mulheres. Ainda nesse capítulo, abordo sobre contexto histórico da construção da Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, e apresento dados e estatísticas recentes sobre o panorama da violência doméstica no Brasil. Esse capítulo atua como uma análise de conjuntura que, na ACD, busca investigar a construção histórica da problemática pesquisada, na intenção de compreender de que forma os discursos analisados se articulam às práticas sociais cotidianas, buscando identificar se os discursos reproduzem, naturalizam ou contrapõem estruturas de poder;

Capítulo 2 - enfoca as bases teóricas que alicerçam este trabalho e que sustentam as análises: o tripé Análise Crítica do Discurso (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 1989; 1992; 2003; 2003a; 2008; 2010; 2011; 2012; 2016), Realismo Crítico (Bhaskar, 1975; 1978; 1986; 1989; 1998; 2002; Barros, 2015), e Linguística

Sistêmico-Funcional (Halliday, 1985; 1994; Halliday; Matthiessen, 2004). Nesse capítulo, apresento os fundamentos do discurso na perspectiva faircloughiana, com ênfase no significado representacional, categoria da interdiscursividade e nas metafunções da linguagem, destacando a metafunção ideacional e o sistema de transitividade, os quais sustentam as análises realizadas.

Capítulo 3 - esboço o percurso metodológico da pesquisa, ou seja, os caminhos que percorri para o desenvolvimento do trabalho. Início apresentando a pesquisa qualitativa, abordando, na sequência, a pesquisa em ACD, associando os estágios da pesquisa em ACD com a temática desta tese. Descrevo também a constituição do *corpus*, os critérios para a seleção dos materiais, os aspectos éticos envolvidos na condução da pesquisa, os instrumentos utilizados na geração dos dados, o método de análise adotado e o perfil das participantes;

Capítulo 4 - descrevo as análises que compõem a materialidade da pesquisa. Este capítulo está dividido em cinco seções, constituídas de análises discursivas dos excertos selecionados no processo de geração de dados. As seções estão organizadas da seguinte maneira:

1) *Interdiscursividades nos relatos: vozes sociais que produzem sentido* – considero como as vítimas significam as violências indiretas que vivenciaram, bem como o patriarcalismo corrobora os padrões sociais impostos às mulheres;

2) *Percepções das mulheres vítimas durante a relação abusiva* – analiso como as participantes percebem e apresentam discursivamente o controle, a opressão, a culpabilização, a figura do agressor e como essas vivências impactam negativamente a efetivação das denúncias;

3) *Tipologias da violência representadas pelas entrevistadas* – evidencio as violências plurais sofridas pelas entrevistadas, debatendo sobre como elas compreendem os acontecimentos;

4) *Fatores discursivos e sociais que sustentam a permanência na relação* – aponto, por meio dos relatos das mulheres, quais fatores são responsáveis pela permanência do ciclo da violência;

5) *Ressignificação do ciclo da violência e possibilidades de ruptura* – teço algumas considerações analíticas acerca da reconstrução subjetiva das participantes sobre as violências vividas e a esperança de reconstrução enquanto mulher e cidadã.

Por fim, apresento as considerações finais e as minhas perspectivas sobre a contribuição desta pesquisa para a compreensão social acerca da complexidade do

fenômeno da violência doméstica. Nessa direção, reafirmo o entendimento de que nós, pesquisadores sociais e da linguagem, detemos um importante papel para o desvelamento de mecanismos e intencionalidades de grupos que buscam dominar, oprimir, naturalizar e legitimar desigualdades responsáveis pela manutenção de injustiças sociais.

1 RELACIONAMENTO ABUSIVO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO: PRINCÍPIO E ATUALIDADE

O patriarcado está aí, presente em todas as relações humanas [...]
(Saffioti, 1995)

Neste capítulo, estruturado em cinco seções, apresento o conceito fundamental que embasa esta pesquisa - a violência doméstica -, traçando um percurso histórico acerca da posição da mulher na sociedade desde a Antiguidade até os dados crescentes e alarmantes de feminicídios no Brasil na atualidade, bem como o levamento de pesquisas de doutorado sobre a temática aqui abordada.

Na perspectiva da ACD, este capítulo enquadra-se no conceito de análise de conjuntura. Para Fairclough e Chouliaraki (1999) e Fairclough (2003), analisar a conjuntura significa compreender o contexto social, histórico, político e ideológico em que os discursos são produzidos; é situar o discurso dentro das relações de poder e das práticas sociais que o moldam. As conjunturas são “conjuntos relativamente estáveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas – em seu aspecto de permanência relativa – em torno de projetos sociais específicos” (Fairclough; Chouliaraki, 1999, p. 22).

Ao proceder à análise de conjuntura, é preciso atentar-se para a análise de uma prática em particular ou práticas sociais, pois, quando realizamos uma análise de conjuntura, “investigamos as redes de práticas em que se localiza o problema do estudo” (Vieira; Resende, 2016, p. 161). Então, neste capítulo, busco abordar o contexto histórico e social em que se inserem a violência doméstica e as relações abusivas.

Na primeira seção, discorro sobre como o patriarcado se solidificou em diferentes períodos históricos, integrando as mulheres a uma posição social de fragilidade, submissão, dependência e inferioridade, visto que compreender esse processo, historicamente constituído, é essencial para o entendimento da violência doméstica e feminicídios de milhares de mulheres na contemporaneidade. As contribuições das pesquisas de Saffioti (2004) são fundamentais para a análise dos dados apresentados nesta seção.

Na segunda seção, abordo os conceitos de relacionamento abusivo, violência doméstica e feminicídio que, na respectiva ordem, culminam diariamente na morte de

mulheres em decorrência da desigualdade de gênero. Nessa seção, apresento também a definição dos tipos de violência doméstica: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, desmitificando o entendimento de que a violência se manifesta somente por meio de agressões físicas.

Na terceira seção, exploro o contexto histórico da construção da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, marco legislativo fundamental no combate à violência doméstica contra a mulher no Brasil. Para isso, teço a trajetória temporal dos principais dispositivos legais em âmbito global, até a promulgação da referida Lei no Brasil.

Na quarta seção, apresento uma visão abrangente e atualizada da violência doméstica e dos feminicídios no Brasil, com base nas pesquisas realizadas por órgãos responsáveis pela coleta de estatísticas e dados sobre a violência doméstica, tanto no contexto global quanto nacional.

Por fim, na quinta seção, apresento o resultado do levantamento de teses de doutorado realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), identificando pesquisas que se aproximam do objeto deste estudo e que contribuem para a constituição do estado da arte sobre a temática.

1.1 CONSTITUIÇÃO DO PATRIARCALISMO: O PAPEL SOCIAL DA MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA

Ao longo da vida, somos instigados a adotar papéis sociais específicos e seguir essas normas culturais se torna um meio de aceitação e satisfação dentro da sociedade. Como seres sociais, somos fortemente influenciados pelas estruturas culturais estabelecidas ao longo da história. Na visão de Cruz (2013, p. 2), “o papel social corresponde à atuação e produção do indivíduo dentro daquilo que a sociedade espera para ele”.

Nesse viés, em referência ao seu papel social, a mulher foi historicamente moldada para cumprir com suas responsabilidades na sociedade. Na Antiguidade, fatores culturais, religiosos, políticos e econômicos influenciaram diretamente na construção do papel da mulher sob a ótica de sujeição ao homem, com funções limitadas ao cuidado da casa, dos filhos e do marido. Sobre a consolidação do papel social, Cruz (2013, p. 2) entende que “sua organização se estabelece à medida que a

dinâmica social ocorre entre os indivíduos, fazendo com que aspectos organizados como tradicionais ganhem força e se torne uma regra”. Dessa forma, ao nascer, as mulheres eram programadas a desempenhar um cargo já determinado a elas.

Entre esses fatores, a religião exerceu papel central na legitimação dessa estrutura hierárquica, uma vez que, por meio de discursos doutrinários, solidificou a ideia de submissão feminina como um valor moral, reforçando a figura da mulher como submissa ao homem, colocando-a em um lugar de obediência e silêncio. Essa configuração sociocultural colaborou para a formação de um sujeito social passivo, cuja identidade é construída a partir da aceitação e da reprodução das normas impostas pelo sistema patriarcal. Assim, a religião não apenas moldou o comportamento feminino, mas também contribuiu para a naturalização da desigualdade de gênero. Na concepção de Ströher (2009, p. 104),

A religião e seus textos sagrados são, em muitos casos, determinantes no processo de produção da violência simbólica, de manutenção e de legitimação de relações de subordinação. A religião e seus textos sagrados tocam os símbolos, as convicções e a produção de sentidos da vida. Isso porque ela atua na produção e reprodução de sistemas simbólicos que exercem influências sobre as relações sociais de gênero e sobre a representação sócio-religiosa do masculino e do feminino. A religião produz e reproduz a violência, e, mais que isso, a sacraliza. Funciona, desta forma, como cúmplice do processo de socialização de homens e mulheres e veículo legitimador de relações assimétricas e da naturalização da violência de gênero.

Pautada também nos preceitos religiosos constituídos, a família moderna do final do século XVIII e do século XIX tinha papéis claramente definidos. A dedicação restrita da mulher aos filhos e ao esposo delimitava sua função exclusiva em servir, enquanto ao homem eram estipuladas atividades de prover o lar, as tomadas de decisões e o poder. A esse respeito, Samara (2002, p. 32) comenta que:

Nas uniões legítimas, o papel dos sexos estava bem definido, por costumes e tradições apoiados nas leis. O poder de decisão formal pertencia ao marido, como protetor e provedor da mulher e dos filhos, cabendo à esposa o governo da casa e a assistência moral à família.

Com isso, o pensamento de que a mulher é inferior ao homem foi instituído, ao longo dos séculos, para atender aos interesses masculinos e manter o poder dentro de uma estrutura machista e patriarcal. O entendimento do homem enquanto provedor é mencionado por Saffioti (2004) em seus estudos. Para a autora, “o papel de provedor das necessidades materiais da família é, sem dúvida, o mais definidor da

masculinidade” (Saffioti, 2004, p. 84). Essa constituição engessada da família reflete as estruturas de poder impostas pelo patriarcalismo ao longo da história da humanidade. Diante do exposto, entender o conceito de patriarcado é fundamental para discutir como a desigualdade de gênero impacta as mulheres enquanto sujeitos sociais.

Em relação ao conceito de patriarcado, Cunha (2014, p. 154) pontua:

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador(es) e dominado(s).

Dessa forma, mulheres e crianças, mães e filhos, estiveram presentes nas experiências do Brasil Colonial, em um processo histórico que estabeleceu e/ou fortaleceu os papéis de gênero: “as especificidades da vida colonial reforçaram o papel da mulher como mantenedora, gestora e guardiã da casa e do destino dos seus, fazendo-a suporte da família. Família, contudo, no feminino plural” (Del Priore, 1994, p. 75).

Como uma das principais instituições de poder, por um longo período o Estado exerceu um papel crucial na implementação de leis e políticas que limitavam a autonomia feminina, reforçando a dependência das mulheres ao marido, pai ou outra figura masculina da família.

Por muito tempo, o acesso à educação foi negado à população feminina. No século XVIII, as mulheres foram autorizadas a frequentar a escola, garantia estipulada no art. 21, da Lei Geral, de 15/10/1827. Em 1879, o Decreto Lei nº 7.247/1879 assegurou às mulheres o acesso à faculdade. No entanto, a matrícula seria feita pelo pai ou marido e as aulas ministradas separadas.

No século XIX, foram conquistados outros direitos essenciais. Em 1932, a mulher conquistou o direito ao voto, por meio do Decreto 21.076/ 1932, que instituiu o Código Eleitoral, direito incorporado à Constituição de 1934, sendo, todavia, facultativo. Somente em 1965, por intermédio da Lei 4.737/ 1965 – Código Eleitoral, o voto feminino se tornou obrigatório e equiparou-se ao voto masculino.

Em 1960, a pílula anticoncepcional trouxe uma mudança significativa: seja solteira ou casada, a mulher passou a ter o controle sobre sua fertilidade, permitindo-lhe um planejamento familiar eficaz e a organização das demandas de sua vida, que,

até então, era controlada pelos desejos dos homens, tendo a mulher apenas como reprodutora. Com isso, o papel tradicional da mulher, ligado somente à maternidade, deu espaço à busca feminina por outras ocupações, como os estudos e a carreira profissional. Segundo Soares (2021, p. 5), “com o marco mundial do controle da concepção, a mulher teve autonomia quanto ao seu corpo e liberdade de optar pela maternidade, separou-se a sexualidade da reprodução”. Em 1962, a Lei 4.121/1962 definiu que a mulher não mais precisava de autorização para trabalhar fora, receber herança, comprar ou vender imóvel, assinar documentos ou até viajar.

Na década de 70, o movimento feminista se destacou durante a ditadura militar, um período em que qualquer tipo de manifestação era reprimido; a partir desse momento, iniciou-se uma verdadeira luta contra todas as formas de violência. Assim, as representantes do Movimento Feminista buscaram dialogar com o Poder Legislativo, para implantação das políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres. Conforme Rocha (2007, p. 13),

No Brasil, a partir dos anos 70, a atuação dos movimentos feministas também se voltou para a denúncia da violência de gênero e doméstica e para exigência de seu enfrentamento pelo Estado, diante da gravidade do problema, que persiste até os dias atuais, embora ainda se careça de dados nacionais sobre sua incidência.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Dia Internacional da Mulher, estipulado em 08 de março. A data tem raízes históricas em movimentos feministas, sendo a mais conhecida a greve das operárias de uma fábrica em Nova Iorque, em 1857, quando as mulheres protestaram por melhores condições de trabalho e direitos.

Em 1977, foi sancionada a Lei 6.515/ 1977 – Lei do Divórcio, dissociando a ideia de casamento para sempre, no qual a mulher, em muitos casos, mesmo sendo humilhada, agredida e menosprezada, deveria se manter junto ao esposo em prol da manutenção da família tradicional. No entanto, as mulheres que optavam pelo divórcio eram vítimas de forte preconceito social.

Em 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal, que assegura a igualdade entre homens e mulheres, estabelecendo o fundamento legal para a luta contra a discriminação de gênero e a promoção da igualdade de direitos.

Em 2002, a Lei 10.406/2002 – atual Código Civil, garantiu que a falta de virgindade deixa de ser motivo para anular o casamento. O controle patriarcal sobre a

mulher perpassa todas as suas vontades, sejam maternas, profissionais e sexuais; nesse sentido, Saffioti (2004, p. 41) considera que “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido”.

Outros dispositivos legais foram instituídos com o intuito de minimizar a desigualdade de gênero e garantir às mulheres um papel social mais ativo e independente, além de lhes garantir mais segurança e proteção, a exemplo da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha e da Lei 13.239/2015 – Lei do Feminicídio, as quais tratarei no decorrer dessa tese.

Segundo Saffioti (2004, p. 60), “não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias”. O percurso trilhado até os dias atuais reflete um caminho de lutas árduas em busca de um lugar de igualdade e equidade para todos; no entanto, atualmente, mulheres ainda são vítimas dos resquícios desse sistema que insiste em oprimir e controlar. Castells (1999, p. 278) afirma que “o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem”.

Logo, é importante destacar que, apesar dos avanços conquistados ao longo da história, o papel social da mulher atualmente ainda se constitui de resquícios do patriarcalismo. Entendo que, embora haja mudanças legais, persistem discursos e práticas que reafirmam a subordinação feminina e naturalizam desigualdades de gênero, especialmente ao atrelar a imagem da mulher como responsável pelo cuidado do lar e da família, por exemplo. Essa compreensão me faz refletir que, além de transformações legais, a emancipação da mulher exige mudanças discursivas e culturais que descortinem as ideologias patriarcais ainda presentes na sociedade contemporânea.

Na seção seguinte, abordo os conceitos de relacionamento abusivo, violência doméstica e feminicídio.

1.2 RELACIONAMENTO ABUSIVO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O FEMINICÍDIO NOSSO DE CADA DIA

A violência sempre fez parte da construção da conjuntura social, porém não é compreendida em suas diversas facetas. Violência não se refere, necessariamente, a agressões físicas praticadas entre pessoas. Considera-se agressão, por exemplo, as

pichações e depredações praticadas às cidades como uma forma de violência (Odalia, 2017).

Desde a Antiguidade, a violência é praticada nas coletividades, tendo, em muitas ocasiões, o intuito de sobrevivência. Contudo, na conjuntura atual, a violência tem perpassado esse lugar de subsistência e assume a posição de atravessamento do outro, invalidando sua posição de indivíduo social e seus direitos estabelecidos. Nesse viés, descortinam-se vários desdobramentos da violência, incluindo-se a violência contra a mulher.

No entendimento de Marques (2005, p. 23), “a violência ultrapassa os limites dos padrões de comportamento esperados pela ordem legal e social, e deixa para trás a ideia bastante difundida de que é um fenômeno que tem origem na pobreza ou em países de terceiro tempo”. Corroborando o pensamento de Marques (2005), entendemos que a violência não se resume apenas a um fenômeno visível e palpável, mas é também reforçada por discursos que instauram relações de poder.

Com o agravamento da violência em todos os âmbitos sociais, esta passou a ser uma preocupação dos órgãos públicos de saúde. Em 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou o *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*, que apontou a morbidade decorrida da violência, instigando os profissionais da saúde a terem um olhar mais atento para essa problemática. De acordo com o relatório supracitado, o conceito de violência consiste em:

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, [n. p.]).

O referido documento pontua três tipos de violência, a saber: violência auto infligida, violência interpessoal e violência coletiva. A violência auto infligida se refere à intencionalidade de uma pessoa causar danos ao seu próprio corpo, como automutilações e, em casos mais graves, o suicídio. A violência interpessoal se subdivide em: a) aquela praticada por pessoas conhecidas e do convívio social, como a violência doméstica; b) aquela praticada por pessoas desconhecidas, como estupros praticados por estranhos. Por fim, a violência coletiva inclui: a) violência social (ex.: atos terroristas e ataques a escolas; b) violência política (ex.: guerras entre países);

c) violência econômica (ex.: negligência com as necessidades básicas sociais) (OMS, 2002).

No entendimento conceitual de violência, Saffioti (2004) define o termo de forma abrangente: “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável” (Saffioti, 2004, p. 9-10).

Dentre as várias formas de manifestação da violência na sociedade, atenho-me a aprofundar a especificidade da violência doméstica contra a mulher, praticada por seus parceiros, na maioria das vezes, dentro dos seus lares. Saliento aqui as palavras de Bandeira (2009, p. 7): “a violência contra a mulher, embora revestida de complexidade conceitual, além de ser polissêmica e multicausal, é tomada como um instrumento de controle viril sobre os corpos femininos”. Nesse sentido, Galvão (2017, p. 7) afirma que:

Assassinadas por parceiros ou ex, por familiares ou desconhecidos, estupradas, esganadas, espancadas, mutiladas, negligenciadas, violentadas por instituições públicas, invisibilizadas: mulheres morrem barbaramente todos os dias no país, mas os feminicídios não emergem como uma realidade intolerável para o Estado e nem para grande parte da sociedade.

Amorim e Barros (2014, p. 405) avaliam que “debater a violência contra a mulher é, ainda hoje, de extrema necessidade. Isso porque, apesar dos avanços sociais e políticos, a sociedade atual é marcada fortemente pela desigualdade de gênero”. O gênero é uma categoria criada para evidenciar que as diferenças entre os sexos são culturalmente constituídas em torno dos papéis sociais que, no patriarcalismo, denotam lugares de dominação e submissão. Logo, os homens colocados na posição de dominadores e as mulheres no lugar de submissas.

Nesse modelo social, o homem é forte, dominador, racional, chefe de família, enquanto a mulher é frágil, emotiva, dócil e domesticável. Esse discurso patriarcal naturaliza e contribui para a violência contra mulher, fortemente relacionada à desigualdade de gênero (Cunha, 2014). Tal lógica de poder reforça modos de subjetivação, fazendo com que muitas mulheres internalizem o controle e a violência como parte natural das relações afetivas, conforme apresento no capítulo de análise desta pesquisa.

Na obra *Crimes contra mulheres*, Bianchini, Bazzo e Chakian (2022) abordam a questão da violência de gênero e crimes cometidos contra as mulheres, debatendo sobre aspectos legais, psicológicos, sociais e culturais dessas agressões, sugerindo uma análise densa acerca da impunidade, das estruturas de poder e do sistema de justiça. Em relação à desigualdade de gênero e violência contra a mulher, as autoras pontuam:

A violência que atinge meninas e mulheres tem como raiz os diferentes valores atribuídos culturalmente a mulheres e homens que determinam expectativas sobre seus comportamentos. É a desigualdade de gênero nas relações entre homens e mulheres, consolidada ao longo de centenas de anos, que delineia as assimetrias e produz relações violentas através de comportamentos que induzem as mulheres a submissão (Bianchini; Bazzo; Chakian, 2022).

Logo, a desigualdade de gênero, historicamente constituída, estabelece visões distorcidas sobre os papéis sociais de ambos os sexos: os homens são socialmente instigados a exercer poder e controle, enquanto as mulheres são treinadas à submissão e à aceitação de abusos. Esse entendimento equivocado acerca da masculinidade e da feminilidade corrobora para um ciclo de violência, no qual as mulheres são vistas como inferiores e subordinadas.

Nesse conceito dominador/dominado, a violência doméstica está intimamente associada aos relacionamentos abusivos nos quais as mulheres estão imersas. De acordo com Pessoa (2019), relacionamento abusivo é:

[...] aquele em que predomina a coação de um parceiro sobre o outro. Há, nessas relações, um desejo frequente de posse e controle sobre a vida do consorte, de modo que, o coagido, em algum ponto, vive em função de satisfazer seu companheiro, fazendo apenas aquilo que lhe for autorizado (Pessoa, 2019, p. 4).

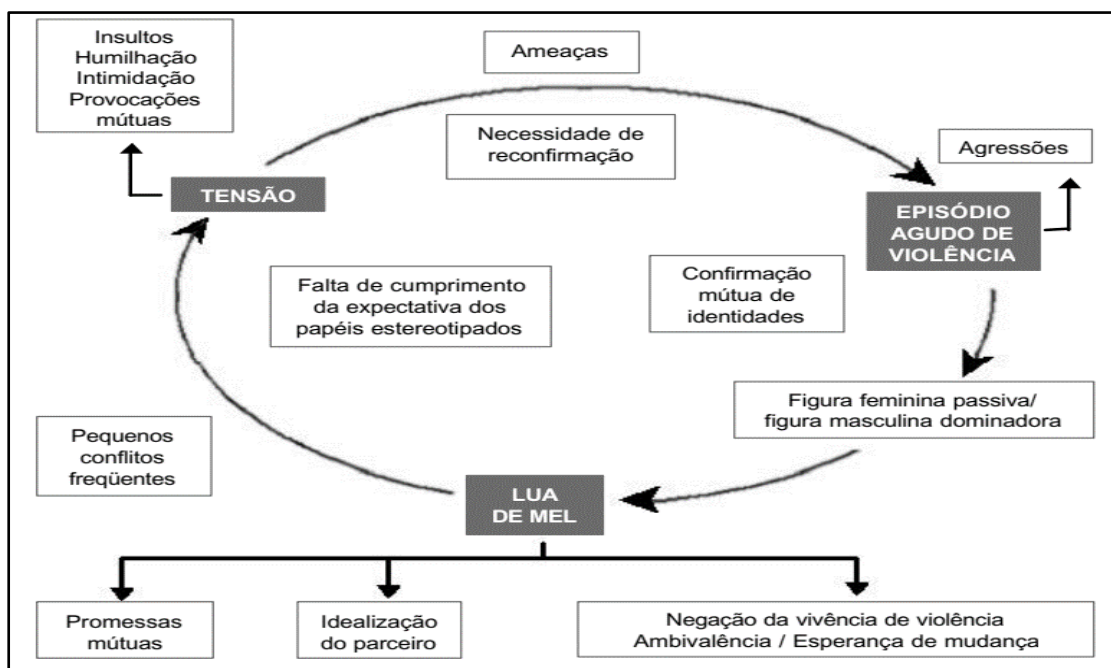
Moreira (2016) aponta que relações abusivas são marcadas por excesso de ciúmes, em que o parceiro quer isolar o outro do restante do mundo. Barretto (2015) assegura que, em uma relação abusiva, existe a necessidade de um deter controle sobre a vida do outro, caracterizando-se como uma relação de posse. É um tipo de comportamento que nem sempre acontece de forma escancarada. Em muitos casos, manifesta-se de maneira velada, por meio de uma demonstração de controle sutil, tornando-se mais evidente com o passar do tempo.

Nessa perspectiva, a psicóloga Denisdéia Sotero (*apud* Oliveira, 2017) destaca que o domínio do tipo de roupa que a mulher usa, dos lugares que ela frequenta, das pessoas com as quais ela pode conviver, da proibição de trabalhar, do controle das redes sociais, sob ameaça de terminarem a relação, são fatores que configuram um relacionamento abusivo.

Alguns comportamentos do abusador são quase imperceptíveis e, em muitos casos, as mulheres não percebem que vivem uma relação abusiva, pelo fato de não sofrerem agressões físicas. A romantização do relacionamento abusivo também é um fator importante a ser destacado, uma vez que na literatura, na televisão, no cinema, nas músicas e outros meios de veiculação, de forma explícita ou implícita, naturalizam-se discursos que justificam a violência contra a mulher e relacionamentos abusivos. Nesse contexto, Campolina (2015, n. p.) alerta:

Controle motivado por ciúme não é amor e não é romântico. Precisamos parar de falar que controlar as roupas da parceira é uma forma de demonstrar afeto ou de se mostrar preocupado com o relacionamento, por exemplo. Controlar o que a parceira veste, com quem ela conversa, aonde ela vai, proibir que ela faça algo não é sintoma de paixão, é sinal de que o relacionamento é abusivo, nada saudável.

A idealização da figura da mulher sexualizada, coisificada e objetificada e do homem como herói romântico é uma analogia distorcida, que perpetua a ideia errônea de que os ciúme exagerado, a obsessão, o controle e, conseqüentemente, todas as formas de violência contra a mulher são um ato de amor, corroborando a dificuldade de mulheres vítimas diferenciarem relações destrutivas com idealização romântica. Nessa esteira, por não se visualizarem em relacionamentos abusivos, muitas mulheres vivenciam a violência doméstica em ciclo, como ilustra a Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Ciclo da violência doméstica

Fonte: OMS (2002).

A Figura 1 aponta três fases na violência doméstica: a tensão, o episódio agudo da violência e a lua de mel.

A fase 1 (tensão) caracteriza o aumento de tensão entre o casal, onde a mulher busca por justificativas plausíveis, que expliquem o comportamento do agressor. Essa aceitação faz com que o homem não sinta mais a necessidade de controlar seus atos e, com isso, aumente os abusos de humilhação, intimidação, ciúmes e provocação. A mulher perde o controle da relação e se torna vulnerável às ameaças, possessividade e controle.

Na fase 2 (episódio agudo da violência), o acúmulo de tensão gerado na fase 1 faz com que o homem, motivado pelo sentimento de raiva, perca o controle repentinamente e provoque agressões contra a mulher, sempre como forma de “lição”, para ela aprender, levando-a a um estresse psicológico que provoca medo, ansiedade, insônia, irritabilidade, dentre outros danos.

A fase 3 (lua de mel) é marcada pelo apaziguamento. O agressor se diz arrependido do ato inadequado, reconhece seu erro, pede perdão e promete que as agressões irão cessar, tem convicção de que pode controlar seu comportamento e que a mulher aprendeu a “lição”. A mulher acredita que o homem irá mudar, predominando a idealização amorosa cultuada socialmente e, assim, o ciclo se repete.

Associando ao objeto de pesquisa deste estudo, o ciclo da violência descrito contribui para a sustentação da permanência das mulheres em relações abusivas, ao reforçar mecanismos que mantêm a dependência. Esse entendimento orienta a análise dos fatores discursivos que explicam a permanência das mulheres nos excertos que serão analisados.

Assim, a dinâmica de controle do agressor sobre a mulher e a incapacidade da vítima sair do ciclo repetitivo e abusivo da violência é o fator que, muitas vezes, culmina na violência letal, caracterizando o feminicídio. O termo ‘femicídio’ (*femicide*) é atribuído a Diana Russel, que, em 1976, no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas, o utilizou para referir a morte de mulheres por homens pelo fato de serem mulheres. Mais adiante, em 1992, Russel e Caputti (*apud* Pasinato, 2011) publicam o livro intitulado *Feminicídio: a política da morte de mulheres*, em que citam as mortes de mulheres no Massacre da Escola Politécnica da Universidade de Montreal, em 1986, como uma exemplificação de ‘femicídio’:

O exemplo mais extremo dessa violência foi o Massacre da Escola Politécnica da Universidade de Montreal, ocorrido em 6 de dezembro de 1986, quando 14 mulheres jovens foram assassinadas e outras 13 pessoas – 9 mulheres e 4 homens – ficaram feridas. O autor dos crimes, um jovem de 25 anos que não havia conseguido concluir sua matrícula para a Escola – matou-se em seguida. Na carta em que justifica seu gesto, Mark Lepine, o homicida, afirma que as mulheres morreram porque estavam cada vez mais ocupando o lugar dos homens (Russel; Caputti, 1992, *apud* Pasinato, 2011, p. 225).

O termo ‘feminicídio’ foi estabelecido por Marcela Lagarde y de los Ríos, feminista e deputada federal mexicana, que o define como “conjunto de delitos de lesa humanidade que contém os crimes e os desaparecimentos de mulheres” (Lagarde y de los Ríos, 2024, p. 8). Apesar de haver distinções conceituais entre femicídio e feminicídio, relacionadas ao contexto histórico em que surgiram, de maneira geral, as duas expressões são tratadas como sinônimas. Nesta tese, utilizo o termo feminicídio, segundo disposto na Lei 13.104/2015 – Lei do Feminicídio, que introduziu a qualificadora no Código Penal.

Conforme explanado sobre a violência doméstica, é perceptível que nem sempre os episódios se resumem em agressões físicas, posto que existe uma série de episódios de violências. Desse modo, apresento a seguir os tipos de violência doméstica, como se manifestam nas relações abusivas e as consequências negativas para as mulheres vítimas.

1.2.1 Tipos de Violência Doméstica

De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2011), o conceito de violência contra a mulher é bastante amplo, subdividindo-se em violência: psicológica, sexual, física, moral e patrimonial. Nesse entendimento, Saffioti (2004, p. 67) explica que “as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral”. Nesse mesmo sentido, Muhlen *et al.* (2012, *apud* Echeverria, 2018, p. 3) dizem que:

A expressão “violência contra a mulher” pode ser contemplada nas mais diversas situações e classificações, como violência física, sexual, psicológica, cometida por parceiro íntimo; além do estupro; abuso sexual de meninas; assédio sexual no trabalho; violência étnica e racial; violência realizada pelo estado por ação ou omissão; mutilação genital; violência e assassinatos ligados ao dote; e estupro em massa nas guerras e conflitos armados.

A Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, no art. 7º, incisos I a V, aponta os diferentes tipos de violência que afetam a mulher em uma relação abusiva. A violência física é a forma mais difundida quanto à violência contra mulheres, devido ao seu aspecto visível. O inciso I define a violência física como “qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (Brasil, 2006, n. p). A violência física é concretizada quando o parceiro faz uso da força corporal, sendo manifestada por meio de socos, tapas, chutes, empurrões. Para Ferreira (2020), a violência física também envolve tremores, apertos de braços, estrangulamentos ou asfixia, além de tortura, queimaduras, provocados por armas de fogo ou por objetos pontiagudos e perfurantes. Garcia (2010) entende a violência física como uso intencional da força, com o intuito de ferir, subjugar, danificar ou destruir.

No inciso II, a violência psicológica é definida como:

II – [...] qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006, n. p.)

A violência psicológica também acontece de forma velada, disfarçada de cuidado, quando o homem detém vigilância constante dos locais que as parceiras frequentam, de suas redes sociais, das pessoas com quem se relacionam socialmente, das roupas que usam, dentre tantas outras formas de controle. Miles (2012) pontua que, no abuso psicológico, as agressões - que não são óbvias, como a agressão física - provocam sérios danos emocionais às mulheres. A violência psicológica prejudica o desenvolvimento pessoal, afetando a autoconfiança da mulher, podendo, muitas vezes, causar danos à sua saúde mental, provocando depressão e, em casos mais graves, suicídio.

O inciso III define o conceito de violência sexual como:

III – [...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2006, n. p.).

Em relações afetivas, nem sempre as mulheres vítimas conseguem identificar a violência sexual praticada por seus parceiros. O entendimento machista de que as mulheres devem satisfazer os desejos sexuais de seus maridos, mesmo que não estejam dispostas, devendo estar sempre à disposição, faz com que as mulheres acreditem não poder recusar o ato sexual, tendo-o como obrigação de esposa.

Outro tipo de violência praticada contra a mulher é a patrimonial, geralmente acompanhada por outras violências, como a física e psicológica, por exemplo, o que dificulta a vítima entender algumas ações e violações como atos de violência. A Lei nº 11.340, no inciso IV do art. 7º, caracteriza a violência patrimonial como:

IV - [...] qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (Brasil, 2006, n. p.).

Existem diversas formas de violência patrimonial praticadas contra mulheres em seus relacionamentos: “a violência patrimonial consiste em roubar ou destruir objetos pessoais, maltratar animais domésticos, tomar dinheiro, negar necessidades básicas como alimentação e vestuário” (Soares, 1999, p. 67). Outros exemplos de

violência patrimonial são o controle de suas vidas financeiras, a destruição de seus pertences, como celulares, quando os homens, motivados por ciúmes, criam uma ilusão de traição, destruição de seus instrumentos de trabalho, por não aceitarem a independência feminina e, com isso, a possibilidade de libertação de um relacionamento abusivo.

Por fim, em seu art. 7º, inciso V, a citada Lei também menciona a violência moral, compreendida como “como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”, manifestada pelo uso de ofensas e termos pejorativos que afetam a moral da mulher. Para justificar a agressão praticada, muitos homens comentem a violência moral difundindo fatos caluniosos e difamatórios sobre as mulheres: “em geral o agressor conhece bem os hábitos, os sentimentos e maneiras de agir e reagir de sua vítima, o que a torna mais vulnerável aos seus ataques” (Marques, 2005, p. 19). A Secretaria de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2011) conceitua violência moral como:

[...] toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, escritos, comportamento, atitude, etc.) que, intencional e frequentemente, fira a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho (Brasil, 2011, p. 24).

De acordo com Kashani e Allan (1998), mulheres vítimas de violência doméstica sofrem prejuízos que afetam seu desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional e/ou afetivo. No que concerne aos danos físicos, a violência sofrida gera inflamações, contusões, fraturas, hematomas ou sequelas definitivas, como limitações nos movimentos motores, deficiências físicas, entre outros. Em relação aos danos psicológicos, são observados insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite e problemas psicológicos, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool, drogas e tentativas de suicídio (Kashani; Allan, 1998).

Molina e Gomes (2002) complementam:

Os sentimentos psicológicos frequentemente encontrados em mulheres submetidas a abusos no âmbito de um relacionamento íntimo são: sentimentos de humilhação, raiva, vergonha, impotência, culpa, solidão; perda progressiva da autoconfiança; ausência de interesse e motivação para atividades; ansiedade, depressão e

agressividade; diminuição da autoestima; disfunções sexuais; dependência, entre outros (Molina; Gomes, 2002, p. 86-87).

A explanação acerca dos tipos de violência praticados contra a mulher ratifica a perpetuação da desigualdade de gênero e as consequências desse problema social para a sociedade feminina.

Na sequência, abordo os dispositivos legais que foram constituídos ao longo do tempo, com o intuito de proporcionar às mulheres garantias de uma vivência social sem discriminação e violência. Nesse contexto, trato da Lei 11.340 - Lei Maria da Penha, amparo legal para mulheres vítimas de violência doméstica, discorrendo sobre sua constituição temporal.

1.3 LEI 11.340 – LEI MARIA DA PENHA: CONTEXTO HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO

O processo de elaboração da Lei Maria da Penha foi marcado por um longo período de luta das mulheres em todo o país. Segundo Brazão (2010, p. 128), “todo o percurso do Projeto, até ser transformado em Lei, foi marcado por mobilizações de apoio, realização de audiências públicas e seminários”, com vistas a constituir uma legislação que atendesse aos anseios das mulheres vítimas de violência, com mecanismos de prevenção e punição.

Tratando-se da garantia dos direitos humanos a todas as pessoas, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, em seu art.1º, assegura que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 1948, p. 1). Atrelados à citada Declaração, dois importantes documentos ressaltam a garantia dos direitos humanos: o *Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos* (PIDCP)⁴ e o *Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (PIDESC)⁵.

Em seu art. II, 2º.1, o PIDCP menciona os direitos a todos os indivíduos, sem discriminações:

Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar e a garantir a todos os indivíduos que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo,

⁴ Ratificado pelo Brasil em 1992. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992.

⁵ Ratificado pelo Brasil em 1992. Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992.

língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra condição (Brasil, 1992, n. p.).

Por sua vez, em seu art. 2º, o PIDESC também menciona a igualdade de direitos a todas as pessoas, independentemente de sexo:

§2. Os Estados Membros no presente Pacto comprometem-se a garantir que os direitos nele enunciados se exercerão sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, **sexo**, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação (Brasil, 1992, n. p.).

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (*Pacto de San Jose da Costa Rica*)⁶, de 1969, em seu art. I, 1º.1, também aborda a discriminação de sexo:

Os Estados-Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, **sexo**, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social (Brasil, 1992, n. p.).

Segundo Cunha (2009, p. 121), duas convenções firmadas pelo governo brasileiro também fortaleceram a temática e contribuíram para o avanço em busca de uma legislação efetiva. A primeira foi a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)⁷, de 1979, conhecida como Lei internacional dos Direitos da Mulher. Esse documento foi o primeiro a especificar o termo 'discriminação contra a mulher', conforme seu art. 1º:

Para os fins da presente Convenção, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (Brasil, 1994, n. p.).

A segunda foi a chamada Convenção de Belém do Pará, em 1994. Vale lembrar que, na década de 90, emergiu o movimento feminista com a reivindicação de

⁶ Ratificada pelo Brasil em 1992. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.

⁷ Ratificada pelo Brasil em 1984, com reservas a respeito dos temas relacionados ao direito de família. Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Foi completamente ratificada em 1994.

mulheres por medidas incisivas no combate à violência e à discriminação. Assim, em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como *Convenção de Belém do Pará*⁸, traz em seu texto a violência contra a mulher pautada na desigualdade de gênero, diferentemente dos demais documentos, que relatam a desigualdade de sexo: “Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero [...]”. O art. 3º reza que “toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Brasil, 1996, n. p.).

Apesar dos avanços legislativos de proteção à mulher no cenário internacional, no Brasil faltava agilidade para efetivação de leis que contemplassem os propósitos das convenções internacionais consolidadas. A primeira ação do governo brasileiro com o objetivo de incluir a violência contra mulheres em um panorama mais abrangente foi a instituição da primeira delegacia especializada no atendimento às mulheres, em 1985, considerando que os documentos descritos só foram ratificados no Brasil a partir de 1992.

Além das convenções e documentos citados, Oliveira (2017) menciona outros eventos que tinham como pauta a garantia do direito de igualdade entre homens e mulheres, a saber: a Primeira Conferência Internacional das Mulheres (México), em 1975; a Segunda Conferência das Mulheres, em Copenhague (Dinamarca), em 1980; a Terceira Conferência das Mulheres, em Nairóbi (Quênia), em 1985; a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena (Áustria), em 1993; a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (Egito), 1994; a Quarta Conferência das Mulheres, em Beijing (China), em 1995.

De acordo com Ardaillon (2002, p. 3),

[...] essas conferências mundiais constituíram etapas marcantes dos vinte últimos anos da história dos direitos das mulheres. Batalhas e conquistas para umas, encontros e discussões para outras, porém, sem dúvida nenhuma, para todas as mulheres a possibilidade de solidariedade no seio das diferenças. Essas conferências tiveram um impacto sobre a estrutura de gênero na maior parte dos países membros da ONU e foram importantes para legitimar a instauração de mudanças que devem influenciar o destino das brasileiras e dos brasileiros para o século XXI.

⁸ Ratificada em 1996. Decreto nº 1973, de 1º de agosto de 1996.

Importante destacar a Constituição Federal de 1988 como processo que condiz com os acontecimentos e documentos que abrangem a temática aqui discutida. Em seu art. 5º, inciso I, a Carta Magna preconiza: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Brasil, 2016).

Em 2001, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão responsável por julgar os casos e aplicar sentenças aos estados signatários da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, pressionou o poder público brasileiro para a efetivação de uma lei acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim, em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, refletindo um processo histórico de luta por visibilidade e divulgação a uma temática invisibilizada por longas décadas.

Tal documento foi institucionalizado após um longo processo de busca por justiça: Maria da Penha Maia Fernandes viveu, por anos, em um relacionamento abusivo e, em 1983, sofreu dupla tentativa de feminicídio. Foi atingida por dois tiros nas costas enquanto dormia, o que a deixou paraplégica. Passou por duas cirurgias e, ao voltar para casa, além de ficar em cárcere privado durante 15 dias, sofreu novo atentado quando o marido tentou eletrocutá-la durante o banho.

Desde então, Maria da Penha buscou incessantemente que o Estado reconhecesse seu esposo como o responsável pelas agressões por ela sofridas. Somente em 1991 aconteceu o primeiro julgamento, no qual Marco Antônio foi condenado a oito anos de reclusão, mas saiu em liberdade, em decorrência dos argumentos da defesa. Em 1996, foi realizado um novo julgamento e, novamente, foi concedida a liberdade ao agressor devido a irregularidades processuais. Em 2001, o Estado foi “responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras, diante ao silêncio das denúncias” (IMP, 2019). A Lei Maria da Penha só foi promulgada no ano de 2006, após 23 anos da ocorrência das duas tentativas de feminicídio. Esse dispositivo legal é uma conquista da luta das mulheres por respeito, dignidade, liberdade e igualdade.

O art. 2º da Lei 11.340/2006 afiança que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Brasil, 2006, n. p.).

Desde a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948, o intermédio da Constituição Federal, em 1988, e todos os documentos e acontecimentos relatados, até a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, passaram-se 56 anos. Note-se que, nos excertos acima destacados, o vocábulo ‘direito’ é evidenciado como garantia do ser humano, especialmente das mulheres, considerando que, devido à desigualdade de gênero, a figura feminina sempre foi colocada socialmente em uma posição de inferioridade. Esse direito tem sido violado na recorrência das violências praticadas contra as mulheres.

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, traz em seu texto a definição de violência doméstica:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Brasil, 2006, n. p).

No trecho acima, a violência doméstica é caracterizada por toda ação ou omissão baseada no gênero, podendo ser efetivada no âmbito familiar e social e não restrita somente a relacionamentos afetivos. Sobretudo, é nas relações conjugais onde incide grande maioria dos casos.

A seguir, apresento o cenário atual da violência doméstica e feminicídios no Brasil, exibindo dados e estatísticas atuais que corroboram a discussão acerca do aumento gradativo dos casos no país.

1.4 PANORAMA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIOS NO BRASIL: DADOS E ESTATÍSTICAS

A OMS conceitua saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1946). Por sua vez, a Constituição Federal do Brasil, em seu art. 196, pontua que a saúde é direito de todos e dever do Estado. A violência presente nas relações interpessoais é

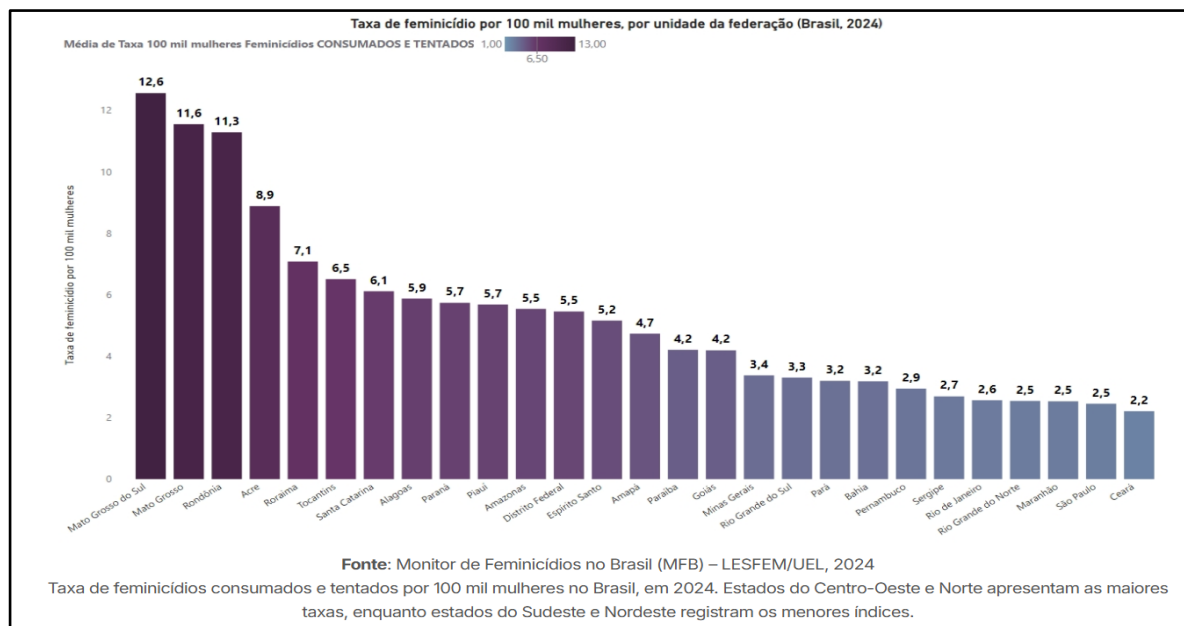
considerada um problema de saúde pública e tem lugar de evidência para os profissionais da saúde.

É pertinente destacar aqui o cuidado em não associar a violência doméstica a um mero problema de saúde reduzido apenas à dimensão biológica, mas oriundo de causas estruturais, de ordem social, cultural e discursiva. Nessa perspectiva, compreende-se a violência doméstica como um agravo à saúde das mulheres vítimas, considerando que, além de envolver agressões físicas, a problemática é uma doença da alma, que afeta o emocional e a validação social de milhares de mulheres no meio em que estão imersas.

De acordo com a OMS, o Brasil ocupa a quinta posição mundial em mortes violentas de mulheres, com uma taxa de 4,8 feminicídios para cada 100.000 mulheres. O *Boletim nº 3 - Violência Feminicida em Números: América Latina e Caribe*, publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), demonstra que, na América Latina, países como Honduras, República Dominicana e Brasil destacam-se com altas taxas de feminicídio. Em 2023, Honduras registrou 7,2 casos por 100.000 mulheres, a República Dominicana teve 2,4 e o Brasil apresentou 1,4 (CEPAL, 2024).

Em 2024, o Laboratório de Estudos de Feminicídios (LESFEM), vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL), realizou o levantamento de casos de feminicídios no Brasil. Os dados foram coletados a partir de monitoramento contínuo de notícias publicadas na imprensa, complementados com informações de bases públicas e pesquisas realizadas pelo Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB), do LESFEM/UEL. O período de análise corresponde de janeiro a dezembro de 2024. Foram utilizadas duas definições para o levantamento: I - Feminicídio Consumado: assassinato de uma mulher motivado por razões de gênero; II - Feminicídio Tentado: tentativa de assassinato de uma mulher motivada por razões de gênero, em que a vítima sobrevive. Os critérios de inclusão consideraram apenas casos claramente identificados como feminicídios por fontes oficiais ou que tivessem indícios de motivação de gênero, conforme análise dos dados (MFB/LESFEM/UEL, 2024).

Os resultados obtidos apontaram que, no Brasil, em 2024, foram concretizadas 1.859 mortes por feminicídio consumado e 2.286 por feminicídio tentado. Entre os estados com maiores taxas de feminicídio estão: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, respectivamente, conforme demonstra a Figura 2, a seguir:

Figura 2 - Taxa de feminicídio/100 mil mulheres/UF (Brasil-2004)

Fonte: MFB/LESFEM/UDEL (2024).

Os altos índices de feminicídios no país evidenciam a análise de Lagarde y de los Ríos (2024), que menciona a impunidade dos agressores para elucidar a ratificação desses crimes ao longo do tempo:

Para que se dê o feminicídio concorrem de maneira criminal o silêncio, a omissão, a negligência e a conveniência de autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses crimes. Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado (Lagarde y de los Ríos, 2024, p. 8. Tradução nossa).

Para a referida autora, o feminicídio está além do entendimento de um crime individual, configurando-se como um crime coletivo, reflexo de um sistema falho, caracterizado pela omissão, negligência e impotência das autoridades; o Estado se torna coautor do delito ao falhar com seu papel de garantir a segurança social das mulheres vítimas.

Em decorrência do aumento desenfreado de casos no país, em 2015, a ex-presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei do Feminicídio - Lei nº 13.104/2015, dispositivo legal que tem importante papel na tentativa de reduzir os casos de violência contra as mulheres no Brasil. A referida Lei altera o art. 121 do Código Penal, considerando feminicídio todo crime praticado contra a mulher por razões da condição

de sexo feminino: “§ 2º - Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (Brasil, 2015).

Ao tipificar o feminicídio como crime hediondo, a Lei do Feminicídio alerta sobre a gravidade do problema da violência doméstica e a necessidade de rigor na punição dos agressores. Embora essa Lei represente um importante passo em prol do combate à violência de gênero, é necessária a efetivação, de fato, das legislações vigentes, bem como a criação de políticas públicas que visem à erradicação do problema na prática. Alicia Fournier Vargas (2001, p 269) adverte que “tais leis são letra morta, se não se efetua uma mudança cultural e de mentalidade, sem uma vontade política que permita criar as condições fundamentais para o exercício desses direitos”.

Ao definir juridicamente o que se entende por feminicídio, o Estado também impõe barreiras às múltiplas formas de violência vividas por inúmeras mulheres que não se enquadram em padrões pré-estabelecidos para o público feminino, como mulheres trans, moradoras de rua, usuárias de entorpecentes e aquelas em situação de vulnerabilidade social. Essa nomeação regulamentadora demonstra, muitas vezes, uma realidade peculiar e, assim, mascara experiências que não se enquadram nos moldes da legalidade. Portanto, o discurso jurídico, ao mesmo tempo em que denuncia a violência, também a regula, uma vez que não engloba toda a realidade, mas sim uma parte que se enquadra nos parâmetros de normalidade.

Em 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto Datafolha publicaram a 4ª edição da pesquisa intitulada *Visível e invisível: a vitimização de mulheres do Brasil*. O universo da pesquisa foi a população adulta brasileira de todas as classes sociais, com 16 anos ou mais, com abrangência nacional, envolvendo todas as regiões do país. A amostra total de mulheres foi de 1.042 pessoas, das quais 818 aceitaram responder o módulo de autopsiquiometria da entrevista. A pesquisa foi desenvolvida em janeiro de 2023; logo, os resultados correspondem a acontecimentos de 2022.

De forma inédita, a referida pesquisa abordou o questionamento sobre as mulheres entrevistadas terem vivenciado violência provocada por parceiro ou ex-parceiro íntimo ao longo da vida. As questões se basearam em pesquisas feitas em outros países e tiveram como referência o relatório *Estimativas de prevalência de violência contra as mulheres*, da OMS (2021).

A versão mais recente da pesquisa realizada pela OMS, publicada em 2021, envolveu 366 estudos em 161 países, efetivados entre 2000 e 2018. Os resultados globais indicam que 27% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos experimentaram violência física ou sexual provocada por parceiro ou ex-parceiro íntimo. De acordo com a pesquisa conduzida pelo FBSP e pelo Datafolha, em 2023, o número de mulheres brasileiras acima de 16 anos corresponde a 33,4% das entrevistadas. Os dados levantados chamam atenção para a sobressalência dos números de violência doméstica brasileira em nível global.

Outro questionamento diz respeito às mulheres terem sido vítimas de violência nos últimos 12 meses, o que correspondeu a 28,9% das participantes, a maior prevalência já verificada na série histórica da pesquisa, referente aos anos de 2017, 2019, 2021 e 2023. O aumento corresponde a 4,5 pontos percentuais em relação ao último levantamento, o que revela a acentuação das violências sofridas por mulheres no Brasil. Sobre o aumento acelerado dos casos de violência, o documento adverte: “Cabe destacar, na comparação com as pesquisas anteriores, que estamos diante de um crescimento acentuado de formas de violência grave, que podem incorrer em morte da mulher” (FBSP, 2023, p. 22).

Em relação ao local das agressões mais graves, 53,8% afirmam que os episódios de violência ocorreram em casa. Essa porcentagem teve um aumento de mais de 10 pontos em comparação com a primeira edição da pesquisa, concretizada em 2017, quando 43,3% das mulheres responderam ter sido vítimas de violência em suas residências, ou seja, “a violência doméstica tem lugar, predominantemente, no interior do domicílio” (Saffioti, 2004, p. 72)

Outro dado relevante levantado pela referida pesquisa consiste na situação conjugal das mulheres e seus agressores. Nos últimos 12 meses, 41,3% das agressões foram praticadas por ex-maridos/parceiros.

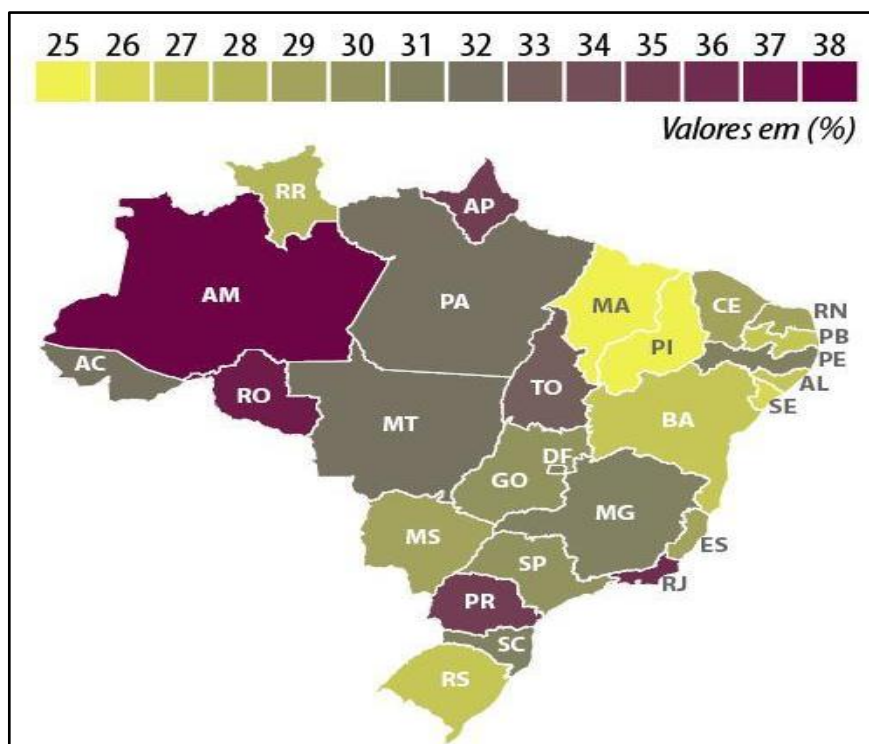
Na 4ª edição da pesquisa *Visível e invisível: a vitimização de mulheres do Brasil*, as entrevistadas foram questionadas sobre a atitude tomada em relação à agressão mais grave sofrida nos últimos 12 meses e a resposta com maior percentual continua sendo “não fez nada”: 52% em 2017 e 2019, 44,9% em 2021 e 45% em 2023. É digno de nota que a maioria das vítimas ainda permaneça em silêncio, fato que corrobora o objetivo geral deste estudo: evidenciar os motivos que levam as mulheres vítimas a permanecer junto a seus agressores.

Esse silêncio, portanto, não deve ser entendido socialmente como aceitação passiva, mas como resultado de um sistema que culpabiliza a mulher e cria um cenário de medo, desconfiança e descrédito nas legislações. Assim, o ato de não denunciar é também uma estratégia de sobreviver em meio a uma estrutura patriarcal que responsabiliza a vítima e inocenta o agressor.

Outro estudo que aborda o aumento desenfreado da violência doméstica no Brasil é a *10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher*, realizada pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), em 2024. Essa pesquisa é realizada a cada dois anos e tem como propósito ouvir mulheres acerca da desigualdade de gênero e violência doméstica. Foram entrevistadas 21,7 mil mulheres, acima de 16 anos, com questionamentos sobre vivência ou conhecimento de casos de violência doméstica, machismo estrutural e a eficácia da Lei Maria da Penha.

Os dados levantados pela *10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher* demonstram que 68% das brasileiras têm uma amiga, familiar ou conhecida que já sofreu violência doméstica. Em relação ao aumento da violência, 74% das mulheres têm conhecimento do crescimento dos casos em relação ao ano de 2023. No que concerne à percepção do Brasil como um país machista, 62% acreditam que o país é majoritariamente machista.

A Figura 3, a seguir, traz o *Mapa Nacional da Violência de Gênero no Brasil – 2024*, representando o percentual de violência doméstica sofrida por mulheres participantes da pesquisa. Na média, 30% das entrevistadas relataram violência sofrida por um agressor homem. Rondônia, Amazonas e Rio de Janeiro figuram entre os estados com maiores índices de mulheres declarantes de ser vítimas de violência:

Figura 3 - Mapa Nacional da Violência de Gênero no Brasil (2024)

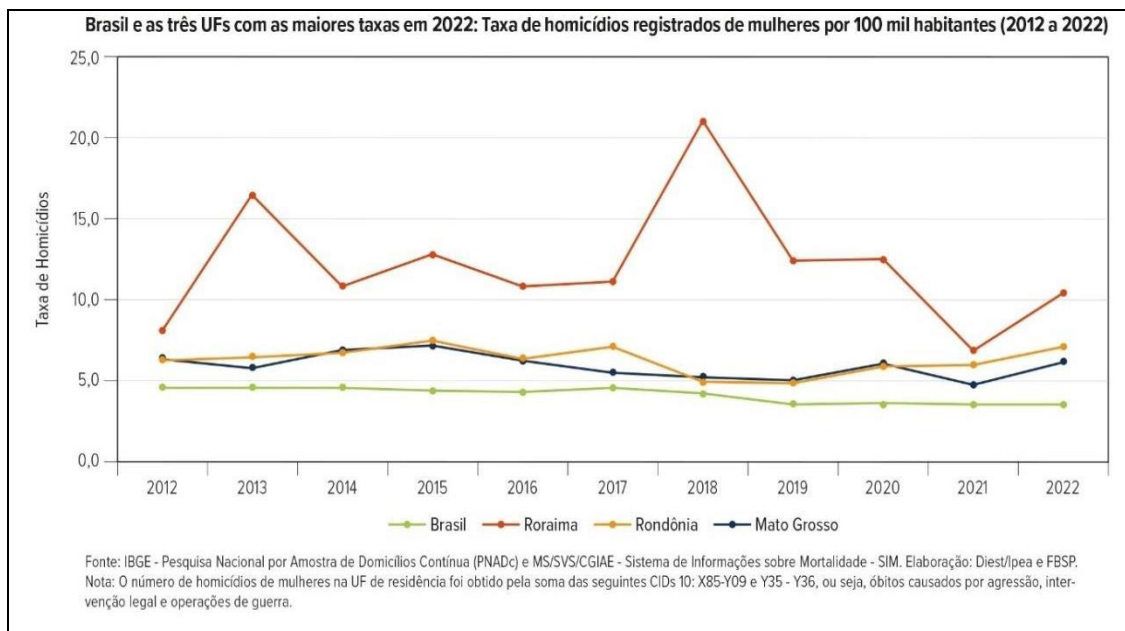
Fonte: Agência Senado (2024).

O *Mapa Nacional da Violência de Gênero*, desenvolvido por intermédio da pesquisa supracitada, foi selecionado pela ONU para ser apresentado na 68ª Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW), realizada em Nova York, em 14 de março de 2024.

Corroborando a abordagem referente ao aumento da violência doméstica nos últimos anos no Brasil, o *Atlas da Violência*, publicação anual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o FBSP, publicou, em 2024, um levantamento referente à violência doméstica no Brasil entre os anos de 2012 a 2022, pesquisa coordenada por Daniel Cerqueira e Samira Bueno. O estudo apontou que 48.289 mulheres foram assassinadas no país no período supracitado, sendo 3,5 mortes (3.806 vítimas) para cada 100 mil mulheres brasileiras no ano de 2022.

De acordo com a citada pesquisa, 20 unidades da federação tiveram aumento da violência contra mulheres em 2022, em comparação com a taxa nacional, com números mais significativos nos estados de Roraima (10,4), Rondônia (7,2) e Mato Grosso (6,2). Esses três estados também estão entre aqueles onde a violência letal contra mulheres mais cresceu em relação ao ano anterior, com aumentos de 52,9%, 20,0% e 31,9%, respectivamente, conforme apresenta o gráfico ilustrado na Figura 4, a seguir:

Figura 4 - Brasil e as três UF com as maiores taxas em 2022: taxa de homicídios registrados de mulheres/100 mil habitantes (2012 a 2022)



Fonte: IPEA (2024).

Os estados de Rondônia e Mato Grosso também estão entre os que superaram a taxa nacional de homicídios de mulheres negras em 2022. Rondônia teve um aumento de 7,5% e Mato Grosso de 6,9%; este último registrou sua taxa maior do que a nacional em todos os últimos 10 anos. Em números integrais, foram 2.526 mulheres negras assassinadas, o que corresponde a 66,4% das vítimas, dados que alertam para a necessidade de um olhar mais atento e rigoroso para os casos de homicídios praticados contra mulheres negras, reflexo de uma sociedade machista e, além disso, racista.

Concernente ao local dos homicídios contra mulheres, o domicílio é o local onde se concentram as maiores taxas de crimes letais à vida das mulheres brasileiras. Os dados levantados pelo estudo apontam que, em 34,5% dos casos, as mulheres são mortas dentro de suas próprias casas, sendo o total de 1.313 vítimas em 2022. Essas estatísticas sugerem uma abordagem mais pautada em combater a violência doméstica, a fim de minimizar os homicídios em decorrência do gênero.

O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, de periodicidade anual e publicado pelo FBSP, tem como finalidade levantar e divulgar dados referentes à segurança pública no país. A pesquisa realizada em 2023 evidencia o aumento gradativo da violência contra a mulher. Em 2023, foi realizada a 17ª edição desse Anuário e os dados pontuam que, em 2022, 1.437 mulheres foram vítimas de feminicídio.

Outro ponto importante a se destacar é que o estudo em questão corrobora a pesquisa do já citado *Atlas da Violência*, do IPEA, referente aos índices superiores de mortes de mulheres negras - 61,1% feminicídios de mulheres negras e 38,4% de brancas. “O recorte em termos de raça/cor das mulheres vítimas de violência letal no país reafirma os elementos de racismo que perpassam todas as modalidades criminosas no país, de um jeito ou de outro” (FBSP, 2023, p. 142).

Na pesquisa do FBSP, supracitada, Rondônia tem posição de destaque dentre os outros estados, apresentando as maiores taxas do país, tanto de feminicídios (3,1 vítimas por 100 mil habitantes), quanto a de homicídios femininos (11,2 vítimas).

Em 2024, o FBSP disponibilizou o *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Em 2023, o número de mulheres vítimas de feminicídio foi de 1.467, o maior já registrado desde que a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) foi criada. O levantamento alertou que 17 estados têm taxas mais altas do que a média nacional, sendo os maiores índices em Rondônia (2,6) e Mato Grosso (2,5).

Em Rondônia, foram 44 casos de feminicídio nos anos de 2022 e 2023, o que coloca o estado, por duas vezes consecutivas, como o que mais matou mulheres por feminicídio. Analisando outro recorte, mais de 7,7 mil mulheres sofreram violência doméstica entre 2022 e 2023 em Rondônia. As taxas são menores apenas do que em Mato Grosso. Ambos os estados são o que apresentam maiores números de mulheres vítimas de violência doméstica nos dois últimos anos (Cruz, 2024, *online*).

Em relação aos motivos que colocaram Rondônia no topo de mortes por feminicídio, a promotora Joice Gushy Mota Azevedo (*apud* Cruz, 2024), que atua em júris de feminicídio, afiança que “a violência contra a mulher é tolerada e, em muitos casos, justificada. Uma visão excessivamente conservadora desqualifica e menospreza a vida de mulheres que não seguem um padrão pré-formatado e considerado de ‘mulheres de valor’” (Cruz, 2024, *online*).

O padrão pré-formatado citado pela promotora esbarra nos modelos estabelecidos historicamente pelo patriarcalismo às mulheres: “mulher de valor” é sinônimo de submissão e subjugação. Nesse viés, a promotora destaca que uma parte significativa da sociedade rondoniense adota uma visão voltada à objetificação da mulher, enfatizando sua aparência física e impondo rígidos padrões culturais de submissão, bem como é pequeno o sentimento social da população pela integridade física e psicológica e pela vida da mulher. Com isso, a objetificação da mulher e as imposições culturais de submissão perpetuam práticas de violência e discriminação.

A Tabela 1, abaixo, demonstra o quantitativo de homicídios e feminicídios em desfavor da população feminina dos estados de Rondônia e Mato Grosso, com base nos dados publicados pelo FBSP referentes aos anos de 2022 e 2023:

Tabela 1 - Crimes praticados contra mulheres em Rondônia e Mato Grosso (2022-2023)

Crime	Rondônia		Mato Grosso	
	2022	2023	2022	2023
Feminicídios	23	21	47	46
Tentativa de feminicídio	41	58	82	60
Homicídios contra Mulheres	64	48	101	103
Tentativa de homicídios contra mulheres	158	179	249	343
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	3.653	4.132	11.415	10.540

Fonte: Elaborado pela autora. Dados do FBSP (2024).

Em julho de 2025, quando este capítulo já estava concluído, foi publicado o *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, cujo levantamento mais recente reafirma as discussões aqui apresentadas e traz um alerta preocupante: em 2024, ao menos quatro mulheres foram vítimas de feminicídio por dia no Brasil, totalizando 1.492 mortes. Trata-se do maior número registrado desde 2015, ano em que a Lei do Feminicídio entrou em vigor, superando os índices apresentados nas pesquisas anteriores.

Em nível subnacional, 15 estados brasileiros apresentaram taxas superiores à média nacional, que foi de 1,4 feminicídios por grupo de 100 mil mulheres. O estado de Mato Grosso registrou a maior taxa do país (2,5), enquanto Rondônia, apesar de ter apresentado redução em relação a 2023, manteve um índice de 1,5, ainda acima da média nacional (FBSP, 2024).

Conforme evidenciado pelas pesquisas descritas, Rondônia e Mato Grosso estão entre os três estados com maiores taxas de feminicídio do país. Curiosamente, esses estados estão diretamente ligados a esta tese de doutorado. Rondônia, por ser o estado onde resido e no qual foram levantados os dados para análise, coletados em conversas com mulheres vítimas de relacionamento abusivos e violência doméstica. Em Mato Grosso, situa-se a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), instituição à qual esta pesquisa está vinculada.

Diante do cenário disposto, é preciso um olhar crítico para o problema em questão. Postulo que os dados selecionados e discutidos representam mais do que

indicadores estatísticos: expressam discursos que normalizam a desigualdade de gênero; não apenas denunciam a persistência do fenômeno, mas também evidenciam o modo como práticas opressoras contribuem para o aumento desenfreado da violência contra a mulher.

Considerando a gravidade e a persistência dos índices de violência doméstica e do crescente número de feminicídios no Brasil, é imprescindível que a temática seja amplamente debatida e investigada no meio acadêmico. Nesse contexto, pesquisar o que tem sido produzido na área é fundamental para situar a presente investigação e evidenciar suas contribuições teóricas e metodológicas. Assim, o tópico a seguir apresenta o estado da arte sobre a temática da violência doméstica em pesquisas de doutorado, de modo a contextualizar e justificar a relevância deste estudo no cenário acadêmico atual.

1.5 PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELAÇÕES ABUSIVAS NO BRASIL

Com o intuito de reforçar a relevância desta pesquisa, realizei uma busca criteriosa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com o objetivo de mapear as produções acadêmicas que abordam a temática da violência doméstica. A pesquisa foi realizada a partir da palavra-chave “*violência doméstica*”, considerando todas as teses de doutorado desenvolvidas entre 2020 e 2025, vinculadas aos programas de pós-graduação da grande área de conhecimento Linguística, Letras e Artes. O Quadro 1 apresenta os dados encontrados:

Quadro 1 - Teses sobre violência doméstica

ANO	TESE
2021	DAMACENA, Bianca Machado Quintino. Vivas nos queremos : os discursos de mulheres em situação de violência doméstica que foram em busca de ajuda. 31/03/2021. 285 f. Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
2021	SANTOS, Nadir Chagas Ribeiro dos. Uma análise sistêmico-funcional da construção da narrativa da vítima de violência doméstica : em foco, o caso Maria da Penha. 04/08/2021. 119 f. Doutorado em Letras. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
2021	REBELO, Ana Cecilia Trindade. (In)Domáveis: Narrativas de controle do corpo de mulher . 20/07/2021. 152 f. Doutorado em Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Continua...

Quadro 1 - Teses sobre violência doméstica (Cont.)

ANO	TESE
2022	AQUINO, Fernanda Camargo. A estigmatização de mulheres vítimas de violência sob uma perspectiva sociointeracional a partir de seus relatos orais . 30/11/2022. 200 f. Doutorado em Letras. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.
2022	FAVERO, Elizabeth. Representações de mulheres vítimas de violência doméstica em veículos midiáticos sul-mato-grossenses: o empoderamento feminino em (des)construção . 04/09/2022. 160 f. Doutorado em Letras. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.
2022	SILVA, Aline Teixeira da. Quando o amor rima com dor: representações da violência conjugal na literatura contemporânea . 28/04/2022. 257 f. Doutorado em Literatura. Universidade de Brasília, Brasília.
2022	FERREIRA, Angela Paula Nunes. De crime de paixão em legítima defesa da honra a crime de ódio: reconfigurações das vontades de verdade e produção de subjetividades para a mulher vítima de feminicídio na contemporaneidade . 01/12/2022. 192 f. Doutorado em Linguística. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
2022	MARTINS, Debora Sousa. O discurso de resistência de egressas do programa Mulheres Mil do Instituto Federal Goiano: uma análise de discurso crítica . 11/04/2022. 413 f. Doutorado em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília.
2023	COSTA, Francisco Lua. Violências às mulheres: as formas de violência contra as mulheres em Venha Ver o Pôr do Sol . 25/08/2023. 135 f. Doutorado em Letras. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros.
2022	PORTELA, Natalia Tano. Do corpo objeto ao corpo livre: uma leitura feminista de Alciene Ribeiro Leite . 30/08/2022. 140 f. Doutorado em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.
2023	COSTA, Camila Goncalves da. O protagonismo feminino em Torto Arado, de Itamar Rangel Vieira Junior . 26/11/2023. 176 f. Doutorado em Letras. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.
2023	SANTOS, Georgia de Castro Machado Ferreira. Lágrimas que não vão a júri: a discursivização dos corpos das policiais militares femininas . 28/09/2023. Doutorado em Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Feira de Santana.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa.

O mapeamento realizado resultou em 12 trabalhos desenvolvidos entre os anos de 2021 e 2023. Dentre essas pesquisas, quatro estão vinculadas a linhas de pesquisa em estudos literários, distanciando-se, portanto, do foco da investigação em curso.

As oito pesquisas restantes se inserem na linha de estudos linguísticos; cinco delas foram desenvolvidas sob os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de origem francesa, alicerçadas em Michel Pêcheux e Michel Foucault. São elas:

- Damacena (2021) - *Vivas nos queremos: os discursos de mulheres em situação de violência doméstica que foram em busca de ajuda*, que buscou compreender o funcionamento e as condições de produção da violência contra a mulher no ambiente doméstico, a partir de uma ótica histórico-discursiva;

- Rebelo (2021) - *(In)Domáveis: Narrativas de controle do corpo de mulher*, que teve como propósito discutir como as relações sociais em mídias digitais constituem e regulam a imagem de um corpo de mulher e, consequentemente, de um sujeito mulher;
- Favero (2022) - *Representações de mulheres vítimas de violência doméstica em veículos midiáticos sul-mato-grossenses: o empoderamento feminino em (des)construção*, cujo objetivo foi analisar o agenciamento da identidade feminina no Mato Grosso do Sul, a partir da análise de notícias e reportagens sobre casos de feminicídio e violência doméstica publicadas pelos jornais virtuais *Campo Grande News*, *Perfil News*, *JP News* e *Midiamax*, no período de 2017 a 2022;
- Ferreira (2022) - *De crime de paixão em legítima defesa da honra a crime de ódio: reconfigurações das vontades de verdade e produção de subjetividades para a mulher vítima de feminicídio na contemporaneidade*, que analisou, à luz dos estudos discursivos foucaultianos, como o objeto “feminicídio” é discursivizado no ordenamento jurídico brasileiro, a partir de um dispositivo de enfrentamento à violência contra a mulher que se constituiu no início do século XXI e produz novas subjetividades femininas na contemporaneidade;
- Santos (2023) - *Lágrimas que não vão a júri: a discursivização dos corpos das policiais militares femininas*, que buscou compreender como se davam as construções das representações de gênero na Polícia Militar da Bahia (PMBA), partindo do funcionamento da memória discursiva.

Outra teoria encontrada foi a Análise da Conversação, utilizada na pesquisa de Aquino (2022), *A estigmatização de mulheres vítimas de violência sob uma perspectiva sociointeracional a partir de seus relatos orais*. Fundamentado no aporte teórico da Análise da Conversação, numa perspectiva sociointeracional, o estudo se baseou nas teorias de Marcuschi (2003), Dionísio (2004) e Silva, Andrade e Ostermann (2009); teve como objetivo analisar relatos orais de mulheres vítimas de violência, produzidos de forma natural e espontânea, verificando de que modo os atributos que as diferenciam em suas relações contribuem para a construção do estigma da violência no contexto doméstico e familiar.

A pesquisa de Nadir Chagas Ribeiro dos Santos (2021), *Uma análise sistêmico-funcional da construção da narrativa da vítima de violência doméstica: em foco, o caso Maria da Penha*, teve como enfoque teórico a Gramática Sistêmico-Funcional

(Halliday; Matthiessen, 2004) e objetivou identificar e avaliar funcionalmente a construção do discurso de compartilhamento de experiência de uma mulher vítima de violência doméstica. Embora utilize a GSF, não estabelece relação com a ACD.

Por fim, a pesquisa que mais se aproxima desta tese é a de Martins (2022), *O discurso de resistência de egressas do programa Mulheres Mil do Instituto Federal Goiano: uma análise de discurso crítica*, que teve como finalidade compreender os efeitos sociais, discursivos e identitários como contribuições sociais trazidas para a vida das egressas a partir do Programa *Mulheres Mil*. O estudo está ancorado nos aportes teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC) e dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), respaldados por Fairclough e Chouliaraki e Fairclough. Apesar de utilizar a teoria de Fairclough, apresenta objetivos distintos daqueles propostos neste trabalho, que buscam evidenciar os fatores de permanência de mulheres vítimas de violência doméstica em relações abusivas.

Com o intuito de aprofundar o levantamento no acervo da Capes, realizei novas buscas, utilizando diferentes combinações de palavras-chave: “violência doméstica e relações abusivas”, “fatores para permanência em relações abusivas” e “permanência em relações abusivas e o ciclo da violência”, considerando o mesmo recorte temporal (2020 a 2025) e a mesma grande área de conhecimento (Linguística, Letras e Artes); todavia, nenhuma tese de doutorado foi localizada.

Embora haja pesquisas significativas sobre a violência doméstica em diferentes vertentes teóricas, ainda são escassas as pesquisas que abordam o fenômeno a partir de uma perspectiva discursiva crítica, especialmente voltada à compreensão dos fatores linguísticos, sociais e ideológicos que sustentam a permanência de mulheres em relações abusivas. Nesse sentido, a presente tese busca preencher essa lacuna, propondo uma reflexão a partir de representações discursivas de narrativas de mulheres vítimas de violência doméstica.

No capítulo seguinte, apresento as bases teóricas que orientaram a análise dos dados coletados e sustentam as discussões desenvolvidas ao longo do capítulo analítico.

2 APOORTE TEÓRICO NORTEADOR: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO, LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E REALISMO CRÍTICO – INTER-RELAÇÕES TEÓRICAS

A vida, portanto, não pode ser concebida como um sistema fechado – ela é um sistema aberto, que é de fato, determinado pelos mecanismos (assim como, as estruturas), em um sistema complexo [...] esse é o lugar que a ADC tem para contribuir com a crítica e a transformação social (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Apresento, neste capítulo, as teorias que embasam as análises de dados desta pesquisa. Como mencionado anteriormente, utilizo como base teórica a ACD (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 1989; 1992; 2003; 2003a; 2008; 2010; 2011; 2012; 2016), o Realismo Crítico (Bhaskar, 1975; 1978; 1986; 1989; 1998; 2002; Barros, 2015) e a Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1985; 1994; Halliday; Matthiessen, 2004), salientando as inter-relações entre essas correntes teóricas e suas contribuições para a emancipação social humana, conceito base de ambas as correntes filosóficas e que norteia as pesquisas que as utilizam como aporte teórico.

Na primeira seção, discorro sobre a ACD, defendida por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (1989; 1992; 2003, 2003a; 2008; 2010; 2011; 2012; 2016), explanando os conceitos da teoria e enfatizando os três significados do discurso: a) acional - interação com diferentes gêneros discursivos que se relacionam ao contexto social em que foram constituídos; b) representacional - representação social por meio de discursos presentes em textos; c) identificacional - constituição das identidades dos atores sociais. Os estudos de Batista Jr., Sato e Melo (2018) e Resende e Ramalho (2021), pautados na teoria faircloughiana, fornecem subsídios teóricos que estruturam essa seção.

Na segunda seção, exponho acerca do Realismo Crítico (RC), postulado pelo teórico Bhaskar (1975; 1978; 1986; 1989; 1998; 2002) e Barros (2015), enfatizando a primeira onda da teoria, denominada Realismo Transcendental. Apresento, ainda, os conceitos de Naturalismo Crítico e de Crítica Explanatória. A pesquisa de Barros (2015) e suas ponderações sobre o RC colaboram para a constituição dessa seção.

Na terceira seção, discorro sobre a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), teorizada e difundida por Halliday (1985; 1994; Halliday; Matthiessen, 2004), que

utilizo para as análises da materialidade linguística dos enunciados que compõem esta pesquisa.

2.1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A ACD é uma corrente filosófica que ganhou visibilidade em 1989, quando Norman Fairclough publicou a obra *Language and power* (Linguagem e poder). Norman Fairclough, teórico britânico, professor emérito da Universidade de Lancaster, Reino Unido, é um dos fundadores da ACD e de grande relevância para os estudos críticos geridos pela linguagem. Em suas pesquisas, Fairclough discorre sobre o papel da linguagem nas relações sociais e como esta interfere nas mudanças sociais. Logo, a abordagem faircloughiana se baseia no uso da linguagem como instrumento de transformação nas relações de poder, operadas pelas ideologias sociais, sempre em uma relação dialética: a linguagem atuando nas mudanças sociais e as mudanças sociais atuando na linguagem (Melo, 2018).

Na década de 1990, os linguistas Teun van Dijk, Gunther Kress, Ruth Wodak, Theo van Leeuwen e Norman Fairclough se reuniram em um simpósio, em Amsterdam, em janeiro de 1991, para debater sobre elementos linguístico-discursivos que auxiliam do desvelamento de importantes aspectos da vida social (Pedrosa, 2008). Mesmo tendo seguido caminhos específicos, os linguistas que fizeram parte desse simpósio foram cruciais, por disseminarem estudos pautados no desejo de superar a opressão e desigualdade, permeados, muitas vezes, pela linguagem e, com isso, promover a transformação social.

De acordo com Blommaert (2005, p. 11), a ACD é constituída por “um grupo de pesquisadores(as) que lideram abordagens, cada qual com seus pressupostos específicos, mas que concordam com certos princípios de análise, que se dirigem a questões similares e que desenvolveram alguma ferramenta para isso”. Van Dijk (2005a) e Resende (2012) destacam seis princípios que unificam os estudos que têm a ACD como teoria de embasamento:

(1) *Ímpeto crítico*: a ACD não enfoca elementos meramente linguísticos. Os pesquisadores em ACD buscam desvelar ideologias ocultas nos textos, que constroem práticas de dominação de poder, convertendo em algo natural a opressão causada pela linguagem, tendo em vista que os discursos disseminados reforçam as práticas ideológicas como naturais e inquestionáveis (Fairclough, 2001). Dessa forma,

ao tornar visível o que até então era ocultado e tido como normal, os analistas de discurso buscam promover uma discussão crítica na realidade social em que estão imersos, produzindo mudanças tanto nas práticas discursivas quanto em suas redes sociopolíticas de apoio, possibilitando que os sujeitos se tornem socialmente mais críticos acerca das influências da linguagem e da estrutura social.

(2) *Explicitude político-ideológica*: a ACD não abrange a ciência como uma prática que deve ser única: a ciência é compreendida como um conjunto de práticas relacionada a aspectos que vão além da ciência, como a postura ideológica do pesquisador e os efeitos positivos que suas pesquisas desencadeiam na sociedade. Pautados nessa ideia, os analistas do discurso adotam um posicionamento político diante das pesquisas que desenvolvem, com a finalidade de utilizar a prática científica como ferramenta de apoio que contribua para mudanças sociais de indivíduos marginalizados. Sendo assim, para os pesquisadores em ACD, a neutralidade diante dos problemas sociais torna o analista cúmplice da problemática. Logo, adquirem um posicionamento consolidado, recusando a isenção científica e, com isso, “diferentemente de outros saberes [...] não nega, mas explicitamente define e defende seu próprio posicionamento político. Isto é, a ADC⁹ não é neutra – e tem orgulho disso” (Van Dijk, 2005a, p. 93).

(3) *Transdisciplinaridade*: nas pesquisas em ACD, o conceito de transdisciplinaridade emerge da relação teórico-metodológica entre diversas áreas do conhecimento, Sociologia, Ciências Políticas, História, Psicologia, sendo vários estudos da contemporaneidade alicerçados nas Ciências Sociais Críticas. Resende e Ramalho (2006) ponderam que o caráter transdisciplinar da ACD se baseia no fato de que os aspectos teórico-metodológicos devem agir de maneira a operacionalizar mudanças em outras teorias, em prol da abordagem sociodiscursiva. Portanto, o diálogo entre disciplinas promove seu desenvolvimento por meio de um processo interno, em que cada uma se apropria da lógica da outra como recurso para seu próprio crescimento.

(4) *Aplicabilidade*: considerando que a mudança social é o principal foco das pesquisas em ACD, o conceito de aplicabilidade se explica pela necessidade de consolidar, de fato, os resultados alcançados, utilizando-os como suporte propulsor

⁹ ACD (Análise Crítica do Discurso) e ADC (Análise de Discurso Crítica) - ambas as siglas fazem referência à mesma teoria, difundida por Fairclough, sendo variáveis somente quanto ao local de uso pelos pesquisadores.

de como os sujeitos enxergam e reagem sobre o contexto social no qual estão inseridos e, assim, promover a emancipação social.

(5) *Acessibilidade*: uma pesquisa crítica se baseia na resolução e/ou minimização de um problema social. Para atender a tal objetivo, é necessário que os sujeitos a quem a pesquisa se destina tenham acesso a ela e sejam capazes de compreendê-la (Van Dijk, 2005a). A ACD descortina o que é obscuro e torna visível o problema, explanando-o de maneira simples e clara.

(6) *Empoderamento social*: baseando-se em pesquisas aplicáveis e acessíveis, a ACD busca promover o empoderamento de grupos sociais que vivem situações de opressão e marginalização impostas pela linguagem e seus aspectos hegemônicos e ideológicos.

A ACD tem como finalidade propor transformações nas estruturas sociais, tendo como base a investigação discursiva, o que especifica seu caráter emancipatório. É uma abordagem que não se caracteriza como uma disciplina da linguística, mas uma forma de investigação que os linguistas adotam ao analisar a linguagem e questionar as mazelas sociais (Melo, 2018).

A ACD é, portanto, uma perspectiva comprometida com causas sociais. Nesse sentido, Van Dijk (2003) assegura que a ACD:

Centra nos problemas sociais, e em especial no papel do discurso na produção e na reprodução do abuso de poder ou da dominação. Sempre que for possível, se ocupará destas questões desde uma perspectiva que seja coerente com os melhores interesses dos grupos dominados. Toma seriamente em consideração as experiências e as opiniões dos membros desses grupos, e aprova sua luta contra a desigualdade. A saber, a investigação realizada mediante a ACD combina o que, de forma talvez um tanto pomposa, muitas vezes se chama de ‘solidariedade com os oprimidos’ com uma atitude de oposição e dissidência contra quem abusa dos textos e das declarações com o fim de estabelecer, confirmar ou legitimar seu abuso de poder (Van Dijk, 2003, p. 244).

Para Gouveia (2013, p. 1.060) “[...] a análise crítica do discurso é simultaneamente um método, uma abordagem, uma teoria e uma metodologia [...]”. É uma teoria porque propõe uma reflexão teórica sobre como a linguagem atua nas práticas sociais e um método porque dispõe métodos para análises de textos. Diante dessa definição, Gouveia (2013, p. 1.060) compreende a ACD como “[...] um método de análise social e uma teoria sobre o funcionamento da linguagem [...]”, que tem por

objetivo a verificação de como a linguagem atua na reprodução, manutenção e transformação social.

A ACD considera que há uma relação intrínseca entre discurso e sociedade. Essa dialética resulta de como discurso e sociedade se moldam de forma recíproca. Os discursos manifestam, por meio de textos, relações de poder e discriminação, veladas ou abertas, o que corrobora a premissa de que a ACD “almeja investigar, criticamente, como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso” (Macedo; Vieira, 2018, p. 50).

Segundo Fairclough (2003), analisar discursos presentes em textos significa explicar e esclarecer como a vida social se relaciona com a manifestação linguística, tendo em vista que, para a ACD, o discurso é prática social. Nos termos de Fairclough (2010, p. 226), ACD “é a análise das relações dialéticas entre discurso (incluindo não apenas a linguagem verbal, mas outras formas de semiose, como a linguagem corporal e as imagens visuais) e outros elementos das práticas sociais”, com a intenção de demonstrar o discurso como instrumento de poder, de sustentação e reconstrução dialética da vida social. Nas palavras do autor,

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. [...] O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (Fairclough, 2008, p. 90-91).

O termo discurso é basilar em ACD. De acordo com Fairclough (2003), o discurso pode ser caracterizado como substantivo abstrato (discurso) e substantivo concreto (discursos). O termo discursos, no plural, refere-se ao discurso como prática social; discurso, no singular, é parte que constitui as práticas sociais.

A abstração do termo discurso se relaciona aos diversos elementos semióticos que fazem parte da vida social, tais como: textos escritos, imagens, gestos, expressões faciais e corporais etc., que representam os aspectos do mundo, como os processos, as relações e as estruturas do mundo social. O conceito de substantivo

concreto (discursos) se refere aos diferentes modos de representar a vida social, isto é, os discursos não podem ser considerados únicos e possuem perspectivas ideológicas, como os vários discursos em relação a um mesmo grupo social. Nessa concepção, os discursos de uma mesma pauta divergem entre si, como se observam inúmeras lacunas sobre os discursos feministas, machistas, religiosos, homofóbicos, partidários etc. Nessa perspectiva, Fairclough (2010, p. 226) explica que:

O discurso, nas representações das práticas sociais e nas autorrepresentações, constitui discursos (note-se a diferença entre o substantivo abstrato e a forma que admite a flexão de número). Discursos são representações distintas da vida social derivadas das posições assumidas. Atores sociais posicionados de modos diversos a veem e representam de maneiras diferentes, em discursos plurais.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) conceituam as práticas sociais como as “maneiras habituais, ligadas a tempos e espaços particulares, nas quais as pessoas aplicam recursos (materiais e simbólicos) para atuarem juntas no mundo”. As práticas sociais constituem a vida social, articulando os discursos produzidos e o contexto que ocorrem.

Na seção seguinte, discorro sobre os três significados do discurso propostos por Fairclough, enfatizando o significado representacional, tendo em vista que é o foco das análises desta tese.

2.1.1 Significados do discurso

Na concepção da ACD, o termo ‘linguagem’ é compreendido por ‘texto’, na compreensão de linguagem como manifestação de sentido. O texto é a unidade mínima de análises em ADC: “são os textos, em seus diferentes gêneros, que possibilitam as interações e as relações sociais, com suas crenças, seus valores, seus contextos, suas ideologias” (Macedo; Vieira, 2018, p. 49). O contexto social no qual os textos são produzidos é primordial para se descrever, analisar e interpretar os discursos que são veiculados nas práticas sociais; “texto é interação, representação de mundo e identificação de si mesmo. Ele traz as marcas dos atores sociais que dele se utilizam” (Macedo; Vieira, 2018, p. 49).

Textos surgem por meio dos eventos sociais e são ocorrências únicas, pois o mesmo cenário de produção e interpretação nunca ocorrerá novamente. Cada interação com textos ocorre em um momento específico, sendo considerados os

contextos físico e social, os atores sociais envolvidos e o conhecimento que possuem, pois os atos de produção e interpretação textual se baseiam em fatores que os tornam sempre distintos. Sendo assim, um mesmo texto, lido em momentos diferentes pelo mesmo indivíduo, não será interpretado da mesma forma. Essa relação entre texto e evento social é entendida pela ACD como ordens do discurso (Gonçalves, 2018).

As ordens do discurso são responsáveis pela “organização social e pelo controle da variação linguística” (Fairclough, 2003, p. 24). Para Gonçalves (2018, p. 93), “elas são formadas por padrões de recursos multimodais (linguísticos e não linguísticos), expectativas sociossemióticas, que guiam o que deve ser escolhido e em qual combinação, tanto em termos de identidades, quanto de ações de representações” e, associadas com redes de práticas, explicitam relações particulares em cadeias e organizações entre tipos de textos. Para a ACD, essas ordens do discurso são compreendidas como cadeia de gêneros. Em outras palavras, ordens do discurso são constituídas por modos sociossemióticos de agir (gêneros), de representar (discursos) e de ser (estilos).

Cadeias de gêneros podem ser definidas como “séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (Fairclough, 2001, p. 166).

Na ACD, os gêneros discursivos se relacionam ao contexto macro do uso da linguagem, como a publicidade, a educação, o jornalismo, a religião, o feminismo, etc. São consideradas atividades discursivas que condicionam o comportamento dos atores sociais no que diz respeito a seus interesses em relação às instituições sociais e aos interesses dessas instituições, o que configura uma relação de poder entre a maneira como os gêneros discursivos são produzidos, quem pode produzi-los e/ou consumi-los.

Os discursos, por sua vez, são as maneiras de representar a realidade a partir de um determinado ponto de vista. Na concepção de Fairclough (2003, p. 124),

Diferentes discursos são diferentes perspectivas sobre o mundo e estão associadas às distintas relações que as pessoas assumem com o mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, de suas identidades pessoais e das relações sociais que elas instauram com os outros.

Já os estilos dizem respeito às maneiras de ser e de apresentar-se socialmente, considerando a relação entre os atores sociais e os grupos dos quais ele participa. Nesse sentido, espera-se que mulheres evitem metáforas convencionalizadas, como “ele me ajuda com a casa e as crianças” - quando se referem ao papel do homem enquanto esposo e pai, considerando que contribuir com afazeres domésticos e cuidados dos filhos é uma obrigação e não um favor - e, assim, reformulem suas expressões de fala, reforçando seu lugar social e seu papel de resistência (Gonçalves, 2018).

Nessa linha de raciocínio, Vieira (2020, p. 13) argumenta:

Nós *agimos e interagimos* no mundo, por meio de gêneros discursivos, nas relações de poder que nos constituem como agentes atuando com pessoas e sobre elas; também *representamos* e projetamos o mundo por meio de discursos particulares, nas representações/saberes que nos constituem como agentes de conhecimento, e, por fim, nos *identificamos e identificamos* a outrem e ao mundo, por meio de estilos, nas relações éticas que constituem nossos agenciamentos como seres de ação moral.

No Quadro 2, sintetizo os principais aspectos a serem observados nos textos, conforme sugeridos por Fairclough (2003):

Quadro 2 - Relação entre modos de atuação, significados, sentidos e formas de discurso

Modos de atuação do discurso	Significados do discurso	Formas do discurso	Sentido nos textos
Modos de agir/interagir	Significado acional	Gêneros	Ação
Modos de representar	Significado representacional	Discursos	Representação
Modos de ser/identificar	Significado identificacional	Estilos	Identificação

Fonte: Fairclough (2003).

É importante deixar evidente que os três componentes das ordens do discurso, gêneros, discursos e estilos, possuem intrínseca relação de contato, o que significa que não são independentes e separáveis em textos – eventos discursivos. Na sequência, é discutido sobre cada um dos significados do discurso individualmente e apontadas as categorias de análises.

2.1.1.1 Significado Acional

A ACD considera que os sujeitos sociais interagem nos eventos discursivos por meio de textos diversos, orais, escritos, multimodais. Logo, o significado acional tem relação com a ideia de transformação social por intermédio da interação linguística.

Com relação ao *significado acional – gênero*, cada prática social faz uso de diferentes gêneros discursivos, atrelados ao contexto socio-histórico e cultural no qual o texto foi constituído. As análises textuais que abordam os gêneros discursivos objetivam refletir de que forma o texto atua na (inter)ação social e quais as contribuições em eventos sociais concretos. Para Fairclough (2003), é por meio de formas discursivas e/ou não discursivas que os/as agentes sociais operam em eventos sociais.

Fairclough (2001, p. 161) denomina gênero como “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado”. Na perspectiva do autor, o gênero é “um aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais” (Fairclough, 2003, p. 65).

Tratando-se das categorias analíticas desse significado, a primeira a ser observada é a *cadeia de gêneros*, que aborda o dialogismo entre os textos analisados. Não existe uma lista concreta de gêneros do discurso, não sendo, portanto, algo a ser exigido na análise. O importante é que o gênero analisado seja um tipo de linguagem utilizado em esferas particulares. Nessa perspectiva, o caráter instável e a relação dialética entre os gêneros impossibilitam uma proposta tipológica fixa. Em outros termos, um texto ou uma interação discursiva não se concretiza com apenas um gênero específico, mas engloba a junção de variados gêneros.

De acordo com Fairclough (2003), há uma divisão entre gêneros discursivos concretos e abstratos e ambos possuem variações. Os gêneros concretos atuam tanto na escala local como na global, alguns são rigorosos, outros, mais flexíveis. Há também uma hierarquização dos gêneros no que concerne aos níveis de abstração, a saber: pré-gêneros e gêneros situados. Os pré-gêneros transcendem redes particulares de práticas sociais e têm participação na constituição de gêneros situados, a exemplo da narrativa, da argumentação e da descrição. Exemplificando: o pré-gênero narrativa constitui a produção de romances, filmes, documentários, novelas, etc. Já os gêneros situados, por outro lado, são específicos de uma rede de

prática particular, como, por exemplo, a literatura de cordel (Resende; Ramalho, 2016).

Outra característica a ser discutida é a *intertextualidade*, que se caracteriza pela relação dialógica existente entre um texto e outro. De acordo com Fairclough (2016, p. 141), “o conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como outros textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes para gerar novos textos”. Logo, a intertextualidade de um texto diz respeito à presença de elementos de outros textos em seu interior, que podem dialogar de várias maneiras. Portanto, os textos se constituem de fragmentos de outros textos, que podem estar colocados de forma explícita ou implícita. Dessa maneira, “[...] a intertextualidade é a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas” (Resende; Ramalho, 2016, p. 65).

Importante considerar algumas subcategorias da intertextualidade, a saber:

(a) *representação do discurso de forma direta ou indireta* – considera-se discurso direto a citação fiel do que foi dito por outra pessoa; o discurso indireto é a paráfrase ou um resumo do que foi dito. Trata-se de uma análise pautada em quais falas são representadas de forma direta e/ou indireta, e qual seu significado sobre o poder no uso da linguagem.

(b) *pressuposição* – definida por Fairclough (2003a, p. 40) como “[...] o que não é dito, mas tomado como dado”. Nesse sentido, dizer que “as mulheres ainda são vítimas de relacionamentos abusivos” não tem o mesmo sentido em “as mulheres são vítimas de relacionamentos abusivos”. A presença do advérbio “ainda” pressupõe que relacionamentos abusivos não são algo novo, mas que as mulheres já eram vítimas em momentos anteriores a essa fala.

A seguir, discorro sobre o significado representacional.

2.1.1.2 Significado Representacional

Quanto ao *significado representacional - discurso*, tem-se a utilização do texto como representação de aspectos do mundo. Fairclough (2003) relaciona o significado representacional ao conceito de discurso como modos de representação dos vários aspectos da realidade (mundo físico, relações sociais e identidades sociais), os quais

podem ganhar sentidos diferentes, por meio de diferentes perspectivas associadas a posições e identidades e a relações sociais.

Nas palavras de Fairclough (1992, p. 28), “Discurso”, para mim, é mais que apenas uso da linguagem: é uso da linguagem, seja ela falada ou escrita, vista como um tipo de prática social”. Na perspectiva da ACD, situar o discurso como um momento de prática social engloba três implicações: 1) a linguagem não é uma atividade individual, ou seja, por meio da linguagem as pessoas agem sobre o mundo e sobre outras pessoas; 2) existe uma relação bidirecional entre discurso e estrutura social, fazendo com que os mesmos discursos sejam aceitos em determinado contexto e rejeitados em outros; 3) o discurso deve ser concebido como elemento da prática social e levado em consideração que, na elaboração de textos atuam os recursos cognitivos e sociocognitivos (Fairclough, 2001). Nesse viés, a constituição do processo de fala e/ou escrita abrange a seleção de palavras, dentro de inúmeras opções oferecidas pela gramática, para dizer/expressar o que a pessoa almeja em determinada situação. A escolha desses vocábulos diz muito sobre a visão de mundo que está sendo reproduzida.

Na visão de Brandão (2004), o discurso é o ponto de conexão dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. Conforme a autora,

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (Brandão, 2004, p. 11).

Como categorias analíticas do significado representacional, tem-se: *a interdiscursividade, a representação de atores sociais e o significado das palavras*. Um mesmo aspecto da realidade pode ser representado de diferentes formas, por diferentes atores e por um mesmo ator. Nesse processo, o discurso se pluraliza, resultando em discursos. A pluralidade do termo discurso representa a coexistência da presença de discursos em textos. Essa diversidade de um texto é denominada pela ACD como *interdiscursividade*, que se refere à localização dos discursos em um texto e de que forma estes são ditos. Essa identificação acontece por meio de temas centrais e por perspectivas particulares. Nesse sentido, Resende e Ramalho (2021, p. 72) dizem que:

A análise interdiscursiva de um texto relaciona-se à identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados. A identificação de um discurso em um texto cumpre duas etapas: a identificação de que partes do mundo são representadas” (os “temas” centrais) e a identificação da perspectiva particular pela qual são representadas.

A interdiscursividade é utilizada para fazer referência a textos ou interações e enfatizar que o foco das análises em ACD são as convenções discursivas, pois, por meio das interações discursivas, é possível identificar ações/relações/interações sociais e as identificações que os indivíduos fazem de si mesmos e de suas práticas. Logo, “a interdiscursividade de um texto é parte de sua intertextualidade, é uma questão de quais gêneros, discursos e estilos os constituem, e como, no texto, esses aspectos são trabalhados para formar articulações particulares” (Fairclough, 2012, p. 311).

Outra categoria analítica do significado representacional é a *representação de atores sociais*, uma vez que os modos como esses atores se posicionam podem sugerir suas ideologias, bem como podem ser concebidas por suas atividades e pelos enunciados que proferem. De acordo com Resende e Ramalho (2021, p. 72),

Determinados atores, por exemplo, podem ter sua agência ofuscada ou enfatizada em representações, podem ser representados por suas atividades ou enunciados ou, ainda, podem ser referidos de modo que presumem julgamentos acerca do que são ou de que fazem.

Van Leeuwen (1997) aborda algumas maneiras linguísticas pelas quais os atores sociais podem ser representados, tais como a *nomeação*, a *impersonalização por autonomização* e a *agregação*. Vale registrar que o autor expõe outros exemplos de representação ideológica, porém não os abordaremos neste momento.

Para Van Leeuwen (1997), a *nomeação*, citação de nomes próprios, significa, de certa forma, uma valorização do ator nomeado, considerando que, nas narrativas ficcionais, por exemplo, as personagens sem nome fazem papéis passageiros e não são pontos de referência. A *impersonalização por autonomização*, segundo Van Leeuwen (1997), pode conter sentidos ideológicos encobertos, tendo em vista que os atores sociais são representados por meio de uma referência aos seus enunciados como, por exemplo, “o relatório afirmou”, em vez de “o ministro da educação afirmou”. A autonomização consiste na impessoalidade dos enunciados, logo, o enunciado não é atribuído a alguém facilmente, passando a se configurar como objetivo, que resulta seu valor como verdadeiro. Por fim, a *agregação* quantifica grupos de atores com

dados estatísticos (40% dos entrevistados) e também contém teor ideológico, uma vez que pode ser utilizada para regulamentar práticas e enfatizar consenso.

A última categoria de análise do significado representacional é o *significado da palavra*. Os sentidos atribuídos às palavras são brechas fundamentais para o foco da análise discursiva, pois, em muitas ocasiões, relacionam-se com questões históricas e sociais relevantes para as estruturas sociais, pois “os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas” (Fairclough, 2001a, p.105). Por exemplo, o sentido da palavra “denegrir”, que era utilizada em um sentido figurado, indicando uma classe minorizada, sendo que, em seu sentido literal, significa ‘tornar escuro’.

Com o intuito de compreender quais discursos dialogam nos enunciados proferidos pelas mulheres vítimas de violência doméstica e relacionamentos abusivos, utilizo a interdiscursividade como a principal categoria para as análises linguísticas, com foco no significado representacional, objetivando identificar a relação existente entre os discursos das mulheres participantes da pesquisa e os discursos naturalizados na sociedade acerca da figura feminina e seu papel social, “[...] uma vez que todo discurso tem a propriedade de estar relacionado a outros discursos” (Fairclough, 2001, p. 67).

A seguir, discorro sobre o significado identificacional e suas categorias analíticas.

2.1.1.3 Significado Identificacional

O *significado identificacional e estilo* trata das diversas identidades dos atores que compõem os textos, uma vez que os discursos produzidos decorrem das distintas identidades assumidas pelos atores sociais (Fairclough, 2003). Dessa forma, quem você é se relaciona com a maneira como você fala e interage socialmente. Logo, a maneira como as pessoas discursam implica no modo como se identificam e como podem ser identificadas. Portanto, as relações constituídas com o outro nas práticas discursivas também dizem respeito a como o indivíduo se vê e a como é visto pelo outro. Na concepção de Moita Lopes (2002, p. 37),

[...] as identidades sociais são construídas no discurso. Portanto, as identidades não estão nos indivíduos, mas emergem na interação entre os indivíduos, agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionadas [...].

Hall (2000) compactua da mesma teoria, afirmando que não há uma identidade unificada, uma vez que, na modernidade, as discussões sobre identidade estão centradas na concepção de um sujeito múltiplo, com diferentes “eus”, cujas identidades (“eus”) estão em constante transformação. Para esse teórico, as identidades dos atores sociais são construídas por meio do discurso e seu processo de construção se dá em meio a fatores históricos e temporalmente situados.

Barros (2015) aponta que, de acordo com Castells (1999), existem três formas de construção de identidades:

Identidade legitimadora – determinada por instituições dominantes com o objetivo de legitimar sua dominação; *identidade de resistência* – construída por agentes na estrutura de dominação, constituindo-se, portanto, como focos de resistência; *identidade de projeto* – construída por agentes que buscam redefinir sua posição na sociedade, visando mudança social (Castells, 1999, *apud* BARROS, 2015, p. 81-82).

São apontadas três categorias de análise do significado identificacional: *avaliação, modalidade e metáfora*.

A *avaliação* é constituída por afirmações avaliativas, referentes a algo que é desejável ou indesejável, certo ou errado, relevante ou irrelevante. Afirmações afetivas, marcadas pela subjetividade e presunções valorativas, em que o significado não depende somente de informações explícitas, mas também de informações implícitas, ou seja, presumir.

A *modalidade*, se refere ao nível de comprometimento das pessoas quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas (Fairclough, 2003a). Para o significado identificacional, a *modalidade* é a relação entre o autor de um texto e a representação, tendo papel de relevância na construção discursiva de identidades, já que o nível de comprometimento dos atores sociais revela muito sobre quem eles são. Para Halliday (1994, p. 75), “modalidade pode ser entendida como o julgamento feito pelo falante a respeito das probabilidades ou obrigações relacionadas com o que está dizendo”.

A *metáfora* está presente não só na linguagem, mas também no pensamento e nas ações. Logo, a maneira como pensamos reflete na maneira como percebemos e agimos no mundo. Assim, a metáfora não surge na linguagem; a metáfora é parte constituinte do pensamento. Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 49-50), a essência da metáfora “é compreender uma coisa em termos de outra”. A multiplicidade de metáforas - conceituais, orientacionais e ontológicas - realça os aspectos do que

representam. Logo, o tipo de metáfora utilizado em determinado momento muito significa sobre como construímos, sobre nossas particularidades e sobre como enxergamos o mundo: “[...] quando significamos algo por meio de uma metáfora e não de outra estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra, o que sugere filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo e de identificá-los [...]” (Resende, Ramalho, 2021, p. 88).

Embora o significado identificacional do discurso não constitua o foco analítico desta tese, uma vez que não se busca compreender a constituição identitária das participantes, observei que a categoria metáfora surgiu de forma recorrente nos enunciados das entrevistadas. Logo, essa categoria analítica será considerada nas análises, por contribuir para a compreensão dos sentidos produzidos sobre a experiência da violência e da permanência em relações abusivas.

A seguir, faço uma explanação acerca do Realismo Crítico, teoria que também serve de embasamento para esta pesquisa.

2.2 REALISMO CRÍTICO

As ciências sociais críticas contemporâneas têm interesse em estudar os fenômenos sociais, buscando compreender questões ontológicas e epistemológicas, bem como seus mecanismos, poderes e causas. Nesse viés, o Realismo Crítico (RC), movimento filosófico britânico, contribui com as discussões sobre as ciências sociais. O RC tem como expoente o filósofo inglês Roy Bhaskar, que mudou a rota de suas pesquisas e passou a estudar a filosofia das ciências sociais, o que resultou no texto *A Realist Theory of Science* (Uma teoria realista da ciência), em 1975. O termo “Realismo Crítico” surge da combinação de “Realismo Transcendental”, de Roy Bhaskar (1975), e de alguns aspectos da obra de Immanuel Kant (1724-1804) e do “Naturalismo Crítico”. Nas palavras de Bhaskar (1989, p. 190),

Eu chamei minha filosofia geral da ciência de realismo transcendental e minha filosofia específica das ciências humanas de naturalismo crítico. Gradualmente, as pessoas começaram a misturar os dois e referir-se ao híbrido como realismo crítico. Ocorreu-me que havia boas razões para não objetar ao hibridismo. Para começar, Kant havia chamado seu idealismo transcendental de filosofia crítica. O realismo transcendental tinha o mesmo direito ao título de realismo crítico.

O RC é resultado de uma gama de posicionamentos filosóficos que englobam diversos assuntos, incluindo ontologia, causalidade, estrutura, indivíduos e formas de explicação. Ao buscar definições para o termo, é pertinente dizer que a teoria é “uma posição metateórica ou, em outras palavras, uma postura filosófica reflexiva preocupada em fornecer uma explicação filosoficamente informada da ciência e das ciências sociais” (Anache; Laurencel, 2021, p. 2). Para Barros (2015, p. 22), o RC é “uma alternativa para as ciências naturais e sociais, sobrelevada a ontologia - questão do ser -, em que o real é mais denso, ou seja, consiste em um mundo objetivo que distingue uma superfície de algo ainda mais profundo”; desse modo, o mundo não é compreendido apenas por acontecimentos e fatos concretos, tendo em vista que o RC advoga uma ontologia não empiricista.

A ciência realista tem como finalidade construir conhecimento sobre o mundo real. Para tal, busca a distinção crucial entre a ontologia, que se preocupa com a natureza da realidade, e a epistemologia, que se preocupa com a natureza do conhecimento. Essa distinção entre ontologia e epistemologia é apontada por Bhaskar (1998) como “falácia epistêmica”. O teórico considera que existe um equívoco em querer adotar questões ontológicas como epistemológicas (Barros, 2015).

A esse respeito, Vandenberghe (2016) argumenta que:

O que importa na ciência são as próprias coisas, suas propriedades causais, e não as teorias e conceitos que nós, humanos/as, usamos para acessar a realidade que não criamos. Aqueles/as que confundem nosso conhecimento e modelos de realidade com a própria realidade cometem a falácia epistêmica (Vandenberghe, 2016, p. 179).

No centro do RC está o realismo sobre a ontologia - uma investigação sobre a natureza das coisas. O realismo ontológico assegura que grande parte da realidade existe e atua independentemente da nossa consciência ou ciência dessa realidade. Para Bhaskar (1998), os objetos de conhecimentos não são os fatos (empirismo) nem os fenômenos constituídos por construções mentais (idealismo), mas “por estruturas reais que operam e agem no mundo independentemente do nosso conhecimento, da nossa experiência” (Bhaskar, 1998, p. 19).

Na obra *Uma teoria realista da ciência*, Bhaskar (1975) ressalta um novo entendimento da filosofia da ciência, reforçando que a ciência deve revelar algo que seja utilizado para transformar a realidade social. No entanto, a realidade apresenta dimensões densas, não observáveis: existe algo ‘abaixo da superfície’. Para o autor,

“a ciência é, de fato, um processo contínuo, mas é um processo com um propósito central: aprofundar o conhecimento dos mecanismos transfactualmente ativos sempre mais profundos da natureza e da sociedade” (Bhaskar, 1986, p. 50).

Na perspectiva de Outhwaite (1983, p. 322), o RC entende a ciência “como uma atividade humana que visa descobrir uma mistura de experimentação e razões teóricas, as entidades, estruturas e mecanismos – visíveis ou invisíveis – que existem e operam no mundo”. Nesse mesmo viés, Vanderberghe (2010) compara o/a pesquisador/a com um mineiro, escavando profundamente. Isso significa que, no RC, qualquer tipo de significado exigirá do pesquisador/a uma visão interpretativa, corroborando o potencial crítico e emancipatório dessa teoria.

O RC se divide em três ondas. A primeira onda, subdividida em: *Realismo Transcendental*, *Naturalismo Crítico* e *Crítica Explanatória*, pontua questões relativas aos níveis da realidade, bem como concepções de mecanismos, eventos e estruturas. A segunda, denominada *Realismo Crítico Dialético*, aborda conceitos acerca da não identidade, negatividade, totalidade e agência transformativa. A terceira onda se ramifica em *Realismo Crítico Transcendental* e *Metarrealidade*, em que o autor se move para uma filosofia espiritual, na qual aponta um fundamento acerca de Deus (Bhaskar, 1998; Barros, 2015).

Nesse trabalho, atendo-me à primeira onda, por abordar conceitos de emancipação e transformação social, dialogando com o objeto de estudo desta tese: a emancipação feminina.

A seguir, discorro acerca da primeira onda do RC, explanando os três subtópicos.

2.2.1 Realismo Transcendental

O Realismo Transcendental envolve a ideia de que qualquer teoria do conhecimento implica aquilo que o mundo deve ser para que o conhecimento seja possível, isto é: “[...] implica necessariamente alguma proposição sobre o ser, e não apenas o conhecimento sobre o ser, porquanto os objetos de investigação científica existirão independentemente de qualquer atividade ou pensamento” (Barros, 2015, p. 25).

O realismo concebe a existência de uma realidade exterior, independentemente das percepções que se tenha acerca dessa realidade. Para Bhaskar (1991), toda filosofia é um tipo de realismo. Nesse sentido, o autor argumenta que:

As questões cruciais em filosofia não se referem a ser ou não um realista ou um antirrealista, mas a que tipo de realista se deve ser (realista empírico, conceitual, transcendental ou qualquer outro tipo); a se se teoriza explicitamente ou se secreta implicitamente o realismo; a se e como se chega a se decide por, ou se absorve o realismo (Bhaskar, 1991, p. 25).

O Realismo Transcendental tem como característica alguns elementos fundamentais, os quais são nomeados e definidos por Andrew Collier (1994, p. 6):

1) *Objetividade*: quando algo é real, mas não sendo conhecido, ou seja, algo pode ser real, mesmo não parecendo;

2) *Falibilidade*: as proposições fazem referência não a dados aparentes, infalíveis e incorrigíveis, mas a algo que vai além delas; estão sempre abertas a contestações.

3) *Transfenomenalidade*: o conhecimento não se refere somente àquilo que parece ser, mas a estruturas pressupostas, que persistem mais do que aquelas aparências, gerando-as ou tornando-as aceitáveis.

4) *Contrafenomenalidade*: o conhecimento da estrutura profunda de algo pode não apenas ir além, mas também contestar as aparências.

Bhaskar (1991) sustenta que as práticas científicas devem ser estudadas transcendentemente. Para Collier (1994, p. 20), um argumento transcendental normalmente adota a forma de “o que deve ser o caso para que X seja possível?”, isto é, “de algo efetivo para um algo mais fundamental que sustenta a possibilidade do primeiro”. Nessa perspectiva, toda prática científica implica uma visão de mundo antes mesmo da investigação. Logo, a ciência deve exercer a função de transformar a realidade social. No entanto, há dimensões profundas, não reveladas, ou seja, existem coisas mais densas, que não se pode descobrir. É justamente essa densidade da realidade que interessa ao realismo crítico. Barros (2015, p. 27) afirma que:

O conhecimento precisa fazer sentido para a realidade ser transformada. É preciso penetrar nas raízes dos problemas sociais, com suas estruturas, mecanismos e poderes, visando, assim, uma crítica explanatória que possa gerar argumentos críticos a favor da transformação social.

Bhaskar (1978) sugere que o mundo é um sistema aberto, no qual vários fatores atuam concomitantemente. O RC distingue duas dimensões do conhecimento: uma *intransitiva* e outra *transitiva*. Para o autor, todas as ciências sociais ou naturais possuem uma dimensão transitiva e uma intransitiva. Segundo Resende (2009^a) e Ramalho (2013), a dimensão intransitiva diz respeito à realidade, independente do conhecimento, ou aos objetos do mundo (dimensão ontológica), considerando que “há objetos intransitivos que existem anteriormente à pesquisa, cuja realidade independe do nosso conhecimento” (Barros, 2015, p. 28). Por sua vez, a dimensão transitiva se refere ao nosso conhecimento acerca da realidade ou sobre os objetos (dimensão epistemológica): “a construção do conhecimento traduz uma atividade transitiva, ou seja, depende de conhecimentos anteriores e da atividade do ser humano” (Barros, 2015, p. 28).

A existência dessas duas dimensões (transitiva e intransitiva) é denominada por Bhaskar (1978) de “o paradoxo da ciência” e a filosofia da ciência necessita compreender como lidar com esse paradoxo: de um lado, o conhecimento é construído pelos seres humanos; de outro, o conhecimento não depende da ação humana.

No Quadro 3, apresento as duas dimensões das ciências, segundo Bhaskar (1978):

Quadro 3 - Dimensões da ciência

Dimensão transitiva	Dimensão intransitiva
Conhecimento do indivíduo sobre a realidade ou sobre os objetos.	Refere-se à realidade independente do conhecimento, ou os objetos do mundo.
Teorias científicas, discursos e métodos científicos.	Objetos da ciência (físicos ou sociais), tudo o que se estuda e pesquisa no mundo.
Epistemológica.	Ontológica.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Bhaskar (1978, p. 21, *apud* Barros, 2015).

No que concerne à dimensão intransitiva da ciência, Bhaskar (1978) pontua três níveis de realidade: o *Real*, o *Realizado* e o *Empírico*. Barros (2015) apresenta uma definição para esses níveis de realidades:

1) *Real* – É o que a ciência deve procurar descobrir, “tudo que existe na natureza, sejam eles objetos naturais – estruturas atômicas e estruturas química -, sejam sociais – ideias, relações sociais, modos de produção e etc. O *Real* é formado por estruturas, como poderes causais próprios” (Barros, 2015, p. 33).

2) *Realizado* – Acontecimentos observáveis, sequência de eventos; “consiste de eventos ou atividades que são realizados e, portanto, geram efeitos de poder” Barros (2015, p. 33).

3) *Empírico* – Fatos ou eventos observados; “é entendido como o domínio da experiência” Barros (2015, p. 33).

A título de exemplo, esses três domínios da realidade podem ser observados a partir do objeto desta tese. O nível do real corresponde às estruturas sociais e mecanismos que sustentam a violência doméstica (como o patriarcado, a desigualdade de gênero, a naturalização da violência), que possuem poderes causais próprios e operam independentemente de serem observados. O nível do realizado se refere aos eventos concretos produzidos por esses mecanismos, como os episódios de abuso psicológico, físico, moral, sexual e físico vividos pelas mulheres nos relacionamentos afetivos. O nível do empírico diz respeito às experiências relatadas pelas mulheres, aquilo que é vivido, percebido e narrado pelas participantes da pesquisa. No nível do empírico, a pesquisa é indispensável, a fim de desvelar os mecanismos que agem nas estruturas, para que eventos aconteçam.

Barros (2015) salienta que, para estudar os objetos e suas estruturas, mecanismos e eventos, é necessário considerar a causalidade. Segundo Papa (2009, p. 113), “o Realismo Crítico defende a ideia de que é preciso compreender as camadas mais profundas da realidade, nas quais se escondem os determinantes causais, incluindo os agentes causais e seus poderes”. Nessa mesma vertente, Barros (2015) garante que, para entender os objetos e suas estruturas, mecanismos e eventos, é preciso refletir a “causalidade” não exclusivamente como uma analogia cercada de eventos (causa e efeito), mas como “poderes causais”, isto é, como potencialidades que podem ou não ser praticadas (Barros, 2015, p. 35).

Quando acionados, os mecanismos produzem determinados efeitos, que decorrem de estruturas e existem em decorrência delas. Os mecanismos pertencem a diferentes níveis da realidade (físico, químico, psicológico, biológico) e, ao transitar entre um nível e outro, poderes e mecanismos são desvelados do nível subentendido. Collier (1994, p. 43) afiança que “as coisas têm os poderes que têm por causa de suas estruturas...[...] Estruturas causam poderes para serem exercitados, dado algum insumo, alguma “causa eficiente”.

Para este estudo, adotamos as noções conceituais de estrutura, mecanismos e eventos, conforme demonstrado no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Mecanismos, estruturas e eventos

Estruturas	Formas sociais que sustentam a desigualdade de gênero, como o patriarcado.
Mecanismos	Operação das estruturas, manifestados em práticas como violência doméstica, controle e manipulação.
Eventos	Acontecimentos concretos produzidos pela ação dos mecanismos como episódios de violência, permanência ou ruptura das relações abusivas, emancipação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos objetos sociais, as estruturas não existem de forma independente dos atos das pessoas: elas se atualizam por meio de mecanismos que, quando ativados, produzem eventos. Fazendo uma analogia com o objeto de estudo desta tese, as estruturas patriarcais acionam mecanismos - como a violência doméstica, o controle e a manipulação - que resultam em eventos que podem tanto manter as mulheres em relações abusivas quanto, em determinadas situações, propiciar processos de ruptura e emancipação.

Na sequência, abordo sobre o Naturalismo Crítico.

2.2.2 Naturalismo Crítico

O Naturalismo Crítico, segunda fase da primeira onda do RC, emergiu das “possíveis implicações do realismo transcendental nas ciências humanas” (Collier, 1994, p. 11). Roy Bhaskar (1998), em seu segundo livro, intitulado *The Possibility of Naturalism* (A Possibilidade do Naturalismo), apresenta o Naturalismo como uma filosofia antipositivista, que transpõe das ciências naturais para as ciências sociais. O argumento transcendental “Como experimentos são possíveis?” dá origem a outro argumento: “Que propriedades pessoas e sociedades possuem que podem torná-las possíveis objetos de conhecimento?” (Bhaskar, 1978, p. 13).

Essa vertente do Naturalismo sustenta o argumento de que não pode haver unidade de método entre as ciências naturais e sociais. Nessa esteira, o Naturalismo pode ser compreendido segundo a teoria de que “existe (ou pode existir) uma unidade essencial de método entre as ciências naturais e sociais” (Bhaskar, 1998, p. 2)

Dessa forma, o Naturalismo é uma abordagem das ciências naturais, mas que pode ser utilizada nas ciências sociais, desde que tenha relação com a abordagem realista. No Naturalismo, “a ontologia, bem como a estratificação da realidade devem ser mantidas. Da mesma forma, os domínios do real, com seus poderes, estruturas

de força, e o domínio do empírico onde os fenômenos são percebidos” (Barros, 2015, p. 38).

Bhaskar (1998) assinala duas vertentes do naturalismo: o *reducionismo*, que afirma existir uma identidade real e sólida entre ciências naturais e sociais a partir de seus objetos; e o *cientificismo*, que nega a existência de quaisquer contestações expressivas nos métodos adequados para cada grupo de ciência.

O autor parte do princípio de que indivíduos e sociedades não são dependentes um do outro; pelo contrário, indivíduos e sociedade são dois elementos diferentes. Logo, ao tratar da relação entre sociedade e indivíduos, o teórico propõe o que ele denominou como *Modelo Transformacional da Atividade Social*. Nesse modelo, a sociedade é preexistente às pessoas, fator que corrobora a teoria de indivíduos e sociedades não são elementos condicionados. Nessa percepção, Bhaskar (1998, p. 36) argumenta que:

As pessoas não criam a sociedade. A sociedade sempre preexiste às pessoas e é uma condição necessária para sua atividade. Ao contrário, a sociedade deve ser encarada como um conjunto de estruturas, práticas e convenções que os indivíduos reproduzem ou transformam.

Do ponto de vista ontológico, o modelo transformacional constitui as seguintes propriedades para as estruturas sociais: 1) diferentemente das estruturas naturais, não existem independentemente das atividades que governam; 2) das concepções dos agentes acerca do que estão fazendo em suas atividades; e 3) são apenas relativamente duradouras (de forma que as tendências que elas governam podem não ser universais no sentido de invariantes espaço-temporais) (Bhaskar, 1979).

A Figura 5, a seguir, representa o *Modelo Transformacional da Atividade Social* proposto por Bhaskar (1998):

Figura 5 - Modelo transformacional da atividade social

Fonte: Barros (2015, p. 41).

Na perspectiva desse modelo, “a sociedade fornece as condições necessárias para a ação intencional, e a ação intencional é uma condição necessária para a sociedade” (Bhaskar, 1998, p. 36). Assim, os indivíduos devem criar condições de produção dos produtos sociais e agir ativamente na intenção de reproduzir e transformar as estruturas sociais (Barros, 2015).

Portanto, a sociedade é um conjunto de tendências e poderes; no que concerne à ontologia as estruturas sociais são diferentes das estruturas naturais. Essas distinções são apresentadas por Bhaskar (1998):

- As estruturas sociais, diferentemente das estruturas naturais, não existem independentemente nas atividades que governam.
- As estruturas sociais, diferentemente das estruturas naturais, não existem independentemente das concepções dos agentes acerca do que estejam realizando em sua atividade.
- As estruturas sociais, diferentemente das estruturas naturais, podem ser apenas relativamente duradouras (de modo que as tendências sobre as quais se baseiam não podem ser universais no sentido da invariância espaço-temporal (Bhaskar, 1998, p. 38, *apud* Barros, 2015, p. 42).

Com isso, as estruturas sociais estão em contínua transformação e reprodução e só existem em decorrência da ação humana sobre a sociedade.

Na sequência, abordo a terceira fase da primeira onda do RC: a Crítica Explanatória.

2.2.3 Crítica Explanatória

No RC, a Crítica Explanatória compõe o terceiro aspecto do modelo bhaskariano, caracterizando-se como uma contestação ao positivismo das ciências naturais, considerando que todas as ciências possuem uma dimensão transitiva e uma intransitiva (Barros, 2015).

A Crítica Explanatória proposta por Bhaskar (1978) se contrapõe ao positivismo de Hume, que defende uma ontologia empiricista e entende o conhecimento e os eventos como acontecimento incessante e fragmentado. Esse entendimento, de certa forma, atribui ao pesquisador o comando sobre o mundo. Para Bhaskar, no entanto, a constância dos eventos não é condição necessária e suficiente para aprovar uma lei científica. Nessa esteira, “os acontecimentos ocorrem independentemente de experiências que, muitas vezes, são identificadas de maneira equivocada” (Barros, 2015, p. 43).

Bhaskar (1978) pontua que os objetos de estudo/pesquisa das ciências sociais devem envolver crenças, julgamentos de valor e ação. Para o autor, as crenças podem ter influência acerca das estruturas sociais, uma vez que podem contribuir para a não transformação social, fator que colabora para a possibilidade de o RC abranger os conceitos de valores e moralidade. Nesse contexto, Bhaskar (1998) defende a ideia de que o mundo é constituído não apenas de crenças, mas também de valores.

Concernente à transformação social, o RC tem servido como base filosófica, possibilitando aos estudiosos do discurso a reflexão teórica e metodológica emancipatória. Roy Bhaskar, um de seus expoentes, pondera que as ciências sociais não devem ser neutras; pelo contrário, devem ser críticas e abordar temáticas que necessitam ser repensadas, para que haja uma intervenção positiva na vida social:

Eu quero focalizar na estrutura lógica da crítica explanatória. A possibilidade de tal crítica constitui o núcleo do potencial emancipatório das ciências humanas; a possibilidade de efetividade de tal crítica na história da humanidade é, talvez, a única chance de não barbárie, ou seja, a sobrevivência da espécie humana (Bhaskar, 1998, p. 417).

Nessa linha de pensamento, Barros (2015, p. 45) considera que:

Os cientistas sociais precisam assumir uma posição sobre o que realmente nos interessa acerca do que fazer, dizer, sentir e pensar. Às vezes, implica juízos práticos de valor. A possibilidade da crítica

científica desfila para as ciências humanas importante impulso emancipatório.

Consciência é o primeiro passo para a pessoa emancipar-se (Fairclough, 1989). E a emancipação só se dá com autoemancipação (Bhaskar, 2002), já que alguém só pode emancipar somente a si mesmo. O conhecimento é crucial para a conscientização, mas somente a aquisição do conhecimento não é suficiente para se adquirir a liberdade. Para Bhaskar (1998), libertar-se envolve: (i) conhecer os reais interesses envolvidos nos processos sociais; (ii) possuir meios, habilidades e oportunidades para agir na direção da mudança; (iii) estar disposto a agir.

Barros (2015, p. 44) enfatiza que os sujeitos detêm poderes causais, que podem reproduzir ou transformar as estruturas sociais, o que significa que o potencial emancipatório tem relação com a capacidade de agência intencional e da prática reflexiva dos atores sociais.

Bhaskar (1998, p. 462) afirma que “a emancipação não pode ser alcançada apenas pela mudança da consciência; ao contrário, ela deve ocorrer na prática, ou seja, deve passar pela transformação dos próprios agentes ou participantes”. Nessa perspectiva, a emancipação deve se pautar em uma teoria que seja realmente posta em prática. Nas palavras do autor,

Aquele tipo especial e qualitativo de libertação que é a emancipação e que consiste na transformação, na autoemancipação dos agentes envolvidos, partindo de uma fonte de determinação indesejada e desnecessária para uma desejada e necessária, é, ao mesmo tempo, pressagiado causalmente e acarretado logicamente por uma teoria explanatória, mas só pode ser efetivada na prática (Bhaskar, 1998, p. 462)

Os conceitos de emancipação, transformação e libertação são abordados nesta tese, quando discuto sobre as relações abusivas às quais muitas mulheres se submetem, sendo vítimas de inúmeras violências, chegando, em algumas situações, a assumir o papel de réis, mesmo sendo as vítimas. Com isso, pretendo levantar reflexões pautadas na visão de Barros (2015, p. 47): “Pensamos e refletimos o nosso cotidiano e sobre o mundo ao nosso redor, com vista a transformá-lo. Só nos tonamos quem somos através do sentido que damos às reflexões que fazemos”.

Na próxima seção, trato sobre a Linguística Sistêmico-Funcional, abordando, brevemente, suas especificações.

2.3 LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Teorizada pelo linguista inglês Michael A. K. Halliday (1985; 1994), a LSF é uma teoria que aborda a linguagem como um sistema aberto e tem como foco a compreensão e a descrição da linguagem em um sistema de comunicação dentro de um contexto de uso. É uma abordagem utilizada no estudo da linguagem, situada na noção de função, por considerar o uso da gramática para produzir significados. Em uma percepção geral, o aspecto funcional tem como ponto de partida a maneira como usuários da língua se comunicam com eficiência em diversos contextos. Halliday e Matthiessen (2004) destacam que os principais pontos da perspectiva funcionalista da gramática são: *o uso* (em relação ao sistema); *o significado* (em relação à forma) e *o social* (em relação ao indivíduo). Nesse viés, os autores entendem que:

A análise sistêmica revela que a funcionalidade está intrínseca na linguagem: ou seja, toda arquitetura da linguagem está organizada em linhas funcionais. A linguagem se configura a partir das funções que desempenha e tem evoluído na espécie humana (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 31).

Para a LSF, a linguagem é um sistema semiótico, organizado em um conjunto de escolhas. As características da abordagem sistêmico-funcional são assim definidas por Eggins (1994): o uso da língua é funcional; a função da linguagem é produzir significados; esses significados são influenciados pelo contexto social e cultural em que são negociados; o uso da língua produz significados através de escolhas. Logo, interessa ao linguista sistêmico analisar as escolhas que foram feitas, tendo como base um determinado contexto de comunicação e quais significados essas escolhas produzem. Nessa esteira, a linguagem é compreendida como “um tipo particular de sistema semiótico que se baseia na gramática, caracterizada pela organização em estratos e pela diversidade funcional” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 21),

A LSF é, portanto, uma teoria sistêmica, funcional, social e semiótica. É sistêmica por considerar a língua como uma rede de sistemas linguísticos conectados. É funcional por trabalhar a língua em seu funcionamento. É social porque provém de um contexto social. É semiótica por estudar os signos como uma construção social. O signo não é visto como algo isolado em si mesmo, mas algo que produz significados; logo, a opção pela escolha de determinado signo é socialmente motivada e tem significados ideológicos, políticos e sociais.

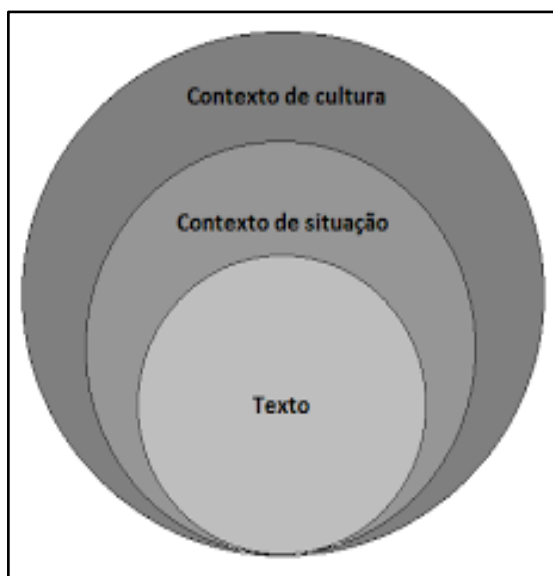
2.3.1 Texto e Contexto

A LSF prioriza o uso da linguagem como necessidade humana de interagir. Essa interação se dá por meio de texto, de distintas modalidades, concebido como um fenômeno social. O texto é uma unidade semântica, não uma unidade gramatical, sendo “qualquer instância da linguagem, qualquer meio, que faz sentido a alguém que conhece a linguagem” (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 4-5). O texto é entendido como uma alternativa de troca de sentidos e permite a interação entre os participantes. Conforme Halliday (1978, p. 122):

O texto é a forma linguística de interação social. É uma progressão contínua de significados, em combinação tanto simultânea como em sucessão. Os significados são as seleções feitas pelo falante das opções que constituem o potencial de significado; o texto é a atualização desse potencial de significado, o processo de escolha semântica.

Na visão do autor, todas as análises de textos pautadas na LSF têm uma relação com o contexto social e os elementos léxicos-gramaticais. Logo, não se realizam análises tendo como base somente os elementos gramaticais. Nesse viés, “teorizar a relação entre linguagem e contexto, e como ele entra no texto é a preocupação central dos teóricos de registro” (Eggins; Martin, 1997, p. 234). Todo texto é interativo e singular, pois diferentes textos possuem escopos comunicativos particulares, associados ao contexto de produção, de consumo e de circulação.

Halliday (1978) define o potencial de significados em dois níveis contextuais: de cultura e de situação: o falante/ouvinte faz uso da linguagem (cultura) de acordo com determinada (situação); aqui, tem-se o ambiente de enunciação, o texto em contexto, conforme ilustrado na Figura 6, a seguir:

Figura 6 - Texto em contexto

Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 26).

Os contextos situacional e cultural são de extrema importância, pois “do ponto de vista da LSF, todo o texto ocorre em dois contextos, um dentro do outro. O primeiro nível contextual é definido pelo contexto de situação, o segundo pelo contexto de cultura” (Gouveia, 2009, p. 13). Halliday (1978) pontua que o contexto de situação explica porque certas coisas e não outras foram ditas em determinado ato comunicacional. Fuzer e Cabral (2014), por sua vez, asseveram que o contexto cultural se relaciona não somente às práticas sociais, mas também as estruturas que as formam, argumentando que:

O contexto de cultura refere-se não só a práticas mais amplas associadas a diferentes países e grupos étnicos, mas também a práticas institucionalizadas em grupos sociais, como a escola, a família, a igreja, a justiça, etc. o contexto de cultura relaciona-se, assim, ao ambiente sociocultural mais amplo, que inclui ideologia, convenções sociais e instituições (Fuzer; Cabral, 2014, p. 28).

Considerando os dois contextos, nota-se que o contexto de cultura apresenta uma estabilidade, por ser constituído de práticas, valores e crenças recorrentes e duradouras, compartilhadas por grupos sociais. Já o contexto de situação apresenta um caráter de instabilidade, uma vez que se relaciona ao contexto imediato no qual o texto é produzido. Nessa perspectiva, com relação ao objeto de estudo desta pesquisa, no contexto de cultura tem-se a Lei Maria da Penha que, em tese, garante a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica; o contexto de situação faz

referência aos inúmeros casos de violências praticadas contra mulheres e os fatores sociais e ideológicos que fazem com que as relações abusivas sejam duradouras.

2.3.2 Metafunções da Linguagem

A LSF compreende o desenvolvimento da linguagem como a oportunidade de interação entre os indivíduos. Nesse esteio, a comunicação permite a troca de significados e não somente de sons e palavras. Halliday (1978) pontua a multifuncionalidade do uso da língua, considerando que as práticas comunicativas possibilitam três metafunções básicas, que acontecem de forma simultânea, a saber: *a produção de significados ideacionais, interpessoais e textuais*. A *função ideacional* aborda a reflexão por meio da língua; a *função interpessoal* faz referência ao significado no processo de interação social, na língua como ação; a *função textual* aborda os aspectos semânticos, gramaticais e estruturais dos textos.

Segundo Halliday (1989), existe uma semelhança entre como a língua se organiza, as metafunções e os elementos textuais, tendo em vistas as seguintes variáveis: o campo, as relações e o modo. Para Beltrão (2019, p. 66), “o Campo é aquilo que é dito e/ou escrito durante a prática social. A Relação refere-se ao envolvimento entre aqueles/as que participam da interação. Por sua vez, Modo é o meio ou canal pelo qual é transmitida a mensagem”.

Então, o campo se relaciona com a maneira como representamos nossa experiência na linguagem (metafunção ideacional); a relação diz respeito às relações sociais estabelecidas entre os falantes pelo uso da linguagem (metafunção interpessoal); o modo, por sua vez, faz referência à estruturação e organização da informação como mensagem (metafunção textual). De acordo com Fuzer e Cabral (2014, p. 32), “as três metafunções da linguagem definem a oração como uma unidade gramatical plurifuncional: oração como representação, oração como interação e oração como mensagem”.

Melo e Ramalho (2016) destacam a complexidade da linguagem, considerando a inter-relação existente entre as três macrofunções (Quadro 5, a seguir), uma vez que as análises dos textos devem partir de cada um desses aspectos.

Quadro 5 - As metafunções e seus desdobramentos

Metafunção	Significados	Status correspondente na oração
Ideacional	Representar o mundo da experiência	Oração como representação
Interpessoal	Desempenhar relações sociais	Oração como troca
Textual	Criar relevância para o contexto	Oração como mensagem

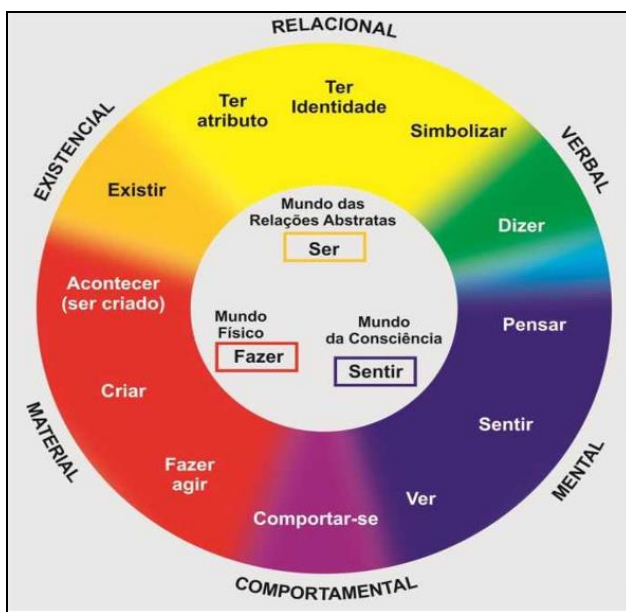
Fonte: Elaborado pela autora, com base em Halliday (1994, p. 36).

Os modos dos significados, representados no Quadro 5, são produzidos em qualquer interação social, agindo de forma simultânea na constituição do texto, de modo que não se excluem, mas se completam. Assim, segundo observam Halliday e Matthiessen (2004), a linguagem é percebida sob dois aspectos: a representação do mundo e a interação com os outros, sendo esses aspectos reunidos em forma de mensagem informação. Assim, a criação dos significados e as relações entre eles contribuem para a construção de uma linguagem coerente e assertiva. Nessa perspectiva, “[...] uma gramática funcional é aquela que constrói todas as unidades de uma língua – suas orações, suas expressões - como configurações orgânicas de funções, e, assim, tem cada parte interpretada como funcional em relação ao todo” (Neves, 1997, p. 63).

A *metafunção ideacional* utiliza a linguagem como forma de expressar nossas experiências no mundo, compreendendo a oração como representação, “um modo de refletir a realidade na língua” (Resende; Ramalho, 2016, p. 57). Nessa lógica, os enunciados fazem referência a eventos, ações, estados relacionados à atividade humana. A LSF utiliza a oração como unidade básica para a análise léxico-gramatical.

Ao se analisar a função ideacional, verificam-se os aspectos léxico-gramaticais referentes ao conteúdo das mensagens, aos fenômenos do mundo, à realidade relatada. O sistema de transitividade é a realização léxico-gramatical da função ideacional. Há três componentes básicos para a análise de transitividade: os *processos* são concebidos por grupos verbais, os *participantes* por grupos nominais e as *circunstâncias* por grupos adverbiais “que permitem analisar quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias” (Furtado da Cunha; Souza, 2011, p. 68).

Pelo sistema de transitividade, existem seis tipos de processos (verbos): material, mental, relacional (processos primários) e comportamental, verbal e existencial (processos secundários), conforme disposto na Figura 7, a seguir:

Figura 7 - Processos do Sistema de Transitividade da LSF

Fonte: Halliday e Matthiessen (2004, p. 172). Tradução nossa.

A seguir, explico os seis tipos de processos, seus participantes e as circunstâncias – componentes da oração.

Processos primários (material, mental, relacional)

Os *processos materiais* se referem às experiências do mundo externo perceptíveis ou observáveis pelos seres humanos. De acordo com (Halliday; Matthiessen, 2004), nesses processos, os participantes são: o Ator - é quem realiza a ação; a Meta - é quem ou o que sofre seu efeito; e o Beneficiário - é aquele que recebe o resultado da ação. Há ainda outros participantes: a extensão, que complementa a ação; e o beneficiário, que se beneficia da ação. Todo processo material possui necessariamente um Ator, sendo os demais participantes opcionais.

Os processos materiais se classificam em dois tipos principais: criativos e transformativos. Sobre a natureza desses processos, Fuzer e Cabral (2014, p. 47) dizem que “nos processos criativos, o participante é trazido à existência do desenvolvimento, ou seja, passa a existir no mundo (seja exterior ou interior)”. Já nos processos transformativos, destaca-se a mudança de algum aspecto de um participante já existente (Fuzer; Cabral, 2014).

Por sua vez, os *processos mentais* dizem respeito às experiências do mundo interior, da consciência, revelando crenças, valores e desejos expressos no discurso. Halliday (1985) os define como processos de “sentir”, abrangendo quatro subtipos:

percepção, afeição, desejo e cognição. Esses processos envolvem dois participantes principais: o Experienciador - ser consciente que vivencia a experiência mental; e o Fenômeno - elemento percebido, pensado ou sentido (Beltrão, 2019).

Os *processos relacionais*, segundo Halliday e Matthiessen (2004), expressam relações - de ser, ter ou estar -, estabelecendo vínculos entre entidades ou características. Dividem-se em três tipos: intensivos, possessivos e circunstanciais, que podem assumir caráter atributivo (atribui uma qualidade ou propriedade) ou identificativo (estabelece equivalência entre elementos). Nos processos relacionais atributivos, uma característica é atribuída a uma entidade. Seus participantes são o Portador, que recebe a qualidade, e o Atributo, que representa essa característica. Já nos processos relacionais identificativos, uma entidade é definida por meio de outra, sendo os participantes a Identidade (entidade definida) e o Valor (termo que a identifica).

Processos secundários (comportamental, verbal e existencial)

Os processos secundários, estão sempre na fronteira entre dois processos básicos.

Os *processos verbais* estão entre os relacionais e os mentais e dizem respeito aos verbos que expressam o dizer, ou seja, são os processos do comunicar e do apontar. Os participantes desses processos são: o Falante ou Dizente, responsável pela comunicação, podendo ser humano ou não; o Receptor, participante opcional a quem a mensagem é direcionada; o Alvo, entidade afetada pelo processo; e a Verbiagem, que corresponde ao conteúdo do que é dito.

Os *processos comportamentais* se referem a ações humanas, fisiológicas ou psicológicas, situando-se na fronteira entre os processos materiais e mentais (Halliday, 1994). Por combinarem aspectos de ação e sensação, sua identificação nem sempre é precisa. Possuem obrigatoriamente um participante Comportante - ser consciente que realiza o ato - e, opcionalmente, um Comportamento - que representa a manifestação expressa dessa ação ou sentimento.

Os *processos existenciais*, segundo Halliday e Matthiessen (2004), representam a existência ou ocorrência de algo. São menos frequentes que os demais tipos e têm como verbo típico “haver”, sendo o Existente seu principal participante. Por se situarem entre os processos materiais e relacionais, podem, em alguns casos, fundir-se com eles (Pereira, 2022).

Circunstâncias

As circunstâncias são o último elemento do sistema de transitividade e expressam as condições em que os processos ocorrem, geralmente realizadas por advérbios ou sintagmas adverbiais. Podem aparecer em qualquer tipo de processo, situando-o no tempo, espaço ou contexto. De acordo com Fuzer e Cabral (2014), as circunstâncias ampliam o sentido da oração ao descrever o contexto da ação e têm por função “alargar” o centro da oração, constituído por processo e participante(s), introduzindo significados de temporalidade, espacialidade, causalidade, finalidade, modo, extensão e outros.

A *metafunção interpessoal* entende a linguagem como maneira de agir e interagir no mundo, possibilitando trocas entre falantes e ouvintes, de acordo com a interação entre eles: “refere-se ao significado do ponto de vista de sua função no processo de interação social, da língua como ação” (Resende; Ramalho, 2016, p. 57). A interação entre falante e ouvinte designa funções e papéis sociais.

A dimensão léxico-gramatical que contempla essa metafunção é o sistema de *Modo*, no qual tanto o falante como o interlocutor possuem uma função, podendo ordenar ou ser ordenado, por exemplo. Segundo Halliday (2004, p. 68), “é uma troca em que dar implica receber e pedir implica dar uma resposta”. Nas análises, o Modo é assim classificado: *interrogativo* (perguntas); *declarativos* (orações exclamativas e não exclamativas); *imperativo* (verbos que denotam ordem). O sistema de Modo ainda engloba dois elementos: *sujeito* (pronomes); *finito* (verbos). A polaridade faz referência aos conceitos de *positivo e negativo*; o conceito de modalidade está subdividido em: *modalização – probabilidade, usualidade; modulação – obrigação, inclinação* (Pereira, 2022).

A *metafunção textual* se atém ao uso da linguagem na organização do texto, em sua tessitura. A oração é organizada em torno da estrutura da informação: *o dado* - conhecimento comum entre os participantes, reconhecido pelo contexto; *o novo* - informação nova, que não pode ser percebida. A estrutura temática, por sua vez, estrutura a oração em informação principal e secundária: *o tema* - localizado no início da oração e tem a função de situar o leitor sobre a mensagem; *o rema* - localizado após o verbo, dando seguimento ao tema, ou seja, à concretização da mensagem (Beltrão, 2019).

As metafunções projetadas por Halliday – ideacional, interpessoal e textual – dialogam com os significados do discurso postulados por Fairclough: identificacional,

representacional e acional. O Quadro 6 apresenta a correspondência entre metafunções (LSF) e significados (ACD):

Quadro 6 - Correspondência entre metafunções (LSF) e significados (ACD)

Metafunções - LSF (Halliday, 1994)	Significados - ACD (Fairclough, 2003)
Textual	Acional
Ideacional	Representacional
Interpessoal	Identificacional

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Silva (2024, p. 117).

Resende e Ramalho (2016) mencionam que Fairclough (2003) estabelece um diálogo entre LSF e ACD, recomendando uma articulação entre as funções da linguagem e os conceitos de gênero, discurso e estilo, sugerindo três tipos de significados no lugar das funções da linguagem: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. A operacionalização dos três significados apontados sustenta a multifuncionalidade das funções na LSF, pois os significados também atuam simultaneamente nos enunciados.

Neste estudo, a Linguística Sistêmico-Funcional desempenha um papel fundamental, ao oferecer a base teórico-metodológica para a análise dos enunciados de mulheres vítimas de violência doméstica e de relacionamentos abusivos.

No tópico a seguir, apresento como as três perspectivas - ACD, RC e LSF - são integradas de forma operacional, explicando ao leitor de que modo cada uma delas é mobilizada na condução das análises empíricas do capítulo analítico.

2.4 INTEGRAÇÃO ENTRE ACD, RC E LSF: FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE LINGÜÍSTICA, DISCURSIVA E SOCIAL DA PESQUISA

De acordo com Barros, Vieira e Resende (2016), a ACD se configura como um campo de ensino e pesquisa transdisciplinar que tem sido amplamente difundido nas ciências sociais e nas humanidades em geral, uma vez que dialoga com diferentes campos do saber, para compreender as relações entre linguagem, poder e ideologia.

A Análise de Discurso Crítica (ADC), em sua proposta teórico-metodológica, oferece abertura para o diálogo entre diferentes disciplinas, na tentativa de apreender objetos de pesquisa. Estudiosos que se utilizam dessa abordagem interdisciplinar entendem que a linguagem não tem poder em si mesma. A fim de situar essa transdisciplinaridade, retomo a questão de investigação desta pesquisa: identificar os

fatores que contribuem para a permanência de mulheres em relações abusivas. Fairclough (2001) enfatiza que o objetivo da ACD não é apenas explicar como o discurso funciona, mas intervir criticamente na realidade, o que requer diálogo com diferentes campos do saber.

A corrente filosófica do RC carrega um forte desejo de emancipação. Nessa esteira, a ACD se articula ao RC, ao compartilhar a compreensão do mundo social como um sistema aberto, em permanente processo de transformação, condicionado pelas dinâmicas históricas, sociais e discursivas que o constituem em cada contexto e ao reconhecer a realidade como estratificada em níveis (real, realizado e empírico), o que permite compreender como as estruturas condicionam e, ao mesmo tempo, são transformadas pelas práticas discursivas (Ramalho, 2009).

A ACD também se entrelaça à LSF de Halliday, que busca compreensão acerca de como os significados são construídos nos textos - ação, representação e estilo. Para Fairclough (2003), os significados acional, representacional e identificacional correspondem às formas pelas quais o discurso se manifesta nas práticas sociais. Na LSF, além de envolver simultaneamente as funções ideacional, interpessoal e textual, o texto também abrange ação (gênero), representação (discurso) e identificação (estilo), que são os três elementos de ordem do discurso. Nesse sentido, dentre outras teorias, a ACD pode se valer da LSF como ferramenta para a análise textual (Pereira, 2022).

Desse modo, o vínculo entre a ACD e o RC se estabelece em nível teórico, enquanto a articulação entre a ACD e a LSF ocorre no plano da análise da materialidade linguística, especialmente por meio do sistema de transitividade. Nas análises do capítulo IV, busco identificar os interdiscursos (ACD) nos enunciados analisados por meio da materialidade linguística (LSF), com a finalidade de compreender os poderes causais construídos e apresentados por meio de mecanismos (RC).

Para especificar melhor esse entrelaçamento entre as teorias supracitadas, apresento, de forma detalhada, como as mobilizo em minha pesquisa. Os conceitos da LSF - processos, participantes e circunstâncias - são utilizados para sustentar as categorias do significado representacional da ACD. A identificação dos processos (verbos) permite compreender como as ações e eventos são representados pelas participantes da pesquisa. A análise dos participantes (nomes) evidencia as posições das mulheres e as relações de poder que permeiam as experiências narradas por

elas, enquanto as circunstâncias (advérbios) caracterizam as condições ou o contexto da ação, situando as práticas discursivas no tempo e no espaço.

Do RC, utilizo os conceitos da realidade estratificada em níveis - real, realizado e empírico - para associar as práticas discursivas às estruturas sociais que as apoiam. Nessa perspectiva, o RC permite identificar poderes causais que sustentam a violência e a desigualdade de gênero, ultrapassando a descrição textual e alcançando a explicação crítica.

Desse modo, a ACD associa os subsídios da LSF e do RC, permite compreender como a linguagem consolida práticas sociais e revela os mecanismos ideológicos que sustentam a permanência das mulheres em relações abusivas.

No capítulo a seguir, trato dos procedimentos metodológicos adotados no percurso desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo da ciência é a produção de conhecimento, dos mecanismos de produção dos fenômenos da natureza que combinam para gerar o fluxo dos fenômenos do mundo
(Bhaskar, 1978).

Neste capítulo, apresento a trajetória metodológica adotada para a construção da investigação proposta nesta tese de doutorado. O objetivo é explicitar as escolhas teórico-metodológicas que fundamentam o estudo, bem como justificar o caminho percorrido na produção e análise dos dados, de modo a contribuir para uma compreensão mais profunda do capítulo seguinte, que se debruça sobre a materialidade das análises.

A estrutura do capítulo está organizada em três eixos principais. O primeiro aborda a pesquisa qualitativa, destacando suas características centrais e sua relevância para investigações de natureza social. Nesse eixo, discuto os fundamentos da abordagem qualitativa e a complexidade dos fenômenos sociais com ênfase no contexto da violência doméstica.

O segundo eixo trata da pesquisa em ACD, onde exploro o caráter teórico-metodológico dessa perspectiva filosófica e analítica. Enfatizo a postura ética e política assumida pelos analistas críticos, que compreendem o discurso como prática social e se posicionam ativamente frente às desigualdades, buscando, por meio da análise, promover reflexões e transformações sociais.

Por fim, o terceiro eixo contempla a natureza dos dados. Descrevo a constituição do *corpus*, os critérios para a seleção dos materiais, os aspectos éticos envolvidos na condução da pesquisa, os instrumentos utilizados na geração dos dados, o método de análise adotado e o perfil dos participantes. Esse conjunto de informações permite ao leitor compreender, com maior profundidade, como a pesquisa foi estruturada e como se buscou garantir rigor, coerência e responsabilidade ética ao longo de todo o processo investigativo.

3.1 TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM - PESQUISA QUALITATIVA

Este estudo está pautado na abordagem qualitativa, por envolver questões de cunho social e promover observação do agir humano no mundo e, então, avaliar as

práticas e os aspectos dessa ação. A pesquisa qualitativa pode ser constituída como “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17), ou seja, que “permitem investigar aspectos do mundo, considerando seus aspectos qualitativos” (Vieira; Resende, 2016, p. 76).

De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, tendo em vista que os pesquisadores que optam por esse método buscam compreender os cenários naturais e os fenômenos que os englobam. Nessa esteira, Vieira e Zouain (2005) asseguram que pesquisas qualitativas atribuem grande relevância aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos seus discursos e posicionamentos, prezando pelas informações transmitidas pelos participantes da pesquisa e detalhamento dos dados obtidos. Nas palavras de Minayo (2010, p. 57) o método qualitativo é “[...] aquele que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem”.

Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa adota uma forma que vai além do que é previsível, mensurável ou informativo, uma vez que preza pela abordagem de fatos, conceitos, informações e opiniões levantados na aquisição dos dados obtidos para análises, conferindo um caráter dedutivo e interpretativo do pesquisador acerca do problema de pesquisa levantado. A esse respeito, Pope e Mays (2005) entendem que a pesquisa qualitativa se relaciona com as vivências dos pesquisadores e com os fenômenos sociais que investigam. Para os autores,

A pesquisa qualitativa [...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Pope; Mays, 2005, p.13).

Nessa esteira, Barros (2015) pondera que a pesquisa qualitativa envolve um conjunto de práticas materiais e interpretativas que, por meio de uma série de representações, asseguram uma maior notoriedade aos aspectos sociais, sendo, portanto, uma construção de significados pautados na interação de pesquisador e sujeitos e suas interações com o mundo social:

Na pesquisa qualitativa, a realidade é subjetiva e múltipla, sendo nesse caso, diferente para cada pessoa. O pesquisador interage com

o objeto e sujeito, com objetivo de construir significados. Os valores pessoais, ou seja, a visão de mundo do pesquisador acaba fazendo parte desse processo (Barros, 2015, p.101).

Ao debater sobre as particularidades da pesquisa qualitativa, Creswell (2007) dá ênfase a um importante fato relacionado a esse método, que é o contato direto com o ambiente natural, caracterizado como fonte de dados, e o pesquisador como instrumento de coleta. Pope e Mays (2005) corroboram esse pensamento, alegando que estudar o participante da pesquisa em seu ambiente natural possibilita uma análise fidedigna dos fatos: “Um segundo aspecto distinto da pesquisa qualitativa, e um de seus pontos fortes, é que estuda pessoas em seus ambientes naturais e não em ambientes artificiais ou experimentais” (Pope; Mays, 2005, p.14).

Nas pesquisas qualitativas, o sujeito é fonte de informações. Nesse sentido, ao investigar o sujeito e sua realidade, o pesquisador dispõe de métodos e caminhos variados em sua investigação; os sujeitos pesquisados despontam dados e anunciam o que eles mostram. Na visão de Minayo (2014, p. 177),

[...] na formulação de uma pesquisa, não é suficiente compreendê-los como operações lógicas e estão corretamente concatenados. É preciso, além disso, estender o sentido histórico e sociológico de sua definição e das combinações que produzem.

Chouliaraki e Fairclough (1999) abordam a natureza plural da semiose, ou seja, o processo de produção e interpretação de significados. Os autores enfatizam que a interpretação de um texto não é um ato isolado e envolve duas partes principais: compreensão e explanação. A compreensão faz referência à percepção inicial dos significados dos textos, podendo variar conforme as experiências vividas pelos leitores e o contexto social. A interpretação, por sua vez, implica uma análise mais detalhada do texto, com o intento de desvelar as intenções do autor, o contexto sociocultural e outros fatores pertinentes. Logo, a interpretação busca explicar a construção dos significados do texto e de qual maneira esses significados podem ser entendidos dentro de uma situação maior.

Considerando esses aspectos, a pesquisa qualitativa é a abordagem mais adequada para a pesquisa social, assumindo um papel fundamental quando se busca indagar relações sociais, identidades, representações de mundo e ideologias associadas a um determinado contexto (Flick, 2004). Com isso, explica-se o enquadre do método qualitativo nesta pesquisa, tendo em vista que a análise de enunciados de um grupo de mulheres vítimas de violência doméstica e relacionamentos abusivos,

com o intuito de minimizar essa fissura social e propor uma sociedade mais igualitária no que concerne às desigualdades de gênero.

Godoy (2005) apresenta alguns pontos essenciais de uma pesquisa qualitativa, a saber:

1) *credibilidade* - as pesquisas devem apresentar resultados confiáveis, ou seja, as conclusões devem ser bem justificadas com fatos que confirmem os resultados alcançados;

2) *transferibilidade* - abordagem aprofundada do fenômeno social abordado, para que possibilite ao leitor relacionar o estudo em outros contextos;

3) *confiança* - no que diz respeito à transparência no processo de pesquisa realizado pelo pesquisador, conduzido de forma ética, rigorosa e responsável;

4) *confirmabilidade* - confirmar se os resultados são compatíveis com os dados levantados, assegurando que as conclusões não são interpretações tendenciosas e distorcidas, mas uma interpretação fidedigna dos dados;

5) *explicitação cuidadosa da metodologia* - detalhamento e descrição minuciosos do desenvolvimento da pesquisa, permitindo aos leitores a compreensão de como a investigação foi conduzida;

6) *relevância das questões de pesquisa* - abordar questões pertinentes e significativas para o campo de estudo, além de considerar às pesquisas anteriores relacionadas ao assunto, indicando que a temática escolhida se insere em uma abordagem atual e relevante.

Sendo assim, uma pesquisa abalizada nesses princípios contribui para a constituição de uma pesquisa estruturada e sólida, com resultados confiáveis e úteis para pesquisas futuras.

Bogdan e Biklen (1982), citados por Lüdke e André (2014), apresentam características que resumem as informações apresentadas aqui a respeito da pesquisa qualitativa:

1) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;

2) os dados coletados são predominantemente descritivos;

3) a preocupação com o processo é muito maior do que o produto;

4) O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;

5) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

O Quadro 7, abaixo, resume os aspectos da pesquisa qualitativa:

Quadro 7 - Aspectos da pesquisa qualitativa

Pesquisa Qualitativa	
Inferência	Indutiva: conclusões baseadas nas evidências sugeridas a partir dos dados analisados.
Objetivo	Interpretação de fenômenos, experiências e comportamentos humanos de forma contextualizada.
Finalidade	Descrição e entendimento de realidades diversas, ênfase na vida cotidiana e perspectivas humanas.
Realidade investigada	Subjetiva e complexa.
Amostra	Pequena - determinada por critérios diversos.
Característica do instrumento de coleta de dados	Questões abertas e flexíveis. Interação pesquisador/entrevistado.
Análise dos dados	Interpretativa e descritiva, com destaque na análise de conteúdo.
Resultados	Situacionais e limitados ao contexto.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como descrito nesta seção, pesquisas qualitativas buscam compreensão acerca dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos participantes. Nessa direção analítica, a ACD é uma metodologia de análise que se enquadra na abordagem qualitativa, concentrada na linguagem como prática social, cujo objetivo é investigar como o discurso reflete e reproduz relações de poder, dominação, resistência e ideologia.

No tópico a seguir, apresento o referencial teórico-metodológico da ACD (Fairclough, 2003), principal suporte para as análises dos dados coletados neste estudo, enfatizando os estágios que compõem a pesquisa em ACD e a identificação dos estágios com o problema de pesquisa, além de descortinar os fatores históricos e sociais que o antecedem (análise de conjuntura) até os discursos proferidos pelos sujeitos investigados (análise de enunciados), demonstrando a relação intrínseca entre os eventos sociais.

3.2 PESQUISA EM ACD: ENQUADRE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Na sociedade contemporânea, conforme Gouveia (2013), os textos e discursos ditos e escritos têm papel de relevância nas relações pessoais, profissionais e sociais, sendo emergente, portanto, a necessidade de uma teoria que tenha como objeto de estudo a linguagem e os efeitos que esta evidencia. Para Beltrão (2019, p. 94), “o

método é empregado e se desenvolve no momento das análises, nas quais a teoria é aplicada e é utilizada para o desenvolvimento e a elaboração de questões teóricas, servindo como retroalimentação”.

Nessa esteira, Vieira e Resende (2016, p. 107) explicam:

A proposta teórico-metodológica da ACD oferece ferramentas analíticas para o/a pesquisador/a mapear conexões entre aspectos semióticos e não semióticos do social, tendo em vista dois objetivos principais. Primeiro, investigar mecanismos causais discursivos e seus efeitos potencialmente ideológicos. Segundo refletir sobre maneiras de superar relações assimétricas de poder parcialmente sustentadas por (sentidos de) textos.

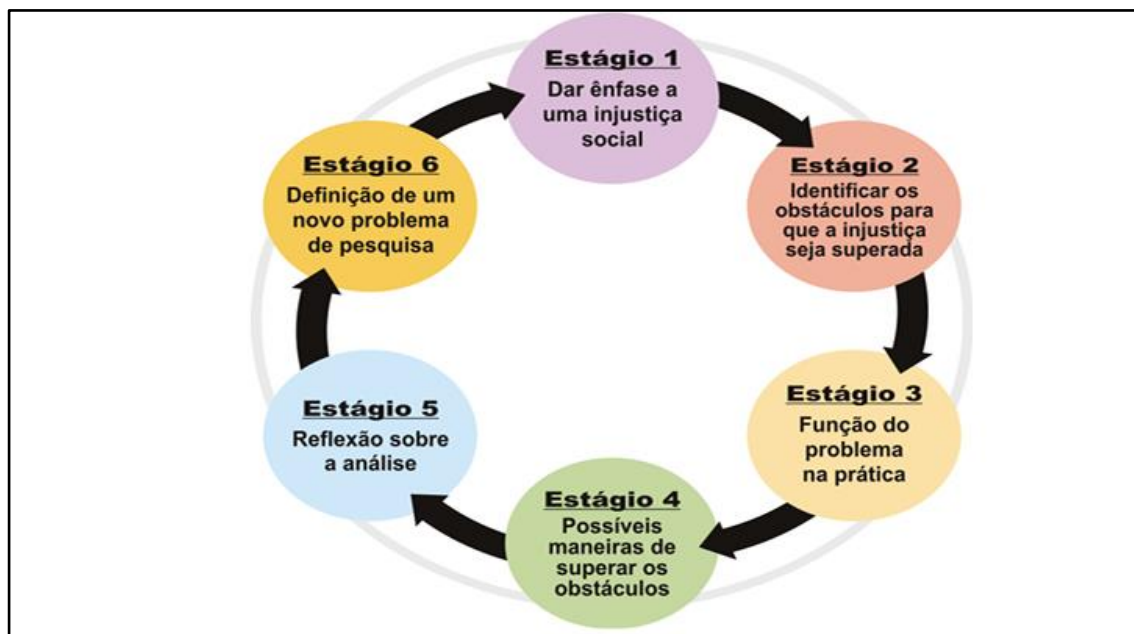
As autoras apresentam dois objetivos principais referentes à teoria-metodologia da ACD. Em primeiro lugar, é essencial investigar sobre como os discursos podem moldar ideologias e influenciar práticas sociais de forma discreta ou manifestada explicitamente. Em segundo lugar, propor reflexão acerca de como o discurso pode ser uma ferramenta tanto para perpetuar quanto para superar as desigualdades sociais.

Barros (2015), em consonância com Chouliaraki e Fairclough (1999), alinha-se a Bhaskar (1989), para defender que a pesquisa em ACD deve focar nas questões práticas da vida social, visando uma crítica explanatória, baseada na observação de problemas sociais, buscando sua superação. Assim, em conformidade com seu enquadre teórico-metodológico, os estudos em ACD devem cumprir alguns estágios para a efetivação da pesquisa, quais sejam:

- 1) percepção de um problema - enfatizar uma injustiça social;
- 2) obstáculos para que o problema seja superado - elementos da prática social que sustentam o problema;
- 3) função do problema na prática - verificação da existência de uma função específica para o aspecto problemático do discurso;
- 4) possíveis modos de ultrapassar os obstáculos - buscando as possibilidades de transformações sociais para a superação do problema;
- 5) reflexão sobre a análise - as pesquisas em ACD têm que ser reflexivas;
- 6) definição de um novo problema de pesquisa - possibilitando a continuidade da investigação.

Esse modelo de análise está baseado na crítica explanatória de Bhaskar (1998), que dá ênfase na observação de problemas sociais, visando sua superação. A Figura 8 explica a periodicidade dos estágios da pesquisa em ACD:

Figura 8 - Estágios da pesquisa em ACD



Fonte: Adaptado de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), tendo como base a crítica explanatória de Bhaskar (1989).

Demonstro aqui, em um exemplo, cada um dos estágios de pesquisa em ACD, conforme apontados pelo autor, tendo como base o problema de pesquisa abordado por esta tese.

1) *Dar ênfase a uma injustiça social*: conforme propõem Chouliaraki e Fairclough (1999), as pesquisas vinculadas à ACD necessitam enfatizar uma injustiça social, na qual os atores sociais (sujeitos) pertencentes a determinado(s) grupo(s) estejam em situação de vulnerabilidade. Então, o objeto de estudo e as questões norteadoras da pesquisa precisam contemplar tal problema social e evidenciar meios de emancipação e libertação. Na pesquisa aqui apresentada, o problema social apontado é a permanência de mulheres vítimas de violência doméstica em relacionamentos abusivos, buscando compreender os fatores que dificultam a libertação dessas relações, bem como desmitificar a visão social que imputa às mulheres vítimas a culpabilização pelo lugar de opressão que ocupam, como se a situação à qual estão submetidas fosse consequência de uma má escolha/opção.

2) *Identificar os obstáculos para que a injustiça seja superada* - nesse estágio, Barros (2015) sustenta que é necessário iniciar com a análise de textos, enfocando a interação entre semiose e prática social. Nesse sentido, Beltrão (2019, p. 95) complementa:

[...] o/a estudioso/a do discurso levanta um diagnóstico sobre as barreiras que impedem a superação do problema considerando a maneira pela qual as práticas sociais se inter-relacionam e o modo de relação da semiose com outros elementos de práticas sociais e com características de discurso em si.

No que concerne ao problema mencionado em minha pesquisa, uma alternativa de superação é a desconstrução do pensamento machista, que normaliza situações de submissão das mulheres aos homens, numa concepção pautada ainda em resquícios patriarcais e, muitas vezes, as próprias mulheres “aceitam” permanecer em tais relações. Desse modo, o processo de conscientização precisa acontecer efetivamente, tanto para os homens quanto para as mulheres, sendo iniciado, primeiramente, na família e tendo continuidade nas demais instituições sociais, baseando-se em relações de igualdade de gênero.

É nessa etapa que ocorre a seleção dos textos (discursos) a serem analisados, bem como as categorias que sustentarão as análises. As análises, por sua vez, são assim constituídas: análise de conjuntura, análise da prática particular e análise de discurso.

Neste estudo, a análise de conjuntura está baseada em um levantamento histórico do papel social da mulher na sociedade, abordando os aspectos relacionados à garantia de direitos básicos e à naturalização do sistema patriarcal que, atualmente, contribui para a manutenção da violência doméstica e o aumento desenfreado de casos de feminicídio no país. A análise da prática particular ocorre nas análises dos enunciados de sujeitos sociais envolvidos na pesquisa. Por fim, a análise do discurso está baseada nas análises discursivas constituídas pelos discursos dos participantes da pesquisa. A análise da prática particular e a análise do discurso estão integradas, considerando que a análise da prática particular também é uma análise do discurso.

3) *Função do problema na prática* - o terceiro estágio apresenta as funções que contribuem para a persistência do problema na prática. Nesse momento, é feita a observação de como a ideologia opera para sustentar relações particulares de poder e dominação (Fairclough, 2003). Nesse sentido, partindo do problema social aqui tratado, observo a necessidade de uma legislação mais efetiva para casos de

violência doméstica, assim como o fortalecimento de políticas públicas, com alcance social amplo, para que os índices de mulheres vítimas de relacionamentos abusivos, violência doméstica e feminicídio sejam minimizados, garantindo o direito a uma vida social digna a todas as mulheres.

4) *Possíveis maneiras de superar os obstáculos* - o quarto estágio tem por intuito promover meios de progresso às injustiças mencionadas, com vistas a “explorar as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, por meio das contradições das conjunturas”. (Resende; Ramalho, 2006, p. 37). Segundo Beltrão (2019, p. 97), “esta fase transforma a apreciação crítica negativa em positiva, por meio da identificação das possibilidades de mudanças ainda não concebidas, ou concebidas parcialmente”.

Dessa maneira, em relação à permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, propõe-se a realização de políticas públicas e projetos sociais que viabilizem a essas mulheres a oportunidade de se conscientizarem de que estão assujeitadas a esses relacionamentos, pois muitas não têm essa percepção. Assim sendo, viabilizar atendimento psicológico efetivo e contínuo a mulheres vítimas de relacionamentos abusivos é uma ferramenta necessária para o processo de autoconscientização. Cabe também o incentivo à formação profissional e educacional, para que sejam capazes de ingressar no mercado de trabalho e conquistar sua independência financeira e, ainda, a elevação da autoestima, para que possam desenvolver seus papéis sociais de forma consciente e ativa.

5) *Reflexão sobre a análise* - Segundo Pereira (2022), a reflexividade do pesquisador acerca da pesquisa desenvolvida é essencial para identificar as contribuições do estudo para a emancipação e transformação social, princípios básicos da ACD. Nesse viés, Silva (2024, p. 167) pontua que “o analista crítico do discurso precisa sempre avaliar se sua investigação contribui para a emancipação dos atores sociais envolvidos”. Nessa etapa, o pesquisador aponta suas contribuições, elencando as dificuldades encontradas na efetivação da pesquisa realizada e de que maneira tal pesquisa contribui para estudos sobre feminismo, relacionamentos abusivos, independência feminina.

6) *Definição de um novo problema de pesquisa* - embasada nos estágios descritos, Barros (2015) propõe um sexto estágio, em decorrência de seus estudos de pós-doutorado, orientados por Roy Bhaskar, em 2013. Assim, o sexto estágio consiste na formulação de um novo problema de pesquisa, ou seja, ao final de sua

averiguação inicial, o pesquisador identifica uma nova injustiça social, possibilitando a continuidade de sua pesquisa e, dessa forma, contribuindo para a atenuação dos problemas sociais.

O Quadro 8, abaixo, apresenta os procedimentos desta pesquisa, em acordo com o referencial teórico-metodológico de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Barros (2015), em harmonia com a crítica explanatória de Bhaskar (1989):

Quadro 8 - Estágios da pesquisa em ACD aplicados à tese

1	Percepção do problema	Violência doméstica e os fatores que contribuem para a permanência de mulheres vítimas em relações abusivas.
2	Obstáculos a serem superados	Desmistificação do estigma social que atribui às mulheres a culpa por estarem submetidas a uma relação opressora.
3	Funções do problema na prática	A ausência de uma legislação mais efetiva e de políticas públicas assertivas contribui para que a população feminina esteja cada vez mais à mercê da violência; assim, aumenta o número de mulheres vítimas de relacionamentos abusivos e violência doméstica, culminando em crescente número de feminicídios.
4	Possíveis formas de solucionar o problema	Oferta de políticas públicas e projetos sociais que atendam à população feminina com um olhar mais atento, promovendo meios efetivos para a emancipação.
5	Reflexão sobre a análise	Contribuição da pesquisa para a minimização do problema apresentado, atuando como suporte para pesquisas futuras sobre temáticas relacionadas à violência doméstica e aos fatores a ela associados.
6	Definição de um novo problema de pesquisa	De que forma os serviços especializados, como Delegacias da Mulher, Casas Abrigo e Centros de Referência, contribuem para a efetividade das políticas públicas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica?

Fonte: Elaborado pela autora.

Na seção seguinte, apresento os aspectos éticos da pesquisa, com ênfase na proteção dos direitos e dignidade das participantes, a garantia do anonimato, o termo de consentimento, ressaltando a importância de seguir diretrizes éticas para minimizar danos e promover um impacto positivo na sociedade em relação à temática abordada.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

Pesquisas de cunho qualitativo, por envolverem coleta de dados diretamente com participantes humanos, necessitam de cautela no que concerne aos aspectos éticos para que a investigação seja conduzida de forma responsável e transparente. Creswell (2014) alerta que os pesquisadores qualitativos devem garantir que os

participantes se sintam seguros e respeitados ao longo de todo o processo de pesquisa, desde o consentimento até a divulgação dos resultados.

As pesquisas em Ciências Sociais são regulamentadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), vinculado ao Ministério da Saúde, com base nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016. A pesquisa aqui detalhada foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso - *campus* Cuiabá (CEP/ Humanidades UFMT), sendo expedido o Parecer de aprovação (Anexo 1) sob o número 5.765.997.

A Resolução 510/2016 regulamenta as diretrizes e as normas éticas para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Em seu art. 4º, o documento discorre sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), princípio ético fundamental que deve garantir aos participantes da pesquisa informações sobre os objetivos, procedimentos, riscos, benefícios e o uso das informações coletadas, antes de decidirem se participarão ou não do estudo. O TCLE foi elaborado e apresentado previamente aos possíveis participantes, com a finalidade de esclarecer todos os aspectos da pesquisa aqui descrita. Ao grupo de mulheres, o documento foi apresentado de forma oral e detalhada no primeiro encontro da entrevista.

O TCLE deve possibilitar aos participantes da pesquisa o prévio conhecimento sobre seus direitos. Conforme o art. 9º da Resolução 510/2016, são direitos dos participantes de pesquisas:

- I - Ser informado sobre a pesquisa;
- II - Desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III - ter sua privacidade respeitada;
- IV - Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V - Decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI - Ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII - o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa (Brasil, 2016).

O TCLE (Apêndice A) apresentado às participantes deste estudo contém as informações acima detalhadas, proporcionando uma decisão mais sólida e confiante no que diz respeito à participação voluntária na pesquisa.

Na sequência, apresento como foi realizada a seleção das participantes da pesquisa, bem como os perfis pessoais e sociais de cada uma.

3.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Minayo (2001) esclarece que o objeto de estudo das ciências sociais possui uma consciência histórica. Logo, não é apenas o pesquisador que atribui significado ao seu trabalho intelectual, mas os indivíduos, grupos e sociedades também conferem propósito e intenção às suas ações e criações, já que as estruturas sociais são, na verdade, ações materializadas. Ademais, em pesquisas qualitativas, ao selecionar os participantes, o pesquisador deve considerar, dentre outras condições, “[...] sujeitos que sejam essenciais para esclarecimento do assunto; facilidade de encontrar as pessoas; tempo dos indivíduos” (Triviños, 1987, p.133).

A princípio, a seleção das mulheres participantes desta pesquisa aconteceria por intermédio da Casa de Apoio Noeli dos Santos, localizada no município de Ariquemes-RO, instituição que abriga mulheres vítimas de violência doméstica. O intuito era realizar rodas de conversa com as mulheres abrigadas com, no mínimo, seis encontros. No entanto, em virtude de minha mudança para o município de Colorado do Oeste, devido a questões profissionais, precisei buscar um novo local para a seleção das participantes dessa pesquisa.

Assim, entrei em contato com a Delegacia de Mulher do município de Vilhena-RO e fui direcionada para a Unidade de Acolhimento da Mulher. Fiz contato com a coordenadora dessa Unidade, expliquei acerca dos objetivos da pesquisa e ela prontamente se dispôs a contribuir. Contudo, alertou sobre a grande rotatividade de mulheres atendidas no estabelecimento, haja vista que o atendimento é feito em caso de risco à vida da mulher que não tem outra rede de apoio, como familiares, por exemplo. As mulheres são atendidas e encaminhadas para outros programas, não ficando por muito tempo abrigadas na Unidade, fato que dificultou a realização das rodas de conversa em grupo. A coordenadora me direcionou para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Vilhena, tendo em vista que as mulheres que passam pela Unidade de Acolhimento da Mulher são, posteriormente, direcionadas para o CREAS, para serem inseridas em programas sociais.

Ao contatar o CREAS, fui informada sobre o Programa *Mulher Protegida*, descrito na seção seguinte, destinado a mulheres vítimas de violência doméstica e que têm medida protetiva contra os ex-parceiros/agressores. Fui atendida pela psicóloga da instituição, que me deu todo o suporte necessário. Informou-me acerca

da data de cadastro de três mulheres que iriam ao CREAS fazer o registro no Programa *Mulher Protegida*. Dessa forma, na data de 27/01/2025, fui ao estabelecimento e conversei com as três mulheres sobre a pesquisa em curso e duas delas aceitaram participar. Tendo em vista a distância da cidade onde resido até o município de Vilhena, a psicóloga me forneceu o contato telefônico de outras mulheres cadastradas no programa. Assim, via *whatsapp*, fiz contato com mais nove mulheres. Dessa forma, 12 mulheres foram convidadas a participar da pesquisa, sendo que cinco recusaram, duas não deram retorno às mensagens e cinco responderam positivamente.

Concernente às questões éticas em pesquisas qualitativas, Creswell (2014) adverte que, independentemente da abordagem qualitativa, o pesquisador se depara com diversas questões éticas durante a coleta de dados, análise e divulgação dos resultados da pesquisa. Desse modo, como forma de preservar os nomes das participantes, utilizo pseudônimos para mencioná-las no decorrer desta tese, em conformidade ao que recomenda Creswell (2014, p.137), “um pesquisador protege o anonimato dos informantes, por exemplo, atribuindo números ou pseudônimos aos indivíduos”. Os pseudônimos aqui adotados representam nomes de flores, por serem repletas de carga simbólica, de acordo com o significado de cada flor.¹⁰

A seguir, são descritas as informações individuais das participantes e apresentadas algumas observações pertinentes a partir da minha posição enquanto pesquisadora.

3.4.1 Perfis pessoais e sociais das participantes da pesquisa

Neste tópico, apresento quem são as sujeitas de pesquisa¹¹, tratadas por nomes de flores, pseudônimos escolhidos para representar as entrevistadas. As considerações aqui explanadas estão baseadas nos relatos de suas experiências, as quais envolvem questões sociais que indicam escolaridade, religião, profissão, bem como os modos de comunicação escolhidos, as escolhas discursivas, os gestos, os olhares, o tom de voz, as sensações de alegria e de tristeza, de angústia e

¹⁰ Disponível em: *43 nomes de flores com os seus significados* - Dicionário de Nomes Próprios.

¹¹ A pesquisa não se aprofunda na história de vida das participantes e, em virtude de questões éticas, a identidade das mulheres foi preservada, respeitando-as, de modo que se sentissem seguras e confortáveis para compartilhar seus relatos. Apresento apenas um quadro sucinto do perfil de cada entrevistada (Quadro 9, vide p. 110).

constrangimento, de liberdade e empoderamento. Espontaneamente, envolvem, também, minha percepção de pesquisadora e mulher diante dos relatos das sujeitas analisadas.

Logo, faço a apresentação individual das mulheres entrevistadas, considerando os aspectos sociais e pessoais descritos por elas durante a condução das entrevistas, para que seja o fio condutor do leitor nas seções do capítulo IV, que abordarão as análises discursivas dos excertos selecionados. É relevante destacar que todas as entrevistas foram realizadas com duas mulheres, simultaneamente. Enquanto pesquisadora, conduzi esse processo orientado por perguntas previamente estruturadas, no entanto, proporcionando autonomia para as participantes contarem seus relatos, fazendo breves interferências quando surgiam dúvidas. Os encontros foram mediados pela psicóloga do CREAS, em Vilhena/RO, conforme explicado no tópico anterior.

À primeira participante da pesquisa atribuí o pseudônimo **Íris**¹², uma flor rara, que simboliza fé, recomeço e esperança. Meu primeiro contato com Íris se deu no dia 14/02/2025, pelo *WhatsApp*. A entrevista com Íris aconteceu no dia 19/02/2025, na sede do CREAS, em Vilhena/RO. Nessa data, Íris tinha 21 anos. Mulher parda, de cabelos pretos, lisos e longos, católica, ensino médio incompleto; em relação à profissão, apresentou-se como do lar, pois, à época, estava sem trabalhar.

Apesar da beleza que Íris carrega, no dia em que nos vimos pessoalmente, seu olhar demonstrava a tristeza imposta pelas situações experienciadas no decorrer de sua vida. Durante os relatos, Íris confidenciou que teve a infância marcada pelo abandono da mãe e pela presença esporádica do pai, que é caminhoneiro. Não teve convivência nenhuma com a mãe e diz nutrir uma mágoa em decorrência do abandono. Durante os acontecimentos de violências narrados, ela expõe que foi a mãe e a irmã que a acolheram, que trata a mãe com respeito, mas que não consegue ter com ela uma relação próxima. Devido à ausência do pai, imposta por seu trabalho, Íris esteve toda sua infância e adolescência na companhia de familiares e conhecidos, onde se sentia desamparada, ocasionando-lhe uma depressão ainda muito jovem.

¹² Íris é um gênero composto por cerca de 200 espécies de flores com características vistosas e diversas tonalidades, incluindo branco, vermelho, amarelo, violeta, rosa, roxa e azul, sendo as duas últimas as mais comuns. De origem ligada à mitologia grega, pertencente à família *Iridaceae*, a Íris é o maior grupo. Seu crescimento atinge entre 15 cm até 1,20 m, também variando de acordo com o tipo da planta. Disponível em: Flor de Íris: saiba como plantar e cultivar - *Blog da Cobasi*. Acesso em: 14/08/2025.

Nesse contexto, ainda menor de idade, conheceu seu ex-marido e se envolveu com ele contra a vontade de seu pai. Em pouco tempo estava grávida e foi residir com o marido na casa dos ex-sogros. Durante os seis anos de relacionamento, Íris teve dois filhos (quatro e dois anos) e vivenciou todos os tipos de violência decorrentes de uma relação abusiva.

Em seus momentos de fala, Íris apresentava um tom de voz baixo, delicado, com o rosto que parecia expressar aflição, mas também uma mistura de força para falar sobre algo tão difícil, que ainda não estava cicatrizado.

A segunda sujeita da pesquisa é **Violeta**¹³, flor que representa amizade, durabilidade, resistência e adaptação. O primeiro contato com Violeta aconteceu no dia 12/02/2025 também via *WhatsApp*, e a entrevista se deu no dia 08/03/2025, em um *shopping*, no município de Vilhena/RO. Violeta é uma mulher de nacionalidade venezuelana, residente no Brasil há seis anos. Cabelos pretos, lisos, longos, estatura mediana, 29 anos e de aparência meiga e jovial. Trabalha como doméstica na casa de uma família.

Relata que veio ao Brasil acompanhada do seu parceiro à época e com os dois filhos do casal (nove e sete anos). Já em solo brasileiro, tiveram outro filho (quatro anos). Em um país com culturas e costumes diferentes de suas origens, teve que recomeçar a vida em meio a medos e incertezas¹⁴, tendo a família (esposo e filhos) como principal refúgio.

Mesmo sendo de origem estrangeira, Violeta demonstrou bom domínio da língua portuguesa, escolhendo, às vezes, vocábulos que melhor se assemelhavam com o que gostaria de dizer, não tendo sido o idioma um empecilho para compreensão dos fatos contados. No início da nossa conversa, quando reforcei que deveriam relatar somente aquilo que estivessem confortáveis, Violeta frisou que poderia se emocionar durante sua fala. Todavia, em seus relatos, manteve uma postura firme e imponente, mesmo diante da narração dos momentos dolorosos que vivenciou durante o

¹³ As violetas misturam mitologia grega, culinária da Atenas antiga e estética vitoriana. Hoje, há mais de mil variedades de flor de violeta. Elas são conhecidas pela beleza de suas flores. Elas vêm em cores como branco, lilás, roxo, rosa, verde e bicolores. Suas folhas são redondas e de um verde intenso. Elas crescem até 15 cm de altura, perfeitas para decorações internas. Disponível em: *Be Page*. Acesso em: 14 ago. 2025.

¹⁴ A fuga do desemprego, do sucateamento educacional, da escassez de alimentos e da instabilidade política na Venezuela. Há quase 10 anos, milhares de venezuelanos ainda cruzam a fronteira com o Brasil, pelo município de Pacaraima, em Roraima. O Brasil é o terceiro país da América Latina que mais recebeu refugiados e migrantes venezuelanos; até maio deste ano, mais de 568 mil estavam no país. Disponível em: *Busca por emprego, educação e saúde: o raio X dos 9 anos da migração venezuelana para o Brasil*. Acesso em: 14 ago. 2025.

casamento de 10 anos, ficando evidente um empoderamento e o início da construção de sua nova identidade enquanto mulher.

A terceira participante recebeu o pseudônimo de **Acácia**¹⁵, flor que simboliza eternidade, fidelidade e resistência. Falei com Acácia pelo *WhatsApp* no dia 03/04/2025 e nosso encontro se deu em 16/04/2025, no CREAS. Na data em que nos encontramos, Acácia tinha 29 anos, cabelos pretos, curtos, à altura do ombro, ensino médio completo; trabalhava como manicure e com vendas de bolos e doces caseiros, mas, no momento, estava sem desenvolver essas atividades autônomas.

Mãe de três filhos (12, nove e quatro anos), sendo os dois mais velhos do primeiro relacionamento – sobre o qual não relatou - e o mais novo do último relacionamento, no qual foi vítima de violência doméstica por 10 anos. Apesar da pouca idade, Acácia aparenta uma fisionomia debilitada e triste, consequência de suas vivências anteriores. Afirmou ser ex-alcoólatra em tratamento contra o vício adquirido durante a última relação conjugal.

Durante seu depoimento, de forma aberta e espontânea, discorreu sobre os acontecimentos por ela vividos no seu último relacionamento, mesmo sendo relatos pessoais e bastante íntimos. Contudo, o tom de voz, os gestos e as escolhas lexicais escolhidas em algumas situações do relato apontam uma fragilidade diante do momento em que se encontrava.

A quarta participante foi nomeada **Dália**¹⁶, flor que representa elegância, força interior e criatividade. A primeira vez que a encontrei foi no CREAS, na data de 27/01/2025, onde ela foi fazer o cadastro no Programa *Mulher Protegida*. Na ocasião, convidei-a a fazer parte da pesquisa e ela prontamente aceitou. Lembro-me de que ela disse que não teria muita coisa para falar, mas estava disposta a contribuir, talvez por não saber ainda como nomear as agressões das quais tinha sido vítima.

Cabelos claros e cacheados, olhos verdes, 33 anos, católica, tinha acabado de conseguir um trabalho na semana anterior, mãe de dois filhos (11 e cinco anos); a primeira filha é fruto do primeiro casamento (que relatou apenas ter acabado devido

¹⁵ Originária da Ásia, a acácia-amarela tem sementes tão perfumadas quanto suas flores. De setembro a fevereiro, seus galhos se enchem de cachos amarelos. Gosta de sol, exige pouca água e prefere solo rico em matéria orgânica. Disponível em: *Acácia-amarela - aprenda a plantar e cuidar do jeito certo - Minhas Plantas*. Acesso em: 14 ago. 2025.

¹⁶ O gênero *Dahlia* compreende uma grande variedade de espécies, incluindo desde variedades anãs a plantas que podem ultrapassar 2m de altura. As flores também apresentam formatos diversos, incluindo pétalas simples, dobradas e pompom, e vão do vermelho, rosa, amarelo, laranja, roxo ao branco. Disponível em: *Dálias: como plantar e cuidar das flores coloridas | Paisagismo | Casa e Jardim*. Acesso em: 15 ago. 2025.

traição) e o segundo filho do último casamento, no qual apontou diversos abusos sofridos nessa relação extremamente abusiva que perdurou por 12 anos.

Dália foi a única mulher a participar de dois encontros. Apesar de ter dito que não teria muito o que dizer quando nos vimos pela primeira vez, contribuiu ricamente com a pesquisa; seus relatos condizem integralmente com o objetivo central desta tese e, no decorrer dos encontros, conforme as temáticas eram conduzidas, percebe-se que Dália se sentia parte integrante de tudo o que estava sendo discutido.

Embora seu comportamento demonstrar certa timidez e constrangimento em determinados momentos, seus atos de fala eram sempre muito seguros, demonstrando um olhar consciente diante das situações às quais tinha sido submetida pelo seu ex-companheiro, munida de força para recomeçar.

Por fim, a quinta participante recebeu o pseudônimo **Açucena**¹⁷, flor que simboliza cura, regeneração e esperança. No dia 27/01/2025, Açucena esteve no CREAS também para fazer o cadastro no Programa *Mulher Protegida*, data do nosso primeiro contato. Após eu apresentar a pesquisa e fazer-lhe o convite, ela demonstrou interesse em participar. Nesse primeiro contato, não foi feita nenhuma gravação, mas Açucena fez alguns relatos referentes ao seu último casamento, mesmo sem ter sido por mim instigada a falar. Era como se ela precisasse relatar o que tinha experienciado na relação que durou 22 anos. Em um determinado momento, emocionou-se.

Marcamos a entrevista para o dia 08/03/2025, no *shopping*, em Vilhena/RO. Nessa data, Açucena tinha 49 anos, feitio jovial e de uma beleza abundante. Mãe de três filhos maiores de idade, evangélica, ensino médio completo, cabelos lisos, pretos, à altura do ombro, estatura baixa e um lindo sorriso. Tinha recém começado a trabalhar em uma loja de produtos de limpeza do filho.

É importante destacar que seus relatos eram sempre bastante longos e que Açucena apresentava detalhes descritivos das cenas passadas que narrava, o que demonstra como essas lembranças ficaram marcadas em sua vida, mesmo após tantos anos. Em certas ocasiões, quando estava respondendo a algum questionamento feito por mim, era como se ela lembrasse de outras situações que achava importante dizer e as incorporava àquilo que estava falando, como se todos

¹⁷ Originária da África do Sul. A açucena, conhecida cientificamente como *Amaryllis belladonna*, é uma planta ornamental apreciada por suas flores grandes e vistosas, que desabrocham em cores vibrantes como branco, rosa e vermelho. A açucena, com suas flores brancas e formato trompette, frequentemente se associa à pureza, inocência e renovação. Disponível em: *Açucena: conheça as características e cultivo dessa bela flor*. Acesso em: 15 ago. 2025.

esses episódios precisassem ser ditos, para que ela se sentisse aliviada e, de certa forma, livre. Durante toda a nossa conversa, Açucena apresentou um tom de voz forte, imponente e decidido, acompanhado de alguns momentos de risos em algumas narrações.

O Quadro 9 traz um demonstrativo das informações referentes às participantes da pesquisa:

Quadro 9 - Participantes da pesquisa

Nome	Idade	Profissão atual	Filhos	Escolaridade	Religião	Duração do relacionamento
Íris	21 anos	Frentista	02	Ensino Médio incompleto	Católica	06 anos
Violeta	29 anos	Doméstica	03	Ensino Superior incompleto	Assembleia	10 anos
Acácia	29 anos	Do lar	03	Ensino Médio	Católica	10 anos
Dália	33 anos	Diarista	02	Ensino Superior incompleto	Católica	12 anos
Açucena	49 anos	Atendente	03	Ensino Médio	Evangélica	22 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Como mencionado, as participantes da pesquisa fazem parte do Programa *Mulher Protegida*, o qual apresento na seção seguinte.

3.4.2 Programa *Mulher Protegida*

O Programa *Mulher Protegida* foi instituído pelo estado de Rondônia e regulamentado pela Lei nº 5.165, de 29 de novembro de 2021, e pelo Decreto nº 26.608, de 6 de dezembro de 2021. De acordo com o art. 1º da Lei nº 5.165, de 29 de novembro de 2021,

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Rondônia, o Programa Mulher Protegida vinculado à Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, com o objetivo de prestar assistência à família na pessoa da mulher vítima de violência doméstica e familiar, especialmente a que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, acompanhada ou não de seus dependentes, a fim de coibir a violência no âmbito de suas relações, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e ditames da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Rondônia, 2021).

O documento faz menção à Constituição Federal e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, legislações já discutidas anteriormente nesta tese, demonstrando a relação intrínseca entre os aparatos legislativos em prol da proteção às mulheres. A

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, em seu art. 2º, assegura que as mulheres terão as condições imprescindíveis para viver com dignidade, segurança e liberdade, tendo acesso a direitos essenciais como saúde, educação, trabalho, moradia, dentre outros. Nos parágrafos 1º e 2º do art. 2º, a legislação atribui responsabilidades às diferentes entidades, poder público, família e sociedade, para garantir e proteger os direitos das mulheres, especialmente, em relações domésticas e familiares:

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput (Brasil, 2006).

Em referência às diretrizes do Programa *Mulher Protegida*, o art. 2º, incisos I e II da Lei estadual apontam as suas principais finalidades:

I - fomentar a autonomia e inserção socioeconômica das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em vulnerabilidade social e sua emancipação socioeconômica;

II - garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência doméstica com ações que visam combater a cultura da violência contra a mulher;

III - corresponsabilidade entre os Municípios partícipes;

IV - transversalidade na promoção das garantias dos direitos das mulheres nas políticas públicas (Rondônia, 2021).

Em tese, a intencionalidade do Programa *Mulher Protegida* (Figura 9, a seguir) está voltada para o atendimento de mulheres vulneráveis à violência doméstica, ofertando a elas meios para que se tornem financeiramente independentes e consigam se estabilizar social e economicamente.



Para ter o cadastro deferido, é obrigatório que a mulher esteja com medida protetiva de urgência vigente, de acordo com a Lei nº 11.340, de 2006. A referida Lei assegura que, constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar contra o agressor medidas protetivas de urgência, dentre elas:

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III – proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida (Brasil, 2006).

Os benefícios para as mulheres cadastradas são: auxílio financeiro de 12 parcelas de 600,00; assistência e acompanhamento psicossocial pela equipe de referência técnica nos equipamentos socioassistenciais do município partícipe; oferta dos cursos de capacitação ou de aperfeiçoamento profissional voltados ao empreendedorismo e à empregabilidade (Rondônia, 2021).

O Programa tem contribuído significativamente com apoio a vítimas de violência doméstica. A psicóloga do CREAS compartilhou o levantamento de dados referentes ao Programa desde sua criação: entre dezembro de 2021 a março de 2024, foram beneficiadas com o auxílio financeiro 2.337 mulheres, o que totalizou o valor de 5.673.800,00 ao governo do estado de Rondônia, conforme demonstra a Figura 10:

Figura 10 - Números em auxílios concedidos por municípios de Rondônia

Nº	MULHER PROTEGIDA	Total de beneficiárias	Valor pago
1	PORTO VELHO	579	R\$ 1.390.600,00
2	ARIQUEMES	311	R\$ 777.800,00
3	VILHENA	239	R\$ 569.600,00
4	JI-PARANÁ	222	R\$ 551.400,00
5	ROLIM DE MOURA	119	R\$ 272.800,00
6	CACOAL	115	R\$ 274.200,00
7	MACHADINHO D'OESTE	82	R\$ 209.800,00
8	GUAJARÁ - MIRIM	78	R\$ 205.000,00
9	PIMENTA BUENO	61	R\$ 144.400,00
10	JARU	57	R\$ 131.600,00
11	COSTA MARQUES	44	R\$ 103.200,00
12	OURO PRETO DO OESTE	33	R\$ 91.200,00
13	COLORADO DO OESTE	28	R\$ 68.200,00
14	ALTA FLORESTA D'OESTE	23	R\$ 56.200,00
15	CUJUBIM	20	R\$ 43.000,00
16	VALE DO ANARI	19	R\$ 47.200,00
17	SERINGUEIRAS	19	R\$ 42.800,00
18	BURITIS	18	R\$ 47.400,00
19	CANDEIAS DO JAMARI	18	R\$ 40.200,00
20	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	17	R\$ 44.400,00
21	ESPIGÃO DO OESTE	17	R\$ 43.000,00
22	ALVORADA D'OESTE	17	R\$ 39.400,00
23	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	16	R\$ 31.400,00
24	ALTO PARAISO	14	R\$ 33.600,00
25	PARECIS	13	R\$ 32.800,00
26	PRESIDENTE MÉDICI	12	R\$ 29.800,00
27	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	11	R\$ 27.000,00
28	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	11	R\$ 24.000,00
29	MONTE NEGRO	10	R\$ 28.800,00
30	CABIXI	10	R\$ 27.000,00
31	NOVA UNIÃO	10	R\$ 23.800,00
32	NOVO HORIZONTE DO OESTE	9	R\$ 27.400,00
33	MIRANTE DA SERRA	9	R\$ 23.000,00
34	CEREJEIRAS	9	R\$ 21.000,00
35	VALE DO PARAÍSO	9	R\$ 21.000,00
36	SANTA LUZIA D'OESTE	8	R\$ 12.000,00
37	NOVA MAMORÉ	7	R\$ 13.800,00
38	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	6	R\$ 15.000,00
39	ITAPUA DO OESTE	6	R\$ 11.600,00
40	SÃO FELIPE D'OESTE	5	R\$ 13.200,00
41	PIMENTEIRAS DO OESTE	5	R\$ 11.200,00
42	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	4	R\$ 12.400,00
43	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	4	R\$ 9.800,00
44	CHUPINGUAIA	3	R\$ 7.200,00
45	THEOBROMA	3	R\$ 7.200,00
46	CASTANHEIRAS	3	R\$ 6.600,00
47	URUPÁ	2	R\$ 5.200,00
48	MINISTRO ANDREAZZA	1	R\$ 2.400,00
49	RIO CRESPO	1	R\$ 2.200,00
50	CACAU LÂNDIA	0	R\$ 0,00
51	CORUMBIARA	0	R\$ 0,00
52	TEIXEIRÓPOLIS	0	R\$ 0,00
TOTAL		2337	R\$ 5.673.800,00

Fonte: 1ª Reunião de Apoio Técnico – 27.03.2024-GPM.

A Figura 10 apresenta a quantidade de mulheres beneficiadas e os valores dispendidos pelos municípios de Rondônia em relação aos benefícios concedidos, em

ordem decrescente. Os três municípios com mais ofertas de auxílios foram Porto Velho, Ariquemes e Vilhena. Em contrapartida, nos municípios de Cacaulândia, Corumbiara e Teixeiraópolis não foi realizado nenhum cadastro. Os dados indicam também a incidência da violência doméstica no estado de Rondônia, tema já discutido no Capítulo I.

Após a etapa de qualificação desta tese, surgiu o questionamento sobre o atendimento de mulheres *trans* pelo Programa *Mulher Protegida*. Em contato com a psicóloga do CREAS de Vilhena/RO, fui informada de que a legislação que regulamenta o programa - Lei nº 5.165/2021 e Decreto nº 26.608/2021 - não especifica sobre o atendimento a esse público e que, até então, em Vilhena, ainda não houve procura de mulheres *trans* a serem atendidas pelo programa.

Ao consultar a coordenadora da Unidade de Acolhimento da Mulher, do mesmo município, ela esclareceu que o abrigo acolhe mulheres *trans*, desde que a identidade de gênero seja comprovada por meio de documentação. Inclusive, relatou que já houve um caso atendido anteriormente, porém a pessoa assistida informou que encerraria o processo de transição e que não se identificava mais como mulher, razão pela qual o acolhimento foi interrompido.

A partir dessas informações, é evidente a necessidade de proporcionar atendimento adequado e inclusivo às mulheres *trans* nos serviços de proteção e acolhimento, visto que esse grupo também é alvo recorrente de violências de gênero, necessitando, dessa forma, de políticas públicas que garantam sua proteção.

Em 2024, o governo de Rondônia promulgou a Lei nº 5.822/2024, que institui o Dia Estadual pelo Fim do Feminicídio (25 de março), reforçando a conscientização e o combate à violência contra a mulher, adotando o girassol como símbolo dessa luta. A citada Lei, reza que:

Art. 3º- Na semana que inclui o dia 25 de março, serão realizadas atividades destinadas:

- I – à promoção de campanhas de conscientização quanto ao feminicídio;
- II – à divulgação de boas práticas que promovam o respeito à vida das mulheres;
- III – à orientação às mulheres que vivem em situação de violência a buscar apoio dos órgãos públicos competentes;
- IV – à implementação de políticas de apoio a crianças e adolescentes de famílias atingidas pelo feminicídio;
- V – ao monitoramento do processamento dos responsáveis por crimes de feminicídio (Rondônia, 2025).

As ações descritas nesse aparato legislativo se pautam no enfrentamento e combate ao feminicídio, além de oferecer apoio às mulheres e suas famílias afetadas pela violência doméstica. Portanto, as medidas adotadas estão voltadas para conscientização, apoio e prevenção a esse público, considerando que Rondônia está no topo dos estados brasileiros que apresentam mais casos de feminicídios nos levantamentos recentes.

Na próxima seção, apresento os instrumentos utilizados para a coleta dos dados que compõem as análises do capítulo seguinte.

3.5 INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DOS DADOS

Creswell (2014) afirma que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador é o principal instrumento de obtenção de dados, envolvendo-se diretamente com a pesquisa, por meio da interação com os participantes, possibilitando, assim, a observação dos fenômenos em estudo e a imersão no contexto da pesquisa. Essa interação facilita a compreensão aprofundada do objeto que está sendo pesquisado, o que permite identificar os significados que os participantes atribuem ao fenômeno social investigado, com base em suas experiências pessoais. Sendo assim, na pesquisa qualitativa, o pesquisador é mais do que um observador externo, assumindo um papel ativo na geração e interpretação dos dados.

Enquanto método de pesquisa, este estudo se classifica como etnográfico. A finalidade da etnografia é entender como os indivíduos vivenciam e interpretam suas realidades dentro de um determinado contexto social; neste caso, o objeto de pesquisa abordado nesta tese está voltado para o entendimento acerca dos motivos que dificultam a emancipação das mulheres que vivem em relações abusivas. Segundo André (2012), a palavra etnografia significa “descrição cultural”. Nesse sentido, “[...] o foco de interesse dos etnógrafos é a descrição da cultura (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens, significados) de um grupo social [...]” (André, 2012, p. 27-28).

Para as autoras Mattos e Castro (2011), fazer etnografia é:

[...] dar voz a uma minoria silenciosa; é caminhar em um mundo desconhecido; é abrir caminhos passando das contingências para a autodeterminação, para inclusão na escola, na vida social, no mundo da existência solidária e cidadã. Fazer Etnografia é um pouco de doação de ciência, de dedicação e de alegria, de vigor e de mania, de

estudo e de atenção. Fazer Etnografia é perceber o mundo estando presente no mundo do outro, que parece não existir mais (Mattos; Castro, 2011, p. 45).

As autoras destacam a etnografia como um processo de dar voz a grupos marginalizados, oprimidos e silenciados pela sociedade, o que requer não apenas rigor científico, mas também empatia e imersão na realidade do outro, com a intenção de dar visibilidade a essa realidade, que, muitas vezes, está camuflada.

Sato e Batista Jr. (2018) discutem as diferenças entre etnografia tradicional e a etnografia crítica, apontando que “a etnografia tradicional busca compreender as sociedades ou parte delas, enquanto a etnografia crítica advoga a favor das camadas oprimidas e lança luz sobre o modus operandi do poder, permitindo a reflexividade e também a mudança” (Sato; Batista Jr., 2018, p. 190). A ACD, como já discutido, também apresenta um olhar voltado para a mudança social. Assim, “tanto a etnografia crítica, quanto a ACD possuem o mesmo viés emancipatório, permitindo a integração de metodologias” (Sato; Batista Jr., 2018, p. 191).

Quanto às técnicas de obtenção de dados, estas devem ser escolhidas com base no problema de pesquisa e nos seus objetivos, exigindo um planejamento detalhado por parte do pesquisador. Alicerçado em Resende (2009), Silva (2024) faz uma distinção entre ‘coleta de dados’ e ‘geração de dados’: em pesquisas etnográficas, os dados não são meramente coletados, mas sim gerados, pois, embora os problemas sociais investigados já existam antes da pesquisa, as interações e relações que ocorrem durante o processo de pesquisa só acontecem devido à intervenção do pesquisador.

Assim, em minha pesquisa, os dados serão gerados e não coletados, visto que para a aquisição do material das análises, optei por entrevistas, instrumento em que a criação de dados depende da interação e dinâmica que ocorre entre pesquisador e participantes durante a pesquisa.

Descrevo, na sequência, a conceituação dos instrumentos da geração de dados adotados neste estudo, bem como a cronologia de como se deu a coleta.

3.5.1 Entrevistas

A entrevista, como instrumento de coleta de dados, busca entender a subjetividade do sujeito participante por meio de seus depoimentos, refletindo como

ele compreende seu contexto histórico, social e pessoal. Ao explorar o subjetivo, é possível interpretar a dimensão coletiva das relações nos grupos sociais aos quais o entrevistado pertence ou pertenceu em determinado tempo e espaço.

Em virtude dos fatos mencionados acerca da seleção das participantes desta pesquisa, a coleta de dados teve início em fevereiro de 2025, quando realizei a primeira entrevista com as mulheres do Programa *Mulher Protegida*.

Para a autorização das entrevistas preparei e encaminhei um roteiro prévio à psicóloga do CREAS (Quadro 10), para ela conhecer/compreender a maneira como o tema seria abordado, tendo em vista se tratar de um assunto delicado e era preciso cautela para que as mulheres entrevistadas ficassem confortáveis em falar suas experiências pessoais sobre a violência doméstica que sofreram.

Quadro 10 - Roteiro prévio da entrevista

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Ilma. Sra. coordenadora do CREAS - Vilhena/RO,

Primeiramente, agradeço a atenção em conhecer sobre a realização da pesquisa de doutorado intitulada ***Relacionamento abusivo e violência contra a mulher – o passado que se faz presente: por uma análise crítica do discurso***. A efetivação das entrevistas com as mulheres atendidas é de suma importância para o principal objetivo deste estudo: discutir a imagem equivocada que parte da sociedade cria de mulheres vítimas de violência doméstica e buscar compreensão acerca dos reais motivos pelos quais elas se submetem a certos relacionamentos. Os resultados adquiridos serão empregados apenas para fins acadêmicos (Tese de Doutorado).

Para tal, serão realizadas entrevistas com as mulheres vítimas de relacionamentos abusivos e de violência doméstica, desejando compreender, por meio de seus relatos, quais fatores colaboraram para a vivência afetiva com seus agressores mesmo diante de uma relação possessiva e abusiva.

A técnica de coleta de dados adotada será a entrevista semiestruturada. Essa técnica consiste na elaboração de perguntas prévias, mas que podem ser reformuladas e/ou aprofundadas no decorrer das respostas dos entrevistados.

A seguir, apresento o roteiro prévio dos encontros a serem realizados:

1º encontro: Apresentação da pesquisa e da pesquisadora. Introdução à temática “Violência doméstica”. Música: Rosas, de Atitude Feminina. As mulheres serão convidadas a ouvirem a música e a debaterem, de forma espontânea, sobre o que compreendem por violência doméstica. Apresentar matérias jornalísticas sobre o aumento da violência doméstica nos últimos anos. Promover debates para que as mulheres compartilhem suas histórias com as demais.

Perguntas prévias:

- 1) Poderia falar um pouco sobre você? Nome, idade, trabalha, onde mora, tem filhos, familiares? Sinta-se à vontade para falar apenas o que te deixa confortável.
- 2) O que achou da música apresentada? Identifica-se de alguma forma com a temática?
- 3) Tem conhecimento acerca dos dados estatísticos abordados sobre o aumento da violência doméstica?
- 4) Poderia expressar um pouco sobre o que compreende por violência doméstica?
- 5) O que a motivou a procurar o CREAS? Sente-se confortável em falar?

Continua...

Quadro 10 – Roteiro prévio da entrevista (Cont.)

2º encontro: Vídeos curtos sobre relacionamentos abusivos, retirados da rede social Instagram, do perfil de Hana Khalil, figura pública que encena vídeos sobre vários assuntos, dentre eles, relacionamentos abusivos. Apresentar a Lei 11.340 (Maria da Penha) de forma dinâmica e promover discussões sobre o tema. Texto sobre empoderamento feminino e música: Relacionamento abusivo, de Yasmin Santos. A letra da música retrata a temática relacionamento abusivo, mas de uma forma libertadora, onde a mulher compreende estar sendo vítima dessa prática e decide sair da relação.

Perguntas prévias:

- 1) Após a temática tratada, consegue identificar os sinais de relações abusivas vividas por você?
 - 2) Conhece a Lei Maria da Penha? Em algum momento já registrou denúncia sobre agressões sofridas?
 - 3) Acredita na eficiência da Lei Maria da Penha? Se já precisou recorrê-la, sentiu-se amparada?
 - 4) Consegue identificar fatores que contribuem para as mulheres vítimas de violência permanecerem em relações abusivas?
 - 5) Quais as suas expectativas de agora em diante? Sonhos, projetos vontades? Gostaria de expressar um pouco sobre isso?
- Salienta-se que as mulheres serão instruídas a falar somente aquilo que se sentirem confortáveis em compartilhar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Optei por utilizar a entrevista semiestruturada, que se caracteriza por um roteiro de perguntas pré-definidas, mas com flexibilidade para que o entrevistador possa explorar tópicos adicionais (dependendo das respostas do entrevistado), conduzindo a conversa de maneira mais dinâmica e interativa. Minayo (2010) pontua que a entrevista semiestruturada combina questões abertas e fechadas, permitindo ao entrevistado a liberdade de expressar sua opinião, seja a favor ou contra o tema, sem estar restrito à pergunta de origem.

Inicialmente, as entrevistas aconteceriam todas na sede do CREAS, no município de Vilhena-RO. No entanto, como algumas mulheres trabalham no horário comercial, alguns encontros precisaram acontecer aos finais de semana, período em que não há expediente no CREAS. Então, entrei em contato com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do município, para verificar a possibilidade de realizar os encontros nas dependências dessa Delegacia, o que também não foi possível, pois a DEAM também não atende aos finais de semana. Como as mulheres demonstraram interesse em participar, sugeri que fizéssemos os encontros no *shopping* da cidade, no sábado à tarde, o que aceitaram devido à dificuldade de encontrar outro local.

As entrevistas foram programadas para serem realizadas em duplas e estruturadas em dois encontros; contudo, diante dessas dificuldades (horário de trabalho, demandas com os filhos e a rotina familiar das mulheres e local para aplicação das entrevistas), alguns encontros foram únicos e busquei abordar os temas

pré-selecionados o mais abrangente possível. No Quadro 11, abaixo, apresento o cronograma das entrevistas com as mulheres participantes:

Quadro 11 - Cronograma das entrevistas

Encontro	Local	Data	Participantes	Duração	Transcrição
1º encontro	CREAS	19/02/2025	Íris e Dalia	1h18min42s	22 páginas
2º encontro	Shopping	08/03/2025	Violeta e Açucena	1h36min06s	34 páginas
3º encontro	CREAS	16/04/2025	Dália e Acácia	1h26min61s	20 páginas

Fonte: Elaborado pela autora.

Os três encontros detalhados anteriormente foram transcritos e analisados integralmente, considerando que cada entrevista contou com participantes distintas, exceto Dália, que esteve presente em dois deles, conforme indicado no Quadro 11.

Inicialmente, os encontros seguiam o roteiro prévio elaborado, mas, de acordo com os depoimentos das mulheres, iam surgindo novos questionamentos eram direcionados a elas conforme as oportunidades.

Na última seção deste capítulo metodológico, descrevo o processo de análise dos enunciados extraídos das entrevistas, explicitando as categorias do significado representacional e detalhando os critérios utilizados para a seleção dos excertos que compõem cada seção analítica.

3.6 ANÁLISES DOS DADOS E CATEGORIAS ANALÍTICAS

As análises dos dados se constituem dos seguintes eixos:

1) Análise interdiscursiva do significado representacional do discurso (Fairclough, 1999; 2003) - utilizada para analisar os enunciados/discursos das entrevistas com as mulheres do Programa *Mulher Protegida*.

2) A análise interdiscursiva, sustentada pela LSF-Funcional (Halliday, 1985; 1994; Halliday; Matthiessen, 2004), especialmente por meio da identificação dos processos, participantes e circunstâncias, que permitem observar como ações, eventos e posições sociais são linguisticamente configurados nos relatos.

3) O RC (Bhaskar, 1975; 1978; 1986; 1989; 1998; 2002; Barros, 2015) fornece o enquadramento ontológico para relacionar essas representações discursivas às estruturas sociais que as sustentam, possibilitando identificar mecanismos e poderes

causais que condicionam a experiência da violência e contribuem para sua reprodução.

No tópico que segue, discorro acerca das categorias analíticas do significado representacional utilizadas para subsidiar a materialidade das análises dos enunciados e apresento ao leitor como os excertos foram selecionados e organizados.

3.6.1 Análise dos Enunciados - Categorias Analíticas: Representação de Atores Sociais e Interdiscursividade

Como já apresentado no capítulo teórico, Fairclough (2001) aponta três categorias possíveis para a análise metodológica através de significados: o significado acional, o identificacional e o representacional.

De acordo com Fairclough (2003), é por meio do significado representacional do discurso que os sujeitos expressam como constroem sentidos sobre o mundo social, os acontecimentos e suas próprias experiências. Dessa maneira, analisamos os discursos/enunciados com a finalidade de compreender como as participantes da pesquisa representam a si mesmas e são representadas, como significam suas vivências individuais e os enquadramentos ideológicos que atravessam essas narrativas, partindo do significado representacional do discurso.

As categorias analíticas que pertencem ao significado representacional são: a interdiscursividade, a representação de atores sociais e o significado das palavras. Para o capítulo analítico, faço uso da interdiscursividade como principal categoria de análise, tendo como suporte a categoria representação de atores sociais.

Para Ramalho e Resende (2016, p. 114), as categorias analíticas são “formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar(se) em práticas sociais situadas”. Nessa perspectiva, as articulações entre categorias linguístico-discursivas de análise textual contribuem para evidenciar as relações dialéticas, o “social e o discursivo, permitindo a investigação de efeitos constitutivos de textos em práticas sociais e vice-versa”. (Vieira; Resende, 2016, p. 113).

Uma mesma situação social pode ser representada de modos distintos, por diferentes discursos, que se articulam de forma complementar ou se excluem, modificando-se ou originando novos discursos. Esse diálogo de textos com outros discursos, de forma harmônica ou de refutação, é caracterizado por Fairclough (2003)

como interdiscursividade. Conforme Resende e Ramalho (2006, p. 72), a “heterogeneidade de um texto em termos de articulação de diferentes discursos é chamada de interdiscursividade”; isso permite ao analista identificar os discursos presentes e compreender de que maneira eles se articulam entre si.

Dessa maneira, a interdiscursividade se refere à presença de diferentes discursos dentro de um mesmo texto, revelando convenções sociais que orientam as práticas discursivas. Bessa e Sato (2018) dizem que em todo texto há a presença de diferentes discursos; mesmo um texto aparentando apresentar apenas um discurso, detém relação implícita com outros discursos, inclusive antagonicamente, pois “eles existem nas relações das práticas sociais e dessa maneira coexistem, em uma perspectiva analítica, no campo discursivo - interdiscurso (Bessa; Sato, 2018, p. 154).

Para exemplificar a análise do significado representacional, utilizando a interdiscursividade como categoria analítica e o sistema de transitividade como suporte descritivo, apresento, no Quadro 12, a análise de um excerto selecionado do *corpus* desta tese.

Quadro 12 - Exemplo de análise: categoria interdiscursividade (Fairclough, 2003)

Entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2025
Após a temática tratada, consegue identificar os sinais de relações abusivas vividas por você?
Resposta da participante Iris
Antes mesmo da agressão, de chegar a agressão eu já entendia que eu estava em uma relação abusiva. Assim: como eu casei muito nova, ele também muito novo, eu estava grávida, ele simplesmente saía, me deixava sozinha, passava até noite na rua e quando eu ia questionar algo ele falava que eu não deveria questionar ele, que ele fazia o que quisesse e, muitas vezes, ele não me agredia fisicamente, mas verbalmente com palavras, me deixava trancada, com fome. Eu já via que eu estava naquela relação...aí, com o passar dos anos, foi só piorando, mas eu já sabia. Só que era difícil para mim sair, é difícil, muito difícil. As pessoas até falam, né: você tem apoio, sai, tudo mais, mas, infelizmente, na cabeça da gente não é bem assim.
Exemplo de análise interdiscursiva - Fairclough (2003)
Em seu enunciado, a participante utiliza processos mentais (entendia, via, sabia) para construir discursivamente sua percepção acerca da experiência abusiva em seu relacionamento, evidenciando sua consciência do abuso sofrido. Por sua vez, ao agressor são atribuídos processos materiais (“ele saía”, “me deixava sozinha”, “passava a noite na rua”, “me deixava trancada”) que representam ações concretas que materializam o controle como forma de opressão e demonstram o caráter cotidiano da violência. No plano interdiscursivo, a mulher faz uso do discurso social “As pessoas até falam, né: você tem apoio, sai...” referindo-se ao julgamento da sociedade sobre a permanência das mulheres em relacionamentos opressores. Assim, o discurso social opõe-se à experiência subjetiva da participante em “[...] na cabeça da gente não é bem assim” e “[...] para mim sair, é difícil, muito difícil” revelando o distanciamento entre julgamentos sociais e a complexidade emocional e estrutural que marca a vivência da violência.

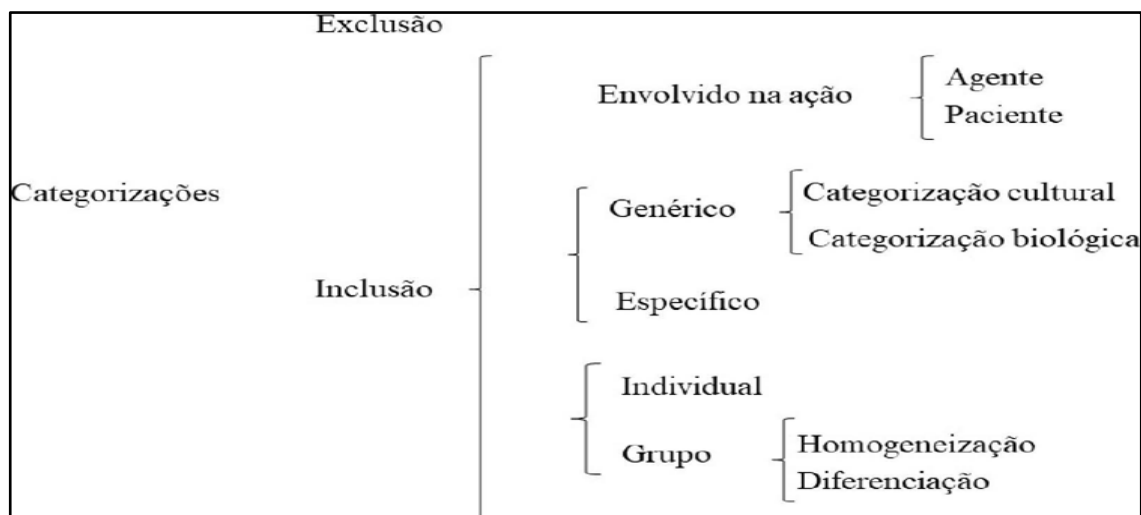
Fonte: Elaborado pela autora.

Outra categoria analítica do significado representacional adotada como suporte para as análises é a representação dos atores sociais, proposta por Van Leeuwen (1997) e incorporada por Fairclough (2003) em seus estudos, a fim de complementar seus procedimentos analíticos. Utilizo essa categoria analítica no intuito de desvelar como os discursos representam mulheres vítimas de violência doméstica e relações abusivas, os estereótipos que lhes são atribuídos por permanecerem nos relacionamentos e como essas mulheres se representam acerca dos reais fatores que contribuem para sua permanência nos relacionamentos opressores.

A teoria de Van Leeuwen (1997) tem como objetivo analisar os diferentes modos de representação discursiva dos atores sociais, bem como as possibilidades que a língua oferece para nos referirmos às pessoas. A representação de atores sociais denota que os posicionamentos dos sujeitos indicam suas ideologias, expressas tanto por suas ações quanto pelos discursos que produzem. Na perspectiva de Bessa e Sato (2018), essa categoria é importante para o processo analítico, por possibilitar a percepção de quais enquadres os participantes estão categorizados no texto, quais papéis assumem, bem como identificar formas de representação, as que incluem e as que excluem atores sociais no texto.

Conforme Van Leeuwen (1997), por meio de discursos, as pessoas incluem ou excluem atores sociais em seus enunciados, refletindo seus interesses ideológicos. Logo, a inclusão e a exclusão são os elementos iniciais do sistema, que se subdividem e ramificam. Partindo dos elementos de inclusão e exclusão, Van Leeuwen (1997; 2008) apresenta categorizações para representação de atores sociais (Figura 11):

Figura 11 - Categorização dos atores sociais (Van Leeuwen, 1997; 2008)



Fonte: Van Leeuwen (2008, p. 147).

Segundo essas classificações, os atores sociais podem ser excluídos do discurso (quando não são mencionados em contextos onde sua presença é real) ou incluídos como agentes (quando executam ações) ou pacientes (quando sofrem ações); podem, ainda, ser representados de forma específica ou genérica, por meio de categorização cultural ou biológica. Além disso, podem aparecer como indivíduos ou coletivos, com variações entre representações diferenciadas ou homogêneas dos grupos. Nessa ótica, como efeito, a exclusão pode resguardar grupos, naturalizar estereótipos e desigualdades ou mitigar responsabilidades, ao passo que a maneira pela qual o ator é incluído (agente ou paciente) molda a forma como a sociedade compreende o seu papel em determinada situação.

No Quadro 13, abaixo, segue um exemplo analítico de como a representação de atores sociais foi mobilizada nas análises:

Quadro 13 - Exemplo de análise: categoria representação de atores sociais (Fairclough, 2003; Van Leeuwen, 1997).

Entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2025
Pergunto às entrevistadas sobre os acontecimentos que as levaram a fazer a medida protetiva.
Resposta da participante Íris
Ele chegava do serviço, tomava banho, pegava o carro e ia para a rua, chegava em casa 23:00, 00:00 horas da noite. Às vezes bebia, fazia consumo de maconha, então muitas vezes chegava alterado, eu já tinha ganhado meu filho que era recém-nascido, eu tive meu filho de parto cesárea, não tive resguardo, com nem uma semana que eu tinha ganhado meu segundo filho, eu tinha que dar conta do meu filho de 02 anos que tem TDAH e TOD, toma remédio controlado, eu tive que dar conta do meu filho, da casa, do recém-nascido, com um corte enorme na barriga e ele falava que eu tinha que aguentar aquilo porque era o que eu tinha escolhido para mim. Foi indo, foi indo, ele chegava em casa transtornado.
Exemplo de análise interdiscursiva – Fairclough (2003)
No relato da entrevistada, nota-se uma diferença na representação dos atores sociais (agressor e vítima). O parceiro é incluído como agente (executa a ação), por intermédio de processos materiais (“chegava”, “pegava”, “ia para a rua”, “bebia”, “fazia consumo”, “chegava alterado”) que sinalizam ações de ausência e descontrole. A vítima, por sua vez, é representada como paciente (sofre a ação) e assume, de forma individual, as responsabilidades e os cuidados com os filhos (“tinha que dar conta”), refletindo, assim, a naturalização dos papéis de gêneros na sociedade. Por fim, o enunciado “ele falava que eu tinha que aguentar aquilo porque era o que eu tinha escolhido para mim” denota o discurso de responsabilização e culpabilização da vítima pela violência sofrida como resultado de uma escolha pessoal.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta pesquisa, mobilizo a representação de atores sociais e a interdiscursividade como categorias analíticas para identificar como os discursos sobre violência doméstica produzem sentidos em torno da permanência de mulheres em relações abusivas.

Para encerrar este capítulo metodológico, apresento, no tópico seguinte, a constituição do corpus que compõe o capítulo de análises, detalhando o processo de transcrição, seleção e categorização dos excertos utilizados.

3.6.2 Constituição do *corpus*: transcrição, seleção e categorização dos excertos

O processo de transcrição e seleção dos excertos seguiu procedimentos sistemáticos. Inicialmente, todas as entrevistas foram transcritas integralmente, de forma manual e literal, preservando marcas linguísticas relevantes para a análise, como pausas, hesitações, repetições, marcas de oralidade e expressões emotivas. Após a transcrição, foram atribuídos às entrevistadas pseudônimos de flores, definidos para este estudo, a fim de garantir a ética da pesquisa.

Concernente à seleção dos excertos, após leituras sucessivas do *corpus*, foram identificadas temáticas recorrentes que dialogavam diretamente com a ACD, significado representacional.

Assim, no Quadro 14, a seguir, ilustro a categorização do *corpus*, sistematizada de acordo com cada sessão analítica, enfatizando sobre os critérios de seleção adotados:

Quadro 14 - Categorização dos excertos analisados

Seção analítica	Crítérios de seleção dos excertos
1 - A interdiscursividade nos relatos: vozes sociais que produzem sentido	Recorrência de relatos sobre: - Contato com a violência doméstica familiar na infância. - Discurso sobre o casamento como fator de aceitabilidade social.
2 - Percepções das mulheres vítimas durante a relação abusiva	Excertos que apontam para relacionamentos abusivos: - Controle masculino como estratégia de isolamento e dependência (trabalho, a roupa, celular). - Representação discursiva sobre a figura dos agressores: dupla personalidade. - Naturalização da violência e dificuldades em denunciar.
3 - Tipologias da violência representadas pelas entrevistadas	Episódios relatados que configuram violência: psicológica, moral, sexual, patrimonial e física.
4 - Fatores discursivos e sociais que sustentam a permanência na relação	Fatores apontados pelas participantes como determinantes para a permanência nos relacionamentos (dependência (financeira, psicológica), filhos, medo).
5 - Ressignificação do ciclo da violência e possibilidades de ruptura	Relatos sobre quando se deu a decisão em romper o ciclo da violência (liberdade, emancipação, filhos) em contraposição ao medo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Posteriormente, os trechos selecionados foram examinados segundo à análise discursiva da ACD, os recursos linguísticos da LSF e à perspectiva ontológica do RC.

O Quadro 15 apresenta as teorias que sustentam esta pesquisa, bem como as categorias analíticas utilizadas de cada uma delas, as quais orientaram, de forma articulada, a efetivação das análises dos dados coletados.

Quadro 15 - Análise dos níveis (discursivo, linguístico e social)

Teoria	Categorias analíticas
Análise Crítica do Discurso (ACD)	Interdiscursividade; Representação de atores sociais; Metáfora (significado identificacional).
Linguística Sistêmico Funcional (LSF)	Sistema de transitividade (processos, participantes e circunstâncias) Modalização; Polaridade.
Realismo Crítico (RC)	Níveis da realidade: Real; Realizado; Empírico.

Fonte: Elaborado pela autora.

O processo de análise dos excertos foi, então, realizado de forma integrada entre os níveis linguístico, discursivo e social. No nível linguístico (LSF), observei as escolhas lexicais das mulheres entrevistadas, associando-as ao sistema de transitividade (processos, participantes e circunstâncias) e de categorias como a modalização e a polaridade.

Esses elementos foram interpretados no nível discursivo (ACD), significado representacional (interdiscursividade e representação de atores sociais), identificando como tais escolhas linguísticas representam discursivamente a experiência da violência vivenciada.

Por fim, os padrões identificados foram relacionados ao nível social (RC), níveis da realidade (real, realizado e empírico), para compreender como estruturas e mecanismos atuam na reprodução das concepções discursivas ressaltadas.

Enquanto analista crítica do discurso, compreendo a sensibilidade do meu objeto de pesquisa e conduzi todo o processo (geração de dados, transcrição das entrevistas, seleção e análise dos excertos) de forma ética e responsável. No encontro com as participantes, adotei uma postura de diálogo, compreensão e respeito, de modo a não ser interpretada como indiscreta, mas como ouvinte. Na condução do processo analítico, minhas interpretações foram baseadas nas teorias adotadas e no

meu comprometimento como analista do discurso que assume um posicionamento crítico frente a uma desigualdade social – a violência doméstica.

No capítulo a seguir, apresento as análises da pesquisa.

4 REPRESENTAÇÕES DA PERMANÊNCIA EM RELAÇÕES ABUSIVAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA E INTERDISCURSIVA DOS DISCURSOS DE MULHERES VÍTIMAS

A investigação social crítica deve ser reflexiva, assim, como parte de toda análise deve existir uma reflexão sobre a posição a partir da qual se conduziu a investigação. Uma questão aqui [...] é a relação entre a prática teórica do/a analista e as práticas, que são analisadas (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

O presente capítulo tem como intuito analisar os fatores da permanência em relações abusivas, tomando como *corpus* os relatos das mulheres vítimas de violência doméstica que foram entrevistadas. As análises estão alicerçadas nos pressupostos da ACD (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 1989; 1992; 2003, 2003a; 2008; 2010; 2011; 2012; 2016), com foco no significado representacional do discurso e a categoria da interdiscursividade, e o apoio da categoria analítica Representação de Atores Sociais (Van Leeuwen, 1997). Do RC (Bhaskar, 1975; 1978; 1986; 1989; 1998; 2002; Barros, 2015) foi enfatizada sua filosofia emancipatória. A LSF (Halliday, 1985; 1994; Halliday; Matthiessen, 2004) foi utilizada por intermédio da metafunção ideacional, sistema de transitividade, para explicitar como as escolhas lexicais, sintáticas e discursivas das entrevistadas constroem representações sobre a violência de gênero, possibilitando identificar mecanismos estruturais que cooperam com o objetivo principal desta tese.

Conforme exposto no capítulo metodológico, os dados foram gerados por meio de entrevistas semiestruturadas, guiadas por um roteiro norteador, mas que também possibilitou às participantes liberdade para se expressarem. Os excertos selecionados foram organizados em temas recorrentes, por seções, onde são tecidas as análises linguísticas e discursivas sobre os relatos escolhidos para compor a materialidade deste capítulo. Dessa forma, as análises estão sistematizadas em cinco seções:

- na primeira seção, intitulada *A interdiscursividade nos relatos: vozes sociais que produzem sentido*, discuto a interdiscursividade nos relatos, evidenciando as vozes sociais que atravessam as narrativas e constroem sentidos sobre o casamento, a família e a violência;
- a segunda seção, *Percepções das mulheres vítimas durante a relação abusiva*, se constitui de representações discursivas da experiência vivida pelas

mulheres, tendo como centro as percepções das entrevistadas em relação a si e ao agressor durante a relação abusiva;

- na terceira seção, denominada *Tipologias da violência representadas pelas entrevistadas*, descrevo as tipologias da violência representadas nos relatos das vítimas, permitindo identificar as formas de violências diversas experienciadas pelas participantes;

- na quarta seção, *Fatores discursivos e sociais que sustentam a permanência na relação*, apresento os fatores discursivos e sociais que sustentam a permanência na relação, destacando os mecanismos de legitimação e as coerções que dificultam a ruptura;

- na quinta seção, *Ressignificação do ciclo da violência e possibilidades de ruptura*, teço as considerações analíticas, problematizando as ideologias e subjetividades mobilizadas nos relatos e apontando possibilidades de ruptura frente às estruturas que mantêm as mulheres no ciclo da violência.

4.1 A INTERDISCURSIVIDADE NOS RELATOS: VOZES SOCIAIS QUE PRODUZEM SENTIDO

Discuto, nesta seção, algumas recorrências de sentido presentes nos enunciados das sujeitas da pesquisa e de que forma elas representam os eventos e relações sociais em suas falas.

A seção está organizada da seguinte maneira: primeiramente, discuto como as mulheres significam suas experiências indiretas com a violência por elas sofridas; em seguida, analiso como o patriarcalismo e o conceito sobre família e casamento corroboram a ideia de constituição familiar como critério de aceitabilidade social.

4.1.1 Experiências indiretas com a violência

Os excertos aqui selecionados para análise se referem às experiências indiretas das sujeitas com a violência, especialmente na infância. Cabe registrar que as falas das participantes foram fidedignamente transcritas e, neste trabalho, quando citadas no corpo do texto, estão grafadas em itálico, entre aspas; quando em destaque, apresentam-se com recuo e sem aspas, similar às citações de outros autores, porém mantendo o itálico.

Nas análises, trato como experiências indiretas situações em que as entrevistadas presenciaram ou souberam de episódios de violência vividos por outras mulheres próximas da família, avós, mães, tias, irmãs, sogras, vizinhas. Essas vivências, embora não sofridas diretamente, compõem o repertório discursivo das entrevistadas e influenciam em como elas constroem e significam relações afetivas e papéis de gênero.

No primeiro encontro, introduzi a temática da violência doméstica por meio da música *Rosas*¹⁸, do grupo musical Atitude Feminina (Anexo 2). As mulheres foram instigadas a relacionar suas vidas com a história da personagem destacada na canção. Em determinado momento, a música evidencia como a violência é perpetuada por padrões familiares, como no verso “Não aguentava mais ver a minha mãe sofredora, levar porrada do meu pai embriagado e à toa”. O relacionamento retratado na música funciona como uma válvula de escape para a personagem, que busca fugir daquele contexto familiar conturbado. Partindo desse viés, questionei as entrevistadas se quando crianças/jovens tiveram algum contato com a violência doméstica no seio familiar. Violeta, então, discorreu sobre a violência indireta vivenciada por ela: de seu padrasto em desfavor de sua mãe.

O marido que ela tinha, que não era o meu pai, eles brigavam muito, batia nela, ele chutava ela. Todo final de semana ele chegava alcoolizado e brigava com ela, batia, batia. Aí, tipo assim, como era ele que trabalhava, ela cuidava só da casa, ela tipo que aguentava por causa disso, né, porque ele cuidava da casa, pagava as contas, comida, tudo (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Os episódios de violência física são reforçados por meio da repetição do processo material transformativo “bater” (“batia, batia”), intensificando a recorrência e a gravidade das agressões. O participante Ator (quem pratica a ação) é identificado pelo uso do pronome pessoal “ele”, fazendo menção ao padrasto; o participante Meta (quem sofre a ação), pelo pronome “ela”, referindo-se à mãe de Violeta”. O uso da circunstância “só”, ao indicar que a mulher cuidava somente da casa, minimiza sua contribuição e atribui maior legitimidade ao trabalho remunerado do parceiro. Por sua

¹⁸ Lançada no ano de 2013, a canção é uma crítica social e um grito de alerta contra a violência doméstica, retratando a história de uma mulher que sofre agressões do parceiro, culminando em sua morte. As rosas simbolizam o ciclo da violência doméstica que oferece rosas à parceira após as agressões como forma de reconciliação e também no dia de finados em sua homenagem. Letra disponível em: *Rosas - Atitude Feminina - LETRAS.MUS.BR*. Acesso em: 15 ago. 2025.

vez, o processo material transformativo de extensão (possessão) “aguentava” carrega uma carga semântica de resistência e passividade, apontando para a interdiscursividade do discurso doméstico atribuído às mulheres - “*ela cuidava só da casa*” - com o discurso patriarcal do homem enquanto provedor: “*pagava as contas, comida, tudo*”. Logo, a relação é significada por ela como a sobrevivência da figura materna diante dos abusos, legitimando a permanência da mãe no casamento em virtude da dependência financeira:

Era o marido da minha da minha mãe, depois foi marido da minha tia. Também tinha esse tipo de problema, só que não tinha, a minha tia nunca, tipo assim, eu nunca vi eles de bater, só que tinha é que eles iam brigar e brigavam no quarto, a gente nunca viu uma violência física, mas tinha, né, porque a gente escutava, só que não via fisicamente (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Violeta relata que a tia, irmã de sua mãe, também foi vítima de violência doméstica pelo mesmo agressor (após se separar de sua mãe, ele teve um relacionamento conjugal com sua tia). Afirma nunca ter presenciado agressões físicas, pois a tia não permitia que acontecesse diante de outras pessoas. No entanto, construções sintáticas como “nunca” e “só que” marcam a oposição entre o que é visível e invisível, reforçada pela escolha pelos processos mentais perceptivos “ver” e “escutar”. Nesse excerto, os participantes dos processos mentais são o Experienciador “a gente” (quem vivencia a experiência mental), no caso, Violeta e os primos/irmãos e o Fenômeno (elemento percebido, pensado ou sentido) - a violência invisível “brigavam no quarto”, enfatizando a violência oculta e reforçando a invisibilidade social da violência por meio de um discurso de intimidade familiar.

A intimidade doméstica se relaciona ao silenciamento dos abusos, por meio do ditado popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, o que remete a um discurso ideológico que naturaliza relações de poder desiguais para manter a ordem social existente – a violência doméstica. Nessa perspectiva, a privatização da violência é considerada um mecanismo utilizado para que as estruturas sociais permaneçam propagando suas ideologias de dominação. Conforme afiança Bhaskar (1989, p. 19), as estruturas “[...] operam no mundo independentemente do nosso conhecimento, da nossa experiência”. Logo, relações de poder e desigualdade de gênero continuam atuando, mesmo que parte da sociedade não as reconheça de forma consciente.

Na sequência, destaco as lembranças de Açucena no que concerne à violência cometida por seu pai contra sua mãe:

Desde pequeninha, o meu pai ele agredia a minha mãe. Ele bebia, né, ele vivia no boteco e eu lembro, desde que eu tinha, acho que eu não tinha nem 04 anos direito e eu lembro que ele chegava e agredia a minha mãe [...]

[...] um dia eu lembro, acho que eu tinha uns quatro aninhos, se tivesse muito, ela tava sentada descascando uma mandioca lá no terreiro e colocando em uma, antigamente o pessoal chamava sopeira, que era uma vasilha de louça, né, branca, com umas florzinhas, umas vasilhas que acho que nem fabrica mais hoje em dia, ela tava descascando a mandioca lá no terreiro e ele chegou e chutou aquela, aquela, virou caco aquilo, né, e ele chegou com um pacote de macarrão e começou a bater na cabeça dela, xingando ela e ela foi andando para dentro, rasgou aquele pacote de macarrão. Ele chegava no fogão, aqueles fogões econômicos de chapa, né, e fazia assim – jogava as panelas tudo no chão e batia nela mesmo, agredia mesmo, dava soco nela, sabe?! Pegava faca para ela, encostava a faca no pescoço dela, chave de fenda, sabe?! Pegava ela pelo pescoço e batia a cabeça dela na parede, então ele agredia muito ela e eu lembro que, na época, eu pensava assim, quando eu tinha uns 07 anos, ele começava a brigar com ela e eu pensava assim: eu nunca vou casar, nunca vou casar, aquela coisa, aquele medo de casar, eu achava que se fosse casar ia passar pela mesma situação (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

O processo mental cognitivo “lembrar” reforça a autenticidade do relato narrado, bem como os detalhes alusivos aos acontecimentos como a sopeira “*branca, com umas florzinhas*”, que a mãe utilizava para colocar a mandioca descascada no dia em que seu pai chegou e praticou a violência física. Em relação aos participantes nesse relato, temos: o Experienciador “eu” (Açucena), que, apesar da pouca idade, cerca de quatro anos, ainda se recorda detalhadamente dos episódios violentos que visualizou em casa, ainda na infância; o Fenômeno, que são todas as memórias da participante em relação as agressões vividas pela mãe. Em sua fala, a entrevistada apresenta marcadores de oralidade - “né”; “sabe” - para envolver o locutor nos relatos e demonstrar a seriedade dos eventos descritos.

O excerto é estruturado pela ligação de ações violentas por meio da conjunção aditiva “e”, que gera um efeito sequencial das cenas explícitas de violência física: “*batia nela mesmo, agredia mesmo, dava soco nela*”, apontando para a gradação dos atos, enfatizando detalhes concretos como recurso de modalização para expressar sua certeza diante dos fatos.

Segundo Halliday (2004), o que o sistema de modalidade faz é construir uma região de indeterminação, que se encontra entre o sim e o não. No conceito de Fairclough (2003) o sistema de modalização é subdividido em duas categorias: modalidade epistêmica, sugerindo probabilidade ou frequência de um determinado evento; e modalidade deôntica, indicando ação que aponta o comprometimento de um participante na realização de uma ação no mundo. No excerto em questão, os recursos de linguagem “acho que” e “sabe!?” evidenciam uma modalização epistêmica, uma vez que Açucena apresenta certeza do evento narrado, embora tenha dúvida em relação à idade que tinha à época.

Em uma análise discursiva, os relatos de Açucena se constituem de um discurso de gênero pautado em uma masculinidade violenta vinculada ao alcoolismo, integrando-se ao discurso doméstico - utensílios (sopeira, panelas, faca, chave de fenda) são utilizados como instrumentos de poder e controle para ameaçar/agredir, culminando em um espetáculo repetitivo, que lhe gerou uma experiência extremamente traumática a ponto de não querer se casar quando adulta: “*eu nunca vou casar*”.

Partindo do pressuposto de que algumas mulheres repetem esse padrão de funcionamento, por terem presenciado situações de violência durante a infância e/ou adolescência na família de origem, Hirigoyen (2006) considera que as mulheres com maiores fatores de vulnerabilidade encontram maiores dificuldades para se afastar dessa situação. Desse modo, “já que um traumatismo anterior as fez perderem todas as suas defesas, essas mulheres sabem menos que as outras se defenderem e reagirem a tempo, pois ficaram, de certo modo, fragilizadas” (Hirigoyen, 2006, p. 82). Essa perspectiva permite compreender a importância das experiências familiares na formação das representações subjetivas diante da violência.

O relato de Íris mostra uma trajetória diferente, pois ela diz nunca ter presenciado nenhum tipo de violência nos lares em que viveu. Importante lembrar que Íris nunca teve convívio com a mãe e teve pouco contato com o pai, devido à profissão de caminhoneiro, e sempre esteve aos cuidados de outras pessoas, algumas delas sem vínculos familiares e afetivos.

Eu nunca presenciei nenhum tipo de violência, mas a mãe dele conta que desde quando ele era bebezinho ela sempre foi agredida pelo marido dela, pai dele. Então assim, ele cresceu vivenciando agressões, o pai dele tentando matar a mãe dele, enfim, muita, muita, briga (Íris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Íris faz menção à violência sofrida pela ex-sogra, mãe de seu agressor. Escolhas circunstanciais como “desde quando” e “sempre” indicam a continuidade temporal das agressões. A escolha de Íris em expor o contato de seu ex-marido, desde a infância, com as agressões - *“ele cresceu vivenciando agressões”* - aponta para o discurso de transmissão familiar da violência, onde o filho replica à sua esposa (no caso, Íris), os atos violentos praticados por seu pai contra a sua mãe.

Dessa maneira, Íris reconhece que essa experiência indireta de violência doméstica na família do ex-marido tem ligação significativa com as violências sofridas por ela, o que assinala para a violência enquanto fenômeno herdado de gerações familiares anteriores e a internalização de padrões agressivos. Isso acontece porque, como afirma Bhaskar (1977, p. 6), “os atos humanos são capazes de reproduzir as estruturas sociais”. Para o Realismo Crítico, as pessoas se formam por meio de suas relações com as estruturas sociais, de modo que suas ações são, em grande medida, condicionadas por essas estruturas.

Portanto, é pertinente aprofundar a reflexão sobre a construção identitária do ex-companheiro de Íris, que vivenciou a naturalização da violência de gênero no ambiente familiar. Ao relatar que *“ele cresceu vivenciando agressões”*, Íris evidencia que a violência doméstica foi para ele um padrão reiterado e integrado ao seu cotidiano. Nessa direção, a agressão praticada pelo ex-sogro contra sua esposa (ex-sogra) reflete no comportamento do filho, que reproduz, contra Íris, os mesmos mecanismos abusivos vivenciados em sua infância.

Tal dinâmica corrobora o entendimento de Shotter e Gergen (1989, p. 146), ao afirmarem que a identidade é um produto da interação social, uma vez que “[...] as pessoas são essencialmente seres produzidos por outros seres”. Do mesmo modo, Moita Lopes (2002, p. 37) reforça que “[...] as nossas identidades sociais são construídas por meio de nossas práticas discursivas com os outros”. Assim, o excerto evidencia como a violência molda os modos de ser, agir e relacionar dos sujeitos.

O último excerto selecionado para esse subtópico diz respeito ao contato de Dália com a violência familiar quando adolescente. Ela relata que, dentro de sua casa, nunca presenciou violência entre seus pais; entretanto, faz menção à tia, irmã de sua mãe, que esteve em dois casamentos sendo vítima de violência doméstica e, atualmente, aos 56 anos, ainda permanece na relação abusiva:

E eu ali com 16 para 17 anos, sempre entrava no assunto e, infelizmente, eu falava para ela que ela estava naquela situação porque ela queria, porque ela tinha o apoio da família, né. Então eu não entendia muito bem, eu não sabia o que era estar ali no lugar dela. Eu sempre falei: Ah tia, você não sai porque você não quer, né. Na minha cabeça eu ficava martelando: apanha, apanha, vai parar no hospital e porque está ali? (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

O pensamento de Dália enquanto adolescente, há 16 anos, em relação à situação vivida pela tia, remonta a um discurso de culpabilização e responsabilização da tia pela violência sofrida: *“porque ela queria e não sai porque não quer”*. Seu ponto de vista acusador é reforçado pela repetição do processo material “apanhar” como intensificador da culpa da vítima.

Por outro lado, a circunstância de modo “infelizmente” indica uma revisão da sua perspectiva anterior e uma ressignificação diante do sofrimento da tia - *“eu não sabia o que era estar ali no lugar dela”*. Assim, o poder sobre o discurso é uma questão de aptidão para mudar e dominar as regras das práticas discursivas e as estruturas da ordem do discurso, que não está apenas no que é dito, mas também nas condições materiais que possibilitam alguém a falar, uma vez que o espaço de fala é o lugar de poder. Em resumo, Dália precisou estar no lugar social da tia para ter sua fala legitimada (Fairclough; Wodak, 2000).

As análises linguísticas/discursivas aqui exibidas evidenciam como a oralidade, a repetição e a escolha de determinados processos (em maioria materiais) e expressões constroem sentidos sobre a violência de gênero. Ao mesmo tempo, mostram como diferentes vozes sociais, do provedor masculino, da intimidade familiar, da culpabilização da vítima, da herança familiar, entrecruzam-se nos relatos, produzindo significados que contribuem para evidenciar como as mulheres entrevistadas significam as experiências indiretas de violência presenciadas por elas anteriormente. Na ACD, Fairclough (2001) garante que tal corrente teórica deve servir para edificar vínculos, revelar causas que estão ocultas e realizar intervenções sociais, com o desígnio de produzir mudanças que favoreçam aqueles que vivenciam conjunturas de desvantagem.

Apresento, a seguir, como as violências indiretas relatadas pelas entrevistadas atuam como heranças culturais, familiares e sociais, atribuídas como requisições de pertencimento e integração à sociedade.

4.1.2 Discursos familiares e sociais sobre casamento como fator de aceitabilidade social

Os relatos escolhidos para esse subtópico dizem respeito aos discursos familiares e sociais naturalizados e incorporados, ao longo do tempo, como verdade absoluta no que concerne ao conceito de casamento e vida conjugal. Nessa esteira, busco debater sobre de que forma as narrativas das entrevistadas representam tais heranças culturais e funcionam como estruturas de legitimação que influenciam a aceitabilidade da violência e impedem a ruptura com o vínculo abusivo.

Como discutido no subtópico anterior, quando questionada sobre violência doméstica na família, Dália disse que a relação conjugal dos pais sempre foi harmoniosa e respeitosa:

Para mim, aquilo nunca ia acontecer, né, a minha mãe não permitia, meu pai nunca se alterou com ela, então eu achava que comigo ia ser a mesma coisa, né, a mesma tranquilidade que eu presenciava dentro de casa? (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Esse modelo de referência familiar ideal de Dália representou, para ela, dificuldade em identificar imediatamente sua própria violência matrimonial. Dália tem a figura materna como exemplo de empoderamento feminino, por ela não permitir ser desrespeitada em sua união com o esposo. Em um próximo relato, a participante diz ter sido aconselhada pela mãe a respeito do casamento:

Minha mãe, inúmeras vezes falava para eu permanecer dentro de casa, que casamento não era isso, que homem não era assim, né, mas a gente sempre tem um sonho, aquele sonho de casar e construir a família da gente, né (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Mesmo não tendo relatado episódios de violência doméstica sofridos pela mãe, Dália menciona os momentos (inúmeras vezes) em que foi alertada pela mãe: “Casamento não é isso”, “homem não é assim”, remetendo ao desejo de que a filha não fosse submetida à uma relação abusiva e violenta. Em contraposição, Dália discorre sobre o sonho de casar e constituir a própria família. A marca de oralidade utilizada em “*construir a família da gente, né*” aponta para uma concordância da mulher com o discurso social da sagrada família.

Embora o termo “sagrada família” não esteja explicitado na fala de Dália, é discursivamente representado por meio da expressão “sonho de casar e construir a

família da gente”. Sob a influência do discurso religioso cristão, a sociedade associa a ideia da sagrada família ao casamento heterossexual, à maternidade e aos papéis sociais historicamente construídos: o homem enquanto provedor e detentor do poder e a mulher como responsável pela manutenção da harmonia familiar. De acordo com Lemos (2013), a religião se apresenta como um elemento estruturante do patriarcado, tanto pela sua organização formal patriarcal quanto pela longa construção teológica sobre os lugares do masculino e do feminino nas relações sociais e religiosas.

Ao contrário de Dália, Violeta diz acreditar que a violência sofrida por ela é reflexo das violências perpetuadas em gerações familiares anteriores: *“Então eu acho que isso, eu acredito, né, penso que pode ser de...não sei como é que fala, de...de herança, não sei, sabe, tipo de família, entendeu?!”. O uso dos processos mentais “acho”, “penso” e “acredito” tem como participantes o Experienciador “eu” (Violeta) e como Fenômeno sua interpretação, que sugere ser a violência uma questão de “herança cultural”. As orações mentais “se referem à experiência do mundo da nossa consciência” e revelam “afeição, percepção, desejo e cognição” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 54). No caso em questão, as escolhas linguísticas de Violeta revelam a percepção subjetiva tanto do seu modo de compreender a própria história quanto das condições de produção desse discurso, no qual a violência é percebida como resultado de um legado familiar.*

Escolhas linguísticas como “pode ser” e “não sei” demonstram dificuldade na construção do sentido e nomeação do fenômeno, indicando que ela percebe a violência doméstica como algo estrutural, mas necessita de um termo para expressar.

Pela ótica do RC, esse discurso denota mecanismos de reprodução cultural que não são prontamente expressos em conceitos habituais e agem de maneira silenciosa, assinalando a forma como tais estruturas se mantêm naturalizadas e pouco problematizadas socialmente, influenciando, assim, a construção dos sentidos sobre família e casamento.

Dando continuidade à sua fala, Violeta solidifica o padrão de reprodução da violência significada para si como parte da sustentação em relacionamentos violentos:

Eu...é, igual tô falando, vem de família, a gente, tipo assim, foi criado tipo: Ah, a família sempre tem problema, o casal tem problema, tudo isso é normal, a gente resolve conversando. Pode acontecer de novo, mas a gente conversa é tá tudo bem, entendeu?! Era tipo uma corrente. Fazia, desculpava, voltava, fazia...Traia, Ah! perdoava, desculpava, voltava, porque era família e tinha que manter, tipo: é a família, pode

acontecer o que acontecer, mas é a família (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

A expressão “*a gente foi criado assim*” reforça a ideia de que é “normal” as famílias apresentarem problemas e que estes devem ser resolvidos por meio da “conversa”. Por sua vez, a reiteração - “*fazia, desculpava, voltava, fazia... traia... perdoava, desculpava, voltava*” - performa a ideia de ciclo contínuo, realçando a normalização da reconciliação após a violência, em consonância com o pensamento do valor familiar expresso pela repetição constante do termo “é a família” e o discurso cultural de sacralização da família. Nesse contexto, Schraiber *et al.* (2007) citam que a violência nas relações familiares muitas vezes deixa de ser percebida como violência pela sociedade, sendo, frequentemente, caracterizada como uma situação normal.

Violeta faz uso de uma metáfora em “*Era tipo uma corrente*”, para simbolizar o aprisionamento, a continuidade e impossibilidade de ruptura, alicerçada em um discurso religioso moralizante de que casamento é para sempre e a família deve ser mantida sob qualquer circunstância. A metáfora, conforme nos explica Fairclough (2003), significa explicarmos uma coisa em função de outra. Assim, quando selecionamos uma metáfora para significar algo, estamos construindo nossa realidade de maneira particular.

Os relatos de Violeta trazem uma carga ideológica que surge como um mecanismo de legitimação da violência e de reprodução cultural, que contribui para a construção e manutenção de relações de poder e desigualdades, muitas vezes de forma inconsciente. Para Fairclough (2001, p. 117), “[...] as ideologias são significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”.

Seguindo essa mesma linha, o relato de Açucena evidencia como tais construções ideológicas se relacionam com sua experiência pessoal, ao lembrar que, quando conheceu o ex-marido, já era mãe de dois filhos (sete e cinco anos), mas que começou a se sentir pressionada enquanto mãe/mulher solteira, o que colaborou para influenciar sua percepção de suas escolhas afetivas:

E... sabe aquela coisa que começou, tipo aquela cobrança que eu não tinha sido casada ainda, eu era solteira, mas aquela coisa que parece que, tipo assim, que eu tinha que casar. Parece que a sociedade, sabe?! E aí, eu comecei sentir aquele peso, tipo assim, né, parece que não ia

ser uma família completa se eu não casasse, se não tivesse um esposo. E na cabeça deles que eu via é aquele perfil: tem que ter alguém. Se você ficar sozinha, é uma mulher que não presta, uma mulher mal falada (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

O trecho mobiliza predominantemente processos mentais (sentir, ver, achar, parecer), que confirmam que os sentidos construídos por Açucena não demonstram uma visão individual do evento, mas o reflexo de uma pressão externa social. Nesse caso, o participante (eu) atua como o Experienciador dos eventos narrados e o Fenômeno fica evidente em trechos como “tinha que casar” e “não ia ser uma família completa” (elementos sentidos por Açucena).

Assim, nos relatos de Açucena, o discurso em relação ao casamento se consolida como uma forma de controle velado da sociedade sobre a vida das mulheres, pautado em imposições sociais a elas aplicadas. Açucena edifica o casamento como condição necessária para legitimar a identidade familiar, que deve seguir o modelo padrão imposto socialmente: marido, mulher e filhos.

É utilizado um recurso de generalização - “*na cabeça deles*” - que faz menção à sociedade no geral e na imposição da presença da figura do homem ao lado da mulher (“tem que ter alguém”), atribuindo à mulher termos depreciativos (“não presta”; “mal falada”) caso opte por não se adequar às normas atribuídas a ela, culminando em um julgamento moral que reforça a marginalização da mulher solteira. Os relatos são constituídos pela junção de discursos de respeitabilidade social feminina, em que a mulher de valor é aquela que se casa, ao discurso patriarcal, que legitima o homem como condição indispensável para a completude familiar.

Segundo Bhaskar (1998), é necessário conhecer as causas dos fenômenos, para transcender os fatos e as aparências dos eventos, a fim de desvelar a realidade, as estruturas e os mecanismos geradores que os sustentam. Nos relatos analisados nesta seção, percebo que as sujeitas da pesquisa significam a violência em decorrência de heranças familiares e sociais que compreendem o casamento como obrigação e a família como instituição indissolúvel.

Para Dália, o matrimônio deveria ser perpetuado e sua experiência estaria consolidada na tranquilidade que foi a relação de seus pais. Já para Violeta, seu relacionamento seguiu o mesmo padrão que vivenciou em sua família: o casamento deveria estar em primeiro lugar, impondo à mulher a obrigatoriedade do perdão e a permanência na relação. Íris, por sua vez, atribui a violência sofrida à vivência do seu ex-marido com as agressões presenciadas desde cedo e reproduzida posteriormente.

Açucena aponta para uma cobrança coletiva da sociedade no que diz respeito à ideia consolidada de família.

Sendo assim, interdiscursivamente, vozes familiares, sociais e culturais se mesclam e legitimam a aceitação da violência conjugal, limitando a autonomia da mulher e, conseqüentemente, contribuindo para coerção à permanência em contextos abusivos, a fim de evitar estigmas sociais.

Na seção seguinte apresento recortes referentes ao modo como as mulheres participantes representam a relação abusiva vivida por elas.

4.2 PERCEPÇÕES DAS MULHERES VÍTIMAS DURANTE A RELAÇÃO ABUSIVA

A presente seção tem como objetivo evidenciar as percepções das entrevistadas acerca dos acontecimentos conjugais vivenciados. Para isso, selecionei excertos que revelam uma progressão nas situações relatadas.

Primeiramente, destaco as formas sutis de controle que atuam com o intuito de limitar a autonomia da mulher e, assim, torná-la cada vez mais dependente do parceiro. Em seguida, apresento as representações construídas pelas mulheres acerca da figura do agressor, evidenciando as formas pelas quais o nomeiam. Dando sequência, os relatos evidenciam que as estratégias de manipulação e culpabilização utilizadas pelos agressores resultam em comportamentos de negação da violência por parte das vítimas, dificultando a compreensão da gravidade das agressões sofridas e, conseqüentemente, a efetivação das denúncias.

4.2.1 Controle e isolamento social como estratégia de limitação da autonomia

Durante as entrevistas, após abordar sobre as violências indiretas vivenciadas pelas entrevistadas na infância/adolescência, conduzo a conversa mencionando matérias jornalísticas que evidenciam o aumento discrepante da violência doméstica no Brasil nos últimos anos. Saliento que, na maioria dos casos, antes de evoluir para violências físicas graves ou para o feminicídio, o relacionamento já se caracteriza como abusivo, marcado por consecutivas violações dos direitos das mulheres, frequentemente disfarçadas de cuidado e proteção. Nesse viés, pergunto a elas se têm conhecimento do que é um relacionamento abusivo e se conseguem assinalar situações abusivas relacionadas aos seus relacionamentos.

Dália diz que, ao conhecer o ex-esposo, levava uma vida independente, morava sozinha, trabalhava e cuidava da filha (de outro relacionamento): “Então ele já me conheceu em uma rotina, eu morava sozinha, trabalhando, criando minha filha, eu morava sozinha”. No entanto, após o casamento, surgiram os primeiros sinais de controle:

Quando eu conheci ele e nós nos casamos, ele começou a me proibir de trabalhar porque no trabalho eu ia sair com todo mundo, ia ficar com todo mundo. Eu trabalhava até o período da noite, às vezes quando eu saía ele estava na frente, muitas vezes escondido para ver com quem eu saía, com quem eu estava conversando (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

No relato de Dália, o processo material transformativo “proibir” evidencia a restrição da circulação da mulher nos espaços públicos, configurando-se como estratégia de controle exercida pelo agressor. O processo é caracterizado como material transformativo, pois produziu mudança na ação da participante, o ato de deixar de trabalhar. Assim, o participante Ator “ele” (ex-marido) praticou a ação opressora e o Meta é identificado por meio do pronome pessoal oblíquo “me” referindo-se a quem sofreu os efeitos da ação (Dália). A justificativa “[...] *no trabalho eu ia sair com todo mundo, ia ficar com todo mundo*” associa o ambiente de trabalho à infidelidade e fere a moral da mulher, ao utilizar o pronome indefinido “todo”, o que remete à promiscuidade a mulher trabalhadora.

A presença do agressor no trabalho de Dália é marcada por léxicos gramaticais que indicam ora visível - “na frente” (circunstância de lugar), ora invisível - “escondido” (adjetivo). Portanto, a situação vivida por Dália reflete o que Saffioti (2004, p. 122) delinea como “[...] o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social”, ou seja, o relato de Dália aponta para um comportamento de vigilância e monitoramento constante do agressor, evidenciando que suas escolhas lexicais carregam significados ideológicos que contribuem para a legitimação do controle patriarcal.

Além da vigilância no trabalho, a entrevistada lembra que o companheiro monitorava seu celular: “*Meu celular não podia sair do olho dele, do alcance dele, se saísse ele já ficava estressado, muito estressado*”. A repetição pronominal “ele” enfatiza a posse do agressor sobre o celular de Dália, que, se não tivesse o controle do aparelho, ficava “muito estressado”; o uso da circunstância de intensidade “muito”,

associado ao adjetivo “estressado”, denota um exagero que sugere ameaça. Com o passar do tempo, a forma de controle é intensificada:

Com uns dois anos a gente morando juntos, ele começou a reclamar das minhas roupas, as minhas roupas não eram roupas de mulher casada, eu não podia usar isso, não podia usar aquilo, e eu fui acabando assim (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

O controle exercido sobre as roupas da mulher lhe retira a autonomia sobre sua identidade e impõe a construção de um perfil feminino conforme aquilo que o agressor deseja demonstrar socialmente. A repetição da circunstância de negação em “*não podia isso*” e “*não podia aquilo*”, fazendo menção ao “trabalho, celular, roupa”, reforça o padrão de proibição gradualmente imposto. Na sequência “*e eu fui acabando assim*”, a escolha da conjunção aditiva “e”, nesse caso, indica que os mecanismos de controle culminaram em um desgaste gradual e de concordância com os atos e ciência dos abusos:

[...] todo o casamento eu sabia que eu estava em relação abusiva porque, depois que eu tive o meu filho, eu não podia sair com minhas roupas que ele botava defeito, um batom a mais era para chamar atenção de outro, quando eu trabalhava, ele arrumava briga no meu serviço e fazia que eu saísse. Parava de trabalhar, era encostada, né, não tinha serventia para nada. Se eu fosse para cama e dormisse primeiro do que ele, eu não era mulher. Então eu sabia que era um relacionamento abusivo (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Após os relatos anteriores, Dália pontua que tinha consciência da relação opressora: “*eu sabia*”. As expressões “*não podia sair*” e “*arrumava briga*” se referem às ações de restrição do marido em relação ao trabalho da mulher e as consequências para ela: “*fazia que eu saísse*”. Por outro lado, “*botava defeito*”, “*encostada*”, “*não tinha serventia*” e “*não era mulher*” atribuem a Dália características depreciativas, menosprezando sua identidade enquanto mulher.

Todo o excerto é constituído por meio de orações que se contradizem: se trabalha, é proibida; se não trabalha, é encostada; se se arruma, é acusada de traição, gerando um efeito discursivo de um cenário sem saída, em que a mulher é permanentemente culpabilizada, independentemente da ação escolhida.

Pelo viés do Realismo Crítico de Bhaskar (1998), o comportamento individual do agressor não pode ser visto de forma isolada, mas coletiva, como uma estrutura social que normaliza a vigilância masculina como forma de manter a subordinação

feminina. Nesse sentido, a violência relatada por Dália se torna mais compreensível a partir do conceito de interdiscursividade proposto pela ACD, uma vez que diferentes discursos - o patriarcal, o familiar, o cultural - se reforçam, corroborando tais práticas de superioridade.

O controle sobre a possibilidade de trabalhar, relatado por Dália, também se evidencia na história de Íris que, ao recordar sua experiência, diz: *“Meu filho cresceu um pouquinho, comecei a trabalhar, mas ele falava que eu também não precisava trabalhar que ele conseguia me sustentar e sustentar o nosso filho”*. Íris pontua que o recurso utilizado era dizer que ela precisava ficar em casa para cuidar do filho, pois estranhos poderiam fazer mal à criança, bem como o argumento da sustentação financeira sugerida por meio do processo material “sustentar”, surtindo, então, um efeito positivo, já que ela optou por sair do emprego dois meses depois. Entretanto, em seu relato, aborda como essa privação da independência a afetava negativamente:

Só que assim, eu vivia...não tinha prazer de comprar uma roupa, um calçado, uma maquiagem, sempre era tipo assim: fulano te deu essas roupas aqui, sempre eram pessoas que me doavam roupas porque ele não comprava e eu não trabalhava e não tinha dinheiro para comprar uma roupa para mim (Íris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

O impacto do isolamento econômico (pois necessita de doações de outras pessoas, com itens pessoais, “roupas, maquiagem”) é representado por Íris como perda de sua autoestima.

De modo semelhante aos relatos de Dália e Íris, Açucena descreve a mesma estratégia de controle, evidenciando a aversão masculina em relação ao trabalho da mulher: *“pra que você vai trabalhar? Não precisa não, eu vou pagar as dívidas, eu pago as contas e você fica aqui cuidando do aplicativo”*. Para Saffioti (2004, p. 84) “o papel de provedor das necessidades materiais da família é, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade” e, novamente, percebe-se o discurso do homem provedor (“pagar as dívidas, contas”) da mulher e do lar (“você fica aqui”), referindo-se à casa, como se ficar em casa e não precisar trabalhar fosse um ato de proteção à esposa. No entanto, o significado para esse ato de não trabalhar é outro:

Ele não queria que eu trabalhasse fora porque ele queria comida na hora certa, né, almoço principalmente, que ele gostava mais assim fresquinho, né, casa arrumada, roupa lavada, até as meias dele... E

reclamava o tempo todo, não queria que eu trabalhasse fora, mas me diminuía o tempo todo. Ficava jogando coisas na minha cara (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

A própria Açucena apresenta uma explicação ao fato, atribuindo o desejo do marido de que ela ficasse em casa para cumprir com sua “obrigação” doméstica - “comida fresquinha”, “casa arrumada” - e suas demandas pessoais: *“roupa lavada” e “até as meias dele...”*. Por fim, Açucena utiliza a conjunção adversativa “mas” para significar a oposição entre as atitudes do marido - *“não queria que eu trabalhasse”, mas “me diminuía”* - ou seja, ela aceita não trabalhar e cuidar dele e da casa como um ato de amor, mas ele não reconhece e, ao invés de valorizá-la, a menospreza.

Os relatos de Dália, Íris e Açucena evidenciam a recorrência de estratégia do homem em efetivar o controle e a manutenção da dependência da mulher que, no caso, é a negação em trabalhar. Esse controle se solidifica discursivamente em formas de proibição, desqualificação e transferência de responsabilidades.

Dália menciona que qualquer ação sua era ressignificada de forma negativa e que nenhuma escolha é vista como legítima. Já na fala de Íris, o controle é exercido de forma sutil e disfarçado de cuidado: não havia necessidade de trabalhar, era mais seguro ficar em casa e cuidar dos filhos, sugerindo um ato de amor. Açucena, por sua vez, reforça o papel do homem como provedor absoluto da casa, mitigando a probabilidade de independência da mulher.

Sendo assim, em uma análise discursiva dos excertos apresentados nesse tópico, observo mecanismos de silenciamento e limitação da autonomia feminina, ancorados em um discurso patriarcal que associa o homem ao papel de provedor e a mulher ao cuidado familiar e doméstico, dialogando com o que Fairclough (2016) descreve como o papel da linguagem na produção de cenários ideológicos naturalizam relações de poder:

[...] as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (Fairclough, 2016, p. 122).

No próximo tópico, apresento as formas pelas quais o agressor é representado e nomeado nos relatos das mulheres.

4.2.2 A representação da figura do agressor pela ótica das mulheres vítimas

Nos relatos das entrevistadas, a figura do agressor é construída discursivamente por meio de representações que ressaltam traços de narcisismo, personalidade dupla e manipulação. Além da categoria interdiscursividade, neste tópico utilizo a categoria representação de atores sociais como suporte para as análises.

Na esteira de Barros (2015, p. 77), com base em Van Leeuwen (1997), “...a maneira como os atores sociais são representados em textos pode sinalizar marcas ideológicas”. Nesse sentido, analisar a maneira como o agressor é nomeado e significado pelas mulheres permite compreender os impactos particulares da violência e a materialização de ideologias patriarcais que sustentam tais práticas por meio do discurso.

Em seu relato inicial, quando se apresentava, Íris frisou que estava vivendo um momento difícil em sua vida pessoal e travando uma luta contra a depressão e a ansiedade devido a conflitos motivados pelo abandono familiar, conforme relatado na primeira seção deste capítulo. Nesse momento, ainda menor de idade, Íris conheceu seu ex-marido, inicialmente apresentado como a luz de que ela precisava para se reerguer:

E daí foi que eu conheci o meu ex-marido e, como diz, no começo tudo é flores. Eu conheci ele, ele me fazia bem e na minha cabeça eu não precisava mais de terapia, eu não precisava mais de remédios, eu abandonei tudo (Íris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

A expressão “no começo tudo é flores” contém um sentido figurado, por meio de uma metáfora, ao associar o início da relação a uma flor, uma vez que flor significa carinho, afeto, amor e cuidado: “*ele me fazia bem*”. Íris substitui os cuidados pessoais com a saúde (“*não precisava mais*” e “*abandonei tudo*”) pela presença do ex-marido, sugerindo apagamento da agência individual em função do outro.

No entanto, essa figura idealizada do parceiro no início da relação é ressignificada por ela poucos meses depois: “*Ele sempre foi muito abusivo, desde quando uns meses quando conheci ele*”. A circunstância de tempo “sempre”, associada à ideia circunstancial de intensidade em “muito”, corrobora com a permanência e a continuidade do comportamento opressor, enquanto a circunstância

temporal “desde quando” remete à incoerência entre a aparência inicial da relação e a manifestação da violência já nos primeiros meses.

Partindo da categoria de representação de atores sociais em Van Leeuwen (1997), o agressor é representado, no relato de Íris, por meio da inclusão, pois aparece de forma explícita; individualizado, representado no singular; personalizado, que o caracteriza diretamente como pessoa; ativado, tendo seu papel ativo de abusivo, o que lhe confere uma atribuição valorativa negativa: a identidade de sujeito abusivo desde o início da relação.

De maneira similar, nos relatos de Violeta, também se observa a construção discursiva do agressor como ator social explicitado, individualizado, personalizado e ativado. Ela afirma que, ao se casar, aos 19 anos, já reconhecia parte do perfil comportamental do esposo: “[...] *quando a gente casou, a gente já sabia o tipo de pessoa mais ou menos como ele é, ele mostrou, né, o perfil*”.

No excerto que se segue, Violeta significa discursivamente como descreve esse perfil:

Ele...para as pessoas ele é bom demais, ele é legal, tudo, mas em casa trata mal, xinga, manipula, quer manipular, sabe?! [...] um amor de pessoa, como se fosse um bom esposo, um cavalheiro, bom filho, bom tudo, sabe?! Mas é só ali da porta pra fora, sabe?! Mas, quando entrava em casa, só reclamava, reclamava...
(Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Os marcadores circunstanciais de lugar “dentro” e “fora” são utilizados para demarcar a contradição no comportamento do homem. Para as pessoas, ele é significado com adjetivos positivos (bom e legal); já em casa é utilizada uma sequência de processos (trata mal, xinga e manipula), com a intenção de explicitar a intensidade dos abusos.

Violeta e Açucena participaram da entrevista no mesmo dia. Ao ouvir os relatos de Violeta sobre as divergências entre as ações do ex-marido, Açucena complementa: “*De um amor de pessoa, como se fosse um bom esposo, um cavalheiro, bom filho, bom tudo, sabe?! Mas é só ali da porta pra fora, sabe?! Mas, quando entrava em casa, só reclamava, reclamava...*”. A repetição do adjetivo “bom” significa o interesse em criar uma imagem positiva perante a sociedade. No entanto, esse comportamento é sustentado “*só ali da porta para fora*”; com isso, o uso da circunstância “só” e a locução que denota lugar (“da porta para fora”) marcam a separação entre as ações do

homem, que se distinguem no espaço público e privado, já que *“quando entrava em casa só reclamava”*.

Os excertos de Violeta e Açucena evidenciam um contraste na representação do agressor: no espaço público, ele é associado a atributos positivos; porém, no espaço privado, dentro de casa, manifesta ações negativas, o que constrói discursivamente a imagem de uma personalidade dupla. Em relação à ativação, ancorada em Van Leeuwen (1997), Barros (2015, p. 77) afirma que *“a ativação se realiza através da participação, ou seja, o papel ativo do ator social é mais destacado no texto...”*. Portanto, nas falas de Violeta e Açucena, a ativação ocorre mediante os dois papéis sociais exercidos pelos agressores: socialmente, eles são caracterizados como *“bom e legal”* e no ambiente doméstico como manipulador.

Dessa maneira, é possível identificar a presença do discurso social, no qual o agressor é educado, responsável, amoroso, em contraposição ao discurso doméstico, em que ele apresenta comportamentos inerentes ao patriarcalismo. Essa contradição pode ser compreendida a partir de Saffioti (2004), que argumenta que o patriarcado permanece na modernidade porque não se trata apenas de uma relação privada, mas civil; porque concede direitos sexuais aos homens, praticamente sem restrição; porque estabelece relações hierárquicas que invadem todos os espaços da sociedade; porque tem base material e se corporifica; e porque combina ideologia e violência como suportes de uma estrutura de poder.

Logo, essa duplicidade de comportamentos reflete diretamente na dificuldade das mulheres em romper o relacionamento, uma vez que se veem diante da reputação positiva que o agressor mantém perante a sociedade e, muitas vezes, têm suas vozes silenciadas. A esse respeito, Dália relata que, ao decidir terminar a relação, recebeu indagações sociais como *“Tanto é que agora eu escuto: pra quê separar? Minha família, minha mãe e meu pai, eu contando e eles não acreditam, muitos não acreditam”*. As expressões *“pra que”* e *“não acreditam”* sugerem o descrédito social perante os abusos vividos pela vítima no ambiente doméstico.

Dessa forma, ao optar pela separação, ocorre uma inversão de papéis, em que a mulher passa a ser vista pela sociedade como a responsável pelo rompimento, já que o esposo é amplamente reconhecido como uma *“boa pessoa”*:

[...] eu na boca da sociedade, na boca da família do meu ex marido... eu sempre vou ser a errada, porque ele era muito bonzinho assim em questão de comida, roupa, pagava as contas de casa certinhas. Se

fosse para dar um banho filho, ele dava, ele trocava a fralda, ele fazia dormir, fazia comida. Casa, se ele pegasse o chão, ele limpava a casa até melhor do que eu muitas vezes. Eu falei: mas e as outras coisas? Eu falei: nunca ninguém tirou para vir perguntar para mim. Quando eu resolvi levar para todo mundo, ninguém quer acreditar (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

Novamente há o uso de uma metáfora - “*na boca da sociedade*” - fazendo referência ao julgamento coletivo sofrido pela mulher ao romper com a violência; o uso da circunstância “sempre” intensifica a durabilidade do estigma de “errada” atribuído a elas. No caso de Dália, ela aponta que, além de desempenhar o papel de provedor, “*pagar as contas, comprar roupa e comida*”, o ex-marido também realizava atividades que, até então, são obrigações da mulher, como “*dar banho no filho, fazer comida, limpar a casa*”, o que revela o mecanismo de legitimação social da figura masculina pelo cumprimento de tarefas práticas.

Em “perguntar” temos um processo verbal cujos participantes são: o Dizente (responsável pela comunicação), representado pelo pronome indefinido “ninguém”, em referência à sociedade; o Receptor (a quem a mensagem é direcionada), ou seja, à Dália; e a Verbiagem (conteúdo que é dito) não aparece explícita no excerto, mas o ato de fala da entrevistada alude ao pensamento de que, antes de julgar, a sociedade deve buscar conhecimento sobre as “opressões vividas por ela na relação”. Por outro lado, o processo “acreditar” se classifica como mental e tem como Experienciador a “sociedade”, que deveria acreditar em Dália, e o Fenômeno, também de forma explícita, aponta para o fato da “dupla personalidade do agressor” em se comportar de maneiras distintas em ambientes sociais e domésticos.

Logo, os processos “perguntar” (verbal) e “acreditar” (mental) denotam a invisibilidade da violência e o descrédito social, que, discursivamente, reforçam o silenciamento da vítima, como afirmado por Dália em “*E é como eu falo: quem tá de fora, nunca vai acreditar no que acontece lá dentro*”. Silva *et al.* (2024) comungam do pensamento exposto por Dália, ao apontar que “Quando sua vítima tenta explicar os abusos que acontecem, ninguém a compreende...fica desacreditada” (Silva *et al.*, 2024, p. 4).

Tal perspectiva dialoga com Fairclough (2003), que defende que a pesquisa social crítica deve colaborar de modo expressivo para a compreensão de como os discursos ideológicos e hegemônicos são produzidos/reproduzidos pela sociedade e como podem ser suavizados e problematizados. Nesse sentido, como destacam More

et al. (2022, p. 42), “as ideologias podem ser aprendidas, mas também questionadas, ambas as atividades atravessadas pelo discurso”.

Essa discussão se articula ao relato de Açucena, ao ponderar que a duplicidade de personalidade mantida pelo agressor, apoiada socialmente por discursos de aparência e normalidade, em um determinado momento se desfaz, mostrando sua verdadeira face: *“Só que, aquele dia, ele perdeu as estribeiras e mostrou, realmente, quem é, sabe?! Ele surtou, surtou legal mesmo”*.

O episódio mencionado por Açucena corresponde ao dia em que decidiu encerrar definitivamente a relação e, por não aceitar o término, ambos começaram a discutir. Temendo o comportamento alterado do pai, a filha do casal ligou para o irmão mais velho (filho de Açucena, de outro relacionamento). A situação resultou em um desentendimento entre ambos, que acabou evoluindo para agressões físicas, presenciadas por alguns vizinhos.

A expressão “perdeu as estribeiras” carrega um sentido figurado, que significa a ruptura da imagem de “bom moço”, intensificada pela repetição do processo comportamental “surtou”. O participante do processo “surtou” é caracterizado como Comportante o ex-marido de Açucena (“ele”). Nesse tipo de processo, o tipo de Comportamento, que representa a manifestação expressa dessa ação ou sentimento, é opcional. Assim, o processo “surtou”, por si só, já indica a conduta desregulada do agressor, sinalizando, segundo o Realismo Crítico (1998), o desvelamento do mecanismo causal, quando a máscara social cai e a realidade da violência é revelada.

Mesmo diante dos acontecimentos apontados, Açucena demonstra, em sua fala, preocupação acerca do comportamento do ex-marido e de como ela é significada para ele: *Ele acha na cabeça dele até, com certeza, que ele é meu dono...eu não sei quando ele vai se libertar disso na cabeça dele que ele não é meu dono* (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025)

A expressão “na cabeça dele” indica uma circunstância de lugar mental, internalizada pelo agressor, reforçada pelos elementos linguísticos “até” e “com certeza” para referir sobre sua convicção acerca da posse sobre a mulher: *“ele acha...que é meu dono”*. A expressão “não sei quando ele vai se libertar disso” marca a percepção de Açucena sobre a internalização da crença de posse do ex-marido sobre ela, além de evidenciar sua resistência: *“ele não é meu dono”*. Percebe-se, portanto, o discurso de propriedade masculina sobre o controle da mulher em

contraposição à reflexão crítica da entrevistada, revelando o conflito entre poder socialmente legitimado e experiência individual da violência.

Para finalizar a discussão sobre como a figura do agressor é significada e nomeada pelas mulheres entrevistadas, segue a percepção de Violeta diante dos relatos de Açucena, que esteve junto a ela na entrevista, e de suas vivências particulares: *“Eles, esse tipo de pessoa, nunca muda, nunca. E eles são narcisistas, eu já pesquisei, estudei, li, tudo. Eu...narcisista, pra mim é narcisismo”* (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Em *“esse tipo de pessoa”*, a participante usa um recurso de generalização social ao agressor, ampliando sua visão além de sua experiência individual, atribuindo uma identidade aos agressores: *“eles são narcisistas”*. A conduta do narcisismo conferida ao agressor é percebida por Violeta como irreversível, ao fazer uso repetido da circunstância de negação: *“nunca muda, nunca”*. Em *“eu já pesquisei, estudei li”*, a entrevistada assume o papel de sujeito agente em buscar conhecimento, exercendo uma resistência discursiva ao nomear e diagnosticar o agressor.

Em contraposição aos relatos anteriores, que individualizam os atores sociais, nesse excerto de Violeta há uma mudança da individualização para a generalização, transformando o agressor particular em perfil de um tipo social, o narcisista. Sobre a personalidade dos narcisistas, Silva *et al.* (2024, p. 7) aludem que:

Pessoas com esse transtorno tendem a ter uma visão inflada de si mesmas, uma necessidade de admiração constante e uma falta de empatia pelos outros. Em relacionamentos afetivos, isso pode levar a um desequilíbrio de poder, abuso emocional e até mesmo à escalada para a violência física.

A presença do termo ‘narcisista’ nos relatos das entrevistadas funciona como um importante recurso interpretativo para a compreensão das violências vividas por elas, uma vez que o termo em questão circula socialmente nas mídias digitais, debates sociais e narrativas populares, sendo utilizado pelas pessoas para nomear comportamentos abusivos. Logo, ao dizer *“eu já pesquisei, estudei, li”*, Violeta deixa evidente que a culpa da violência sofrida não deve ser atribuída a ela, mas aos agressores que detém esse caráter, o que, inclusive, é de conhecimento social.

É importante ressaltar que, nos relatos das participantes, o narcisismo é nomeado conforme a moral dos agressores, não como diagnóstico clinicamente comprovado nos casos em questão. Para tal, as mulheres utilizam como conclusão

suas percepções sobre manipulação, controle, coerção e opressão a elas atribuídas. Nesse sentido, o termo é escolhido como uma estratégia explicativa, que auxilia as participantes a compreenderem os acontecimentos vividos enquanto estavam na relação abusiva.

Dessa forma, atribuição do termo ‘narcisista’ aos atores sociais dos excertos aqui discutidos se relaciona diretamente às formas como os agressores foram discursivamente representados pelas entrevistadas. A falta de empatia é evidente para Íris, que afirma que o ex-marido sempre foi muito abusivo. A necessidade de admiração constante é perceptível nas falas de Violeta e Dália, que expõem que o agressor assumia dupla personalidade e se apresentava socialmente como uma ótima pessoa. Açucena, por sua vez, atribui um desequilíbrio de poder relacionado à crença de posse do agressor sobre ela.

Assim, as análises discutidas neste tópico demonstram que a figura do agressor é discursivamente construída por meio de uma duplicidade de ações. Socialmente, atua como um personagem do esposo exemplar; no entanto, no espaço doméstico, sua conduta é associada a um narcisista controlador e manipulador. De acordo com Bessa e Sato (2018), as representações de atores sociais nas práticas discursivas permitem “discutir os possíveis efeitos das formas de representação, inclusive as que incluem atores nos textos e as que, de maneira explícita ou sub-reptícia, os excluem” (Bessa; Sato, 2018, p. 149).

No próximo tópico, discuto de que maneira as estratégias de manipulação e controle exercidas pelo agressor favorecem a progressão e a naturalização da violência pelas vítimas.

4.2.3 Aceitação da violência e dificuldade na denúncia: entre justificativas, culpa e dependência

As análises dos excertos a seguir permitem compreender como a violência nas relações conjugais não se manifesta de forma repentina, sendo resultado de um processo gradual, construído pela manipulação e controle do homem sobre a mulher, culminando, em muitos casos, na aceitação, justificativa e culpabilização da vítima, consequência da internalização de discursos que validam o controle masculino, impedindo a consciência da gravidade da violência, a efetivação da denúncia e, consequentemente, a ruptura com o ciclo.

Durante a entrevista, ainda no debate sobre relações abusivas, a participante Íris pontua: *“Eu já via que eu estava naquela relação...aí, com o passar dos anos, foi só piorando, mas eu já sabia. Só que era difícil para mim sair, é difícil, muito difícil”*. O recurso de modalização “eu já sabia” utilizado por Íris demonstra que ela tinha ciência do abuso. Contudo, a repetição do adjetivo “difícil”, intensificado pela circunstância “muito”, indica a impotência diante da situação. O discurso de Íris apresenta uma consciência progressiva da violência, concomitante a uma naturalização da permanência.

Essa leitura pode ser aprofundada à luz do Realismo Crítico (Bhaskar, 1978), retomado por Barros (2015), que aborda os três níveis da realidade: o nível Real – formado por estruturas, com poderes causais próprios, sendo a investigação dos fenômenos para distinguir estruturas; o nível Realizado – consiste nos eventos que geram efeitos de poder; e o nível Empírico – são os acontecimentos observáveis, o domínio da experiência. No relato de Íris, o nível empírico se evidencia em sua conscientização acerca da progressão da violência; o nível realizado é apresentado pela dificuldade em sair marcada pelo aprisionamento emocional; por fim, o nível real diz respeito às ideologias patriarcais constituídas socialmente.

Revelando outro aspecto da experiência de violência, Violeta demonstra como a ausência de agressão física contribui para o enfraquecimento da gravidade das agressões: *“Ele bebia muito, ele saía, nunca me batia, me agredia verbalmente”*, minimizando a gravidade da violência psicológica. Contudo, nos relatos seguintes, ela descreve sobre a progressão das ações:

Só que aí começou as violências, consegue entender?! Mais forte, né. Agressão física, tanto ele quanto eu também, porque eu fiquei agressiva, tipo...ao passar do tempo, eu fiquei muito agressiva, entende?! E para mim: ah, tava tudo bem, porque eu me defendia, eu tava me defendendo, no meu pensar, né, tá errado (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

O excerto evidencia o momento em que surgem as agressões físicas, até então inexistentes na relação. Violeta relata que tais agressões passaram a ocorrer de forma mútua – *“tanto ele quanto eu também”* –, construindo um discurso de culpa compartilhada: *“eu me defendia”*. Nesse processo, a violência masculina é apresentada como resposta à sua própria ação: *“eu fiquei agressiva”*. Observa-se, portanto, a construção de uma narrativa cumulativa: *“[...] começou as violências”*, *“[...] eu fiquei agressiva”*, *“[...] eu me defendia”*, que ressignifica a violência sofrida como

forma de defesa. A ênfase reiterada no uso do pronome pessoal “eu” revela que a entrevistada se coloca como parte geradora dos conflitos, atribuindo a si mesma a culpa pela violência vivenciada. Esse discurso se articula com práticas sociais que tendem a culpabilizar a mulher e a legitimar a ideia de que ela “provoca”, reforçando o ciclo da violência.

No primeiro tópico desta seção, discorri sobre de que forma o controle e o isolamento social impostos pelo agressor contribuem para a restrição da autonomia da mulher. Dália relatou que esse controle se manifestava de diferentes maneiras em sua vida, no ambiente de trabalho, na forma de se vestir e até no uso do telefone. Ao ouvir seus relatos sobre essa temática, questionei se, em algum momento, ela considerou que o comportamento do agressor era justificável e ela relatou que *“Inúmeras vezes eu vi que ele tinha razão”* e continuou:

Nossa! Está mudando tanto, né, tantas coisas estão mudando, fui caindo no que ele me ditava eu fazia. Você não pode trabalhar, eu fui lá e pedi as contas. Outra vez ele arrumou briga em outro trabalho meu: Ah ele está certo, pra que eu vou trabalhar se tem ele para me sustentar, se ele está mantendo a casa, pra que eu vou trabalhar? Por que eu vou usar essa roupa se ele não gosta? Se eu usar essa roupa, ele vai ficar bravo comigo. Então eu não vou usar essa roupa, não vou comprar essa roupa porque ele não vai gostar. Era para o meu bem. Meu celular não pode ter senha. Pra que meu celular vai ter senha? Só para eu arrumar briga com ele, ele está certo, meu celular nunca teve senha, não podia ter senha (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

No excerto, observa-se a consolidação de uma trajetória de submissão progressiva, em que o agressor impõe e a vítima consente: *“[...] fui caindo no que ele me ditava eu fazia”*. Assim, havia a determinação – *“você não pode trabalhar”* – e a execução da ordem: *“fui lá e pedi as contas”*. Dália, então, faz uso de interrogações, como em *“Pra que eu vou trabalhar?”*, *“Por que eu vou usar essa roupa”*, *“Pra que meu celular vai ter senha?”* e passa a significar sua aceitação às imposições do ex-marido como uma decisão coerente, validando, dessa forma, a ordem recebida como gesto de cuidado: *“[...] ele está certo”; “[...] era para o meu bem”*. Dessa forma, predominam, no enunciado, processos materiais que colocam o agressor como Ator, responsável por determinar e controlar, e Dália como Meta, executora das ordens.

Considerando a categoria de interdiscursividade proposta por Fairclough (2003), o excerto articula diferentes vozes discursivas: o discurso do homem como provedor – *“pra que eu vou trabalhar se tem ele para me sustentar”*; o discurso

paternalista – “*era para o meu bem*”; e o discurso moralizador sobre a conduta feminina – “*pra que eu vou usar essa roupa se ele não gosta*”. A combinação desses elementos coopera para a produção de um discurso de controle, no qual a obediência é narrada como escolha. Nesse sentido, confirma-se o que diz Fairclough (2016, p. 126): “[...] as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder”.

Diante das considerações acerca das estratégias de controle impostas às mulheres, os excertos a seguir permitem refletir sobre como a naturalização da violência pela própria vítima intervém na dificuldade de efetivar denúncias diante da recorrência dos episódios de agressão. Nesse sentido, Dália menciona que, após pedir a separação, em determinado dia, o ex-marido a ameaçou com um canivete e várias ameaças verbais e foi preciso ligar para a polícia:

Eu fui para a delegacia e chegando lá, por mais de aquilo tudo que estava acontecendo eu não queria aceitar ele...relatei diversas vezes para os policiais: ele nunca me bateu, ele nunca me encostou a mão. Eu não quero que ele fique preso, ele é pai do meu filho (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Ao ser conduzida à delegacia, Dália demonstra compreender a intensidade dos eventos – “[...] *por mais de aquilo tudo que estava acontecendo*” -, marcando um espaço temporal vasto e duradouro e sugerindo violências diversas ao utilizar o pronome indefinido “tudo”; mas, ainda assim, minimiza a violência: “[...] *eu não queria aceitar*”. Existe um desejo da entrevistada em proteger o parceiro, à época, da penalidade imposta pela lei, pois faz uso de circunstâncias de negação “não” e “nunca”, de forma repetida, para negar a violência física: “[...] *ele nunca me bateu, ele nunca me encostou a mão*”, atribuindo ao agressor um valor familiar importante – “*ele é o pai do meu filho*”. Sendo assim, muitas mulheres ainda deixam de prestar queixa contra o agressor e outras não reconhecem a situação vivida como violência. Também pode ocorrer de as mulheres se sentirem envergonhadas e culpadas pela agressão sofrida, passando a ocultar os fatos (Monteiro; Souza, 2007; Schraiber *et al.*, 2007).

De maneira semelhante, Íris também usa narrativas que revelam o efeito contraditório entre reconhecer a violência e resguardar o agressor. Após a primeira agressão física sofrida, teve o incentivo da mãe para ir à delegacia efetivar a denúncia,

mas recusou, reproduzindo uma prática discursiva que, assim como no caso de Dália, age na sustentação da relação de poder do agressor:

E eu todo tempo pedindo que não, não queria ir para a delegacia, não queria fazer nada, e eu estava com meu rosto todo desfigurado. Elas me colocaram dentro do carro e me levaram para a casa da minha avó. Chegaram lá e falaram, falaram, falaram e era a mesma coisa de jogar palavras ao vento. Voltei para casa e continuei lá mesmo junto com ele, como se nada tivesse acontecido (Íris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Apesar da gravidade da agressão sofrida (“...eu estava com meu rosto todo desfigurado”), Íris denota seu desejo de resistir diante do fato – “eu não queria ir para a delegacia” e “eu não queria fazer nada” -, mesmo diante da intervenção de outras pessoas, quando reforça que a mãe e a tia insistiram para que ela denunciasse: “Elas me colocaram dentro do carro...falaram, falaram, falaram e era a mesma coisa que jogar palavras ao vento”. O uso da metáfora em “jogar palavras ao vento” denota insatisfação e desvalorização da participante com o discurso das pessoas externas. No evento citado, sua decisão foi retornar à violência – “Voltei para casa e continuei lá mesmo junto com ele, como se nada tivesse acontecido” -, sendo restituída ao poder e controle do agressor.

No relato, Íris afirma que, logo em seguida, o marido ficou 30 dias trabalhando em outra cidade e, nesse período, ela decidiu que iria pedir a separação, mas ele não aceitou e começou ameaça-la. Foi quando ela fez a primeira denúncia – “*No outro dia, eu fui na delegacia e registrei um boletim de ocorrência contra ele*” – e volta para casa por não ter para onde ir com os dois filhos pequenos. Diante da negativa de sair de casa com as crianças, ocorre outra situação de agressão física, de maior gravidade. Íris novamente vai à delegacia, mas ainda enfrenta dificuldades internalizadas para efetivar a denúncia de fato:

Chegou lá, aconteceu todo aquele processo, a gente foi para a delegacia, só que eu cheguei lá e não quis fazer corpo de delito, porque é que nem ela falou era o pai dos meu filhos, por mais que ele tinha acabado de me agredir, eu não queria que ele fosse preso, ele quase me matou, ele queria me matar, ele mesmo falou que queria me matar, mesmo assim eu não quis que ele fosse preso. Fiz o boletim de ocorrência, a medida protetiva e retornei para casa... (Íris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Íris tinha ciência da gravidade da ação do agressor – ““[...] ele quase me matou, ele queria me matar, ele mesmo falou que queria me matar” – e faz uso do processo

material “matar” para intensificar o risco que correu. Todavia, mais uma vez, ela optou pela proteção do agressor: *“não quis que ele fosse preso”; “era o pai dos meus filhos”*. Então, Íris se recusa a fazer o corpo de delito e faz apenas uma denúncia parcial: “Fiz o boletim de ocorrência, a medida protetiva” e, novamente, retorna à casa.

Os relatos de Íris evidenciam a articulação entre a consciência da violência sofrida e a dificuldade em romper com os vínculos que a sustentam no ciclo abusivo. Ainda que compreenda os riscos, sua escolha em fazer apenas a denúncia parcial reforça a complexidade do processo de emancipação. Tal postura vai ao encontro dos preceitos defendidos por Bhaskar (1998), no que diz respeito à emancipação, considerando que a emancipação não vem de fora, que deve ser estimulada e depende de um processo de autoemancipação dos agentes envolvidos. Nas palavras do autor:

Meu ponto de vista é que aquele tipo especial e qualitativo de libertação que é a emancipação e que consiste na transformação, na autoemancipação dos agentes envolvidos, partindo de uma fonte de determinação indesejada e desnecessária para uma desejada e necessária, é, ao mesmo tempo, pressagiado causalmente e acarretado logicamente por uma teoria explanatória, mas só pode ser efetivada na prática (Bhaskar, 1998, p. 462).

A história de Íris exemplifica que somente ter a consciência do abuso sofrido não é suficiente, pois emancipação demanda um processo interno, complexo e progressivo.

Buscou-se, nesta seção, evidenciar como as mulheres entrevistadas significam e representam discursivamente suas experiências com as violências vivenciadas em seus relacionamentos conjugais. O isolamento social e a limitação da autonomia impostos pelos agressores são sugeridos pelas participantes como práticas fundamentais para a manutenção da dependência, enquanto a figura do agressor é construída, contraditoriamente, entre o cuidado e o controle, revelando a dupla personalidade associada ao narcisismo.

Dessa maneira, as análises realizadas demonstram um processo multifacetado de vivência da violência, no qual se entrecruzam estruturas de controle e manipulação à dinâmicas de aceitação e culpabilização. Desse modo, a dificuldade em concretizar as denúncias se mostram compostas por sentimento de culpa, preservação dos laços afetivos e pela pressão de papéis sociais atribuídos às mulheres, reforçando a

necessidade de um olhar crítico e transformador para romper com a reprodução desse ciclo.

Na seção seguinte, são apresentadas as violências plurais das quais as mulheres entrevistadas foram vítimas, buscando relacionar de que forma as violências narradas contribuem para o rompimento da relação abusiva.

4.3 TIPOLOGIAS DA VIOLÊNCIA REPRESENTADAS PELAS ENTREVISTADAS

Nesta seção, apresento análises de excertos relacionados aos tipos de violências vivenciadas pelas participantes entrevistadas. Ressalto que a classificação dos tipos de violência doméstica segue os parâmetros da Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, e dialoga com a discussão realizada no capítulo I, onde foram descritos e exemplificados os tipos de violência doméstica.

Esta seção se organiza em quatro tópicos. No primeiro, abordo as violências psicológica e moral, evidenciando, a partir dos excertos, como os agressores recorrem à intimidação e à humilhação como formas de controle sobre a mulher. Em seguida, discuto a violência sexual, destacando como o corpo da mulher é representado enquanto posse do marido. No terceiro tópico, discorro sobre a violência patrimonial como estratégia de dominação e imposição do poder masculino. Por fim, aponto as violências físicas apresentadas pelas mulheres, confirmando seu caráter gradual.

4.3.1 Violência psicológica e moral: intimidação e humilhação como controle

Durante as entrevistas, abordei as classificações dos tipos de violência doméstica para que as participantes conseguissem compreender e significar as violências sofridas por elas na relação conjugal, partindo do pressuposto de que, na maioria das vezes, as agressões são concomitantes e sequenciais. Os excertos reunidos neste tópico se referem às violências psicológica e moral, por serem dimensões intimamente relacionadas, conforme afirma Saffioti (2004, p. 67): “As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente”.

Nos relatos das entrevistadas, observei que algumas demonstravam reconhecer-se como vítimas de violência psicológica e moral, enquanto outras narravam os episódios sem terem essa consciência. Sotero (2017) pondera que a violência psicológica é silenciosa, sendo muitas vezes imperceptível até para a vítima.

Nas seções anteriores, foram analisados excertos da entrevistada Dália, que relatou as diversas formas de abusos sofridos. Ela menciona que, diante de todas as formas de opressão a que foi submetida, optou por pedir a separação. Contudo, embora tenha prometido mudar, o companheiro apenas alterou sua estratégia de controle, passando a oprimi-la por meio de sua filha:

Ele já não ligava mais com as minhas roupas, com meu celular e nem com quem eu conversava ou deixava de conversar, mas começou desse jeito com a minha filha [...].

*Minha filha tinha que ficar trancada dentro do quarto, porque se ficasse do lado de fora do quarto o nosso pequeno, que estava em uma fase complicada, ia bater nela, ela ia revidar e virar aquele 'brigueiro' dentro de casa. Então minha filha tinha que chegar da escola e ficar dentro do quarto, não podia sentar na mesa para comer porque o ***¹⁹ ia brigar com ela e virar um 'griteiro', ela tinha que comer dentro do quarto. Muitas vezes saímos e: vamos comprar isso para o ***, mas para a *** não, a *** já é grande, já é moça, não precisa para ela (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).*

Diante dos relatos, percebe-se uma inversão de papéis, onde a filha de Dália, de outro relacionamento, é usada para atingi-la. O marido não mais controlava suas roupas, celular, trabalho, mas passou a impor regras restritas à criança, a exclusão do convívio familiar, como forma de punição à mãe. A repetição da expressão “tinha que” indica uma obrigação imposta à filha, que passa a ser privada de momentos familiares, como fazer as refeições com a família: “*não podia sentar na mesa para comer*”.

Portanto, o relato de Dália é constituído por uma violência psicológica, em que o discurso edifica um quadro de violência simbólica, transferindo a violência conjugal para a relação materna e conferindo um sofrimento indireto à mulher. Sendo assim, a prática de dominação e controle que atravessa a mulher e atinge os filhos é reflexo da hierarquia no núcleo familiar, no qual o homem assume o poder. “Assim, o gênero, a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores [...]” (Safiotti, 2011, p. 66).

Dália também compartilhou sobre o dia em que foi ameaçada e pediu a medida protetiva contra o ex-companheiro. Pontua que, durante o trajeto para a delegacia, na viatura militar, ele proferiu a ela vários xingamentos: “*Ele me chamava de burra, que eu era uma puta, uma biscate, que eu só me arrumava para os outros machos e para*

¹⁹ Os asteriscos fazem referência aos nomes dos filhos de Dália, sendo ocultados para preservar suas identidades.

ele não". Os adjetivos depreciativos atribuídos a Dália (puta, burra, biscate) expressam julgamento moral de infidelidade (*"eu só me arrumava para os outros machos"*), ofendendo sua honra e desqualificando sua reputação. A violência moral relatada pela entrevistada confere a ela também um abalo psicológico: *"Ele começou a me ofender, foram ofensas e mais ofensas, palavras de baixo calão, e eu comecei a chorar"*. Os insultos reiterados, "ofensas e mais ofensas", indicam a intensidade das agressões verbais que culminam em uma reação emocional de Dália.

Do mesmo modo, Açucena também teve sua moralidade ofendida: *"Ele me xingava tudo, falava que eu queria me separar dele porque eu queria arrumar um monte de macho para mim, uns 50 machos, um por dia"*. A expressão "50 machos por dia" constitui-se de uma figura de linguagem caracterizada como hipérbole, que consiste em um exagero intencional para expressar algo; no caso, a expressividade na fala do agressor é carregada de humilhação e insulto. Na mesma ocasião do fato relatado, Açucena também expõe uma contradição no comportamento do ex-marido: *"...na mesma hora que ele estava ameaçando de me matar ele vinha e queria me beijar falando que me ama. Eu pensei assim: mas que vida é essa?! E comecei a chorar"*. Pela ótica da ACD, a oposição entre a ameaça e o afeto evidencia um discurso do amor e a efetivação da intimidação que gera a desestabilização emocional de Açucena: "comecei a chorar".

Por outro lado, o questionamento feito por Açucena, direcionado a ela mesma, *"Mas que vida é essa!?"*, expressa seu desespero e impotência diante da situação, onde o léxico "vida" faz referência à ocasião vivenciada, promovendo a consciência da vítima sobre a insustentabilidade da situação. Nesse sentido, Hirigoyen (2006, p. 16) pondera que "compreender por que se tolera um comportamento intolerável é também compreender como se pode sair dele". No relato de Açucena, há uma fissura no discurso de aceitação da violência que sinaliza o início de um processo de problematização da própria continuação na relação abusiva.

Os relatos de Violeta, assim como os de Dália e Açucena, também são constituídos pela violência moral.

Ele me xingava que eu não prestava, que eu era ruim, que eu era safada, que eu era cachorra, que eu era preguiçosa... É... cachorra, safada, que eu era ruim, tudo isso. Então, tipo assim, já é uma violência. Nossa! Ele me falava: Ahh, você é muito feia, você é feia, você se acha demais, isso me colocava pelo chão (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Os adjetivos depreciativos aqui representam ofensas que remetem o caráter e a conduta de Violeta a um julgamento sexual e moral pejorativo (cachorra, safada, preguiçosa), bem como à sua estética (muito feia), em que a circunstância de intensidade “muito” torna a violência ainda mais incisiva. Mais uma vez, percebe-se o efeito psicológico decorrente da agressão moral: *“isso me colocava pelo chão”*. A expressão *“Então, tipo assim, já é uma violência”* aponta para o reconhecimento da mulher de que os episódios ofensivos do agressor ultrapassam a ideia de conflito de casal e configuram um tipo de violência.

Durante a entrevista, Violeta demonstrou ser uma mulher empoderada, trabalhadora, determinada. Sua autonomia incomodava o parceiro e ele utilizava meios ofensivos para puni-la; os insultos agem como tática de dominação simbólica. Foucault (1997) assegura que o poder se encontra em todas as relações sociais, de maneira flutuante, não apenas em instituições, dispensando o uso de força para fabricar indivíduos de acordo com as necessidades do poder, por meio de práticas discursivas institucionalizadas.

Além da violência moral, praticada por meio de ofensas e humilhações, a violência se manifesta de outras formas, como, por exemplo, as traições conjugais:

*E aí eu, eu ficava sabendo, né, que ele ficava dando em cima de mulheres pra onde ele ia, como se fosse solteiro, né [...].
Aí ele...ele foi estudar e, nisso que ele foi estudar, ele me traía também, né, aí eu descobri que ele me traía, e... eu fui relevando, fui relevando* (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Na fala da entrevistada, a frase *“ficava dando em cima”* utiliza o uso coloquial da língua, que sugere o ato de infidelidade do homem *“como se fosse solteiro”*, apontando para um comportamento que não condiz com seu compromisso conjugal. Açucena, então, apresenta a mudança do momento de incerteza da traição para a confirmação; o enunciado *“ficava sabendo”* indica a insinuação da traição, enquanto *“eu descobri que ele me traía”* sinaliza a certeza do ocorrido.

Por fim, em *“eu fui relevando, fui relevando”*, temos uma resistência silenciosa da violência, suavizada pelo uso do processo mental “relevar” (no sentido de perdoar). Discursivamente, o patriarcalismo se manifesta, aqui, como legitimador do comportamento infiel do homem e a atribuição à mulher a uma posição de resignação. Conforme afirma Fairclough (2001), os agentes sociais não são livres: são

socialmente edificados e têm suas ações determinadas por uma determinada conjuntura.

Existem várias facetas das violências psicológica e moral. Até aqui, mencionei a ofensa, a humilhação e a traição. O próximo excerto evidencia outra dimensão desse processo: a culpabilização da mulher como justificativa para as agressões. Esse mecanismo é percebido na fala de Açucena:

Ele puxava coisas lá de quando ele me conheceu, ele justificava os erros dele dizendo que a culpada era eu, é...eu estava pagando por erros meus, que ele estava sendo o instrumento usado, né, para mim pagar pelos meus erros, que ele não tinha culpa de tá errando, a culpa era minha [...] (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

O termo “culpa” é citado repetidas vezes pela participante, representando uma transferência de reponsabilidade, na qual o homem atribui à mulher a culpa pelos seus atos opressores. Essa narrativa é reforçada por meio da expressão “instrumento usado”, em que o agressor se apresenta com papel passivo, retirando de si a função de agente dos seus erros.

Cima (2018, p. 42) assevera que violência psicológica é tida como “a mais perversa entre os tipos de violência doméstica”, acarretando às vítimas consequências drásticas:

Suas vítimas, em geral, convivem com o isolamento social e o silêncio impostos por mecanismos psicológicos de defesa diante da fragilidade e impotência ocasionadas pelo abuso de força física e psicológica praticadas pelo parceiro. Por consequência disso, para essas mulheres, o pior não é a violência em si, mas a tortura mental, o medo e o terror sofridos através de palavras e atos, que aniquilam a sua autoestima, deixando-a com cicatrizes na alma difíceis de serem apagadas (Cima, 2018, p. 42).

Com isso, comungo do pensamento de Saffioti (2004, p. 67): “Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral”. As experiências de Dália, Açucena e Violeta demonstram essa associação entre as violências psicológica e moral. Logo, as análises conduzidas neste tópico assinalam que as violências psicológica e moral são sustentadas por estratégias discursivas que envolvem insultos, humilhações, intimidação, culpabilização e manipulação, que desestabilizam as vítimas e as mantêm no ciclo violento.

Pautado em uma análise discursiva pelo viés da ACD, Fairclough (2001) expõe que as ideologias pertencentes a um discurso contribuem para conscientizar as pessoas de que nem todo senso comum é natural, mas sim naturalizado por tradições e convenções sociais que, normalmente, perpetuam relações assimétricas de poder. Nessa mesma perspectiva, na ótica do Realismo Crítico, Bhaskar (1978) assevera que, apesar da consciência dos atores sociais em como mudar a realidade social, os mecanismos – estereótipos, preconceito e discriminações – agem independentemente dos agentes causais (seres humanos). E, assim, eventos como a desigualdade de gênero acontecem. Porém, é a partir dessa consciência que, enquanto sujeitos sociais, dotados de uma ótica crítica, podemos construir mecanismos que efetivamente vão constituir mudanças sociais.

Dando continuidade, passo, agora, a discutir sobre os episódios de violência sexual vividos pelas mulheres entrevistadas em seus casamentos.

4.3.2 Violência sexual: a posse e a invasão ao corpo da mulher

A violência sexual no contexto conjugal ainda se configura como um tema de grande complexidade para as vítimas. Durante a abordagem aos tipos de violências, as entrevistadas relataram sobre violência física, psicológica, moral e patrimonial, mas não mencionaram, de maneira espontânea, a violência sexual. Diante disso, tornou-se necessário esclarecer que tal violência não se restringe, isoladamente, a atos praticados por desconhecidos, mediante uso de força física e agressão, podendo também ocorrer nas relações conjugais, muitas vezes de maneira velada. Após essa explicitação, questionei às entrevistadas se conseguiam identificar episódios de violência sexual em seus relacionamentos.

Diante do questionamento, Violeta discorre sobre os momentos em que considera ter sofrido abuso sexual do então marido. Durante a entrevista, ela mencionou que o marido sempre saía de casa à noite para beber em bares e ir para festas; então, os episódios de forçar a relação sexual aconteciam, majoritariamente, no retorno para casa, após as saídas noturnas.

Aconteceu, chegou a acontecer. Nossa! Às vezes ele queria tipo né, ter relação a força, a gente lutava, lutava, eu lutava para...tipo assim eu não queria, né, eu não sentia vontade de fazer com uma pessoa que está fazendo errado comigo, como é que eu vou querer, sabe?! ... Aí aconteceu várias vezes que eu tive que ficar, tipo assim, ficou e

pronto, pra ele fica tranquilo e não ficar...me sabe?! Aconteceu muitas vezes (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

No excerto acima, o processo material “lutava, lutava, lutava” (“ter relação a força” - denota um confronto físico) seguida da expressão “eu não queria” assinala a negativa de Violeta em relação ao ato sexual. Ela afirma não ter o desejo de se relacionar sexualmente com o marido em decorrência das atitudes do companheiro que apontam para outros tipos de violência: “*eu não sentia vontade de fazer com uma pessoa que está fazendo errado comigo*”. A participante relata que, em determinadas situações, consentia a relação sexual apenas para que o parceiro permanecesse “tranquilo”, renunciando às próprias vontades em favor das dele, evidenciando o abuso sexual sofrido que, inclusive, foi praticado cotidianamente marcada pelo termo circunstancial: “*Aconteceu muitas vezes*”.

No excerto abaixo, Violeta ratifica esse discurso de uma forma mais enfática:

Fazia uma força, brigava, pelejava pra não fazer, só que depois eu acabava cedendo só para tipo assim, fez e pronto, para ele me deixar quieta, entendeu?! Nossa! Era muito ruim. Tipo só para fazer...só para pronto, pra ele ficar quieto...Então, é uma violência, um abuso, porque eu não queria, está fazendo em cima da minha...entendeu?! Tipo obrigada, não é porque eu queria, só que daí eu acabava cedendo só para ele me deixar em paz. Às vezes, vamos supor, ele chegava era meia-noite, era 03 horas da madrugada e eu estava lutando para ele me deixar, forçando mesmo, de...de empurrava, sai pra lá, me deixa quieta, entendeu?! (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Na continuação do relato de Violeta, temos a construção de uma oposição discursiva. A negativa da mulher em relação ao ato sexual é explicitada por meio da expressão “*Fazia uma força, brigava, pelejava para não fazer*”, chegando a exemplificar o quanto resistia: “[...] *ele chegava era meia-noite, era 03 horas da madrugada e eu estava lutando para ele me deixar*”, no entanto, na sequência, cedia à pressão do marido: “*acabava cedendo...para ele me deixar quieta*”, o que revela que a relação ocorria em razão da insistência dele. Nesse caso, o ato de ceder é representado por ela como uma alternativa que tranquiliza o abusador, como apontado no excerto anterior, e, momentaneamente, ela obtém a quietude.

É importante ressaltar que Violeta nomeia os episódios sofridos como uma violência: “*Então, é uma violência, um abuso, porque eu não queria*”, tendo ciência dos abusos e, ainda assim, permitindo a violação para que pudesse ter paz: “*eu acabava cedendo para ele me deixar em paz*”. Todavia, os marcadores de oralidade

usados com frequência - “tipo, sabe!?” -, bem como as pausas em suas falas demonstram a dificuldade em narrar os fatos e se colocar no lugar de vítima de abuso sexual cometido pelo próprio esposo. Ao finalizar seus relatos, mesmo já tendo a confirmação da violência sexual sofrida por ela, pergunto se, em alguma ocasião, o ato sexual foi imposto mediante força física e ela responde de forma breve: “*Sim, força física*”. a resposta curta e assertiva, seguida de silêncio, torna a violência tão evidente que não necessita de justificativas e detalhamento.

Diante dos relatos de Violeta, pergunto a Açucena se ela gostaria de nos acrescentar algo e ela pondera:

Então, quando a gente discutia, eu não queria nada, mas é... Sempre ele vinha e ganhava pela insistência, né, não porque eu queria, ele começava a insistir. Eu até trancava a perna, cruzava os pés e ele forçava, sabe?! Ele ia arrancando a roupa, a gente não entende, como está junto ali, que é um abuso, né, mas é um abuso, né, porque a gente não quer, mas acaba cedendo por causa da insistência dele, né. Quando você vê, aconteceu, mas não era coisa que eu queria. Aí ele fala isso: é sua obrigação, eu sou seu marido, ele falava isso (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Novamente a vontade da mulher é desconsiderada - “[...] *não porque eu queria, ele começava a insistir*” - e a resistência de Açucena é explicitada pelo uso de sua força em tentar evitar a relação: “*Eu até trancava a perna, cruzava os pés e ele forçava*”. A preposição “até”, nesse caso, sinaliza ser a última alternativa a que ela recorreu, como se Açucena quisesse enfatizar que sua recusa foi verdadeira e exigiu, além da linguagem verbal, também o uso da força, mas acabava sendo vencida: “*Ele ia arrancando a roupa*”. No excerto em que afirma “[...] *a gente não entende, como está junto ali, que é um abuso, né, mas é um abuso*”, a entrevistada evidencia que, naquele momento, não reconhecia tais práticas como violência sexual. A consciência de que se tratava de abuso é futura, construída a partir da separação do marido. Isso demonstra que estar no ciclo da violência afeta a percepção imediata dos fatos, dificultando o reconhecimento do caráter abusivo que foi vítima.

Em uma análise discursiva ancorada nos preceitos da ACD, o ato de ceder apontado por Violeta e Açucena ressoa não como um consentimento, mas uma estratégia de sobrevivência diante da coerção sexual imposta a elas. Nesse sentido, o discurso é constituído entre resistência e submissão, de modo que a permissão da mulher ao sexo forçado é significada como apaziguadora dos conflitos, anulando a autonomia feminina e reforçando o mecanismo de poder do homem.

Assim, os excertos evidenciam que o corpo da mulher é significado pelo homem como sinônimo de posse e obrigação em satisfazer seus desejos sexuais. Açucena discorre sobre o que o marido dizia a ela nos momentos em que se negava a ter relação sexual com ele: “[...] *é sua obrigação, eu sou seu marido*”. Ouvindo o relato, Violeta acrescenta o que também escutava: “*Você é a minha mulher, você tem que me agradar*”. Essa ideia alude para a lógica patriarcal que legitima a posse do homem sobre o corpo feminino, reforçada nos excertos pelos pronomes possessivos “seu” e “minha” em “...sou seu marido...” e “...você é minha mulher...”, onde o sexo é um dever conjugal e o homem adquire esse direito ao se casar.

Como ressalta (Fairclough, 2001, p. 94), o discurso deve ser compreendido como:

[...] prática política e não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta pelo poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos que articulam são foco de luta.

Assim, os relatos de Violeta e Açucena refletem a reprodução de normas sociais e discursivas que legitimam e solidificam a desigualdade de gênero dentro do cenário conjugal.

Corroborando os fatos até aqui apresentados, passamos a abordar os relatos de Acácia sobre suas experiências concernentes à vida sexual em seu relacionamento. Acácia participou da entrevista juntamente com Dália e, do mesmo modo, foi preciso eu instigar a reflexão acerca da violência sexual nas relações conjugais. Apesar de não tomar a iniciativa de falar sobre os fatos, ao ser questionada, Acácia abordou sobre a temática de uma maneira bastante segura. Em seu relato, começa a contar sobre o dia em que optou por ligar para a polícia e pedir a separação. Menciona que estava com uma infecção urinária muito forte, que a deixou de cama, e o marido, após o consumo de álcool e drogas, começou a tentar o ato sexual: “*Ele queria me obrigar a ter relação com ele*”. Ela argumentava que não podia, pois estava doente, com dor, e ele passou a exhibir a genitália enquanto ela estava no banheiro “*[...] ele tirou a parte íntima para fora e ficava mostrando para mim, eu sentia nojo e ao mesmo tempo medo...*”. Continua argumentando que, em algumas situações, era obrigada a ter relação sexual com o marido e, quando pergunto se houve, em algum momento, uso da força física, ela responde:

Teve o uso da força sim. Eu falava: não, eu não quero, teve, teve sim. Então ele, tinha vez que ia dormir, eu cruzava as pernas e ele descruzava as minhas pernas para ter relação comigo. E era onde eu tinha que ceder, senão eu me machucava... (Acácia. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

A ênfase no processo material “ter” seguido da circunstância de afirmação “sim”, presente em enunciados como “*Teve o uso da força sim*” e “*teve, teve sim*”, revela um discurso de reafirmação. A repetição é utilizada pela entrevistada para garantir que fosse ouvida e acreditada, diante do silenciamento que historicamente nos é imposto. De modo bastante similar às falas de Violeta e Açucena, Acácia relata sobre o ato de cruzar as pernas como estratégia de fuga do abuso e de ceder à insistência do abusador.

Ainda sobre os abusos sofridos, Acácia acrescenta que, em determinado momento do casamento, se sentiu coagida a praticar sexo anal para satisfazer os desejos do esposo: “*Quando eu fiz, eu fiz pela vontade dele, não pela minha vontade*” e, com isso, acabou prejudicando sua saúde, pois adquiriu uma hemorroida que precisou de tratamentos e internações constantes:

Acabei tendo relação anal por causa desses motivos dele virar a cara, achar que eu não sou capaz, você não é capaz para mim, acabei fazendo o que não queria, acabei prejudicando a minha saúde e ficaram essas sequelas que, quando eu comecei a descontar tudo na bebida, eu esquecia tudo a base da bebida (Acácia. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

A coerção se manifesta quando o marido, ao ser contrariado, adotava o silêncio como forma de punição - “[...] *virar a cara*” - e recorre a discursos desqualificadores, como ao afirmar que a recusa tornava Acácia uma mulher insuficiente: “*você não é capaz para mim...*”. Nesses episódios, observa-se novamente o consentimento como estratégia de submissão, mesmo que essa decisão lhe cause danos; no caso de Acácia, além do problema físico de saúde, provocou-lhe problemas emocionais que a levaram a utilizar a bebida como refúgio e, assim, agravar seu vício em álcool, como citado anteriormente.

Ao ouvir os relatos de Acácia, Dália permanece em silêncio e pergunto a ela se gostaria de dizer algo sobre a violência sexual em sua relação. O silêncio permanece e acrescento que ela só precisava relatar se estivesse confortável. Ela começa enfatizando que foram vários episódios. Não podia dormir primeiro que o esposo, senão acordava ‘naquela situação’. Relata os episódios em que também foi ignorada

por ele, quando tentava impor sua vontade e dizia não para a relação sexual, mas não abordou os fatos de forma explícita. Próximo a finalizar a entrevista, ela pondera que, desde a separação, podia contar as vezes que precisou tomar remédio para a depressão, que ela associa ter sido desencadeada pelos abusos sexuais frequentes: *“Porque eu acredito que a minha depressão era o medo de dormir, começou por aí, o medo de dormir e acordar naquela situação”*. Nesse momento, pergunto a ela a que situação se referia, e ela diz:

Ele me despia por conta própria, e ele utilizava a parte íntima para colocar na minha boca, ou para bater no meu rosto para eu poder acordar. Eu vou falar bem o português, né, era isso que ele fazia. Ele adora fazer isso, tanto é que muitas vezes eu ia para o quarto e ele permanecia na sala, ele não vinha. Então... (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

Todo o excerto é constituído por expressões que afirmam a violência sexual pautada na humilhação e no constrangimento impostos a Dália, em que as ações do homem, indicadas pelo uso dos processos materiais “despia”, “utilizava”, “colocar”, “bater”, indicam seu papel de sujeito ativo, participante Ator “ele”, e a mulher como sujeito passivo, participante Meta, conforme o uso de pronomes em primeira pessoa “me, minha, meu”. Embora não especificado o uso de violência explícita, o relato de Dália exemplifica o poder do homem sobre seu corpo, por meio de mecanismos sutis de sujeição, tornando-se um meio de controle permanente.

Para Foucault (1979, p. 183), o “poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede”. Com isso, a ação do abusador, ao utilizar a parte íntima para humilhar e constranger, sugere um processo contínuo, no qual o corpo da mulher é tomado como objeto de poder e manipulação. Assim, os relatos de Dália ilustram a concepção de Foucault (1979) de que o poder é exercido não somente no momento da violência, mas opera em gestos cotidianos, como despir a mulher no momento em que dorme, deixando-a em um estado permanente de vigilância e medo.

Assim, finalizo esse tópico com a reflexão sobre como a violência sexual marital foi representada discursivamente pelas mulheres entrevistadas e como o poder sobre o corpo feminino é atravessado por mecanismos de sujeição e controle. Nos relatos de Violeta, o corpo se torna espaço de luta; mesmo resistindo aos atos sexuais forçados, acaba cedendo. Em Açucena, o poder é instaurado não somente pelo uso da força, mas também do discurso normativo do sexo como dever conjugal. Em

Acácia, a violência sexual é acompanhada da violência psicológica, atribuindo-lhe o adjetivo de incapaz, o que repercute problemas de saúde física e psicológica. Por fim, em Dália, o poder é exercido sobre humilhação e constrangimento que invadem até o seu direito de ter um sono tranquilo.

Nessa perspectiva, analisar discursivamente esses relatos não se resume apenas a compreender as origens da violência, mas, como defende Bhaskar (2003), adotar uma postura crítica para transformar o conhecimento em emancipação, no intuito de colaborar para mudanças sociais que rompam com as ideias de dominação, usurpação e controle sobre os corpos femininos.

Dando sequência nas análises acerca das violências sofridas pelas participantes desta pesquisa, abordo, a seguir, os relatos que mencionam também a prática de violência patrimonial cometida pelos agressores.

4.3.3 Violência patrimonial: violação de bens como forma de dominação

Neste tópico, apresento os episódios narrados pelas mulheres que configuram violência patrimonial. Embora não seja protagonista quando se trata de violência doméstica, a violência patrimonial não deixa de acontecer e nem é menos nociva do que os outros tipos de violência, provocando prejuízos à vítima tanto quanto as outras formas. Assim, apesar de os relatos das entrevistadas não serem muitos em relação a esse tipo de violência, é importante citá-los, uma vez que, no contexto da violência doméstica, as diferentes formas de agressão se entrecruzam. Como destacam Andrade e Barranqueira (2024, p. 25), “dentro do ciclo de violência, a violência patrimonial pode surgir previamente ou em conjunto com os demais tipos de violência”.

Nessa perspectiva, os relatos de Íris explanam bem essa dimensão da violência; em sua narrativa, foi possível identificar duas situações referentes à violência patrimonial, ambas relacionadas à decisão de romper o relacionamento e aconteceram após episódios de agressões físicas graves. Após ter sido agredida fisicamente e pedir a separação ao ex-companheiro, que não aceita o fim do relacionamento, Íris foi passar o fim de semana na casa do pai: *“Quando eu cheguei na casa do meu pai, ele me mandou uma foto com as minhas roupas todas jogadas na área, falando que era para eu ir buscar meus trapos senão ele ia jogar na rua”* (Iris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Os processos materiais explicitados nesse excerto (mandou, jogar, ir buscar) evidenciam a imposição e ameaça do homem sobre a mulher, exercendo seu papel de chefe da casa. Linguisticamente, a conjunção condicional “senão” é utilizada como meio de repressão: se não obedecer, sofrerá consequências; a ameaça de jogar os objetos faz menção ao espaço público como meio de comprovar à sociedade seu papel de superioridade. Além disso, o uso do substantivo pejorativo “trapos”, em referência às suas roupas, reforça a desvalorização da mulher e a coloca em um lugar de inferioridade. No tocante a isso, é relevante lembrar que, na seção anterior, foi discutido sobre o fato de o marido não concordar com que Íris trabalhasse e também não adquirir para ela acessórios básicos como roupas, por exemplo, que eram todas doadas por terceiros.

O outro fato relatado por Íris aconteceu quando ela fez a medida protetiva contra o marido e, diante da negativa em sair da casa onde moravam, teve o celular quebrado durante um episódio que resultou em uma outra agressão física: *“ele foi para o quarto, tentou pegar meu celular e quebrar, até quebrou, mas não chegou a estragar...”*. A conjunção adversativa “mas” sugere um alívio por não ter estragado, de fato, o telefone celular, mesmo o dano patrimonial tendo ficado evidente.

Esse aspecto também está presente no relato de Violeta, que teve o aparelho violado ao tentar chamar a polícia, devido à quebra da medida protetiva do ex-parceiro: *“[...] o meu telefone ele quebrou. Porque eu estava chamando a polícia porque ele estava se aproximando de mim”*. Aqui, a conjunção explicativa “porque” aponta para a intencionalidade do agressor em causar o dano; portanto, não foi por acaso, mas um ato de silenciamento.

Já no relato de Acácia, a violência patrimonial é apresentada pela ótica do controle financeiro, uma vez que o agressor tinha acesso ao dinheiro da vítima:

E quando acordava e não tinha bebida, era agressividade. Ele ficava pedindo dinheiro. Quando eu recebia, ele ficava um amor de pessoa comigo. Teve uma vez que ele quase rasgou a minha roupa para poder pegar dinheiro de mim (Acácia. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

Inicialmente, o termo circunstancial “quando” atua como marcador temporal e sinaliza que os episódios eram recorrentes e associados ao uso do dinheiro de Acácia para sustentar o vício em álcool. Na expressão *“Teve uma vez que ele quase rasgou*

a minha roupa para poder pegar dinheiro de mim”, percebe-se a associação entre a violência patrimonial e física.

Embasando o tópico ao Realismo Crítico, percebe-se que a violência patrimonial não é isolada, nem somente apenas material, atuando como mecanismo para fragilizar a mulher e reduzir sua independência e autonomia. Em Íris, a violência se apresenta por meio de humilhação e controle. Em Violeta, mediante tentativa de silenciamento e, em Acácia, associa-se à exploração econômica para sustento do vício.

Dessa forma, ao concluir este tópico, fica evidente que a violência patrimonial está interligada a outros tipos de violência e vai além da destruição de bens materiais, sendo considerada também uma prática discursiva de controle e desvalorização. A partir da ACD, a violência está associada à prática ideológicas em que o controle patrimonial atua como estratégia de sujeição da mulher e dominação do homem em uma sociedade que insiste em exercer o patriarcalismo. A esse respeito, Andrade e Barranquera (2024, p. 25) ponderam que “o controle patrimonial explicita a busca de dominação, pois, por meio de destruição, dilapidação ou controle dos bens e do capital da mulher, o homem demonstra possuir controle e dominação sobre a vida dela”.

No tópico a seguir, demonstro como a sucessão das violências psicológica, moral, sexual e patrimonial acabam, de forma cíclica, resultando também em violências físicas.

4.3.4 Violência física: a concretização visível da violência

Encerrando esta seção, apresento os excertos que abordam a violência física relatada pelas mulheres entrevistadas. Na maioria dos casos, as agressões físicas foram o estopim para que solicitassem a medida protetiva, fator que me direcionou até elas e o consequente convite para contribuírem com esta pesquisa.

Ao se tratar de violência doméstica, a violência física ganha maior visibilidade socialmente. Em primeiro lugar, por ser o tipo mais frequentemente abordado em estudos científicos e pesquisas sociais e, em segundo lugar, pelo fato de as vítimas efetivarem as denúncias dos abusos quando as agressões se tornam visíveis. Considerando essas observações, a escolha em deixar esse tipo de violência como último tópico da seção se deve ao fato de intencionar demonstrar como as demais

violências acabam sendo mascaradas pela violência física e com o intuito de evidenciar o caráter gradual do fenômeno.

Na maioria dos casos, antes que a violência física se concretize, a vítima já vivenciou, ainda que de forma inconsciente, violências de natureza psicológica, moral, sexual e patrimonial, as quais foram discutidas nos tópicos anteriores. Conforme destacam Silva, Coelho e Caponi (2007, p. 7), “o autor de violência, em suas primeiras manifestações, não lança mão de agressões físicas, mas parte para o cerceamento da liberdade individual da vítima, avançando para o constrangimento e humilhação”.

Dito isso, dou início às análises por meio do excerto de Dália, que discorre sobre ameaça por arma branca a que foi submetida após dizer ao marido que o relacionamento tinha acabado; ele estava em uma outra cidade a trabalho e, nesse tempo, ela decidiu pedir a separação e fez isso mediante ligação telefônica:

Um certo dia, eu de noite em casa fui lavar as minhas mãos na cozinha, olhei e ele estava escondido lá, como já era de rotina ele se escondeu para me olhar, estava escondido no fundo do quintal, com um canivete na mão (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

O excerto evidencia a ameaça do uso do canivete pelo agressor; o fato de estar escondido e vigilante sinaliza a intenção do ato premeditado: “[...] *estava escondido no fundo do quintal*”. Importante lembrar ao leitor que estar escondido em constante monitoramento era ato rotineiro do esposo de Dália, conforme já citado e discutido na seção II deste capítulo. Na situação descrita, mesmo que não tenha acontecido o contato corporal entre ambos, devido a Dália ter ligado para a polícia e evitado uma cena ainda mais trágica, o episódio é classificado como violência física, por colocar em risco a integridade da vítima.

Ao analisar a violência física sofrida por Violeta, selecionei dois excertos para a discussão:

1) Depois que eu ganhei a minha filha, eu fiquei grávida e tal, a gente foi morar junto, ele não me batia, não me agredia verbal, nem físico, mas ele saía para festa, me deixava em casa, tudo isso.

2) Foi...duas vezes. Na última, foi onde eu botei a protetiva. A gente começou a discutir, né, aí ele me falou uma palavra, aí eu dei tapa nele, na boca. Aí ele me chutou aqui nessa perna. Não foi assim de espancar não (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

O excerto 1 evidencia que a violência doméstica é um processo progressivo. Violeta menciona que, no início da relação, as agressões verbais e físicas ainda não aconteciam. Essa negativa é explicitada por meio da circunstância de negação “não”: *“não me batia...não me agredia verbal”*, todavia, ela faz uso de uma conjunção opositiva “mas”, para deixar evidente que já existia uma desigualdade na relação, tendo em vista que o esposo saía sozinho para festas enquanto ela fazia seu papel doméstico em casa.

Com o passar do tempo, os atos de sair só e não cumprir com as responsabilidades de pai/marido, como pagamento de contas da casa, foram questionados por Violeta, ação da qual resultaram, rotineiramente, as agressões psicológicas, morais, sexuais, patrimoniais já relatadas, progredindo, assim, para a violência física, conforme disposto no excerto 2.

Violeta se coloca também como sujeito agente da narrativa: *“A gente começou a discutir, né, aí ele me falou uma palavra, aí eu dei tapa nele, na boca”*; apesar da palavra dita pelo marido não ter sido explicitada, é plausível lembrar dos termos depreciativos e ofensivos com que o marido se referia a Violeta. Então, sua reação em dar o tapa pode ter sido motivada por uma ofensa, o que finalizou em agressão física também contra ela, fato, inclusive, que motivou a solicitação da medida protetiva.

Para finalizar sua fala, Violeta relata: *“Não foi assim de espancar não”*, recorrendo a um discurso que, socialmente, atenua e minimiza atos pontuais de violência, naturalizando-os nas relações conjugais. A escolha discursiva da entrevistada sugere que apenas agressões de grande intensidade devem ser consideradas violência física. Além disso, a expressão também denota uma narrativa de reciprocidade, como se o chute fosse um ato isolado no relacionamento e somente aconteceu como reação ao tapa desferido por ela.

Assim como Violeta, Açucena também relata sobre a ausência de ações físicas violentas, mas pondera que as ameaças estavam se intensificando:

É... E eu tinha esse medo, né, aí tipo, o meu ex-marido ele não me agredia fisicamente, não agredia, mas ameaçava. Ultimamente, ele estava demais, ele ficava assim segurando a mão assim, sabe?! Tipo assim, segurando para não me dar porrada e falava assim: se eu der uma porrada em você, você não aguenta, eu desmaio você, sabe?! Ele chegava na minha testa, encostava a mão assim, chega me empurrava, e vinha pra cima como se fosse me dar um murro, né, só que daí ele chegava, encostava a mão na minha testa e empurrava

ameaçando de me dar murro (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

No caso de Açucena, a violência física é representada discursivamente por intermédio das ameaças por ela relatadas. Seu relato aponta para uma encenação de como a ameaça era feita, como sugestão ao soco: *“ele ficava assim segurando a mão assim...”*, além de o agressor simular o ato por meio do contato físico: *“...encostava a mão na minha testa e empurrava ameaçando de me dar murro”*, utilizando o léxico discursivo “assim” com o intuito de criar uma imagem alusiva tanto para ela quanto para mim, sua interlocutora. No excerto, os processos materiais e verbal “segurando”, “encostava”, “empurrava”, “ameaçando” (uma forma de comunicação, embora com intenção negativa), bem como a expressão condicional *“se eu der uma porrada em você, você não aguenta, eu desmaio você”* remetem a um discurso de masculinidade opressiva e agressiva, levando-nos, mais uma vez, ao discurso patriarcal de dominação. Nesse sentido, comungo da visão de Capelari (2005, p. 8): “A submissão da mulher na sociedade patriarcal sempre foi vista com naturalidade...”

Dando continuidade, passo a discorrer sobre as narrativas de Acácia, que sofreu o primeiro caso de violência física ainda no início da relação, durante uma discussão, devido ao vício do homem em álcool: *“[...] eu só sei que ele pegou e esfregou manteiga na minha cara...”*. O ato de esfregar manteiga no rosto de Acácia deve ser compreendido como um ato banal e que provoca humilhação. Contudo, cenas de abusos físicos mais contundentes são descritos por ela:

Ele começou a me agredir, tudo o que eu falava, ele vinha pra cima de mim, puxava meus cabelos, da última vez ele puxou o meu cabelo, arrancou meu cabelo, puxou o meu pescoço, eu achava que ia deslocar (Acácia. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

Nesse excerto, Acácia evidencia a violência ao utilizar o processo material “agredir” e expressões como “vinha pra cima de mim” e “puxava meus cabelos”. Outro ponto relevante é o fato dos processos materiais “vinha” e “puxava” estarem conjugadas no pretérito perfeito, indicando que as ações eram contínuas e habituais. O cenário apresentado por Acácia corrobora o que diz Soares (2005, p. 13):

Ainda na sua forma típica, a violência doméstica contra a mulher envolve atos repetitivos, que vão se agravando, em frequência e intensidade, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressões físicas e sexuais variadas.

Os excertos seguintes se referem aos casos de agressões físicas que Íris experienciou. Ao contrário de Dália, Açucena e Acácia, em que a violência aconteceu por episódios de ameaças e/ou por agressões mais contidas, Íris vivenciou momentos de violência extrema. Em seus relatos, Íris mencionou as diversas traições às quais foi submetida em seu casamento. O fato que ocasionou a primeira agressão física foi devido a ela ter olhado o telefone do agressor e ter descoberto mais uma traição, somada a tantas outras já perdoadas. Diante disso, ao questionar sobre a traição - “[...] eu falando para ele porque ele tinha feito aquilo comigo...” - foi agredida de forma violenta:

Ele pegou e me bateu, me agrediu, deixou a minha cara toda roxa, meu pescoço, meus braços, minha perna, tudo, eu fiquei, literalmente, cheia de hematomas. Simplesmente deitei no outro quarto e dormi, não contei para ninguém o que tinha acontecido (Iris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

A fala de Íris é composta por uma sequência discursiva que aponta para um espancamento físico evidente, comprovado pela escolha dos processos materiais “bater e agredir”, resultando em marcas visíveis “hematomas”. O corpo feminino é representado no relato de Íris como espaço de violência quando ela opta pelo pronome indefinido “tudo” para fazer referências às partes do corpo que ficaram marcadas. Na sequência, ela narra que deitou, dormiu e não contou para ninguém.

Soares e Gomes (2018) concordam que, geralmente, diante de uma ameaça, a reação de um indivíduo deveria ser a evitação, contudo, no contexto conjugal observa-se a repetição cíclica de ocorrência de violência contra a mulher. Logo, em situações como a de Íris, muitas mulheres se colocam em um estado de silenciamento e isolamento após serem vítimas de violências, retraem-se em virtude de uma naturalização social imposta historicamente acerca da desigualdade de gênero e da submissão da mulher perante ao homem.

O outro fato de agressão física contra Íris aconteceu por ela dizer que não queria mais se relacionar com o agressor e se negar a sair de casa, pois não tinha para onde ir com os filhos. Inconformado com o término, o episódio que se segue aborda uma narrativa com ameaça de morte evidente:

[...] ele pegou aquele bastão e veio para cima de mim, me bateu com aquele bastão, deu soco na minha cara, bateu no meu braço com aquele bastão, falou literalmente que ele ia me matar (Iris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Novamente o processo material “bater” é usado para caracterizar a violência; a palavra “literalmente” atua como mecanismo legitimador de ameaça, apontando para o discurso do feminicídio: “[...] *falou literalmente que ia me matar*”. Essa ameaça é corroborada pelo agressor quando, após agredir Íris, foge e liga para a mãe dela: “[...] *você tira a sua filha de dentro de casa, senão eu vou dar um tiro na cara dela*”. Percebe-se, portanto, a progressão da violência física na história de Íris, que poderia ter tido um desfecho drástico, sendo ela mais uma das milhares de vítimas de feminicídio no país.

Dizer não aos relacionamentos abusivos e a decisão em romper com o ciclo violento são as principais causas dos feminicídios práticos contra mulheres na atualidade. Sobre essa questão, Safiotti (2011, p. 54) menciona que “qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade”.

Articuladas à essa abordagem, Resende e Ramalho (2004) apontam para o principal objetivo das pesquisas alicerçadas na ACD, que é seu caráter emancipatório, considerando que, “por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas” (Resende; Ramalho, 2004, p. 2). No caso de minha pesquisa, a estrutura de dominação se caracteriza como o patriarcado por meio da opressão em desfavor das mulheres.

Nessa perspectiva, Safiotti (2011) afirma que os comportamentos agressivos dos homens emergem quando as relações conjugais são rompidas por iniciativa das mulheres, revelando a persistência de padrões patriarcais que reforçam a dominação masculina. Corroborando esse pensamento, Bhaskar (1998) acentua que a emancipação é possível não apenas pelo entendimento da vítima acerca da relação opressora, mas pela mudança de padrões socialmente estabelecidos e pela busca pela efetiva renovação das práticas sociais, uma vez que “[...] a emancipação não pode ser alcançada apenas pela mudança da consciência, mas deve acontecer na prática” (Bhaskar, 1998, p. 462).

Neste tópico, tratei sobre como cada mulher entrevistada apresenta a violência física vivenciada. Dália representou a violência como ameaçadora e velada. Para Açucena, a violência se manifestou por meio de ameaças simuladas, mas sem concretização. Violeta, por sua vez, representa a violência como ato pontual e isolado,

que aconteceu em resposta a um ato “errado” por parte dela. Para Acácia, os fatos sugerem humilhação e efetivação da violência física repetida. Por fim, para Íris, a violência se manifesta em seu grau mais intenso, com risco de morte.

Na seção seguinte, discuto sobre os fatores que contribuem para a permanência de mulheres vítimas de violência doméstica em relações abusivas, caminhando, assim, para atingir o objetivo de pesquisa proposto por esta tese.

4.4 FATORES DISCURSIVOS E SOCIAIS QUE SUSTENTAM A PERMANÊNCIA NA RELAÇÃO

Nas seções anteriores, discuto sobre como o fenômeno da violência foi experienciado por Íris, Violeta, Dália, Acácia e Açucena. Os excertos analisados, até então, discorreram acerca da representação discursiva das entrevistadas em relação às suas percepções sobre os acontecimentos vividos no relacionamento conjugal. Foram tecidas discussões analíticas que versam a respeito de como a violência indireta esteve presente na infância das participantes, a interdiscursividade relacionada aos discursos sociais e familiares sobre o casamento enquanto fator de aceitabilidade social. Os enunciados também evidenciam as interpretações das mulheres sobre as estratégias de controle, isolamento, dependência, culpabilização exercidas pelos agressores, a forma como os representam e, por fim, as tipologias de violências que relataram terem sido vítimas.

Essas discussões são cruciais para a seção seguinte, uma vez que contempla o principal objetivo dessa tese: analisar os discursos de mulheres em situação de violência doméstica e relacionamentos abusivos, de modo a compreender os mecanismos ideológicos e hegemônicos que atravessam tais narrativas e as mantém no ciclo da violência. Dessa maneira, as análises que seguem relacionam-se aos fatores que contribuem para a permanência das vítimas em relações abusivas e violentas.

4.4.1 Dependência financeira: o discurso patriarcal e ideológico da mulher submissa e dependente

Em dado momento da entrevista, foi abordado com as mulheres a compreensão que possuíam acerca de relações abusivas e se, ao longo do relacionamento, identificaram elementos que configuravam o casamento como

opressor. Tal questão havia sido anteriormente problematizada na seção três da análise, a qual se dedicou a discutir tanto o entendimento atribuído ao termo quanto os eventos do relacionamento por elas reconhecidos como abusivos. Dália menciona sobre ter ciência da opressão e cita os episódios de controle impostos a ela pelo ex-marido: o trabalho, as roupas, o celular, a filha.

Todavia, ao tentar romper com o ciclo *“Eu sempre falando que uma hora ou outra eu ia acabar saindo daquela relação”*, o agressor munia-se de discursos que remetiam à dependência financeira de Dália a ele e a questionava por meio de indagações que a deixavam sem perspectiva de saída *“Vai morar onde? Na casa dos seus pais? Vai voltar para lá? Você não tem emprego”*. Relembro ao leitor que, antes de se relacionar com o ex-marido, Dália era uma mulher independente, morava sozinha com a filha, trabalhava, sustentava o lar, mas teve sua agência apagada pelos mecanismos de controle e dominação inseridos gradualmente em sua vida.

Ela então relata os motivos que corroboravam para que continuasse refém da relação:

Eu tinha essa ciência, mas é aquela: é o medo, é a família, é o filho que eu tenho para criar, é a outra, e ele sempre deixava bem claro: você vai passar fome, você vai ficar sem casa porque a casa é minha, você vai ficar sem meu filho porque deixar ele passar fome eu não vou, vou tirar ele de você, ele sempre argumentava assim (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

O excerto é constituído por uma enumeração de fatores “o medo, a família, os filhos”, mas todos sustentados pela dependência financeira que sujeita a sobrevivência da mulher ao homem provedor da família. A expressão “ele deixava bem claro” indica uma ameaça de forma autoritária, intensificada pela circunstância de modo “bem”, sendo enunciada com intenção intimidatória “[...] *você vai passar fome...você vai ficar sem casa...você vai ficar sem meu filho...*”. Os argumentos utilizados pelo agressor têm a finalidade de criar em Dália um cenário inevitável “a fome, a falta de moradia, a possibilidade de ficar sem o filho”, com o intento de dificultar o rompimento. O relato de Dália, é sustentado teoricamente pelo pensamento de Abreu (2015, p. 50) ao afirmar que “O fator de dependência econômica estabelece uma relação de subordinação da mulher em detrimento ao homem. Atrelado ao medo, esse fator inibe as vítimas de denunciar e romper a violência”.

Na vivência de Íris a história se repete. Ela também cita que as estratégias de coerção utilizadas pelo seu ex-marido eram as mesmas mencionadas na fala de Dália:

[...] que eu ia passar fome, que ninguém ia me querer, que eu não ia ter um lar porque a minha família não era presente, eu não tinha a casa da minha mãe e nem do meu pai para eu poder ir, que ele iria tirar meus filhos de mim, aquilo eu ia colocando na cabeça, eu sempre mantive naquele relacionamento por conta disso (Íris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

Volto a lembrá-los que Ísis sofreu abandono familiar desde a infância. Diante disso, o marido utiliza a ausência de rede de apoio como um dos elementos coercitivos “*[...] eu não tinha a casa da minha mãe e nem do meu pai para eu poder ir*” associando também à dependência financeira “*[...] que eu ia passa fome...*”, à desvalorização da autoestima “*[...] que ninguém ia me querer...*” e ao medo de ficar sem os filhos “*[...] que ele iria tirar meus filhos de mim...*”. Assim, a sequência cumulativa de justificativas pela permanência na relação é encadeada pelo uso repetido de conjunção “que”, sinalizando a internalização de Íris das falas do agressor, fator que opera como impeditivo para a ruptura “*[...] aquilo eu ia colocando na cabeça, eu sempre mantive naquele relacionamento por conta disso.*”

A expressão “ia colocando aquilo na cabeça” tem como participante o Experienciador “eu” (Íris) e como Fenômeno “as ameaças discursivas do agressor”, deixando evidente que mulheres vítimas de relações abusivas incorporam os discursos opressores de seus algozes, de maneira a considerar a concretização das ameaças, caso optem pela separação. Esse entendimento confirma a observação de Hirigoyen (2006, p. 124) “a mulher, muitas vezes, é anulada pelo seu parceiro agressor, e elas acabam introjetando tudo aquilo que ele diz sobre ela, o que abala completamente sua autoestima”.

Nessa perspectiva, temos a narrativa de Açucena que projeta as falas que escutava repetidamente:

E ele falava para mim sempre assim: eu fico pensando o que seria de você sem mim. Se você não tivesse me conhecido, você estava morando em Colorado ainda lá naquelas casinhas caindo aos pedaços, falava para mim desse jeito. (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em abril /2025).

O uso da circunstância de extensão “sempre” atua como marcador temporal e sugere discursos que eram repetidos com frequência para Açucena. Ao mencionar “A oração subordinada adverbial condicional “Se você não tivesse me conhecido” deixa evidente a representação que o agressor faz dele mesmo, colocando-se como responsável por tirar Açucena de uma vida precária, corroborada pela oração “[...] o

que seria de você sem mim.” A subordinação da vida da mulher ao homem, considerando que a sobrevivência feminina está inteiramente atrelada à masculinidade viril, denota um mecanismo estrutural ideológico que naturaliza a violência, de modo que a mulher é vista como objeto de posse e fique alienada às práticas de dominação, conforme pondera Safiotti (2011, p. 139) “A ideologia constitui um relevante elemento de reificação, de alienação, de coisificação”.

Nessa ótica, os relatos das participantes, sinalizam a dependência financeira como um dos fatores que contribuem para a permanência de mulheres vítimas de violência doméstica nos relacionamentos. Assim, o agressor detém o poder econômico em relação à vítima, passando a manipulá-la e coagi-la mediante a possibilidade de ruptura. Corroborando com essa ideia, Saffioti (1999, p. 87) discorre que “O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder.” Nessa perspectiva, o lugar de impotência da mulher é evidenciado nas falas dos agressores, fazendo com que Dália, Íris, Açucena e milhares de mulheres as internalizem, dificultando, dessa forma, a possibilidade de emancipação.

Dando continuidade, no tópico a seguir apresento como a dependência emocional também é fator determinante para a permanência em relacionamentos abusivos.

4.4.2 Dependência emocional: o perdão, o recomeço e a manutenção do ciclo da violência

Os excertos selecionados para este tópico se associam à dependência emocional à qual as mulheres vítimas de violência doméstica são submetidas. No capítulo I desta tese, dissertei sobre como o ciclo da violência é caracterizado, apontando que a sustentação da mulher na relação se dá mediante a uma mudança repentina no comportamento do homem, que se diz arrependido e promete mudança, fatos comprovados nos enunciados a seguir.

No tópico anterior, apresentei a dependência financeira utilizada pelos agressores como estratégia de dominação, fazendo uso de discursos que atribuem às mulheres a incapacidade de sobreviver sem eles. Início as análises por meio do excerto de Dália, que relata ter se inquietado por ser constantemente colocada em

uma posição de inferioridade e dependência, mas, ao tentar romper o casamento, era manipulada com a promessa da mudança:

Eu tentei colocar um ponto final por que já não aguentava mais ele falar que eu não dava conta, que não ia conseguir, que era dependente financeiramente dele, tentei colocar um ponto final e ele me mandava mensagem, buquê de flores dizendo que ele estava errado e não ia mais fazer aquilo (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

O processo mental escolhido “tentei” sugere o esforço da participante em buscar a emancipação; todavia, as mensagens reiteradas do parceiro dificultam a decisão definitiva pela ruptura, pois Dália era convencida por um discurso de mudança “[...] *ele me mandava mensagem, buquê de flores dizendo que ele estava errado e não ia mais fazer aquilo*”. Em relações abusivas, o buquê de flores é o típico elemento representativo do pedido de perdão e do recomeço ao ciclo da violência, uma vez que a mulher nutre a esperança de um futuro feliz no casamento. A esse respeito, Alves e Jesus (2025, p. 13) dizem que “esse ciclo de violência emocional é reforçado pela manipulação do agressor, que alterna momentos de carinho e arrependimento com novas agressões, criando um vínculo traumático que dificulta a ruptura da relação”.

No caso de Dália, o buquê de flores representa a manipulação emocional; já no caso de Açucena, o controle era exercido por meio do impedimento da separação. Ela narra sobre a primeira separação do marido, que aconteceu após os primeiros seis anos do casamento. Como o marido não aceitava o rompimento, ela optou por sair de casa quando ele não estava presente: “*Só que ele não concordava de separar, eu precisei fugir dele*”. A reação apresentada pelo companheiro - “[...] *ele desesperou, ele ligava para a minha família toda, chorou, me chamando para voltar...*” - demonstra o comportamento persuasivo e manipulador do agressor. O discurso de amor e arrependimento provoca na mulher a dependência emocional, atrelando sua felicidade ao convívio com o homem. Essa característica é explicitada na fala de Açucena:

E o tempo foi passando, e ele não me deixava em paz, ele não deixava eu seguir a minha vida, e algo, assim, não sei se uma dependência emocional, eu tinha muita mágoa dele quando eu me separei. Quando passou essa mágoa, eu comecei a pensar na possibilidade de voltar, porque eu sentia uma certa dependência emocional dele, sabe?! Parece que eu não conseguia seguir a minha vida sem ele, era meio tipo isso. Eu não consigo explicar, só quem passa, entende, né. (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Em “*E o tempo foi passando, e ele não me deixava em paz...*”, temos uma oração que indica a ideia de adversidade: mesmo com o passar do tempo, o ex-marido não cessava com os mecanismos de coerção, reforçando a dependência. Em decorrência dessa dependência - “*Parece que eu não conseguia seguir a minha vida sem ele...*” - associada à insistência do agressor, ela retorna ao relacionamento “[...] *eu acabei voltando, já que ele também não me deixava seguir em paz, né*”. A fala de Açucena se relaciona à ideia de Pereira, Camargo e Aoyama (2018, p. 15), ao afirmarem que “a dependência emocional do companheiro e a necessidade de ter alguém como “referência” levam a mulher à submissão e à sujeição às agressões...”.

Desse modo, o retorno ao ciclo da violência é marcado pela intensificação dos abusos e da subordinação da mulher. Em relação a isso, Açucena pontua que o marido a traía e se dizia arrependido diante de uma nova tentativa de ruptura: “*Quando eu descobria que ele estava me traindo, ele fingia arrependido, chorava, pedia perdão, e eu ia perdendo, né*”. Observa-se uma sequência gradativa entre “a descoberta da traição, o arrependimento, o choro e o pedido de perdão”, que culminava na aceitação da violência e permanência na relação conjugal - “*e eu ia perdendo, né*” -, sinalizando para a continuidade cíclica do processo.

No caso de Açucena, a dependência psicológica era cotidianamente reforçada, tanto verbalmente quanto por gestos simbólicos: “*Aí ele falava assim: você nunca vai achar alguém como eu que traz até café na cama para você, sabe?!* ”. O ato de levar café na cama e a representação pessoal, caracterizando-se como um homem extraordinário, funciona como aprisionamento da mulher, reforçado pelo uso da circunstância de negação “nunca”, em “*nunca vai achar alguém como eu*”.

A mesma narrativa de dependência emocional fica evidente também no relato de Violeta, que utiliza o termo de forma explícita para apresentar sua experiência:

Porque eu sempre pensei: tá errado, isso é errado. Mas assim... é uma dependência emocional que a gente acaba ficando e acha que nunca vai conseguir é... como fala...se liberar da pessoa, sabe, nunca vai conseguir se soltar (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

A compreensão da violência é evidenciada em “*Porque eu sempre pensei: tá errado, isso é errado*”; no entanto, a conjunção “mas” marca o distanciamento entre a consciência do abuso e a ruptura da relação. Essa inevitabilidade é demonstrada em seu depoimento como consequência da dependência emocional: “[...] *é uma*

dependência emocional que a gente acaba ficando e acha que nunca vai conseguir é... como fala...se liberar da pessoa, sabe, nunca vai conseguir se soltar". Violeta é de nacionalidade venezuelana e faz uso dos processos materiais "liberar e soltar" para fazer referência ao ato de romper com o relacionamento. Nesse sentido, utiliza a circunstância de extensão (tempo) "nunca", em "*nunca vai conseguir*", para deixar evidente a crença internalizada da impossibilidade de liberdade.

Em continuação à sua fala, Violeta relata que, ao questionar o esposo sobre o comportamento abusivo e manifestar o desejo de separação, ele modificava temporariamente a postura: "*Ele parava um tempo, tipo assim, até conquistar a gente, sabe?! Voltava tudo normal, entendeu?! Nunca mudou*". Essa mudança repentina e intencional funcionava como mecanismo de controle e reinserção no ciclo da violência, caracterizado pelo uso dos processos materiais "parava e voltava", sinalizando a trégua e a reiteração das violências. Já a expressão "nunca mudou" reforça a ideia de permanência e durabilidade temporal da violência.

Para Íris, a oportunidade de sair do relacionamento aconteceu quando o filho mais velho tinha um ano de idade. No entanto, além da promessa de mudança comportamental do agressor, a responsabilidade materna atuou como empecilho para a emancipação. Ela relata que havia começado a trabalhar e feito planos, mas foi surpreendida pela notícia repentina da segunda gravidez:

Simplesmente caiu outro balde d'água fria na minha cabeça quando eu descobri que estava grávida do meu segundo filho, ele falou que não era para a gente terminar, que era para eu dar uma chance para ele, que ele ia mudar, e eu aceitei (Íris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

A expressão "[...] *caiu um balde de água fria...*" é utilizada em sentido metafórico, para representar a quebra de expectativa de Íris em ter a sua independência. A segunda gravidez significa para Íris a impossibilidade de conseguir romper com o ciclo da violência, pois se sente incapaz de conseguir sustentar os filhos sozinha. Por outro lado, a conjunção "que" faz menção ao discurso do marido "[...] *que não era para a gente terminar, que era para eu dar uma chance para ele, que ele ia mudar...*".

Desse modo, a dependência financeira e emocional, atrelada à esperança de transformação, coopera para que Íris decida permanecer: "*eu aceitei*". A decisão em permanecer foi marcada discursivamente como uma experiência muito dolorosa:

“Tive meu filho e continuei naquela relação, continuei a vida inteira assim, fui casada 06 anos e, nesses 06 anos, eu não posso dizer que tive 02 meses de paz, não tive”. O processo relacional circunstancial “continuei” (no sentido de estar/permanecer), referindo-se à relação e à vida inteira, denota a ideia prolongada de permanência na relação. Em *“não posso dizer que tive 02 meses de paz, não tive”*, Íris enfatiza o sofrimento como foco principal de sua fala.

Diferente dos casos anteriores, o casamento de Acácia foi permeado por sucessivas separações. A primeira aconteceu no início da relação, quando o marido esfregou manteiga em seu rosto, fato narrado na seção anterior. Ela menciona que ficaram pouco tempo distantes e, assim como nos casos de Dália, Violeta, Açucena e Íris, ele prometeu mudar: *“Ele disse que ia melhorar, melhorar, melhorar, que ele ia mudar”*. A repetição do processo material “melhorar” (passar de um estado para outro - mudança) sugere a persuasão do homem para convencer Acácia a ficar; contudo, a mudança não se concretizou. O segundo rompimento deu-se porque Acácia perdeu a guarda das filhas, devido ao alcoolismo e o uso de drogas do companheiro. Mais uma vez ela foi convencida a retornar: *“[...] foi onde ele passou perto de mim, perguntou como eu estava, que eu estava diferente, mais bonita. Aí eu comecei a conversar come ele de novo, voltamos”*. Ela diz que, dessa vez, tiveram uma relação mais tranquila por um tempo e ela estava tentando se reerguer:

“[...] eu comecei a fazer pão, bolo gelado, de novo tentando reerguer a minha vida. Aí ele acabou com tudo, sabe. Ele chegava em casa com menos do que o esperado, bem menos do que o esperado, sem nada. Até que eu descobri que ele estava trocando a troco de droga de novo (Acácia. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

No excerto apresentado, os processos materiais “começar e acabar” representam, respectivamente, a reconstrução da autonomia da entrevistada e a destruição de sua possibilidade de efetivação. Ao contrário das outras mulheres entrevistadas, que eram subordinadas financeiramente aos maridos, a experiência de Acácia evidencia outra forma de dominação: o controle econômico exercido pelo agressor sobre seus recursos financeiros, destinados ao sustento do vício em álcool e drogas.

Segundo a perspectiva do RC, é necessário mapear os mecanismos ontológicos responsáveis pela manutenção do ciclo da violência, de modo a possibilitar a promoção da emancipação das mulheres vítimas. Conforme destacam

Laurence e Anache (2021, p. 4), “os realistas críticos estão preocupados em mapear o caráter ontológico da realidade social: as realidades que produzem os fatos e eventos que experimentamos e examinamos empiricamente”. Nessa direção, os relatos das mulheres entrevistadas são constituídos por discursos que reforçam a permanência nas relações conjugais, em detrimento da dependência emocional sustentada pelos agressores por meio da submissão financeira das mulheres. Além disso, ao tentar romper com a relação, as mulheres eram convencidas por pedidos de perdão, promessas de mudança, gestos simbólicos de afeto e amor romântico.

Os excertos analisados neste tópico se associam aos níveis da realidade propostos por (Bhaskar, 1978). Os relatos empíricos das vítimas acerca de episódios como o choro do agressor, as flores, o café na cama, pedidos de perdão e promessas de mudança são viabilizados por estruturas sociais mais profundas, a exemplo do patriarcado, que naturaliza e legitima a repetição do ciclo. Assim, a dependência emocional age como mecanismo de controle, que aprisiona as entrevistadas no ciclo da violência e impede o rompimento definitivo do vínculo conjugal.

Na continuidade da análise, discuto como o discurso da constituição familiar, a preocupação com o bem-estar dos filhos, os julgamentos sociais e a ausência de uma rede de apoio contribuem para a permanência de mulheres em relações abusivas.

4.4.3 Filhos e o discurso social da constituição familiar: isolamento, julgamento e ausência de rede de apoio

Além dos fatores mencionados nas análises dos tópicos anteriores, a presença dos filhos nas relações conjugais também ocupa papel relevante na justificativa para não romper com o ciclo da violência. Nesse contexto, a maternidade é utilizada discursivamente tanto pelos agressores, como forma de opressão, quanto pelas próprias mulheres, que assumem a responsabilidade de manter a estrutura familiar, tendo como base discursos sociais que primam pela integridade da família.

Com isso, retorno à narrativa de Açucena, que relatou que, aos seis anos de casamento, houve a primeira separação. À época, a filha do casal tinha quatro anos e a criança era utilizada como estratégia para a reconciliação: “[...] *aí ele usava essa nossa filha, né, para infernizar a minha vida, né*”. A entrevistada menciona que os direitos de pai eram exigidos pelo ex-marido e resguardados legalmente. As visitas à filha eram sempre marcadas por desavenças e, muitas vezes, ela teve que recorrer à

delegacia. Em uma dessas visitas, o pai saiu com a filha: “[...] *pegou ela e falou assim: deu a entender que eu não ia ver ela mais, sabe?!’*”. A ameaça discursivamente implícita gerou em Açucena o medo de que a filha fosse utilizada para atingi-la:

[...] ele com direito de pai, ele ficou com o direito de levar ela para passar com ele nas férias... eu ficava muito preocupada. Toda vez que ele pegava ela, levava ela pra lá, eu não tinha paz, sabe?! Ficava com medo dele fazer alguma coisa ruim com ela (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

O fato de o pai levar a filha nas férias e ela estar longe, provoca em Açucena danos emocionais representados pelas expressões “ficava preocupada” e “não tinha paz”. Em “toda vez”, fazendo referência aos episódios que a criança estava aos cuidados do pai, Açucena reflete o medo e a ansiedade constantes. Como discutido anteriormente, Açucena cedeu à pressão e retomou o casamento: “[...] *ai juntou aquela dependência emocional com a preocupação em cuidar da menina...*”, mencionando, além da dependência emocional, a preocupação com a segurança da filha.

Assim como na história de Açucena, que cita a dependência emocional e a preocupação com a filha, no relato de Violeta também são evidenciados esses fatores:

É...pra mim era difícil por causa das crianças. A gente teve três, né. E tinha uma dependência emocional e aquela coisa que, tipo assim, meus filhos tinha que ter uma figura paterna. E aquela coisa também: ah, a gente é uma família, tem que manter, tem um problema a gente se desculpa, se entende e volta. Eu ficava com muito medo de chegar a precisar, tipo assim, aqui a gente não tinha nenhum parente...Eu estava sozinha, né, eu precisava muito dele (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

A fala de Violeta é permeada pelo discurso da necessidade da figura paterna na criação dos filhos: “[...] *É... pra mim era difícil por causa das crianças. A gente teve três, né... meus filhos tinham que ter uma figura paterna*” e o discurso da tradicional constituição familiar “[...] *a gente é uma família, tem que manter, tem um problema a gente se desculpa, se entende e volta*”. Nesse mesmo relato, observa-se o discurso da dependência financeira de forma implícita, “[...] *eu ficava com muito medo de chegar a precisar...*”, intensificado quando ela afirma explicitamente “[...] *eu precisava muito dele*”. Além disso, o processo relacional “ficava” e o processo mental “precisava”, combinados com a circunstância “muito”, reforçam a vulnerabilidade da mulher. Nesse sentido, como destacam Pereira, Camargo e Aoyama (2018, p. 15), “a

criação dos filhos é outro fator importante, pois, muitas vezes, as mulheres acreditam ser necessária a presença da ‘figura paterna’ na educação”, o que ajuda a compreender como Violeta justifica sua permanência na relação violenta.

O argumento em torno dos filhos também aparece nos relatos de outras entrevistadas, revelando um padrão recorrente. Acácia, por exemplo, cita: *“Ele poderia faltar com respeito comigo, tipo: eu tenho que segurar aqui porque eu não quero que aconteça isso e isso com meu filho, vou ter que aguentar por um tempo”*; Dália diz: *“E é aquela: eu vou empurrando, tenho família, tenho filho”*. Nos excertos de Acácia e Dália, a permanência no relacionamento é representada como sacrifício em prol da proteção dos filhos, conforme as expressões “tenho que aguentar” e “vou segurando”.

Além da justificativa acerca dos filhos, a ausência de rede de apoio é apontada como outro fator que intensifica a dependência das mulheres e reduz as chances de ruptura. Íris reforça que não tinha o apoio da mãe desde criança e perdeu também o do pai quando engravidou e foi morar com o marido: *“[...] não tinha a presença da minha mãe já...meu pai simplesmente virou as costas para mim, me bloqueou em tudo e eu fiquei sem saída”*. Sobre a ausência da rede de apoio em casos de relações abusivas, Saffioti (2004, p. 79) assegura:

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Este é o chamado ciclo da violência, cuja utilidade é meramente descritiva.

Sentindo-se impossibilitada de romper com o ciclo, Íris relata que a relação foi marcada por inúmeras traições, gravadas e armazenadas no dispositivo celular: *“Ele simplesmente fez o que fez e simplesmente filmou e deixou no telefone dele”*; quando as traições eram descobertas, ela continuava com o marido, pois não tinha outra alternativa: *“Em algum momento eu peguei aquilo lá, conversas, vídeos e fui aceitando, porque para mim eu não tinha o apoio do meu pai, de ninguém, tinha que aceitar aquilo”*. Sob a perspectiva da ACD, os processos materiais nas expressões “fui aceitando” e “tinha que aceitar” revelam como Íris precisou se adaptar aos abusos sofridos, recorrendo a um discurso de submissão que evidencia a naturalização da violência em sua experiência. Em diálogo com o RC, identifica-se o mecanismo causal da ausência de apoio familiar e social, que gera isolamento e sustenta representações discursivas de aceitação e permanência nesse ciclo de eventos abusivos.

O discurso social sobre a necessidade de constituir e preservar a família também é evidenciado nos relatos. Açucena diz que, quando solteira, sentiu a pressão para se casar: *“E aí, eu comecei sentir aquele peso, tipo assim, né, parece que não ia ser uma família completa se eu não casasse, se não tivesse um esposo”*. Dessa forma, a ideologia da família tradicional constrói normas sociais que são internalizadas pelas mulheres. As ideologias que constituem os discursos não podem ser pensadas de maneira estática: elas lutam continuamente pela hegemonia nos discursos. O termo hegemonia é assim caracterizado por Fairclough (2008, p. 122):

Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma rente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

Para Fairclough (2008), há uma relação entre ideologia e hegemonia. Para a ACD, as hegemonias são produzidas, reproduzidas, contrastadas e transformadas em discursos, na busca de construção de consenso. Assim, o relato de Açucena explica como a hegemonia se materializa nos discursos cotidianos, legitimando a ideia de que a mulher só será aceita pela sociedade mediante o casamento e o pertencimento à família tradicional.

No caso de Açucena, os padrões impostos socialmente tiveram contribuição direta na decisão de se casar e também de permanecer no casamento abusivo. Quando questionada sobre os motivos de permanecer, ela respondeu:

Os fatores é aquele negócio para manter as aparências que você está bem, que você está casada. O outro para mim, no meu caso, é a dependência emocional que eu sentia dele e dependência financeira, né. Até a gente conseguir se livrar disso e ver que a gente consegue viver sem esses padrões, entendeu?! (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

A dependência emocional e financeira já foi discutida nas seções anteriores. Aqui, chamo a atenção para o trecho “[...] *é aquele negócio para manter as aparências que você está bem, que você está casada*”, em que Açucena expressa sua insatisfação com a necessidade de “*manter as aparências*” e a obrigação de permanecer casada. E continua “[...] *e é aquela coisa, você não consegue se livrar porque a gente começa a pensar em um monte de coisas, de julgamentos*”.

Os julgamentos sociais expressos na fala de Açucena também são citados no relato de Violeta: *“O que eles vão perguntar? O que eles vão falar? O que aconteceu? Mas não estava tudo bem? Mas não sabem o que a gente passa”*. A série de questionamentos apontados por Violeta representa o discurso social a respeito da normalidade familiar. Por outro lado, a conjunção adversativa “mas”, em *“Mas não sabem o que a gente passa”*, aponta a oposição entre a percepção externa e a realidade interna vivida por ela.

Nessa direção analítica, Dália expõe seu ponto de vista sobre os julgamentos sociais: *“Mas eu falo que se hoje em dia, se for para uma mulher pensar muito bem no que os outros vão falar, no que os outros vão pensar ou dizer, ela não sai do relacionamento, não sai”*.

Assim, os relatos analisados revelam como os fatores discursivamente apresentados pelas participantes contribuem para aprisionar a mulher no ciclo da violência, segundo a reflexão de Saffioti (2004, p. 85):

Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina.

Finalizo este tópico com a resposta de Acácia sobre a permanência no relacionamento:

O meu motivo é porque eu queria crescer, eu queria ter uma casa para a gente sair do aluguel, queria ver meus filhos bem ao meu lado, queria que a gente tivesse um carro ou uma moto para a gente passear, coisas que uma família pode ter, entendeu? Eu sempre pensei assim: eu queria viver feliz (Acácia. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

A idealização familiar de Acácia associa fatores materiais - *“casa, carro”* - e afetivos - *“bem-estar dos filhos”*; seus projetos de vida só seriam possíveis com a companhia do esposo. Acácia não queria muito: *“eu queria viver feliz”*. Todavia, a simples felicidade, que deveria ser um direito de todos, foi violada em sua trajetória de vida, assim como na de tantas outras mulheres.

Para Fairclough (2001), os esforços da ACD são direcionados para desvelar o véu ideológico que cobre as relações sociais, buscando transcender o teórico por meio de articulação com a prática política. Assim, no contexto aqui abordado, o desvelamento desse véu consiste em evidenciar que permanência não é fruto de uma

escolha, mas de um discurso patriarcal socialmente imposto, que legitima a desigualdade de gênero e o poder do agressor sobre as mulheres.

A seguir, apresento o último tópico desta seção de análise, no qual abordo as ameaças visíveis e invisíveis enfrentadas pelas mulheres, destacando como o medo da ruptura influencia a sustentação das relações abusivas.

4.4.4 Medo: ameaças visíveis e invisíveis

As narrativas apresentadas nesta seção revelam que, ainda que não esteja explicitamente mencionado nas falas das mulheres, o medo se faz presente, de forma implícita. O medo de não conseguir viver sem a presença do companheiro, de não ter onde morar, de ficar sem os filhos, dos julgamentos sociais e de não ter com quem contar. Além disso, os excertos selecionados para este tópico evidenciam o medo também pela preservação da integridade física.

Ao final da entrevista, perguntei às participantes se, além dos fatores já mencionados, gostariam de acrescentar outros. Nesse momento, Íris revelou sentir medo:

Como eu vivi seis anos com ele, então eu tive acesso, ele sempre viveu muito na vida errada, então eu tinha medo, né, se ele fosse preso e sair e realmente querer me matar porque eu fiz o corpo de delito e ele foi preso por conta disso. Porque ele nunca fez coisas certas. Eu tinha medo. (Íris. Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro/2025).

A oração “[...] *ele sempre viveu muito na vida errada*”, apesar de não estar discursivamente explicitado, associa o agressor à criminalidade e a repetição da expressão “*eu tinha medo*” marca a aflição de Íris em denunciar as violências e se tornar mais uma vítima de feminicídio: “[...] *se ele fosse preso e sair e realmente querer me matar porque eu fiz o corpo de delito...*”. O corpo de delito citado se refere ao episódio em que Íris sofreu uma grave violência física, mas optou apenas pela medida protetiva, pois teve medo que seu agressor fosse preso e atentasse contra sua vida posteriormente.

Na narrativa de Acácia, o discurso do medo é igualmente explicitado por meio das ameaças do agressor:

Ele falava pra mim: eu não vou aguentar te ver com outro, não posso nem sonhar você com outro. Eu me sentia oprimida, e se acontecer de

ele me ver com outra pessoa. Se eu largar dele, eu não vou poder continuar a minha vida, eu colocava isso na cabeça, eu tinha muito medo de ele fazer alguma coisa comigo, ou com meus filhos, ou com minha mãe (Acácia. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

A fala do homem é marcada por um discurso de posse afetiva e sexual sobre Acácia: “[...] *eu não vou aguentar te ver com outro, não posso nem sonhar você com outro*”, fazendo uso da ameaça como mecanismo de reprodução de poder. Essa coerção resulta em opressão: *“Eu me sentia oprimida...”*. A repetição da conjunção condicional “se” indica uma ameaça futura, caso ela rompa a relação. De forma complementar, em sua fala, o medo é intensificado pela possibilidade de o agressor atentar não apenas contra ela, mas também contra os filhos e a mãe, como forma de punição.

Para Dália, o medo também teve participação de destaque entre os fatores que contribuíram para a permanência na relação: *“Eu era mais um motivo do medo, né. Como a minha violência com ele durante o casamento foi psicológica, eu sou uma pessoa depressiva e ansiosa demais, então, tudo o que ele falava eu acreditava que ia acontecer, né. E... aí eu fui colocando isso na cabeça”*. A depressão e a ansiedade vivenciadas por Dália intensificavam a dimensão invisível do medo.

Conforme relato na seção sobre os tipos de violência sofridos, Dália associa sua depressão aos abusos sexuais sofridos no casamento. Desse modo, a depressão provocada pelo relacionamento abusivo evidencia ainda mais o medo diante dos discursos opressores proferidos pelo agressor: “[...] *tudo o que ele falava eu acreditava*”. O pronome indefinido “tudo” se refere às falas do agressor, que afirmava que ela não teria onde morar, passaria fome e perderia a guarda do filho. Esses enunciados contribuíram para que ela internalizasse tais discursos como verdade e passasse a visualizar esses episódios, conforme expressa em sua fala: *“E... aí eu fui colocando isso na cabeça”*.

Por fim, no caso de Açucena, o medo é representado por meio de ameaças explícitas, diretas e visíveis: “[...] *porque ele também falava que, se ele fosse preso por causa de mim, quando ele saísse da cadeia eu ia ver*”. No excerto, o processo mental “*ia ver*”, conjugado no futuro, representa uma antecipação da violência para Açucena.

Ao ouvir o relato de Açucena, Violeta complementa: *“O meu também falava isso para mim”*. Nesse caso, o processo verbal “falava” tem o agressor como participante

Dizente, Violeta como participante Receptora do que foi dito e a Verbiagem é a ameaça do agressor para que a vítima não efetuasse a denúncia, sinalizando, com isso, o compartilhamento da mesma experiência pelas mulheres.

Até aqui, esta seção de análise contemplou os fatores responsáveis pela permanência das mulheres entrevistadas na relação abusiva. Os relatos evidenciaram que os mecanismos de controle nas relações abusivas se materializam tanto em ameaças visíveis quanto em intimidações invisíveis. Como destaca Saffiotti (2004, p. 136), “a dinâmica entre controle e medo rege o patriarcado”, revelando como o patriarcado tem papel central na manutenção de discursos sociais que julgam mulheres pela permanência no ciclo da violência.

Nessa ótica, Bourdieu (2016) destaca que o padrão patriarcal produz o assujeitamento de mulheres às necessidades dos homens e das famílias, considerando que o exercício da autoridade masculina se estabelece a partir da dominação do homem sobre a mulher. Nesse sentido, as discussões aqui apresentadas representam não apenas a experiência individual de cada entrevistada, mas uma realidade de milhares de mulheres que estão sujeitas às estruturas patriarcais presentes em diversos contextos sociais e familiares.

Isto posto, caminho para a última seção da análise que aborda o momento em que as participantes ressignificam suas vivências e rompem a relação conjugal.

4.5 RESSIGNIFICAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA E POSSIBILIDADES DE RUPTURA

Os excertos selecionados para esta seção enfatizam como os discursos das mulheres apresentam o processo de ressignificação do ciclo da violência, destacando os episódios que culminaram para a decisão de ruptura da relação abusiva. O desejo de mudança expresso pelas entrevistadas se aproxima do propósito da ACD proposta por Fairclough (2001), cuja finalidade central é contribuir para a transformação da realidade social ao desvelar práticas de dominação e possibilitar a agência dos indivíduos oprimidos.

No relato de Dália, a decisão aconteceu após enfrentar um câncer de tireoide. Durante o tratamento, ela precisou se afastar de casa e, ao retornar, a filha reclamou que o padrasto mantinha a imposição do isolamento social, obrigando-a a permanecer apenas no quarto, sem contato com a família ou com os amigos, situação já abordada

na seção referente às percepções das mulheres sobre a relação abusiva. Esse episódio foi decisivo para a ruptura, como Dália menciona: *“Aí eu falei: não quero mais, para mim chega. Aquilo estava me machucando”*. Nota-se a presença do discurso familiar na fala de Dália. Todavia, essa representação difere do eixo analisado anteriormente, no qual a família era compreendida sob a lógica tradicional, constituída com marido, esposa e filhos. Nesse momento de ruptura, Dália prioriza a família por uma outra ótica: a preocupação com o bem-estar e a segurança da filha. Essa preocupação se estende também para as futuras relações afetivas da filha, para que não seja vítima da mesma violência: *“Minha filha tem 11 anos e, tudo o que eu posso explicar sobre relacionamento hoje para ela, que eu tenho a oportunidade de sentar e conversar eu falo”*.

Na continuação de seu relato, Dália também cita o dia em que recorreu à polícia após o ex-marido ameaçá-la com um canivete, data na qual efetivou a medida protetiva:

Naquela noite eu olhei para mim mesma e falei que não queria mais, ali passa um filme na sua cabeça, né. De todas as vezes que ele ficou mais de semanas sem olhar na minha cara por eu evitar ele, de quantas vezes ele ameaçou rasgar roupa minha porque ele não gostava, de quantas vezes eu saí do meu serviço e encontrei ele no escuro...e ali vai passando um filme, eu falei: não, não quero mais.
(Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

A expressão *“olhei para mim mesma”* significa um ato de amor próprio, de libertação dos estigmas sociais e dos padrões estabelecidos; é deixar de viver para/pelo outro e passar a viver para si. Por outro lado, o *“filme na cabeça”* é discursivamente representado, em sentido figurado, para rememorar todos os abusos cometidos contra si por um longo período de tempo: *“todas as vezes, quantas vezes”*. Assim, sua agência passa a ser evidenciada por meio da repetição da circunstância de negação *“não, não quero mais”*.

Para Violeta, a filha também teve papel relevante em sua decisão: *“E a minha filha fala: mãe, quando eu for grande, eu não vou casar. Então, assim, isso também me ajudou muito eu tomar a decisão, né”*. A criança sofre o reflexo da relação abusiva vivida pela mãe e passa a internalizar o pensamento de que casar é algo ruim. Nesse momento, a maternidade é ressignificada e serve como motivação para a ruptura. Relembro que, na primeira seção, Violeta relatou que a relação abusiva experienciada por ela era resultado de uma herança familiar, uma vez que teve sua infância e

adolescência marcada pelos relacionamentos abusivos vividos por sua mãe e sua tia. Sendo assim, o ato de romper o casamento sinaliza também a proteção da geração futura, para que essa herança não continue a se perpetuar.

Sua tomada de consciência acontece também mediante aos abusos psicológicos cometidos pelo agressor, bem como as demais violências sofridas:

1) *Ele falava assim: não precisa nem chorar, você acha que eu vou ficar com dó de você. Nossa! Aquilo me deu uma revolta. Eu falei: não posso, não posso, não posso, eu tenho que fazer alguma coisa* (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

2) *Porque, se eu deixar voltar de novo, vai ser pra pior, porque, né, o que aconteceu, aí ele até quebrou meu telefone, entendeu?! Cortou as minhas mãos, aí eu falo assim: não, não, não dá mais, a gente tem que entender e aceitar* (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

No excerto 1, o agressor utiliza um mecanismo de humilhação, reforçando a vulnerabilidade de Violeta mediante as violências psicológicas. Todavia, como consequência da opressão, há a revolta, que, nesse caso, é positiva e representa o início da ruptura: “[...] *não posso, não posso, não posso, eu tenho que fazer alguma coisa*”, momento em que há a transição entre sofrimento e ação e a mulher toma a primeira iniciativa de romper a relação conjugal: “[...] *preciso fazer alguma coisa*”. Já no excerto 2, temos uma decisão mais consolidada: “*Porque, se eu deixar voltar de novo, vai ser pra pior...*”, evidenciando a impossibilidade de retorno ao ciclo da violência: “[...] *não, não, não dá mais, a gente tem que entender e aceitar*”.

A narrativa de Violeta dialoga com Bhaskar (2002, p. 302), que assevera: “[...] qualquer tentativa de forçar e emancipação de fora para dentro e falsa, é heterônoma e não funcionará. Somente os próprios indivíduos podem libertar-se, a emancipação não pode ser imposta” (Tradução de Papa, 2008, p. 13)²⁰. Desse modo, a ruptura não se dá por intervenção de indivíduos externos, mas pela tomada de consciência da própria mulher, que se reconhece como principal agente do processo de emancipação.

Para Íris, o entendimento de que poderia viver sem o marido aconteceu após a segunda violência física severa. Segundo ela, logo após o episódio, o agressor ficou 30 dias trabalhando em outra cidade e, nesse tempo, ela acostumou com a ausência dele: “*Eu acabei acostumando com a ausência dele e falei: eu não preciso disso, fiquei*

²⁰ Até o ano de 2009, a autora Solange Maria de Barros utilizava Papa; desde então, utiliza Barros.

tão bem com os meus filhos sozinha na casa durante um mês e falei: não quero isso para a minha vida mais". O afastamento físico rompe com a rotina de opressão e permite que Íris ressignifique a relação. Nesse caso, a expressão "*sozinha com os filhos*" remete a um discurso de autonomia e empoderamento. Essa mudança de percepção corrobora o que Saffioti (1999) descreve como a passagem do estado de não-conhecimento para o de conhecimento, em que as mulheres rompem com a lógica da dominação e passam a compreender criticamente as relações de gênero:

Uma parcela das mulheres consegue romper com a relação dominada/dominante, saindo do estado de não-conhecimento para o de conhecimento. Sua consciência perde as características de dominada e passa a ter uma visão de conjunto das relações de gênero. Mais do que isto, muitas lançam-se na luta pela ampliação da cidadania feminina, fazendo uma leitura dos direitos humanos a partir da óptica de gênero (Saffioti, 1999, p. 453).

Nesse processo, Íris não apenas toma consciência de sua própria condição, mas também realiza um movimento emancipatório, reivindicando para si o direito de viver com dignidade e liberdade.

Esse ato de empoderamento e emancipação também se faz presente no relato de Acácia, marcado pela ênfase em não mais voltar a se relacionar afetivamente com o ex-marido:

Não quero mais te ver, a partir do momento que você tiver me incomodando, atrasando a minha vida, começando a falar de querer voltar, não existe mais volta, deixei bem claro que não existe mais volta, porque toda vez que a gente voltou, ele falou que ia mudar e nunca mudou, então dessa vez não tem mais volta, eu jurei por mim mesma, não é por ninguém (Acácia. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

Em "[...] *deixei bem claro que não existe mais volta...*", fica evidente a ruptura definitiva com a relação abusiva e o uso da conjunção explicativa "porque" remete às falsas promessas de mudança não cumpridas pelo homem, fazendo com que ela passe a se colocar como prioridade: "[...] *eu jurei por mim mesma, não é por ninguém*". A decisão enfática de Acácia se relaciona à forma com que ela representa os anos de relacionamento: "*Foi uma experiência terrível com ele. A gente já está quase 02 meses separados, mas é uma coisa que eu tenho na cabeça que, se eu fosse voltar com ele, dessa vez eu morria*".

A conscientização de Acácia acerca de sua integridade física, caso reatasse o relacionamento, bem como o gesto de se voltar para si mesma, pode ser

compreendida por meio do conceito de metarrealidade (Bhaskar, 2012), segundo o qual a transformação humana ocorre quando o sujeito toma consciência de si e de sua capacidade de superar as estruturas de opressão. Para Bhaskar (2012, p. 8), a metarrealidade diz respeito a uma filosofia sustentada no crescimento humano, postulada pela ética do amor pleno, e na consciência de que os seres humanos, buscando sua transformação, derrubam estruturas abstratas de alienação, tornando-se indivíduos conscientes de si e do próprio ser.

A trajetória de Açucena também revela esse processo de tomada de consciência e libertação. Contudo, em sua experiência, a ruptura se dá não somente por uma autorreflexão, mas também pelo esgotamento emocional ocasionado por anos de violência: *“Só que daí não, o sentimento foi acabando, eu já não tinha mais sentimento, eu falei: não, não quero isso pra mim mais”*. O sentimento não acabou de forma espontânea e pacífica, mas como consequência de uma série de violências e opressões que perduraram por muitos anos.

Dessa forma, nas entrevistas realizadas, a consciência individual sobre a necessidade de romper o ciclo da violência se relaciona a demais suportes externos. A iniciativa emancipatória, assim como assegura Bhaskar (2002), deve ser uma decisão individual; todavia, é importante que esse ato de romper o ciclo seja fortalecido por redes de apoio que oferecem acolhimento. Nesse sentido, as entrevistadas mencionam o papel dessas redes como fator determinante para o encerramento do ciclo da violência.

Dália diz: *“É uma coisa que também se eu não tivesse um ponto de apoio que foi a minha família que conversaram comigo diariamente, eu acredito que eu ainda estaria na mesma situação”*. A conjunção condicional “se”, em *“Se eu não tivesse um ponto de apoio”*, significa para Dália a emancipação como algo improvável.

Acácia cita a presença da mãe como suporte no processo: *“Minha mãe foi quem me ajudou muito e, quando ele me agrediu, que eu me separei mesmo, que eu tomei a atitude de me separar mesmo e não voltar mais atrás, feito a medida protetiva e tudo”*. A entrevistada salienta que a ajuda foi consolidada quando ela mesma decidiu que não teria mais volta e recorreu também ao setor jurídico, solicitando “medida protetiva”.

No caso de Açucena, a ajuda veio do filho mais velho: “O ***²¹ falou assim: mãe, mas agora você tem eu. Tipo assim: eu sou um homem, vou te proteger”. A fala do filho, que é maior de idade e já constituiu família própria, traz a naturalização do “homem protetor”, mas ressignificado como suporte à mãe, já que Açucena relata a questão financeira como impedimento - “Só que tinha aquela preocupação de eu ser dependente financeiramente dele, né, e como que eu ia sobreviver sem, né, depois de tantos anos sem trabalhar fora” -, evidenciando como o fator familiar contribui para o rompimento.

Já para Violeta, a ajuda se efetivou por meio de atendimentos psicológicos e de sua iniciativa em pesquisar sobre relacionamentos abusivos:

[...] depois que comecei na psicóloga e comecei a entender, eu também eu...leio muito livros, aí eu comecei, né, a pesquisar, a me orientar, não me sentia bem nem emocional, nem fisicamente. Eu falei: não tá certo, não tá certo, e comecei a pesquisar, pesquisar, até que cheguei: não, não tá certo (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

A primeira percepção da relação abusiva se deu com a psicoterapia e a leitura sobre o tema. As pesquisas proporcionaram uma percepção mais concreta de que Violeta estava vivenciando o ciclo da violência e que precisava tomar a iniciativa: “Eu falei: não tá certo, não tá certo, e comecei a pesquisar, pesquisar, até que cheguei: não, não tá certo”.

A busca por conhecimento feita por Violeta se associa ao que Paulo Freire (2011) denomina de pedagogia do oprimido, que busca desvelar o mundo da opressão e promover ação e reflexão do sujeito sobre a realidade para transformá-la. A pedagogia vivenciada pelos oprimidos deve desvelar o mundo da opressão e fazer com que eles se comprometam com a práxis, levando-os à “ação e reflexão do homem sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2011, p. 52). Num segundo momento, em que a realidade desvelada e opressora se encontra transformada, a pedagogia do oprimido passa a ser a pedagogia do homem, num processo permanente de libertação e buscas.

Assim, ao promover uma reflexão crítica sobre sua própria experiência, Violeta rompe com o discurso hegemônico que naturaliza a violência. Nesse sentido, seu

²¹ O nome do filho de Açucena foi ocultado para preservar sua identidade.

relato concretiza o que Fairclough (2001) afirma sobre o potencial de transformação do discurso, quando este se torna instrumento de resistência e emancipação.

As análises desenvolvidas neste tópico evidenciam que, de modo geral, o ato de romper o ciclo da violência é apresentado pelas mulheres de forma enfática, o que revela a presença de modalizações epistêmicas nos excertos, já que as participantes expressam convicção em suas decisões. Associada a essa categoria, observa-se também a polaridade, compreendida por Halliday (1985) como um traço semântico essencial vinculado à modalidade, responsável por indicar se uma oração expressa afirmação ou negação.

Nos relatos analisados, destaca-se a recorrência da polaridade negativa, caracterizada pelo uso da circunstância “não”, como recurso discursivo que reforça o rompimento. As expressões “*não quero mais*” (Dália), “*não posso*” (Violeta), “*não quero isso para a minha vida mais*” (Íris), “*não quero isso pra mim mais*” (Açucena) e “*não existe mais volta*” (Acácia) sinalizam a recusa diante do discurso ideológico e patriarcal, construindo um posicionamento de autonomia e resistência. Com isso, o “não” simboliza a emancipação frente às estruturas patriarcais que sustentam a desigualdade de gênero.

Entretanto, essa emancipação é atravessada por contradições, uma vez que a liberdade conquistada convive com sentimentos de medo e insegurança, que surgem após a ruptura, revelando a densidade do processo de reconstrução experienciado pelas mulheres, situação apresentada no tópico seguinte.

4.5.1 A expectativa da liberdade em contradição ao medo e insegurança

Após romper com o ciclo da violência, as participantes passam a vivenciar uma nova etapa da experiência vivida. Nesse momento, surgem sentimentos ambivalentes, em que o desejo de autonomia e reconstrução da vida convive com o medo, a culpa e a incerteza quanto ao futuro. Neste tópico, apresento como as entrevistadas manifestam discursivamente a dependência econômica, a ameaça e a vigilância masculina presentes em suas rotinas após a separação, além de evidenciar práticas discursivas que remetem a culpa, esperança e resignação, revelando o processo de (re)posicionamento das mulheres na sociedade.

Ao final das entrevistas, perguntei às mulheres quais eram suas expectativas para o futuro a partir daquele momento. Anteriormente, Açucena havia relatado que,

após solicitar a medida protetiva, o ex-marido passou a persegui-la, o que a levou a recorrer novamente à justiça. Como consequência do descumprimento da medida, ele acabou sendo preso. Diante desse contexto, Açucena compartilhou suas expectativas em relação ao futuro:

1) E eu espero que, quando ele sair de lá, ele me deixa seguir a minha vida, porque parece assim que eu comecei a viver agora, sabe?! Que eu sinto que... Aquela coisa de eu me sentir livre, eu não, às vezes, eu não me sinto livre, livre ainda, porque eu ainda não sei, né, o desfecho de tudo isso como vai ser (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

2) No momento, estou bem, me reerguendo e queria que continuasse assim. Acontece que eu não sei como vai ser quando ele sair de lá, já que ele ameaçava tanto que, se ele fosse preso, quando ele saísse...já ameaçava, né (Açucena. Entrevista concedida à pesquisadora em março/2025).

Pelo viés da ACD, a fala de Açucena é permeada pelo discurso da liberdade, entrelaçado ao discurso do medo e da ameaça. No excerto 1, o uso repetido do léxico “livre” denota o desejo da entrevistada pela liberdade plena, considerando que, na oração “[...] parece assim que eu comecei a viver agora, sabe?!”, fica evidente que os 22 anos de casamento foram repletos de acontecimentos que se contrapõem a uma vida feliz. Por outro lado, a escolha pelos léxicos “parece, às vezes, ainda” evidencia uma modalização epistêmica que representa a não concretização efetiva da emancipação: “[...] eu ainda não sei, né, o desfecho de tudo isso como vai ser”. Para Halliday (1985), a modalidade é o julgamento do falante sobre probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz.

No excerto 2, Açucena utiliza a expressão “me reerguendo”, de forma figurada, referindo-se à sua iniciativa de recomeçar, após a vivência no ciclo da violência. No entanto, o bem-estar é momentâneo e está associado à prisão do agressor. Assim, a estabilidade mencionada é atravessada pelo discurso da insegurança: “Acontece que eu não sei como vai ser quando ele sair de lá”.

No plano da LSF, o relato de Açucena é constituído majoritariamente por processos mentais, “espero, não sei, sinto”, indicando seu conflito emocional e a insegurança do futuro. Por sua vez, partindo dos pressupostos do RC, nota-se que, mesmo após o afastamento do agressor e a ruptura com o ciclo violento, o medo ainda é sustentado por mecanismos estruturais de ameaça e incerteza. O medo que assola Açucena se baseia nos altos índices de feminicídios consumados após a mulher

romper a relação e buscar sua emancipação. A 19ª edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, publicado em julho de 2025, evidencia que os casos de feminicídios atingiram os maiores números da série histórica iniciada em 2011. O levantamento também revela que 121 mulheres mortas em 2023 e 2024 estavam sob medida protetiva no momento do assassinato. Em 2024, cerca de 100 mil medidas protetivas foram descumpridas no país.

Assim como no relato de Açucena, o sentimento de medo também se faz presente para Acácia:

E... hoje eu vivo com minha mãe e os meus filhos em casa, já vai fazer mais de 01 mês da agressão e, assim, para mim está sendo uma novidade, só que no meio dessa novidade tem muito medo, sinto muito medo, e é isso (Acácia. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

O discurso de recomeço após a ruptura se manifesta no léxico “*novidade*”, que remete simbolicamente à abertura de um novo ciclo na trajetória de Acácia. Contudo, esse movimento de reconstrução é atravessado pelo medo, que interfere em sua tranquilidade e segurança. A intensidade desse sentimento é evidenciada pela circunstância “*muito*”, recurso linguístico que enfatiza os impactos do medo sobre sua rotina cotidiana.

Diferente dos relatos de Açucena e Acácia, que têm como principal desafio o medo, Violeta apresenta outra manifestação sentimental:

Mas assim, eu tô bem, mas estou sentindo uma culpa, estou me sentindo culpada, porque eu que dei corda, entendeu?! Achando que ia ser bem, mas não foi (Violeta. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

A culpa mencionada por Violeta se reporta ao voto de confiança concedido ao ex-marido após a separação. Mesmo após a efetivação da medida protetiva, o ex-companheiro insistia em retomar o contato e propor a reconciliação. Diante da insistência, Violeta acaba cedendo e permite que ele vá até sua casa. Contudo, aproveitando-se de sua ausência, o agressor furta uma quantia em dinheiro que ela possuía. Esse episódio faz com que Violeta se sinta culpada por ter permitido sua entrada e, conseqüentemente, pela violação da medida protetiva.

Em uma análise discursiva, pode-se dizer que, de forma inconsciente, ao assumir a culpa pela quebra da medida protetiva, Violeta reproduz as normas de

obediência impostas socialmente às mulheres. Logo, esse sentimento é resultado de resquícios da dominação que interfere na construção integral da autonomia.

Dália, ao ser questionada sobre o que esperava daquele momento em diante, é enfática: *“A minha expectativa de vida é criar os meus filhos da melhor forma possível e, acima de tudo, não aceitar nenhum tipo de relacionamento que venha desse jeito”*. Linguisticamente, o processo mental “aceitar” aparece modalizado negativamente em “*não aceitar*”, o que, segundo Fairclough (2003), configura uma modalização deôntica, pois expressa a certeza da participante em seu ato de fala. Por meio dessa construção, Dália impõe a si mesma uma obrigação moral, como um gesto de resistência e emancipação. A escolha linguística assume, assim, um valor performativo, já que o enunciado “*não aceitar*” simboliza a recusa definitiva em retornar ao ciclo de violência, consolidando discursivamente o rompimento com a relação abusiva.

Dando continuidade ao seu relato, Dália afirma que deseja retomar os estudos e se reestabelecer como provedora do lar:

1) *Então eu pretendo muito e sonho muito em reabrir de novo e continuar que é Gestão Hospitalar...de mostrar para ele que eu não vou deixar o filho dele passar fome. O primeiro passo eu já dei, né, que foi começar a trabalhar...* (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

2) *Hoje, graças a Deus estou trabalhando, estou ganhando pouco, mas se seu comprar um refrigerante para um, eu posso comprar para o outro, não tem ninguém falando. E é isso aí, bola para frente* (Dália. Entrevista concedida à pesquisadora em abril/2025).

Os excertos acima se constituem por meio de práticas emancipatórias - o estudo e o trabalho - como condição completa da autonomia: *“[...] mostrar para ele que não vou deixar o filho dele passar fome”*, referindo-se aos abusos psicológicos cometidos pelo agressor, que sempre a colocou em uma posição de dependente e incapaz. O discurso de liberdade também é explicitado por Dália ao mencionar que pode fornecer aos filhos os mesmos privilégios sem que seja controlada pelo ex-marido: *“[...] não tem ninguém falando”*. Por fim, a utilização da expressão popular *“bola para frente”* representa a superação diante de inúmeras violências sofridas e o início de uma nova caminhada.

De forma geral, nos excertos analisados neste tópico, há a recorrência de processos mentais, revelando que a liberdade pós-ruptura não se configura como algo

estável e definitivo, mas como processo em transição, o que impõe às entrevistadas um estado de alerta. Por outro lado, há também o uso de processos materiais, referindo-se a busca incessante e esperançosa pelo recomeço, que associam o trabalho como meio de passagem da expectativa para a ação, ou seja, da liberdade como desejo à liberdade como prática.

No que concerne ao RC, o entrelaçamento entre a liberdade e o medo se associa às estruturas sociais e à agência das mulheres. De acordo com Bhaskar (1978, *apud* Barros, 2015), as estruturas, situadas em um campo abstrato, interferem nos mecanismos que, por sua vez, produzem eventos no campo concreto e social. Nessa perspectiva, as experiências relatadas pelas mulheres não se referem apenas a decisões individuais, mas estão relacionadas a condições estruturais - econômicas, culturais e familiares - que condicionam suas ações e percepções sobre liberdade. Assim, entre o medo e a esperança, as mulheres retomam suas identidades e papéis sociais, ressignificando a dependência, a culpa e a maternidade, assumindo a direção de suas vidas.

Para encerrar esta seção dedicada à ruptura do ciclo, no tópico seguinte apresento ao leitor a situação atual das sujeitas da pesquisa e desenvolvo algumas considerações propositivas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero.

4.5.2 Considerações sobre as participantes da pesquisa e caminhos para o enfrentamento da violência doméstica no pós-ruptura

A geração de dados por meio das entrevistas semiestruturadas ocorreu entre fevereiro e abril de 2025. Desde então, mantive contato com as participantes, via *WhatsApp*, para acompanhar o processo pós-ruptura do relacionamento abusivo e opressor. Ao longo dos nove meses transcorridos, Íris, Violeta, Acácia, Dália e Açucena vivenciaram/vivenciam diferentes episódios de resistência diante das consequências decorrentes da decisão de romper o ciclo de violência.

Assim, na data de hoje, 20 de novembro de 2025, na revisão final desta tese, novamente fiz contato com as participantes a fim de verificar como se encontram atualmente. Os relatos descritos foram interpretados à luz dos conceitos do RC, de modo a integrar as análises desenvolvidas ao longo deste capítulo com as informações atualizadas sobre as participantes. Essa abordagem permite evidenciar

como mecanismos e estruturas sociais continuam moldando a violência de gênero, tanto durante a vivência quanto após a ruptura.

Íris relatou que, há mais ou menos cinco meses, o ex-marido foi trabalhar em outro estado (Mato Grosso) e que a notícia que tem é que ele foi sequestrado e assassinado, embora o corpo não tenha sido localizado. Em relação ao seu estado emocional, disse que sente um vazio, que sofre ao ver os filhos perguntarem com frequência pelo pai e que, apesar de todos os acontecimentos vivenciados no relacionamento violento, o sentimento ainda se faz presente. Ela continua lutando todos os dias contra a depressão e a ansiedade em prol dos filhos, que precisam dela. A narrativa de Íris demonstra como os efeitos da violência continuam operando após a ruptura. A vinculação afetiva ao ex-marido, apesar da violência sofrida, revela como estruturas patriarcais, internalizadas ao longo das relações atuam, mesmo na ausência física do agressor.

Violeta informou que, durante esse período, precisou acionar judicialmente o ex-marido para o pagamento de pensão e que, atualmente, ele cumpre com a garantia dos direitos financeiros dos três filhos. Afirmou estar bem emocionalmente e sentir-se menos sobrecarregada com as obrigações de prover o lar e a família, que até então eram somente dela. O ex-marido não lhe causou mais transtornos e não foi necessário renovar a medida protetiva. O relato de Violeta confirma o processo de reorganização da vida material e afetiva. Ao contrário de Íris, mecanismos opressivos deixaram de atuar com intensidade após a ruptura, indicando que, apesar de alguns casos serem mais complexos do que os outros, romper com o ciclo abusivo será sempre a melhor escolha para desestabilizar a reprodução de discursos opressores.

Acácia, por sua vez, vivenciou episódios mais complexos. Após a separação, teve uma recaída no vício do alcoolismo e perdeu a guarda dos três filhos, que ficaram por um período em um abrigo para menores. Recentemente, recuperou o direito de estar com os filhos em casa, mas permanece apenas com o caçula (seis anos), fruto do último relacionamento. As crianças mais velhas são filhas de um relacionamento anterior e optaram por ficar com o pai. Informou que o ex-marido insiste em reatar o relacionamento, mas, devido a toda violência, não aceitará. A história de Acácia aponta para a interação entre mecanismos individuais, estruturais e institucionais revelando que a violência produz efeitos que ultrapassam o cenário conjugal, corroborando com o fato de que romper o ciclo não elimina automaticamente os mecanismos anteriores.

Dália afirmou que, logo após a separação, o ex-marido apresentou comportamentos de vigilância sobre ela, o que a levou a renovar a medida protetiva. O divórcio foi concedido pela justiça e, atualmente, ela se encontra sob medida protetiva até o mês de março de 2026. A participante informou que, nos dias de hoje, ele não a importuna mais e que, se continuar assim, não será necessário renovar a medida após o vencimento. A necessidade de constante renovação da medida protetiva, apontada por Dália, comprova a reprodução de estruturas opressoras que se mantêm mesmo após a separação. Entretanto, a diminuição dos episódios de importunação, mediante a renovação da medida protetiva, indica que mecanismos legislativos operam para limitar a violência e garantir o mínimo de proteção às mulheres.

Por fim, para Açucena, esse período foi de muita resistência. Na data da entrevista, o agressor se encontrava preso, devido ao descumprimento da medida protetiva. Após ser liberado da prisão, passou a perseguir Açucena e a descumprir novamente a legislação, fato que a levou a realizar nova denúncia. Desde então, ele está preso e foi condenado a seis anos e meio de reclusão. No momento, ela aguarda o processo de partilha de bens para encerrar definitivamente esse ciclo. A fala de Açucena deixa explícitos os mecanismos estruturais da violência de gênero, que buscam se afirmar mediante intimidação e persistem mesmo diante de instrumentos legais de proteção. Seu discurso de esperança - *“Estou por aqui, torcendo para desvincular rápido de todo esse relacionamento tóxico que vivi. Sigo com a esperança de dias melhores, que eu sei que virão”* - evidencia a necessidade de consolidação de medidas eficazes de enfrentamento à violência doméstica.

Como já apresentado e discutido no decorrer deste texto, a violência doméstica é um fenômeno complexo, constituído por fatores históricos, culturais religiosos e sociais que sustentam sua persistência. Nesta tese, busquei apresentar e debater esses fatores para compreender não apenas as condições que produzem e legitimam a violência, mas também propor alternativas possíveis para sua minimização. Assim, apresento algumas proposições que considero pertinentes para a superação da problemática e para a emancipação das mulheres vítimas de violência doméstica e relações abusivas.

A dificuldade relatada pelas participantes em romper com o ciclo abusivo, associada à naturalização da violência, aponta para a necessidade de políticas públicas contínuas e com objetivo na prevenção e proteção das mulheres. É preciso

também garantir a eficiência das medidas protetivas e fortalecer a atuação conjunta dos serviços especializados, como Delegacias da Mulher, Casas Abrigo e Centros de Referência. Iniciativas como o Programa *Mulher Protegida*, apresentado no capítulo de metodologia, são importantes estratégias governamentais, porém requerem maior investimento e visibilidade, sobretudo naqueles municípios que ainda não registraram atendimentos. Dessa forma, a legislação, a exemplo da Lei Maria da Penha, isoladamente, não atua de forma eficaz, sem políticas públicas articuladas. Assim, sem essa organização estrutural, as mudanças necessárias permanecerão limitadas.

Ademais, considerando que a violência de gênero está alicerçada em discursos historicamente legitimados, a educação se configura como espaço preventivo. Inserir debates sobre gênero, direitos humanos e relações de poder nos currículos escolares contribui para desconstruir estereótipos e práticas linguísticas excludentes ou discriminatórias presentes no cotidiano escolar, a fim de promover relações mais igualitárias. Nesse sentido, compreendo que a educação tem papel indispensável na formação de sujeitos críticos capazes de reconhecer e resistir a discursos que sustentam desigualdades e violências.

Por fim, saliento que os resultados desta pesquisa não são incontestáveis. Investigações futuras possibilitarão abordar a violência de gênero em diferentes contextos (mulheres indígenas, negras, *trans*, em vulnerabilidade social), apontando a abrangência da violência de gênero. Outra alternativa é analisar discursos de agressores, de profissionais das instituições de acolhimento e de documentos institucionais, buscando mapear como diferentes vozes constroem e legitimam práticas de poder. Assim, reforço a necessidade de continuidade investigativa que considere a violência como um fenômeno estruturado socialmente.

As proposições aqui descritas podem contribuir para que trajetórias de mulheres como Íris, Violeta, Acácia, Dália e Açucena não continuem a se repetir. Logo, fortalecer políticas públicas, garantir proteção efetiva e desnaturalizar discursos que sustentam a violência de gênero auxilia a romper ciclos e promover a emancipação efetiva das mulheres vítimas de violência doméstica e relações abusivas.

A seguir, apresento algumas considerações referentes à pesquisa apresentada nesta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas reflexões finais acerca desta pesquisa, retomo o pressuposto central da ACD, que se baseia em adotar uma perspectiva emancipatória, buscando revelar as ideologias sustentadas pelos discursos, muitas vezes naturalizadas nas práticas sociais cotidianas. Nesse sentido, a tarefa crítica da análise discursiva “implica mostrar conexões e causas que estão ocultas” e contribuir para a emancipação dos sujeitos (Fairclough, 2001, p. 28).

Retomo também a inquietude social que me levou a pesquisar sobre a problemática aqui desenvolvida: os julgamentos direcionados às mulheres vítimas de violência doméstica e relações abusivas, atribuindo-lhes a culpa pelos crimes experienciados, já que escolheram permanecer em tais relações. Partindo dessa inquietação, tive como objetivo geral: analisar, à luz da vertente teórico-metodológica da ACD, os discursos de mulheres em situação de violência doméstica e relacionamentos abusivos, de modo a compreender os mecanismos ideológicos e hegemônicos que atravessam tais narrativas e as mantém no ciclo da violência.

Os dados que compõem a materialidade das análises foram gerados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de fevereiro e abril de 2025. As participantes são mulheres sob medida protetiva, atendidas pelo Programa Mulher Protegida, vinculado ao CREAS do município de Vilhena-RO. As entrevistas ocorreram em três encontros, envolvendo cinco mulheres participantes, conduzidos a partir de um roteiro previamente elaborado, mas com abertura para a livre expressão das narrativas pessoais.

Os excertos selecionados foram analisados por intermédio do tripé analítico ACD, RC e LSF. Na perspectiva da ACD, utilizei o significado representacional do discurso, categoria ‘interdiscursividade’, chegando à conclusão de que a permanência de mulheres vítimas em relações abusivas é reforçada por discursos sociais, familiares e culturais, historicamente constituídos, que atribuem às mulheres papéis sociais de submissão, passividade e aceitabilidade. Com base ainda no significado representacional, utilizei também da categoria de análise ‘representação de atores sociais’, especialmente para apontar como as mulheres participantes da pesquisa representam seus algozes, evidenciado o caráter narcisista em suas ações conjugais. O significado identificacional do discurso, apesar de não ser o alicerce central das

análises, também foi mobilizado, por meio da categoria ‘metáfora’, recorrentemente utilizada pelas mulheres em seus atos de fala.

Considerando os pressupostos do RC, as análises realizadas apresentam os níveis da realidade – real, realizado e empírico – propostos por Bhaskar (1978) e retomados por Barros (2015). No nível real, identifiquei o patriarcado como estrutura profunda, que perpetua a desigualdade de gênero e sustenta mecanismos de poder. No nível realizado, esses mecanismos se concretizam nas práticas cotidianas de controle, opressão, violência e coerção presentes nos relatos. Já no nível empírico, considereei como as entrevistadas constroem sentidos sobre o medo, a culpa, o desejo de liberdade, a reconstrução e a emancipação.

Por fim, empreguei a LSF, com ênfase na metafunção ideacional e no sistema de transitividade, como ferramenta analítica para compreender como as mulheres constroem, por meio da linguagem, suas experiências com a violência doméstica. As análises linguísticas revelaram que, nos relatos, predominam os processos materiais e mentais. Os processos materiais - *bater, matar, lutar, despir, jogar, segurar, empurrar, ameaçar, puxar* - foram utilizados para evidenciar as ações concretas de violência física e psicológica. Já os processos mentais - *ver, escutar, lembrar, achar, pensar, acreditar, proibir, relevar* - revelam as percepções, sentimentos e tomadas de consciência das mulheres diante da situação de opressão.

Linguisticamente, também identifiquei recorrências de modalizações, que se manifestaram em diferentes atos de fala. As modalizações epistêmicas surgiram nos relatos que expressam incertezas em relação a detalhes de eventos familiares passados e a insegurança diante do processo de emancipação. Já as modalizações deonticas apareceram tanto para expressar a certeza das participantes em reconhecer que viviam uma relação abusiva quanto para marcar a convicção diante da decisão de ruptura. Assim, a aplicação da LSF permitiu apresentar linguisticamente os enunciados, possibilitando a compreensão de como as mulheres constroem discursivamente o caminho entre submissão e emancipação.

Feitas essas considerações, passo a responder às questões de pesquisa centrais desta tese, retomadas a seguir.

1 - Quais diálogos interdiscursivos ocorrem nos enunciados de mulheres vítimas de violência doméstica e de relacionamentos abusivos?

As análises realizadas evidenciam que as experiências indiretas de violência e os discursos familiares e sociais sobre o casamento exercem papel fundamental na

naturalização das desigualdades de gênero. Os excertos analisados revelaram que as mulheres participantes da pesquisa, desde a infância, vivenciaram modelos de relações conjugais baseados na hierarquia e na submissão, legitimados por estruturas culturais, religiosas e patriarcais. Essas heranças simbólicas, transmitidas por meio de gerações, materializam a ideia de que o casamento é indissolúvel e que a mulher deve suportar a violência em nome da família e da moral social. Nesse contexto, a reprodução de discursos hegemônicos (sociais, familiares, religiosos) atua na restrição da autonomia das mulheres e dificulta a ruptura com relações abusivas.

2 - Como as mulheres vítimas de violência doméstica percebem a relação abusiva experienciada?

Os relatos das participantes evidenciam que, em determinado momento da relação, elas passam a reconhecer os sinais da violência; no entanto, nesse estágio, o agressor já consolidou um processo de controle e submissão que as isola socialmente. As estratégias de controle adotadas partem do isolamento social, principalmente da proibição (implícita ou explícita) de trabalhar, reforçando a dependência e a submissão feminina. Além disso, sempre que mencionam sobre separação as mulheres são coagidas por meio de discursos que lhes atribuem incapacidade, inferioridade, dependência e ameaças.

Nessa perspectiva, os agressores são representados pelas mulheres como detentores de dupla personalidade: para a sociedade, exercem o papel de esposo exemplar; na relação afetiva, atua como manipulador e abusivo, sendo nomeado como narcisista. Assim, a naturalização pessoal da violência se torna um mecanismo de sobrevivência e os sentimentos de culpa e dependência emergem como marcas discursivas que evidenciam a força do poder masculino e a reprodução de ideologias patriarcais.

3 - Que tipos de violência foram representados, nomeados, mascarados nos discursos de mulheres vítimas de violência doméstica?

As narrativas analisadas confirmam que as diferentes formas de violência - física, psicológica, moral, sexual e patrimonial - estão intimamente relacionadas. Dessa forma, os relatos aludem ao fato de que as primeiras violências praticadas pelos agressores são as violências psicológica e moral, sustentadas por estratégias discursivas que envolvem insultos, humilhações, intimidação, culpabilização e manipulação.

A violência sexual também se faz presente nos enunciados analisados, onde os corpos femininos são representados como posse do poder masculino. O sexo é abordado como obrigação da esposa, colocada em situações de humilhação e sujeição, tendo suas vontades invalidadas e anuladas; então, as mulheres acabam por ceder aos desejos sexuais masculinos, o que lhes ocasiona traumas psicológicos e físicos.

Ao narrar suas experiências, as entrevistadas revelam a naturalização do controle e da submissão, internalizada por meio de discursos ideológicos que regulam seus corpos, comportamentos e identidades. Assim, a ocorrência das violências físicas concretizadas, simuladas e ameaçadas é resultado de uma série de outras violências anteriores.

4 - Quais fatores discursivos e sociais foram apontados como motivos para a permanência nas relações opressoras apresentadas?

A análise dos fatores que sustentam a permanência das mulheres na relação abusiva evidencia que o discurso ocupa papel central na produção e na manutenção das práticas de dominação. As falas sugerem unanimidade em elencar a dependência financeira, a dependência emocional, a constituição familiar, a preocupação com os filhos e o medo como obstáculos para a ruptura.

A dependência financeira é associada a discursos de dependência e submissão; logo, as mulheres se sentem incapazes de sustentar financeiramente a si e aos seus filhos. A dependência emocional é representada por meio de pedidos de perdão e promessas de mudanças, por parte do agressor, o que faz as mulheres nutrirem esperança em uma relação consolidada. O discurso social da constituição familiar e a preocupação com a criação dos filhos na presença paterna agem também como mobilizadores para a permanência, uma vez que as participantes apontaram preocupação com julgamentos sociais. Por fim, para as entrevistadas, o medo é constantemente presente: medo das ameaças, dos estereótipos sociais, da impotência e da incapacidade.

Ao mesmo tempo, ao nomear e refletir sobre essas condições, as narrativas das entrevistadas revelam um movimento de conscientização que rompe parcialmente o silêncio e expõe as contradições do sistema que as oprime. Dessa forma, o discurso emerge não apenas como instrumento de reprodução da violência, mas também como espaço de desvelamento e de possibilidade de transformação, na medida em que as

mulheres começam a ressignificar suas vivências e a reconhecer-se como sujeitas de direitos e de voz social.

Assim, ao desvelar ideologias presentes nos discursos, a ACD promove a conscientização de que práticas opressoras são resultantes da naturalização historicamente construída, que perpetua relações assimétricas de poder. Reconhecer as práticas discursivas como construções sociais possibilita questioná-las, provocando fissuras para a emancipação de sujeitos historicamente colocados em posição de desvantagem. Logo, é por meio de estudos comprometidos com a análise crítica dos discursos e com a desconstrução das estruturas de dominação que se renovam as possibilidades de transformação social.

No que se refere às limitações desta pesquisa, destaco, primeiramente, a dificuldade de acesso às participantes, em razão da sensibilidade e da complexidade da temática investigada. Inicialmente, previ a realização das entrevistas em casas de acolhimento para mulheres em situação de violência; contudo, a alta rotatividade nesses espaços, aliada ao caráter sigiloso de tais instituições, inviabilizou esse procedimento. Diante desse contexto, a pesquisa foi redirecionada para o CREAS, onde a psicóloga do órgão me instruiu sobre a abordagem às mulheres, medida adotada para assegurar ética adequada às condições de fragilidade emocional e psicológica das entrevistadas. Ademais, algumas mulheres convidadas optaram por não participar do estudo, em virtude do estado emocional decorrente das violências vivenciadas. Essas limitações não comprometem a validade das análises, mas evidenciam desafios éticos e metodológicos inerentes a pesquisas que tratam de violência doméstica e reforçam a necessidade de abordagens sensíveis, responsáveis e comprometidas com a proteção das participantes.

Assim, chego ao estágio 6 da estrutura analítica desenvolvida por Chouliaraki e Fairclough (1999) e adaptada por Barros (2015), com base na crítica explanatória de Bhaskar (1989), sobre a definição de um novo problema de pesquisa. Esta pesquisa não finda aqui, visto que muitas outras questões acerca da problemática social da violência doméstica devem ser pesquisadas e debatidas.

As análises aqui dispostas versaram sobre os fatores que contribuem para a permanência de mulheres em relações abusivas; assim, é pertinente que estratégias governamentais sejam adotadas como suporte efetivo para acolhimento de vítimas de violência doméstica de modo que auxilie no processo de emancipação. Com isso, faço o seguinte questionamento, que pode ser objeto de estudo em minha jornada

acadêmica futura: De que forma os serviços especializados - como Delegacias da Mulher, Casas Abrigo e Centros de Referência - contribuem para a efetividade das políticas públicas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica?

No que se refere à sua relevância e contribuição social, esta pesquisa se insere como um instrumento de visibilização crítica das práticas discursivas que sustentam e legitimam a violência doméstica contra a mulher. Ao analisar as narrativas de mulheres em situação de violência a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, o estudo contribui para o enfrentamento da culpabilização da vítima, amplamente reproduzida no senso comum e em discursos institucionais, ao evidenciar que a permanência em relações abusivas não se trata de uma escolha individual, mas de um fenômeno socialmente estruturado e discursivamente naturalizado. Dessa forma, a pesquisa oferece subsídios para a atuação de profissionais da educação, da assistência social, da saúde e do sistema de justiça, ao favorecer uma compreensão mais ampla e humanizada das experiências das mulheres, podendo orientar práticas de acolhimento, formação profissional e formulação de políticas públicas comprometidas com a equidade de gênero, a garantia de direitos e a emancipação feminina.

Encerro esta tese com a crença de que toda pesquisa científica que busca compreensão acerca da violência contra a mulher é também um ato de esperança. Íris, Violeta, Acácia, Dália e Açucena florescem nesta pesquisa como símbolos de resistência e reconstrução. Suas vozes desafiam o silêncio e reafirmam o direito à vida e à dignidade. Que essas vozes ecoem para além das páginas deste documento e alcancem outras mulheres que vivem a violência na prática sendo, para elas, inspiração para busca da emancipação, mesmo mediante as adversidades. Que as vozes aqui apresentadas alcancem também entidades governamentais, inspirando políticas públicas mais eficazes, práticas sociais justas e relações de igualdade de gênero. Que cada mulher encontre a força para se reconstruir, para se transformar e tornar-se dona de si e de sua história.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.S. **As facetas da dependência econômica como obstáculo para mulheres que sofrem violência doméstica e familiar**. 2015. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2015.
- ALVES, S. F. de S.; JESUS, C.T. Dependência emocional: permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. **Foco**, v.18 n.4 |e8291| p.01-18 2025. Disponível em: [FOCO+115 \(1\).pdf](#). Acesso em: 24 set. 2025.
- AMORIM, E.; BARROS, A. M. A casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e os direitos humanos. In: ENCONTRO DA ANDHEP – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 8, 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Andhep, 2014.
- ANACHE, M. de C. A.; LAURENCEL, L. da C. Realismo Crítico: uma investigação sobre a natureza das coisas. **Scientiarum Historia**, v. 1, p. 8, 29 abr. 2021. Disponível em: [Realismo Crítico: uma investigação sobre a natureza das coisas | Revista Scientiarum Historia](#). Acesso em: 28 abr. 2025.
- ANDRADE, A. L.; BARRANQUERA, A. C. R. A violência patrimonial como reflexo da dominação da mulher. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 32, n.378, p. 25-27, 2024. Disponível em: [Vista do A violência patrimonial como reflexo da dominação da mulher](#). Acesso em: 09 set. 2025.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- ARDAILLON, D. A Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as mulheres (CEDAW). Alicerce da Cidadania das Mulheres. In: II COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. São Paulo, Brasil, 2002. Disponível em: www.conectas.org. Acesso em: 15 maio 2025.
- BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. 2009. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Zf8T3zdCxqNgpSsdzNCrB5m/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- BARRETTO, Raquel Silva. Psicóloga explica relacionamentos abusivos: o que é e como lidar com essa situação. Entrevista cedida ao Repórter Unesp. **Repórter Unesp**, Bauru, 20 ago. 2015. Disponível em: <http://reporterunesp.ior.br/2015/08/20/psicologa-explica-relacionamentos-abusivos-o-que-e-e-como-lidar-com-essa-situacao/>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- BARROS, S. M. **Realismo crítico e emancipação humana**: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. Campinas: Pontes, 2015.
- BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018, p. 184-197.

BELTRÃO, M. E. **Políticas educacionais para gênero e sexualidade em Mato Grosso**: um estudo crítico do discurso. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. In: BATISTA JUNIOR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018, p. 124-157.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Leeds: Leeds Books, 1975.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Brighton: Harvester Press, 1978.

BHASKAR, R. **Scientific realism and human emancipation**. Londres: Verso, 1986.

BHASKAR, R. **The possibility of naturalism**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

BHASKAR, R. **Uma teoria realista da ciência**. Tradução de Rodrigo Leitão. Niterói: UFF, 1998.

BHASKAR, R. **From science to emancipation**. Alienation and the actuality of Enlightenment. New Delhi/London: Sage Publications: 2002.

BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia. **Crimes contra mulheres**. Salvador: JusPodivm, 2022.

BLOMMAERT, J. **Discourse**. Key topics in Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. São Paulo, SP: Best Bolso, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: [Ministerio da Saude](#). Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466/2012, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: [Ministerio da Saude](#). Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 01 fev. 2024

BRASIL. **Decreto 1.973/1996, de 01 de agosto de 1996**. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do

Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto1996/d1973.htm. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 08 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRAZÃO, A. **Violência contra as mulheres** - Uma história contada em décadas de lutas. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010. 128 p. (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo).

CAMPOLINA, T. A naturalização da violência contra a mulher em frases do cotidiano. **Portal Revista Fórum**, 2015, Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/ativismodesofa/2015/11/26/naturalizacao-da-violencia-contra-mulher-em-frasescotidiano/>. Acesso: 07 mar. 2025

CAPELARI, S. S. **Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio**: Reflexos de uma violência cultural. Assis-SP, 2005. Pré-projeto para o TCC. p. 8. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1711400960.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Vol. 2 - O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coords.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea/FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 03 mar. 2025

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

CIMA, O. L. **Violência psicológica**: Gasligh uma nova roupagem. São Paulo: Companhia de Letras, 2018.

COLLIER, A. **Critical Realism**. London: Verso, 1994.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Boletim nº 3** - Violência Feminicida em Números: América Latina e Caribe. 2024. Disponível em: [Actuar con sentido de urgencia para prevenir y poner](#)

fin a los feminicidios | Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Acesso em: 03 mar. 2025.

CUNHA, R. M. F. da. Análise da Constitucionalidade da Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha: Lesão ao Princípio da Igualdade. **Lob de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, n. 57, p.119-142, ago./set. 2009.
CUNHA, B. M. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. 2014. Disponível em: [Artigo-Bárbara-Cunha-classificado-em-7º-lugar.pdf \(ufpr.br\)](#). Acesso em: 21 jul. 2024.

CUNHA, B. M. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. In: XVI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTIFICA DE DIREITO DA UFPR. Curitiba, 2014. Disponível em: [Artigo-Bárbara-Cunha-classificado-em-7º-lugar.pdf](#). Acesso em: 07 mar. 2025.

CRESWELL, J. W. (2007). **Research design**: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CRUZ, V. de O. **Feminino**: a construção histórica do papel social da mulher. 2013. Disponível em: [Microsoft Word - 1371176105 ARQUIVO textorevisado.doc](#). Acesso em: 06 mar. 2025.

CRUZ, J. Q. Machismo e cultura da violência': os pilares que sustentam Rondônia como o estado que mais mata mulheres no Brasil. **G1 RO**, 13 de outubro de 2024. Disponível em: ['Machismo e cultura da violência': os pilares que sustentam Rondônia como o estado que mais mata mulheres no Brasil | Rondônia | G1](#). Acesso em: 24 fev. 2025.

DEL PRIORE, M. L. M. Brasil colonial: um caso de famílias no feminino plural. 1994. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 91, p. 69-75. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/878/884>. Acesso em: 07 mar. 2025.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

ECHEVERRIA, G. B. A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 131-145, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25651/15672>. Acesso em: 14 jul. 2024.

EGGINS, S. **An introduction to systemic functional grammar**. London: Printer Publishers. Halliday, M. A. K. 1994.

EGGINS, S.; MARTIN, J. Genres and registers of discourse. In: VAN DIJK, T. (Ed.). **Discourse as structure and process**. Vol. I. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1997. p. 230-256.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução/Organização de Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**. Routledge: Taylor & Francis Group. London and New York, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing discourse**. London and New York: Routledge/Taylor & Francis Group, 2003a.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis**. The Critical Study of Language. London: Longman, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: UnB, 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. Harlow: Longman Group UK Limited, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge (UK): Polity, 1992.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. In: WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of critical discourse analysis*. 2 ed. Londres: Sage, 2005, p. 121-138. Tradução de Iran Ferreira de Melo em: **Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. Análisis crítico del discurso. In: FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. **El discurso como interacción social**. Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2000, p. 367-404.

FERREIRA, B. M. **Violência contra a mulher**: dos crimes sexuais violentos e as consequências jurídicas e psicológicas decorrentes dela. 2020. p. 10-11. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/240/1/BIANCA%20MUNIZ%20FERREIRA.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FERNANDES, S. C. S; GOMES, I. R. R. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. **Bol.-Acad. Paul. Psicol.**, v. 38, n. 94, São Paulo, jan./jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100006. Acesso em: 11 set. 2025.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2023. Disponível em: [anuário-2023.pdf](#). Acesso em: 26 fev. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2024. Disponível em: [Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.pdf](#). Acesso em: 26 fev. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2025. Disponível em: [anuario-2025.pdf](#). Acesso em: 07 nov. 2025.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, [1976] 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Leituras Introdutórias em Linguagem, vol. 2).

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GALVÃO, I. P. **Feminicídio, invisibilidade mata**, 2017. Disponível em: [LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf](#). Acesso em: 07 mar. 2025.

GARCIA, M. H. T. **Serviço social e violência doméstica**. Salvador, BA: Clube dos Autores, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade na pesquisa qualitativa. **Gestão. Org**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2005.

GOUVEIA, C. A. M. Análise Crítica do Discurso: dimensões teóricas e metodológicas. In: **Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2013.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 1. ed. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed., London: Edward Arnold. 1994.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

HIRIGOYEN, M. **A violência no casal**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IMP - Instituto Maria da Penha. **Quem é Maria da Penha**, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 02 out. 2024.

KASHANI, J. H.; ALLAN, W. D. **The impact of family violence on children and adolescents**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, M. Por la vida y la libertad de las Mujeres: Fin al Feminicidio. **Atlánticas** - Revista Internacional de Estudios Feministas, 9 (1), 01-26, 2024. doi: <https://dx.doi.org/10.17979/arief.2024.9.1.9995>.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/378960888_Por_la_vida_y_la_libertad_de_las_Mujeres_Fin_al_feminicidio. Acesso em: 25 mar. 2025

LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LEMO, Carolina Teles. Religião e patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. **Caminhos**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 201-217, jul./dez. 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MACEDO, D. S; VIEIRA, J.A. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR. R. J. L; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Org.) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2018.

MARQUES, T. M. **Violência conjugal**: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos. 2005. 303 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2005.

Disponível em: [ViolênciaConjugalEstudo.pdf](#). Acesso em: 17 mar. 2025.

MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011.

MELO, I. F. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR. R. J. L; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Orgs.) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2018.

MELO, V. R. de; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2016.

MILES, L. **Vencendo a violência doméstica**. 1. ed. São Paulo: Casa das Letras, 2012. (Coleção Problemas da Vida Real).

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 261- 297.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas**. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MONITOR DE FEMINICÍDIOS NO BRASIL – LESFEM/UEL. **Feminicídios consumados e tentados no Brasil – 2024**. Disponível em: [Feminicídios consumados e tentados no Brasil – 2024 – LESFEM](#). Acesso em: 03 mar. 2025.

MOLINA, A. G.-P. de M; GOMES, L. F. Criminologia. 4. ed., rev., atual. e ampl. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2002.

MOREIRA, I. Alertas para identificar um relacionamento abusivo. **Galileu**, 15 set. 2016. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/09/15alertasparaidentificarumrelacionamentoaabusivo.html>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MORE, J. A.; NUMATA, L. N. SILVA, M. R.; DEDONE, T. S. Representação de atores sociais. In: IRINEU, L. M. (Org.) **Análise de Discurso Crítica**: exercícios analíticos. Campinas, SP: Pontes, 2022.

MONTEIRO, C. F. S.; SOUZA, I. E. O. Vivência da violência conjugal: Fatos do cotidiano. **Texto Contexto Enferm.**, 16(1), p. 26-31, 2007.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Texto e Linguagem).

ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

OLIVEIRA, K. Relacionamento abusivo pode levar ao feminicídio. **Portal O Dia**, Teresina, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/politica/relacionamento-abusivo-pode-levar-a-feminicidio-308556.html>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002.

OGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. New York, 1946.

OUTHWAITE, W. Toward a Realist Perspective. In: MORGAN. G. (Ed.). **Beyond Method**: Strategies for Social Research. London: Sage, 1983.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cad. Pagu**. Dossiê: Violência: outros olhares (37), dez. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/k9RYCQZhFVgJLhr6sywV7JR/#>. Acesso em: 03 mar. 2025.

PEDROSA, C.E.F. **Análise crítica do discurso**: do linguístico ao social no gênero midiático (interface: Letras e Comunicação Social). Aracaju: UFS, 2008.

PEREIRA, J. C.V. B. **Políticas educacionais para adolescentes em situação de vulnerabilidade social**: um estudo alicerçado na análise crítica do discurso. 2022.

Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.

PEREIRA, D. C. de S.; CAMARGO, V.S.; AOYAMA, P. C. N. Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. XX, n. 2, p. 9-25, 2018. Disponível em: [pauloabreu+3+-+V20N2+-+Análise+funcional \(1\).pdf](#). Acesso em: 25 set. 2025.

PESSOA, Brenda Moraes. Consequência final do relacionamento abusivo – o feminicídio. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, 02 dez. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/consequencia-final-do-relacionamento-abusivo-o-feminicidio/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RAMALHO, V. 'Viva sem menstruar': representações da saúde na mídia. In: SATO, D.; BATISTA JÚNIOR J. R. (Orgs.). **Contribuições da análise de discurso crítica no Brasil**: uma homenagem à Izabel Magalhães. Campinas: Pontes, 2013, p. 231-255.

RESENDE, V. Análise de discurso crítica como interdisciplina para a crítica social: uma introdução. In MELO, I. F. (Org). **Introdução aos estudos críticos do discurso**: teoria e método. Campinas: Pontes, 2012.

RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**. Implicações interdisciplinares. Campinas: Pontes, 2009a.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. 2. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2021.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004. Disponível em: [v5-n1.pdf](#). Acesso em: 11 set. 2025.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, L. de M. L. N. **Casas Abrigo no enfrentamento da violência doméstica**. São Paulo: Veras, 2007.

RONDÔNIA. Decreto nº 26.608, de 6 de dezembro de 2021. Regulamenta a Lei nº 5.165, de 29 de novembro de 2021, que institui o Programa Mulher Protegida no âmbito do Estado de Rondônia, da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, 6 dez. 2021.

RONDÔNIA. Lei nº 5.165, de 29 de novembro de 2021. Institui o Programa Mulher Protegida no âmbito do Estado de Rondônia, da Secretaria de Estado da Assistência

e do Desenvolvimento Social – SEAS. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, 29 nov. 2021.

RONDÔNIA. Lei nº 5.822, de 4 de julho de 2024. Institui, no Calendário Estadual, o dia 25 de março como o Dia Estadual pelo Fim do Feminicídio, e designa a inflorescência do Girassol, *Helianthus annuus*, como símbolo do enfrentamento da violência contra as mulheres e do feminicídio. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, 4 jul. 2024.

SAFFIOTI, I. B. H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2004.

SAFFIOTI, I. B. H.; ALMEIDA, S. S. de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, I. B. H. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. Disponível em: [v13n4a08.p65](#). Acesso em: 21 set. 2025.

SAMARA, E. de M. **O que mudou na família brasileira?** (Da colônia à atualidade). 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53500/57500>. Acesso em: 07 mar. 2025.

SATO, D. T. B.; BATISTA JR., J. R. L. Análise de discurso das práticas: etnografia. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018, p. 184-197.

SATO, D. T. B.; BATISTA JR., J. R. L. (Orgs.). Apresentação. In: **Contribuições de análise de discurso crítica no Brasil: uma homenagem a Izabel Magalhães**. Campinas: Pontes, 2013.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T.; HANADA, H.; KISS, L., B.; DURAND, J. G.; PUCCIA, M. I.; ANDRADE, M. C. Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, 41(3), p. 359-367, 2007.

SHOTTER, J.; GERGEN, K. (Orgs.). **Texts of identity**. London; Newbury Park: Sage Publications, 1989. p. 1-10. Disponível em: <http://copsam.com/wp-content/uploads/2015/12/Social-accountability-and-the-Social-Construction-of-you.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

SILVA, A. S. **Sobre educação e democracia: representações, identidades e ideologia**. 2024. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2024.

SILVA, N. N. S. da; OLIVEIRA, F. R. de; CASTILHO, L. F. S. C.; CARDOSO, M. da S.; MARTINS, C. M. de G.; OLIVEIRA, A. dos S. Vítima da violência narcisista contra a mulher. **Contemporary Journal**, v. 4, n. 12, p. 1-13, 2024. Disponível em: [Vista do VÍTIMA DA VIOLÊNCIA NARCISISTA CONTRA A MULHER](#). Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C.; Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. Interface, Botucatu, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtbX97MkP/?lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2025.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, B. M. **Enfrentamento a violência contra a mulher**. Secretaria especial de políticas para as mulheres. 2005. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/enfrentando-a-violencia-contr-a-mulher-orientacoes-praticas-para-profissionais-e-voluntarios>. Acesso em: 11 set. 2025.

SOARES, A. L. S. **Papel da mulher ao longo da história**: Influências no conceito de família bem como nas relações de parentesco. 2021. Disponível em: [PapelDaMulher.pdf](#). Acesso em: 07 mar. 2025.

SOTERO, D. **Relacionamento abusivo pode levar ao feminicídio**. 2017. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/politica/relacionamento-abusivo-pode-levar-a-feminicidio-308556.html>. Acesso em: 28 ago. 2025.

STRÖHER, M. J. O que espero da religião? Palavras que me tragam para a vida! Mulheres tomam a palavra sobre religião e o discurso religioso na produção e na reprodução da violência sexista. In: OROZCO, Y. P. (org.). **Religiões em diálogo**: violência contra as mulheres. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, SP: Atlas, 1987. p. 30-79.

VANDENBERGHE, F. Obituário: Roy Bhaskar (1944-2014). **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 23, n. 33, p. 170-182, jan.-jun. 2016.

VAN DIJK, T. A. La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 143-177.

VAN DIJK, T.A. Multidisciplinary CDA: a Plea for diversity. In: WODAK, R; MEYER, M. (Orgs.). **Methods of critical discourse analysis**. Londres: Sage, 2005.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice**: new tools for critical discourse analysis. Oxford: Oxford UP, 2008.

VAN LEEUWEN, T. **A representação dos atores sociais**. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolitical e functional. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

VARGAS, A. F. A propósito de la Conferência Beijing + 5. Género, equidade, desarrollo y paz para el siglo XXI. **Parlamentaria**, Costa Rica, v. 09, n. 01, p. 265-273, abr. 2001.

VIEIRA, V. Acrítica como arte de fazer-se crítica. In: IRINEU, L. M. (Org) *et al.* **Análise de discurso crítica**: conceitos-chave. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

APÊNDICE A -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa: **Relacionamento abusivo e violência contra a mulher – O passado que se faz presente: Por uma análise crítica do discurso**, que tem como objetivo geral discutir a imagem equivocada que parte da sociedade cria de mulheres vítimas de violência doméstica e buscar compreensão acerca dos reais motivos pelos quais elas se submetem a certos relacionamentos.

A temática aqui abordada tem sido ponto de estudo para outras áreas da ciência, no entanto, a proposta sugerida tem importante relevância social, tendo em vista que a pesquisa será desenvolvida sob o viés da ACD, campo no qual não há estudos recorrentes sobre o assunto abordado, contribuindo, assim, para os estudos da linguagem.

Portanto, tendo em vista a preocupação com a permanência das agressões praticadas contra mulheres no Brasil e a inversão de papéis entre vítimas e agressores, urge a necessidade de buscar meios de erradicação desse problema social. Com isso, tal pesquisa justifica-se ao buscar estratégias eficazes para combater toda e qualquer ação violenta ou omissão praticadas em desfavor das mulheres, tendo como apoio aspectos psicológicos, históricos, sociais e, principalmente, jurídicos.

A metodologia adotada para a realização do presente projeto de pesquisa baseia-se em pesquisas: Quanto à abordagem, a pesquisa classifica-se em qualitativa, que tem por objetivo compreender um fenômeno social, por meio de análises qualitativas da consciência dos sujeitos envolvidos. Para Vieira e Zouain (2005), essa abordagem atribui importância fundamental aos depoimentos dos sujeitos sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por essas pessoas, indo ao encontro do objetivo pretendido com a realização da pesquisa

proposta, que é o de identificar a maneira como a sociedade compreende a vivência de mulheres em relacionamentos abusivos e conhecer quais os motivos que as levam a permanecerem em tais relações.

No que se refere aos procedimentos, classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois serão estudados aportes teóricos como livros, artigos, teses e dissertações que versam sobre a teoria-metodologia da ACD, realizando apontamentos sobre as práticas de relacionamentos abusivos e violência contra as mulheres.

A coleta de dados se dará por meio da realização de entrevistas com mulheres vítimas de violência do município de Vilhena-RO, cadastradas no programa “Mulher Protegida”, vinculado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. A técnica de coleta de dados adotada será a entrevista semiestruturada. Essa técnica consiste na elaboração de perguntas prévias, mas que podem ser reformuladas e/ou aprofundadas no decorrer das respostas dos entrevistados.

Conforme normativa da CONEP (resolução 466/2012 e resolução 510/2016), toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados - mínimo, baixo, moderado ou elevado. Os riscos às mulheres participantes da pesquisa serão de nível baixo e dano imaterial, como de origem psicológica: constrangimento, medo, desconforto, vergonha e quebra de anonimato. Salientamos que, caso as participantes apresentem riscos psicológicos maiores do que os aqui mencionados e haja a necessidade de intervenção, as mesmas serão encaminhadas para atendimento psicológico.

Para garantir o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados com a pesquisa, e evitar qualquer dano com vazamento e/ ou adulteração, será utilizada unidade de armazenamento exclusivamente para esse fim e, com informações arquivadas em pastas com proteção dos conteúdos nestes e no dispositivo de edição do relatório. O risco de segurança das informações será controlado pelo fato de somente a pesquisadora manusear o material da coleta primária dos dados, somente dando publicidade, após os dados serem tratados.

Você não é obrigado (a) a participar desse trabalho, mas, caso aceite, terá o compromisso do(a) pesquisador(a) de tomar todo cuidado necessário para tornar esta experiência o mais agradável possível para você, minimizando ao máximo, ou, evitando qualquer desconforto que possa vir a ter. Assim, em caso de qualquer incomodo com qualquer questão, você poderá: (1) interromper; (2) fazer pausas; (3) Fica assim assegurada ao Senhor (a) a possibilidade de desistir de participar da

pesquisa em qualquer momento, ou mesmo em recusar-se a responder as perguntas que lhe causem qualquer tipo de constrangimento, sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

A pesquisa oferece benefícios de forma direta e indireta. As participantes das entrevistas, bem como às demais mulheres vítimas de violência doméstica e relacionamento abusivo será de forma direta, pois ao dialogar sobre tema por meio das temáticas abordadas nos encontros e das experiências de outras mulheres na mesma condição, as participantes terão a oportunidade de conhecer melhor o tema abordado e refletirem sobre suas histórias de vida, adquirindo, também, conhecimento que possibilitará identificarem um relacionamento abusivo de imediato em futuros relacionamentos amorosos. Além de poderem ajudar outras mulheres que vivem em relações abusivas a libertarem-se de seus agressores.

De forma indireta, os benefícios serão para toda a sociedade, uma vez que a pesquisa contará também com a elaboração de uma cartilha explicativa sobre violência doméstica e relacionamento abusivo para que possa ajudar inúmeras mulheres vítimas dessas práticas. Ademais, no momento em que a pesquisa já estiver concluída, a instituição poderá reformular as propostas de atendimento às mulheres abrigadas e as demais que, por ventura, procurarem atendimento. Nesse sentido, as participantes também serão beneficiadas, tendo em vista que terão atendimento de forma a considerar suas necessidades de uma forma mais efetiva.

Para participar deste estudo o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira, mas será garantido, se necessário, o ressarcimento de suas despesas, e de seu acompanhante, como transporte e alimentação.

O (A) Sr. (a) será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar, retirando seu consentimento ou interrompendo sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e privacidade, sendo que, em caso gravações de voz, os materiais ficarão sob a propriedade do pesquisador responsável obedecendo às orientações dispostas nas Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos nas Resoluções Nº 466/12 e Nº 510/16 do CNS, assim como no Ofício Circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Os resultados da pesquisa serão destinados exclusivamente à subsídios dos trabalhos de pesquisas e/ou publicações científicas em revistas nacionais ou internacionais, estarão à sua disposição quando finalizada (previsão de término fevereiro de 2026), enviada via e-mail para os participantes, bem como será publicada no site da instituição na qual a pesquisadora é filiada.

Este consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Você terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Caso o(a) participante se sinta lesado em algum aspecto relacionado a sua cooperação com a pesquisa, tem o direito de buscar indenização nos termos da lei (conforme artigos 9. E 19º da Resolução 510/16 do CNS).

Em caso de dúvidas ou preocupações quanto aos seus direitos como participante deste estudo, você pode também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso – do CEP/humanidades/UFMT: coordenadora: profa. dra. Rosangela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro, endereço: andar térreo – sala 102 – instituto de educação – Universidade Federal de Mato Grosso, telefone: (65) 3615-8935, e-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br horário de funcionamento: das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas. O papel do CEP é salvaguardar a conduta ética da pesquisa e deverá ser procurado pelo participante da pesquisa apenas para tirar dúvidas e/ou apresentar denúncia sobre a conduta ética da pesquisa. Também poderá contactar a pesquisadora a qualquer momento pelo e-mail: profvianeoliveira@hotmail.com e pelo telefone: 069 981375725.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito e confirmo a minha participação nesse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Eu, _____,
fui informado (a) dos objetivos do estudo da Pesquisa de Pós-Graduação stricto sensu do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL-UFMT), de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RELACIONAMENTO ABUSIVO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER & O PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE: POR UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Pesquisador: Viviane Silva de Oliveira Nolasco

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 63250522.0.0000.5690

Instituição Proponente: Instituto de Linguagem UFMT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.765.997

Apresentação do Projeto:

"Segundo a pesquisadora,

Resumo: "A violência contra a mulher é um fenômeno antigo que ainda se faz presente na vida de muitas mulheres. Pesquisas recentes apontam que casos de violência doméstica têm aumentado gradativamente nos últimos anos no Brasil. Logo, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo discutir a imagem equivocada que parte da sociedade cria de mulheres vítimas de violência doméstica e buscar compreensão acerca dos reais motivos pelos quais elas se submetem a certos relacionamentos. Os dados serão coletados por intermédio da realização de uma roda de conversa com mulheres vítimas de tais violências. Para as análises discursivas, serão utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD). Busca-se, assim, levantar discussões sobre estereótipos pré-concebidos socialmente e contribuir para o entendimento de que milhares de mulheres vivem à mercê de relacionamentos abusivos porque são submetidas a relações de poder por parte de seus parceiros, deixando-as sem opções de escolha."

Metodologia Proposta: "A metodologia adotada para a realização do presente projeto de pesquisa baseia-se em pesquisas: Quanto à abordagem, a pesquisa classifica-se em qualitativa, que tem por objetivo compreender um fenômeno social, por meio de análises qualitativas da consciência dos sujeitos envolvidos. Para Vieira e Zouain (2005), essa abordagem atribui importância fundamental aos depoimentos dos sujeitos sociais envolvidos, aos discursos e

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367

Bairro: BOA ESPERANÇA

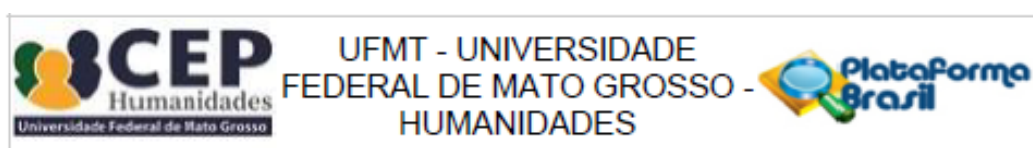
CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8935

E-mail: cephumanas@ufmt.br



Continuação do Parecer: 5.765.997

aos significados transmitidos por essas pessoas, indo ao encontro do objetivo pretendido com a realização da pesquisa proposta, que é o de identificar a maneira como a sociedade compreende a vivência de mulheres em relacionamentos abusivos e conhecer quais os motivos que as levam a permanecerem em tais relações. No que se refere aos procedimentos, classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois serão estudados aportes teóricos como livros, artigos, teses e dissertações que versam sobre a teoria-metodologia da ACD, realizando apontamentos sobre as práticas de relacionamentos abusivos e violência

contra as mulheres. A coleta de dados se dará por meio da realização de rodas de conversa sobre a temática abordada na pesquisa. De acordo com Mélo et al. (2007), as rodas de conversa priorizam debates em torno de uma temática, onde os participantes podem expressar suas experiências e opiniões sobre o tema, instigando os demais participantes falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro. Desse modo, ao mesmo tempo em que as pessoas compartilham suas histórias, buscam compreendê-las por meio do exercício de pensar compartilhado. Os dados serão coletados com a utilização de gravador de voz, câmera de vídeo. Em relação ao desenvolvimento da pesquisa, esta será dividida em três etapas. Na primeira, farei uma análise da Lei nº 11.340/2006. Na segunda etapa, serão realizadas rodas de conversa com mulheres vítimas de relacionamentos abusivos e de violência doméstica, desejando compreender, por meio de seus relatos, quais fatores colaboraram para a vivência afetiva com seus agressores mesmo diante de uma relação possessiva e abusiva. Almeja-se realizar as entrevistas em uma casa de apoio que abriga e dá suporte a mulheres vítimas de violência. Por fim, na terceira etapa, será desenvolvida uma cartilha explicativa conceituando o que é um relacionamento abusivo e como identificar tal prática. O material será apresentado, por meio de palestra, à população feminina do município de Cacaulândia-RO, com o objetivo de conscientizar as mulheres e auxiliá-las no reconhecimento de um relacionamento abusivo e, para quem já é vítima, instigá-las a denunciarem seus agressores. Como mencionado anteriormente, para a análise dos dados coletados, serão utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do

Discurso considerando-se a categoria analítica interdiscursividade do significado representacional do discurso. Além disso, serão adotados também a Linguística Sistêmico Funcional (LSF) por meio da função ideacional de Halliday (1994), resignificada por Fairclough (2003) e transformada em significado representacional do discurso, e o Realismo Crítico (RC) de Bhaskar. Ambas as teorias auxiliam a ACD na compreensão das práticas

sociais. A SELEÇÃO DAS MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA ACONTECERÁ POR INTERMÉDIO DA CASA DE APOIO "NOELI DOS SANTOS", QUE ABRIGA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367

Bairro: BOA ESPERANÇA

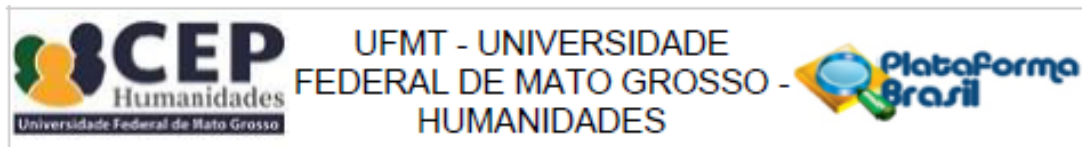
CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8935

E-mail: cephumanas@ufmt.br



Continuação do Parecer: 5.765.997

DOMÉSTICA. A INSTITUIÇÃO JÁ FOI CONTATADA SOBRE A INTENÇÃO DE REALIZAR A PESQUISA EM TAL ESTABELECIMENTO E INFORMADA SOBRE COMO AS MULHERES ABRIGADAS NA CASA, A ÉPOCA DA

COLETA DE DADOS, SERÃO ABORDADAS, POR MEIO DE RODAS DE CONVERSA, COMO MENCIONADO NA SESSÃO DE METODOLOGIA DO PROJETO. TENDO AS INFORMAÇÕES ACIMA MENCIONADAS, A INSTITUIÇÃO EM QUESTÃO JÁ AUTORIZOU A PESQUISA. A MINHA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA É O CONTATO DIRETO COM AS MULHERES ABRIGADAS. INICIALMENTE, FAREI VISITAS PERIÓDICAS À CASA, SEM ABORDAR DE IMEDIATO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VIVENCIADA POR ELAS. VIDE METODOLOGIA PROJETO"

Metodologia de Análise de Dados: "Análise crítica do discurso"

Objetivo da Pesquisa:

"Segundo a pesquisadora,

Objetivo Primário: "O estudo tem como objetivo geral discutir a imagem equivocada que parte da sociedade cria de mulheres vítimas de violência doméstica e buscar compreensão acerca dos reais motivos pelos quais elas se submetem a certos relacionamentos"

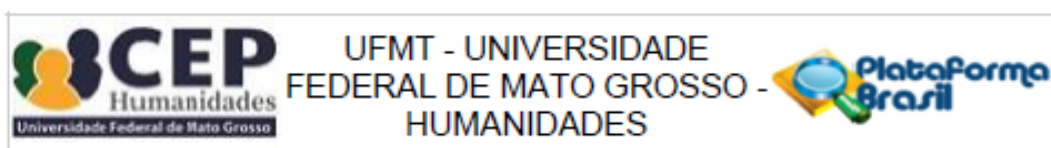
Objetivo Secundário: "Especificamente, busca-se: a) coletar depoimentos de mulheres em uma roda de conversa que sofrem e/ou sofreram algum tipo de violência, identificando quais discursos dialogam nas falas das mulheres; e b) desenvolver cartilha explicativa sobre relacionamentos abusivos e apresentá-la ao público feminino visando à conscientização sobre tal temática."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Segundo a pesquisadora,

Riscos: "Conforme normativa da CONEP (resolução 466/2012 e resolução 510/2016), toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados - mínimo, baixo, moderado ou elevado. OS RISCOS ÀS MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA SERÃO DE NÍVEL BAIXO E DANO IMATERIAL, COMO DE ORIGEM PSICOLÓGICA: CONSTRANGIMENTO, MEDO, DESCONFORTO, VERGONHA E QUEBRA DE ANONIMATO. SALIENTAMOS QUE, CASO AS PARTICIPANTES APRESENTEM RISCOS PSICOLÓGICOS MAIORES DO QUE OS AQUI MENCIONADOS E HAJA A NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO, AS MESMAS SERÃO ENCAMINHADAS PARA ATENDIMENTO PSICOLÓGICO. NA CIDADE DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA, EXISTE UM PROJETO DESENVOLVIDO PELA FAAR "FACULDADES ASSOCIADAS DE ARIQUEMES", QUE REALIZAM ATENDIMENTOS

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367
 Bairro: BOA ESPERANÇA CEP: 78.060-900
 UF: MT Município: CUIABA
 Telefone: (65)3615-8935 E-mail: cephumanas@ufmt.br



Continuação do Parecer: 5.765.997

POR INTERMÉDIO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA REFERIDA INSTITUIÇÃO. OS ATENDIMENTOS SÃO GRATUITOS POR MEIO DA "CLÍNICA ESCOLA", REALIZADOS POR ESTAGIÁRIOS E ACOMPANHADOS DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PSICOLOGIA, OU POR INTERMÉDIO DA "CLÍNICA SOCIAL", ONDE OS ATENDIMENTOS SÃO REALIZADOS POR EGRESSOS DO CURSO DE PSICOLOGIA, COM VALOR SIMBÓLICO DE 30 REAIS POR SESSÃO. V.6 - O PESQUISADOR, O PATROCINADOR E AS INSTITUIÇÕES E/OU ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS NAS DIFERENTES FASES DA PESQUISA DEVEM PROPORCIONAR ASSISTÊNCIA IMEDIATA, NOS TERMOS DO ITEM II.3, BEM COMO RESPONSABILIZAREM-SE PELA ASSISTÊNCIA INTEGRAL AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA NO QUE SE REFERE ÀS COMPLICAÇÕES E DANOS DECORRENTES DA PESQUISA."

Benefícios: "A pesquisa oferece benefícios de forma direta e indireta. As participantes das rodas de conversa, bem como às demais mulheres vítimas de violência doméstica e relacionamento abusivo será de forma direta pois, ao dialogar sobre tema por meio das temáticas abordadas nos encontros e das experiências de outras mulheres na mesma condição, as participantes terão a oportunidade de conhecer melhor o tema abordado e refletirem

sobre suas histórias de vida, adquirindo também conhecimento que possibilitará identificarem um relacionamento abusivo de imediato em futuros relacionamentos amorosos. Além de poderem ajudar outras mulheres que vivem em relações abusivas a libertarem-se de seus agressores. De forma indireta os benefícios serão para toda a sociedade, pois, a pesquisa contará também com a elaboração de uma cartilha explicativa sobre violência doméstica e relacionamento abusivo para que possa ajudar inúmeras mulheres vítimas dessas práticas. A PESQUISA OFERECE BENEFÍCIOS DE FORMA INDIRETA. POIS AO CONHECER AS VOZES DAS MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA, NO MOMENTO EM QUE A PESQUISA JÁ ESTIVER CONCLUÍDA, A INSTITUIÇÃO PODERÁ REFORMULAR AS PROPOSTAS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES ABRIGADAS E AS DEMAIS QUE, POR VENTURA, PROCURAREM ATENDIMENTO. NESSE SENTIDO, AS PARTICIPANTES TAMBÉM SERÃO BENEFICIADAS, TENDO EM VISTA QUE TERÃO ATENDIMENTO DE FORMA A CONSIDERAR SUAS NECESSIDADES DE UMA FORMA MAIS EFETIVA."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um Projeto de pesquisa de Doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal do Mato Grosso.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Nesta versão foram apresentados os seguintes documentos:

- Formulário de Informações Básicas do Projeto

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367

Bairro: BOA ESPERANÇA

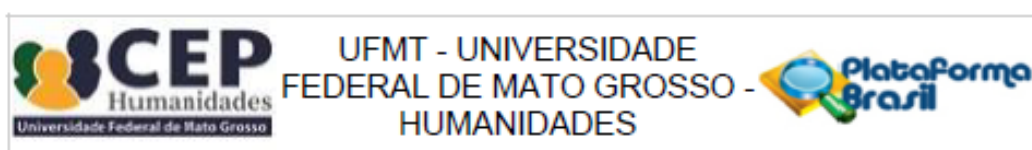
CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8935

E-mail: cephumanas@ufmt.br



Continuação do Parecer: 5.765.997

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1989919.pdf)

- Carta-resposta (CARTARESPPOSTAVIVIANE.docx)
- Folha de rosto (FOLHADEROSTO2.pdf)
- Termo de Compromisso do pesquisador (TERMODECOMPROMISSODOPESQUISADOR.pdf)
- Autorização/anuência institucional (cartaanuenciaviviane.doc)
- Modelo dos instrumentos de coleta de dados (INSTRUMENTOCOLETEDEDADOS.docx)
- Modelo da Forma de Registro do Consentimento Livre e Esclarecido (CLEVIVIANE2.doc)
- Outros:
- Projeto Completo (PROJETOCOMITEDEETICA2.doc)
- Orçamento (orcamento.docx)

Recomendações:

Recomenda-se realizar a revisão gramatical na versão final do CLE, no que diz respeito a nova redação a partir da inclusão das pendências no documento.

- Retirar do CLE a seguinte informação: "NA CIDADE DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA, EXISTE UM PROJETO DESENVOLVIDO PELA FAAR "FACULDADES ASSOCIADAS DE ARIQUEMES", QUE REALIZAM ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS POR INTERMÉDIO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA REFERIDA INSTITUIÇÃO. OS ATENDIMENTOS SÃO GRATUITOS POR MEIO DA "CLÍNICA ESCOLA", REALIZADOS POR ESTAGIÁRIOS E ACOMPANHADOS DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PSICOLOGIA, OU POR INTERMÉDIO DA "CLÍNICA SOCIAL", ONDE OS ATENDIMENTOS SÃO REALIZADOS POR EGRESSOS DO CURSO DE PSICOLOGIA, COM VALOR SIMBÓLICO DE 30 REAIS

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

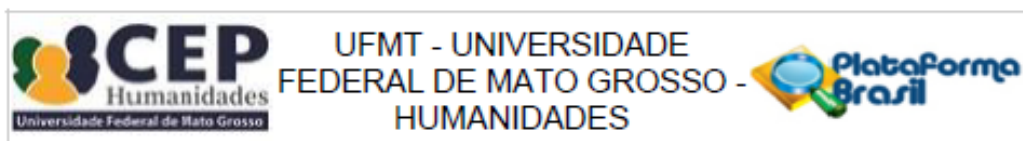
Propõe-se a aprovação do projeto de pesquisa em relação a análise ética, desde que a recomendação seja atendida pela pesquisadora.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerando as Resoluções 486/2012 e 510/2016 do CNS, e, uma vez que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: **Aprovado**.

Conforme as Resoluções 486/12 e 510/2016, é atribuição do CEP acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente a pesquisa. Ressaltamos as seguintes atribuições da pesquisadora: Desenvolver o projeto conforme delineado; Elaborar e apresentar os relatórios semestrais (parciais) e final até 60 dias após o seu término (como notificação); Apresentar dados

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367	
Bairro: BOA ESPERANCA	CEP: 78.060-900
UF: MT	Município: CUIABA
Telefone: (65)3615-8935	E-mail: cephumanas@ufmt.br



Continuação do Parecer: 5.765.997

solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda responsabilidade, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto. Justificar fundamentadamente, perante o CEP, qualquer modificação (emenda) ou interrupção do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1989919.pdf	29/10/2022 19:37:45		Aceito
Outros	CARTARESPPOSTAVIVIANE.docx	29/10/2022 19:36:30	Viviane Silva de Oliveira Nolasco	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	CLEVIVIANE2.doc	29/10/2022 19:36:01	Viviane Silva de Oliveira Nolasco	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCOMITEDEETICA2.doc	27/10/2022 22:17:27	Viviane Silva de Oliveira Nolasco	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	cartaanuenciaviviane.doc	27/10/2022 22:16:38	Viviane Silva de Oliveira Nolasco	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO2.pdf	27/10/2022 22:15:54	Viviane Silva de Oliveira Nolasco	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	03/08/2022 08:38:40	Viviane Silva de Oliveira Nolasco	Aceito
Outros	INSTRUMENTOCOLETADADOS.docx	03/08/2022 08:37:37	Viviane Silva de Oliveira Nolasco	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSODOPESQUISADOR.pdf	03/08/2022 08:36:32	Viviane Silva de Oliveira Nolasco	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367

Bairro: BOA ESPERANÇA

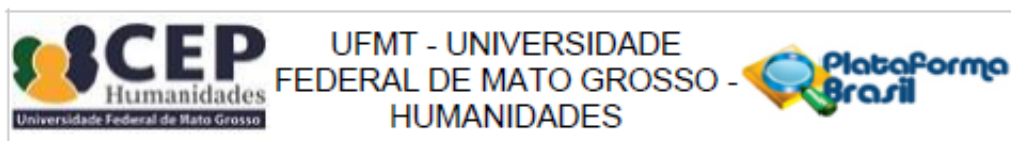
CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8935

E-mail: cephumanas@ufmt.br



Continuação do Parecer: 5.765.997

CUIABA, 21 de Novembro de 2022

Assinado por:
Rosangela Ribeiro
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367
Bairro: BOA ESPERANCA CEP: 78.060-900
UF: MT Município: CUIABA
Telefone: (65)3615-8935 E-mail: cephumanas@ufmt.br

ANEXO 2 – LETRA DA MÚSICA ROSAS**ROSAS**

Interpretação:
Atitude Feminina

Compositores:
Ana Cecília dos Santos Teixeira;
Claudio Raffaello S. Correa Santoro;
Helen Rosa Silva.

A cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil
E a realidade não é nem um pouco cor-de-rosa
A cada ano, dois milhões de mulheres
São espancadas por maridos ou namorados

Hoje meu amor veio me visitar
E trouxe rosas para me alegrar
E com lágrimas pede pra voltar

Hoje o perfume eu não sinto mais
Meu amor já não me bate mais
Infelizmente eu descanso em paz

Tudo era lindo no começo, lembra?
Das coisas que me falou, que era bom sedução
Uma história de amor
Vários planos, desejos, ilusão, e daí?
Não tinha nada a perder, queria sair dali

No lugar onde eu morava me sentia tão só
Aquele cheiro de maconha e o barulho de dominó
A molecada brincava na rua, e eu cheia de esperança
De encontrar no futuro a paz, sem tiroteio, vingança

E ele veio como quem não quisesse nada
Me deu um beijo e me deixou na porta de casa
Os meus olhos brilhavam, estava apaixonada

Deixa de ser criança, a minha mãe falava
 Que no começo tudo é festa, e eu ignorava
 Deixa eu viver meu futuro, se pá
 Não dá nada

Menina boba, iludida, sabe de nada da vida
 Uma proposta ambição de ter uma família
 Me entreguei até a alma e ele não merecia
 O meu pai embriagado, nem lembrava da filha

Meu príncipe encantado, meu ator principal
 Me chamava de filé e eu achava legal
 No começo tudo é festa, sempre é bom lembrar
 Hoje estou feliz, o meu amor veio me visitar

Hoje meu amor veio me visitar
 E trouxe rosas para me alegrar
 E com lágrimas pede pra voltar

Hoje o perfume eu não sinto mais
 Meu amor já não me bate mais
 Infelizmente eu descanso em paz

Numa atitude pensada, saí de casa pra ser feliz
 Não dever satisfação, ser dona do meu nariz
 Não aguentava mais ver a minha mãe sofredora
 Levar porrada do meu pai embriagado e à toa

Meu irmão se envolvendo com as paradas erradas
 Cocaína, maconha, 157
 Ah, mas eu estava feliz no meu lar, doce lar
 Sua roupa, olha só, tinha prazer de lavar

Mas alegria de pobre dura pouco, diz o ditado
 Ele ficou diferente, agressivo, irritado
 Chegava tarde da rua, aquele bafo de pinga
 Batom na camisa e cheiro de rapariga

Nem um ano de casado, ajuntado, sei lá
Não sei pra que cerimônia, o importante é amar
Amor de tolo, amor de louco
O que foi que aconteceu?

Me mandou calar a boca e não me respondeu
Insisti, foi mal, e ele me bateu
No outro dia me falou que se arrependeu
Quem era eu pra julgar? Queria perdoar
Hoje estou feliz, o meu amor veio me visitar

Eu 'tava quatro meses grávida
Ele me deu uma surra tão violenta
Que eu caí, desmaiei

Aí quando eu acordei eu 'tava numa poça de sangue, assim
Que tinha saído da minha boca, do meu rosto
Me catou assim pelos meus cabelos
Me puxou e falou: Você vai morrer!

Hoje o perfume eu não sinto mais
Meu amor já não me bate mais
Infelizmente eu descanso em paz

Quase dois anos e a rotina parecia um inferno
Que saudade da minha mãe, desisti do colégio
A noite chega, madrugada, e meu amor não vinha
Quanto mais demorava, preocupada, mais eu temia

Não estava aguentando aquela situação
Mas hoje tudo vai mudar, ele querendo ou não
Deus havia me escutado há uns dois meses atrás
Aquele filho na barriga era esperança de paz

Tantos conselhos me deram, de nada adiantou
Era a mulher mais feliz, o meu amor chegou
Que pena, novamente embriagado
E aquele cheiro de maconha, inconfundível, é claro

Tentei acalma-lo, ele ficou irritado
Começou a quebrar tudo loucamente lombrado
Eu falei que estava grávida, ele não me escutou
Me bateu novamente, mas dessa vez não parou

Vários socos na barriga, lá se vai a esperança
O sangue escorre no chão, perdi a minha criança
Aquele monstro que um dia prometeu me amar
Parecia incontrolável, eu não pude evitar

Talvez se eu tivesse o denunciado
Talvez se eu tivesse o deixado de lado
Agora é tarde, na cama do hospital
Hemorragia interna, o meu estado era mal
O sonho havia acabado e os batimentos também
A esperança se foi, pra todo sempre, amém

Hoje meu amor implora pra eu voltar
Ajoelhado, chorando, infelizmente não dá
Agora estou feliz, ele veio me visitar
É Dia de Finados, muito tarde pra chorar
Pra chorar

Hoje meu amor veio me visitar
E trouxe rosas para me alegrar
E com lágrimas pede pra voltar

Hoje o perfume eu não sinto mais
Meu amor já não me bate mais
Infelizmente eu descanso em paz

É muito importante
Que o limite seja posto pela mulher
Não vou aceitar
Uma situação de violência dentro da minha casa